



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – DCET I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS**

FLAMINIA MASTRANGELI

**POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO E DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS NA COSTA DOS COQUEIROS - BAHIA**

Salvador-BA

Maior/2025



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – DCET I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS**

FLAMINIA MASTRANGELI

POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA COSTA DOS COQUEIROS - BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET I), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito obrigatório para à obtenção do título de Mestre em Estudos Territoriais.

Linha de Pesquisa 2: Processos Territoriais e Dinâmicas Urbano-Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Muniz Filho
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Rizia Mendes Mares

Salvador-BA

Maio/2025

Universidade do Estado da Bahia

Sistema de Biblioteca

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa - CRB-5/918

M423p Mastrangeli, Flaminia

Políticas territoriais de turismo e desigualdades socioespaciais na Costa dos Coqueiros (BA) / Flaminia Mastrangeli. – Salvador, 2025.

185 f. : il.

Orientador: Antônio Muniz Filho.

Coorientadora: Rizia Mendes Mares.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET, 2025.

Contém referências.

1. Turismo – Costa dos Coqueiros (BA) – Políticas públicas. 2. Turismo – Aspectos sociais – Costa dos Coqueiros (BA). 3. Espaços públicos – Aspectos sociais – Costa dos Coqueiros (BA). 4. Renovação urbana – Aspectos sociais – Costa dos Coqueiros – (BA). 5. Sociologia urbana – Bahia. I. Muniz Filho, Antônio. II. Mares, Rizia Mendes. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. IV. Título.

CDD: 307.76098142



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – DCET I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS TERRITORIAIS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

FLAMINIA MASTRANGELI

**POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO E DESIGUALDADES
SOCIOESPACIAIS NA COSTA DOS COQUEIROS – BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, da Universidade do Estado da Bahia, *Campus I*, Salvador/Bahia, em 23 de maio de 2025, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestra em Estudos Territoriais, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Muniz dos Santos Filho – Orientador

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas – UFAL



Documento assinado digitalmente

ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO

Data: 14/10/2025 11:05:40-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Rizia Mendes Mares - Coorientadora

Universidade de Pernambuco – UPE

Doutora em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP



Documento assinado digitalmente

RIZIA MENDES MARES

Data: 11/09/2025 09:13:07-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Lirandina Gomes Sobrinho – Membro Interno

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Sergipe

Pós-Doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa – UTL



Documento assinado digitalmente

ROSANE BALSAN

Data: 09/09/2025 18:32:04-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente

LIRANDINA GOMES SOBRINHO

Data: 11/09/2025 18:20:47-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Rosane Balsan – Membro Externo

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Doutora em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP



Documento assinado digitalmente

ROSANE BALSAN

Data: 14/10/2025 11:33:00-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dedico parte deste trabalho à Eduardo Fernandes (*In memoriam*), a quem recorri para me ajudar com os registros fotográficos da Costa dos Coqueiros, e que no final, não conseguimos fazer. Sua partida nessa fase final foi dolorosa. Obrigada por me lembrar, a todo momento, do potencial que eu tinha no caminho científico, mas, sobretudo, que no meio de um inverno, havia dentro de mim um invencível verão. Nunca esquecerei de você.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às divindades que me guiam sempre. Pela clareza e pela possibilidade de encontrar a luz em dias difíceis.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especialmente ao PROET e DCET do Campus I. Pela oportunidade que me foi concedida de poder demonstrar sempre o meu melhor e poder me debruçar com segurança nesse caminho do saber científico.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Muniz. Que em todos os momentos de aflição sempre proporcionou tranquilidade e a certeza de que sou capaz, sobretudo com sua colocação “não se angustie”.

À minha co-orientadora Prof^a. Dr^a. Rizia Mendes Mares. Por ser essa grande inspiração (para mim e para todas as outras mulheres). É admirável e um privilégio compartilhar esse ciclo com uma mulher com tanta excelência na ciência.

À minha mãe e meus familiares (Rose, Miria e Júnior). Meu suporte, minha base. Obrigada pelas risadas, pelo acolhimento e pelo incentivo, principalmente, por acreditarem em mim sempre. Obrigada por amarem a luz dos meus olhos, marlinho!

À Natália Silva Coimbra de Sá e Carla Brito. Pelo apoio, incentivo, suporte e ajuda. Na vida e na pesquisa. Vocês são fantásticas. Contem comigo sempre.

Às minhas amigas. Sílvia, que me lembra sempre que sou minha própria heroína. Darlene, que fica feliz por cada conquista e vibra mais do que eu. Paula, Analu, Layla e Carol, por me aguentarem nesses 365 (e mais) dias e me fazerem lembrar que juntas, somos mais fortes. Sandra, por iluminar meus dias mais sombrios. Juli, pela companhia genuína e boas risadas.

Aos meus amigos. Lenon, Warlen, Adriano e Luis Cláudio, por ser minha rede, compartilhando desabafos, alegrias, angústias e conquistas. Silas, que em cada encontro sempre me perguntava pelo mestrado e ficava orgulhoso de mim.

Aos meus amigos e amigas do PROET. Ramahany, Geovana, Taiane e Rodrigo, além da parceria de estudos, escrita e busca de conhecimento, encontrei em vocês um lugar para compartilhar coisas do coração e sentir toda a bondade que vocês têm. Nossa troca foi muito especial e sempre será lembrada. Obrigada pelo cuidado, suporte e carinho. Aos demais colegas e amigos do PROET, foi um prazer fazer parte dessa turma.

Ao corpo docente do curso de Turismo e Hotelaria da UNEB. Rosali, Carmen, Rosana e Lirandina e tantos outros. Vocês me acompanharam durante a graduação e continuam presentes nessa jornada. Obrigada por serem esse exemplo para tantos outros novos profissionais em Turismo e Hotelaria que estão se profissionalizando para se inserir neste campo.

"A força desse movimento vem do fato de que, enquanto a memória é coletiva, o esquecimento e a conseqüente (re) descoberta são individuais, diferenciados, enriquecendo as relações interpessoais, a ação comunicativa. Assim, o que pareceria uma inferioridade, na realidade é uma vantagem.

Ao contrário do que deseja acreditar a teoria atualmente hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil [...].

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado.

(SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 224)

RESUMO

A produção do espaço urbano é marcada por uma contradição estrutural: de um lado, a lógica econômica hegemônica, orientada pela acumulação capitalista; de outro, as demandas sociais por uma espacialidade que atenda à reprodução da vida coletiva. Nesse contexto, o turismo emerge como um agente transformador da estrutura urbana, reconfigurando temporalidades, espacialidades e relações sociais a partir da atuação de distintos agentes produtores do espaço. O resultado desse processo materializa-se nas formas históricas assumidas pela produção do espaço urbano, caracterizada por uma socialização da produção contraposta à apropriação privada. Este estudo tem como objetivo analisar como as políticas territoriais de turismo influenciam a produção do espaço urbano contemporâneo, com ênfase nos conflitos e desigualdades socioespaciais dela decorrentes. Toma-se como estudo de caso a Costa dos Coqueiros (Bahia), região consolidada a partir do processo de regionalização e zoneamento turístico pelo governo do estado da Bahia, sob a égide de uma racionalidade econômica globalizada. A partir da década de 1990, a inserção do fenômeno turístico nessa região acentuou transformações espaciais, impulsionadas por investimentos internacionais, novas estratégias de captação de capital e marketing territorial. Tais dinâmicas, no entanto, são articuladas no âmbito do planejamento público sob a premissa de proporcionar mais qualidade de vida, emprego e renda. Contudo, frequentemente negligenciam as condições de vida das populações locais, aprofundando assimetrias. Diante disso, essa pesquisa problematiza em que medida as políticas territoriais de turismo – em especial o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS 2015-2020) da Costa dos Coqueiros e o Plano Plurianual da Bahia (PPA-BA 2020-2023) reproduzem ou mitigam desigualdades socioespaciais. A escolha do recorte justifica-se pela persistência de contradições inerentes ao desenvolvimento desigual da região, exigindo uma análise crítica que articule escalas local e global. Por fim, discute-se a necessidade de políticas que superem a primazia da lógica econômica em favor de uma produção do espaço verdadeiramente inclusiva e socialmente justa.

Palavras-Chave: Espaço; Turismo; Políticas Públicas; Desigualdades Socioespaciais; Costa dos Coqueiros (BA).

ABSTRACT

The production of urban space is marked by a structural contradiction: on one hand, the hegemonic economic logic, guided by capitalist accumulation; on the other, social demands for a spatiality that supports the reproduction of collective life. In this context, tourism emerges as a transformative agent of urban structure, reshaping temporalities, spatialities, and social relations through the actions of various space-producing agents. The outcomes of this process are materialized in the historical forms assumed by urban spatial production, characterized by a socialization of production versus private appropriation. This study aims to analyze how territorial tourism policies influence the production of contemporary urban space, with an emphasis on the socio-spatial conflicts and inequalities that result from them. The case study focuses on the Costa dos Coqueiros (Bahia), a space consolidated through processes of regionalization and tourism zoning promoted by the State of Bahia, under the aegis of a globalized economic rationality. Since the 1990s, the insertion of the tourism phenomenon in this region has intensified spatial transformations driven by international investments, new capital attraction strategies, and territorial marketing initiatives. These dynamics, however, are often framed in public planning under the premise of promoting improved quality of life, employment, and income. Nevertheless, they tend to overlook the living conditions of local populations, thereby deepening existing asymmetries. Accordingly, this research questions the extent to which territorial tourism policies—particularly the Integrated Sustainable Tourism Development Plan (PDITS 2015–2020) for Costa dos Coqueiros and the Multi-Year State Plan of Bahia (PPA-BA 2020–2023)—reproduce or mitigate socio-spatial inequalities. The choice of this case is justified by the persistence of contradictions inherent in the region's uneven development, demanding a critical analysis that articulates both local and global scales. Finally, the study discusses the urgent need for public policies that transcend economic primacy in favor of a truly inclusive and socially equitable spatial production.

Keywords: Space; Tourism; Public Policies; Socio-Spatial Inequalities; Costa dos Coqueiros (BA).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização dos municípios da Costa dos Coqueiros (BA).....	19
Figura 2. Números de Municípios e Percentual de participação nas Zonas Turísticas da Bahia entre 2004 e 2017.....	60
Figura 3. Uso e ocupação do solo em Mata de São João em 2005-2014-2024.....	62
Figura 4. Vila da Praia do Forte em 1975 e 2017.....	64
Figura 5. Praia do Forte (faixa litorânea).....	65
Figura 6. Praia do Forte (lado oposto da faixa litorânea).....	65
Figura 7. Imagem de satélite de Praia do Forte (2019).....	66
Figura 8. Orientações da Cartilha do Projeto Tamar sobre a problemática da ftopoluição....	69
Figura 9. Beach & Country Guarajuba.....	70
Figura 10. Processo de inserção/exclusão dos Municípios turísticos da Bahia entre 2004 e 2017, com ênfase na Costa dos Coqueiros.....	100
Figura 11. Participação Relativa do PIB Per Capita dos municípios na Costa dos Coqueiros em 2012 em %.....	114
Figura 12. Evolução dos empregos formais celetistas nos municípios da Costa dos Coqueiros (2009-2013).....	116
Figura 13. Evolução dos empregos formais celetistas nos municípios da zona turística da Costa dos Coqueiros, segundo as ACTs (2009-2013).....	117
Figura 14: Distribuição da Remuneração Média (RM) dos empregos formais celetistas a partir das ACTs, nos municípios da Costa dos Coqueiros (2013) em R\$.....	119
Figura 15: Cartograma da renda média mensal do responsável pelo domicílio, por setores censitários urbanos no Litoral Norte da Bahia (2010).....	121
Figura 16: Cartograma da renda domiciliar per capita por salário mínimo, por setores censitários urbanos do Litoral Norte da Bahia (2010).....	122
Figura 17. Evolução das notas do IDEB para as turmas do 5º a 9º ano nos municípios da Costa dos Coqueiros (2005-2009-2013).....	125
Figura 18. Mapa de localização dos domicílios com base no tipo de uso – vago e uso ocasional – nos municípios da Costa dos Coqueiros.....	130
Figura 19. Evolução dos domicílios na Costa dos Coqueiros, de acordo com a situação de ocupação (2000 e 2010).....	131
Figura 20. Alameda Guarajuba (Shopping ao lado da faixa litorânea).....	133
Figura 21. Mapa de localização do condomínio Guarajuba Palm Beach e proximidade com os serviços e comércios.....	134
Figura 22. Rua com algumas lojas em Monte Gordo (lado oposto do faixa litorânea).....	135
Figura 23. Evolução do Índice de Abastecimento de Água pela rede geral de domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros (1991 – 2000 – 2010) em %.....	137
Figura 24. Evolução do Índice de Cobertura da Conexão à Rede de Esgoto de domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros (1991 – 2000 – 2010) em %.....	137
Figura 25. Evolução do Índice de Coleta de Lixo dos domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros (1991 – 2000 – 2010) em %.....	138
Figura 26. Processo de elaboração do PPA.....	145
Figura 27. Rua de Guarajuba (faixa litorânea).....	161
Figura 28. Rua de Monte Gordo (lado oposto da faixa litorânea).....	162
Figura 29. Orla e estruturas das casas na Vila de Mangue Seco (Jandaíra).....	163
Figura 30. Rua principal da Vila de Mangue Seco em Jandaíra (lado oposto da orla).....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese da Bibliografia Fundamental.....	23
Quadro 2. Dinâmicas e processos, consequências e impactos entre 1970 e 1990 no Litoral Norte da Bahia.....	48
Quadro 3. Paradigmas que influenciaram as Políticas Territoriais de Turismo no Brasil.....	88
Quadro 4. Paradigma das políticas públicas no Brasil - Pré-criação MTUR e Pós-criação MTUR.....	89
Quadro 5. Sistematização das Políticas Territoriais de Turismo no Brasil (1990-2022).....	90
Quadro 6. Sistematização das Políticas Territoriais de Turismo na Bahia (1991-2023).....	93
Quadro 7. Análise SWOT da Dimensão de Infraestrutura dos municípios da Costa dos Coqueiros.....	105
Quadro 8. Análise SWOT da dinâmica da atividade turística nos municípios da Costa dos Coqueiros.....	107
Quadro 9. Ações de Prioridades (Eixo Infraestrutura para as experiências turísticas) – Curto Prazo do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020).....	108
Quadro 10. Ações de Prioridades (Eixo Infraestrutura para as experiências turísticas) – Médio Prazo do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020).....	109
Quadro 11. Ações de Prioridades (Eixo Infraestrutura para as experiências turísticas) – Longo Prazo do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020).....	110
Quadro 12. Etapas da Categorização como processo metodológico de avaliação do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020).....	111
Quadro 13. Padrões e tendências do processo de categorização do PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015.....	140
Quadro 14. Método de Triangulação para a avaliação.....	147
Quadro 15. Metas Turísticas presentes no Programa de Desenvolvimento Produtivo do PPA-BA 2020-2023.....	149
Quadro 16. Iniciativas Turísticas presentes no Programa de Desenvolvimento Produtivo do PPA-BA 2020-2023.....	150
Quadro 17. Evolução das Metas Turísticas do PPA-BA 2020-2023 (Programa Desenvolvimento Produtivo).....	151
Quadro 18. Identificação dos aspectos/dimensões de cada plano para fins de comparação....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução populacional dos municípios da Costa dos Coqueiros (BA), 2010-2022)..	50
Tabela 2. Comparativo das Zonas Turísticas da Bahia em Arrecadação e Geração de Emprego no setor de Hospedagem (2021).....	52
Tabela 3. Comparativo dos municípios da Costa dos Coqueiros em Arrecadação e Empregos no Setor de Hospedagem (2021).....	54
Tabela 4. PIB Per Capita dos Municípios da Costa dos Coqueiros em R\$ (2018-2021).....	115
Tabela 5. Empregos formais celetistas nos municípios da Costa dos Coqueiros (2022 - 2024).....	116
Tabela 6. Evolução dos empregos formais celetistas nos municípios da zona turística da Costa dos Coqueiros, segundo as ACTs (2017-2020).....	117
Tabela 7. Situação das Ocupações Formais e Remuneração Média em Turismo na Costa dos Coqueiros (2017-2020).....	118
Tabela 8. Distribuição da Remuneração Média (RM) dos empregos formais celetistas a partir das ACTs, nos municípios da Costa dos Coqueiros (2023) em R\$.....	119
Tabela 9. Taxa de Alfabetização na Costa dos Coqueiros (2010 - 2022).....	124
Tabela 10. Evolução das notas do IDEB dos Anos Finais (5º ao 9º ano) do Ensino Fundamental da Rede Pública na Costa dos Coqueiros (2015-2017-2019-2021-2023).....	125
Tabela 11. Evolução das notas do IDEB para o Ensino Médio da Rede Pública na Costa dos Coqueiros (2015-2017-2019-2021-2023).....	126
Tabela 12. Acesso à internet (2010 e 2022).....	127
Tabela 13. Tipo do domicílio na Costa dos Coqueiros (2010-2022).....	129
Tabela 14. Situação da ocupação dos domicílios na Costa dos Coqueiros em 2022.....	131
Tabela 15. Situação do abastecimento de abastecimento de água pela rede geral, rede de esgoto ligado à rede e destino do lixo coletado dos domicílios particulares e permanentes (população urbana e rural) na Costa dos Coqueiros (2022).....	139
Tabela 16. Evolução das Metas Turísticas no PPA-BA 2020-2023 na Execução Orçamentário-Financeira (Programa Desenvolvimento Produtivo).....	151
Tabela 17. Execução Física e Financeira das Ações Orçamentárias Turísticas do PPA-BA 2020-2023 (Programa Desenvolvimento Produtivo).....	152

LISTA DE SIGLAS

ATLAS	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil
APP	Área de Proteção Permanente
ASCON	Associação de Condomínios e Moradores de Guarajuba
BAHIATURSA	Empresa Baiana de Turismo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Classificação Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Física
LNB	Litoral Norte da Bahia
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho
MTUR	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PASEP	Programa de Formação do Servidor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PGP	Plano de Governo Participativo
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR-BA	Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PROET	Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEI-BA	Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia
SEPEGE	Sistema Estadual do Planejamento e Gestão Estratégica
SEPLAN-BA	Secretaria de Planejamento da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria de Ciência e Tecnologia

SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais
SISMAPA	Sistema de Informações do Mapa de Turismo Brasileiro
SETUR-BA	Secretaria de Turismo da Bahia
SUINVEST	Superintendência de Investimento em Polos Turísticos
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	16
1.1	Questões Norteadoras.....	20
1.2	Objetivos.....	21
1.3	Justificativa.....	21
1.4	Procedimentos Metodológicos.....	26
1.5	Estruturação da Dissertação.....	32
2	ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO E TURISMO.....	33
2.1	O espaço analisado como percurso inicial.....	34
2.2	Perspectivas Urbanas: Espaço, Turismo, Diferenciações e Desigualdades Socioespaciais.....	38
3	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A COSTA DOS COQUEIROS (BA).....	44
3.1	Contextualização Histórica e Geográfica.....	45
3.2	A longa/breve inserção do turismo no planejamento do espaço na Costa dos Coqueiros (BA).....	56
4	URBANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO NA COSTA DOS COQUEIROS (BA).....	72
4.1	Estado, Política e Planejamento Territorial.....	73
4.2	O Estado para o mercado ou Estado para o cidadão?.....	81
4.3	Estruturação das Políticas Territoriais de Turismo no Brasil.....	87
4.4	Estruturação das Políticas Territoriais de Turismo na Bahia e na Costa dos Coqueiros.....	92
5	POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO NA COSTA DOS COQUEIROS (ba) E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO (2015 - 2023).....	101
5.1	As especificidades do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueiros - BA (2015-2020).....	103
5.2	As especificidades do Plano Plurianual da Bahia (2020-2023).....	142
5.3	Diferenciações e Desigualdades Socioespaciais na Costa dos Coqueiros (BA).....	154
6	CONCLUSÃO.....	169
	REFERÊNCIAS.....	178

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Na contemporaneidade, a partir do discurso da globalização e era moderna, é possível identificar prenúncios relacionados ao território e ao turismo que, sob a perspectiva da gestão, trazem à tona novos cenários e panoramas complexos que devem ser levados em conta. A atividade turística, no período crucial de transformações decorrentes do capitalismo, apresenta-se como fenômeno complexo que modifica o território.

O turismo, enquanto atividade que se insere nas múltiplas dimensões do território, provoca articulações territoriais em diferentes escalas. Sua dinâmica abrange seja as localidades emissoras, quanto receptoras, com isso, ocorre uma contínua produção, reprodução e consumo do espaço. No contexto urbano, essas transformações ganham destaque, permitindo identificar tanto continuidades quanto rupturas nos usos dos territórios, além de evidenciar os ritmos e normas que regem a expansão da atividade turística e sua inserção nas dinâmicas urbanas.

Muitas vezes, o turismo é visto como alternativa estratégica para o enfrentamento de problemas socioeconômicos, especialmente por sua capacidade de gerar empregos, renda, movimentar cadeias produtivas diversas. Contudo, essa perspectiva tende a ocultar os impactos negativos associados à atividade, dando como exemplo a degradação ambiental, a especulação imobiliária, a intensificação de processos de exclusão social, entre outros. Esses efeitos, por vezes invisibilizados no discurso oficial e na experiência do turista, acabam sendo negligenciados pelos gestores públicos e pelos empreendimentos do setor.

A configuração territorial resulta da ação humana orientada por necessidades e interesses múltiplos, sendo econômicos, sociais, culturais e simbólicos, sendo assim, o turismo não se insere apenas no espaço, mas também, ele o transforma, alterando paisagens, interferindo em dinâmicas locais e, conseqüentemente, estabelecendo novas territorialidades. Por isso, torna-se fundamental que sua organização leve em consideração as especificidades históricas, sociais, culturais de cada território onde se desenvolve.

Desse modo, a atividade turística envolve a participação de diferentes agentes sociais e se desenvolve em espaços marcados por constante transformação. O espaço, nesse contexto, torna-se não apenas o cenário de práticas turísticas, mas também, um dos seus principais produtos. Isso reforça a necessidade de compreender os efeitos da atividade na constituição e na reorganização do território, considerando as novas formas de apropriação, circulação e uso que emergem com a expansão do turismo.

O Estado, nessa pesquisa, assume papel central ao eleger o turismo como estratégia de desenvolvimento territorial, esperando que, com suas políticas, contribua para a redução de disparidades regionais, contudo, diante das mudanças aceleradas provocadas pela globalização e intensificação dos fluxos econômicos e culturais, observa-se uma ampliação da infraestrutura e serviços turísticos que resulta na consolidação de uma urbanização dispersa e desarticulada, marcada por formas espaciais descontínuas e fragmentadas.

Para Campos (2020), as políticas de turismo no Brasil apresentam uma configuração estrutural e processual em diferentes escalas (do nacional ao local), desse modo percebe-se uma conformação espacial dos destinos indutores do turismo, que são aqueles que possuem infraestrutura básica turística e atrativos qualificados pelo Ministério do Turismo (MTUR), que se caracterizam como núcleo receptor e distribuidor, dinamizando a economia do território que está inserido, contudo, somado aos problemas das desigualdades territoriais, já existentes, esses destinos indutores indicam uma seletividade nos diversos espaços corroborando para a fragmentação socioespacial.

Com isso, destaca-se nesta pesquisa, o caso do Litoral Norte da Bahia (LNB) que, desde o século XX (sobretudo, a partir da década de 1990), se tornou um dos maiores polos turísticos em crescimento do Brasil, por conta do volume de investimentos nacionais e internacionais, sobretudo com a implantação de condições para abrigar um turismo e uma lógica que acompanha as empresas privadas e o capital internacional (Limonad, 2007). O Litoral Norte da Bahia é uma região que resulta de um forte papel do Estado e intensificação da lógica de consumo, dependente da metrópole, que é segregada, com sérios problemas ambientais e de relacionamento com as populações tradicionais remanescentes dos períodos anteriores (Silva; Silva; Carvalho, 2008). Em outras palavras, o Litoral Norte da Bahia é resultado de uma carência de mecanismos institucionais que são compatíveis às rápidas mudanças e imposições do sistema capitalista, carentes porque não é de seu interesse ordenar um território que não traga esse lucro do ponto de vista financeiro.

Para o desenvolvimento dessa análise, foram identificados dois processos de transformações socioespaciais que motivaram a inserção do planejamento turístico nesses lugares pertencentes à zona turística da Costa dos Coqueiros (BA), sendo o primeiro referente ao processo de metropolização da Região Metropolitana de Salvador (RMS), atrelado ao crescimento urbano e expansão das estradas, sobretudo com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1978. Já o segundo, está vinculado ao fenômeno turístico no bojo da urbanização contemporânea, com a construção de mega-*resorts* de empresas internacionais, dando como exemplo o Complexo Sauípe e a Praia do Forte, que são

resultados da parceria e captação de investimentos do setor privado e do capital internacional, em articulação com as ações do Estado na esfera representativa estadual, do governo do estado da Bahia (Sobrinho, 2011).

Além desses dois processos, destaca-se também a atratividade do ponto de vista da paisagem, com a presença de características favoráveis, em que possui praias em uma longa costa, que remetem aos destinos paradisíacos, o que chama a atenção para a prática das segundas residências, para passar o verão em uma bela praia da Bahia, nas férias do trabalho e da vida caótica da capital. Ademais, é estratégica do ponto de vista da proximidade com a capital soteropolitana e do aeroporto internacional, bem como possui um vasto terreno para a construção de empreendimentos que favorecem essa urbanização.

Todavia, existe uma realidade no Litoral Norte das Bahia que vai além dessa urbanização turística, pois, antes da atividade se firmar de fato, existe uma história, uma vida, uma realidade que ainda resiste e que foi e é afetada há todo momento pelos processos de evolução das cidades. Sendo assim, em relação ao que propõe a atividade turística e quem organiza a mesma, muitas vezes, essa dinâmica pode não alcançar os objetivos propostos pelas políticas territoriais de turismo, sobretudo na geração de trabalho, renda e crescimento, podendo ser caracterizada e visualizada pela segregação socioespacial.

Desta feita, percebendo essa contradição, foi analisado um percurso descritivo e propositivo acerca da atuação dos agentes sociais que organizam o turismo, com destaque para a relação Estado e setor privado, visto que, diante dos últimos dados publicados pelo Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os territórios brasileiros passam por um aumento das desigualdades socioespaciais, fruto de ações hegemônicas que se refletem na relação entre a concentração de poderes e o cenário negativo que a maior parte da população brasileira tem enfrentado no seu cotidiano, ou seja, um país que apresenta índices significativos de pobreza, de aumento de violência, de impossibilidade de acesso à sua própria terra, refletidas na organização das suas dimensões sociais e políticas (Calejon; Roncaglia, 2024).

Sobrinho (2011) pontua que, essa contradição é proveniente de dois fatores, sendo a falta de planejamento de programas de desenvolvimento turístico que não comportam com o contexto regional e local porque buscam atender interesses externos e, também, da falta de competência por parte dos municípios, que carecem de técnicos competentes que avaliem essas demandas de acordo com sua própria realidade.

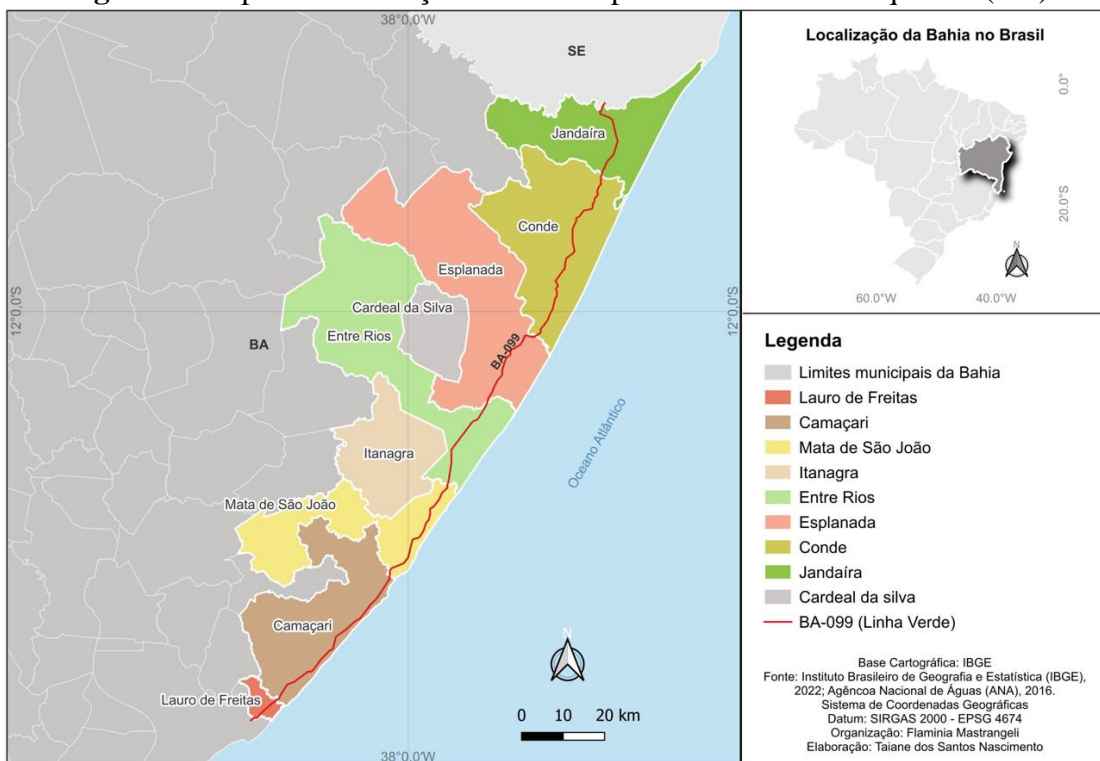
Dentro dessa perspectiva, essa pesquisa tem como objeto, as políticas territoriais de turismo e estratégias implantadas na Zona Turística Costa dos Coqueiros localizada no Litoral

Norte da Bahia, incorporando uma análise temporal (2015 – 2023) e espacial (faixa litorânea e lado oposto da faixa litorânea) (Figura 1).

A Zona Turística Costa dos Coqueiros, localizada nos Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador - RMS e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte – BA, é constituída pelos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios, Esplanada, Conde, Jandaíra e Pojuca. Esta surge no contexto do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA), que tinha como premissa descentralizar a gestão e fomentar o desenvolvimento econômico, social, natural e cultural (Bahia, 2015).

O recorte espacial ocorre porque estes territórios, passam, ainda, por uma problemática que deve ser pensada em um contexto mais amplo “[...] que se caracterizou pelo desenvolvimento desigual na zona litorânea e sublitorânea [...] que em diferentes momentos históricos esta região se integra/articula, fragmenta/desarticula ao movimento da economia nacional e internacional” (Sobrinho, 2011, p. 31). Já o recorte temporal está atrelado à análise realizada nas políticas territoriais de turismo, sendo o Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável da Costa dos Coqueiros (PDITS) 2015 e o Plano Plurianual da Bahia (PPA-BA) de 2020 a 2023.

Figura 1: Mapa de localização dos municípios da Costa dos Coqueiros (BA)



Fonte: IBGE (2022). Elaborado por Taiane dos Santos Nascimento (2025). Organizado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Vale ressaltar que, existe uma conflitualidade no processo de participação dos municípios da zona turística Costa dos Coqueiros. Isso depende da gestão e organização dos municípios em solicitarem essa participação. Durante a realização dessa pesquisa, foram encontrados documentos que diziam que determinados municípios faziam parte e outros não, como por exemplo, Itanagra. Ademais, foi percebido que existem municípios que se localizam em meio aos demais municípios da Costa dos Coqueiros, mas que nunca fizeram parte do zoneamento, à exemplo de Cardeal da Silva. No processo de investigação, foi verificado que isso é fruto do processo conflituoso de regionalização dos Territórios de Identidade e da gestão e organização dos próprios municípios que não dispõem dos pré-requisitos solicitados pelo Mtur para fazer parte da zona. Com isso, foi necessário definir um recorte espacial, que ocorreu a partir do zoneamento presente no PDITS da Costa dos Coqueiros 2015-2020.

Identificar essa conflitualidade entre a participação dos municípios, que será discutida na seção da caracterização da área de estudo, auxiliou no processo de escolha desses dois documentos, e esses processos não podem ser considerados e analisados de forma isolada, pois um influencia o outro.

Há, também, um destaque nessa dissertação para a presente atuação do marketing turístico realizado pelas empresas de turismo que fomentam as ressignificações das localidades, com objetivo de vender o destino Bahia, em que há uma construção de imagens simbólicas das zonas de praia que ressaltam a ideia de paraíso, resultando em perda de identidade da comunidade local, que, por sua vez, é representada e consolidada pela especulação imobiliária e empresas de turismo, causando marcas profundas no local, até mesmo sendo anuladas e invisibilizadas (Costa, 2012).

Embora a Costa dos Coqueiros tenha sido destaque de pesquisas entre os anos 2000 e 2020 a partir dessa lógica de ordenamento e atuação do governo, é necessário retornar à essa temática no contexto de atualização de índices estatísticos geográficos, de modo que possam ser avaliados de acordo as novas (velhas) imposições do modelo de sistema econômico predominante e os diversos problemas resultantes deste, provenientes da lógica capitalista, de acúmulo excessivo do capital,

1.1 Questões Norteadoras

Com esses pressupostos, esta pesquisa foi conduzida com base em inquietações, como a de pensar nas inter-relações e compreender de que forma a atuação do Estado pode fomentar ou mitigar impactos e desigualdades socioespaciais provenientes da atividade turística na Costa

dos Coqueiros, considerando a interferência de alguns agentes sociais, o que levou à formulação da seguinte questão central: *Como as políticas territoriais de turismo na Bahia, engendradas pelo Estado (em seus diversos níveis – federal e estadual), têm corroborado para a difusão das desigualdades socioespaciais?*

Para além dessa questão principal, outras se desdobram, com o intuito de ampliar a compreensão da problemática da pesquisa:

- a) Como as políticas territoriais de turismo formuladas pelo Estado para a Costa dos Coqueiros, entre 2000-e 2023, interferem no contexto socioespacial?
- b) As políticas territoriais de turismo têm aprofundado os desequilíbrios e disparidades entre os municípios que compõem a Costa dos Coqueiros?

1.2 Objetivos

Considerando tais questionamentos, e com intuito de subsidiar as respostas propostas, o objetivo geral desta dissertação de mestrado consiste em investigar as políticas territoriais de turismo presentes no PDITS 2015-2020 e no PPA-BA 2020-2023, visando compreender de que maneira estes planos têm corroborado para a difusão das desigualdades socioespaciais na Costa dos Coqueiros.

Para o alcance da proposta desta dissertação, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar como se deu o processo de instituição das políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros, pelo Governo do Estado da Bahia, analisando suas reflexibilidades socioespaciais;
- b) Identificar as desigualdades e as diferenciações socioespaciais entre os municípios que compõem a Costa dos Coqueiros (BA).

1.3 Justificativa

A Costa dos Coqueiros foi uma região que foi consolidada e conjugada por forças combinadas do Governo do Estado da Bahia e do setor privado, que relacionaram os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais, construídos historicamente, mas que foram determinados por interesses de uma ordem econômica mundializada (Sobrinho, 2011).

Esta pesquisa justifica-se pelo interesse e pela necessidade de expandir a compreensão do tema por meio de três perspectivas: a primeira vinculada à trajetória pessoal da pesquisadora que vem se qualificando e especializando na temática; a segunda, de natureza acadêmica e profissional; e, por fim, a terceira, de caráter social.

No que tange à perspectiva pessoal, trata-se de um percurso que vem sendo construído desde a graduação em Turismo e Hotelaria, realizada na Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus I (2020). Em todos os estudos realizados que permeiam o campo das políticas públicas, sempre foi possível verificar que existe uma lógica muito desigual e excludente quando se fala em poder público e planejamento no turismo.

A segunda perspectiva se debruça no campo profissional e acadêmico, evidenciando a relevância teórica que subsidia o estudo bibliográfico e a análise atual da conjuntura da relação entre o turismo e o espaço na Bahia. A investigação dos indicadores desta pesquisa remete às considerações de Costa (2012), que destaca a importância de problematizar os impactos da atividade turística, frequentemente fundamentados na ideia de que o turismo representa uma solução para os territórios, gerando emprego e renda.

É necessário compreender que o turismo pode, de fato, contribuir para o crescimento econômico dos municípios, contudo, é igualmente essencial estar atento às contradições que emergem nesse campo. Considerar essas contradições é fundamental para alcançar uma interpretação crítica e consistente, que possa fornecer subsídios aos agentes sociais, de modo a favorecer a construção de um espaço cujo uso prevaleça em função das necessidades sociais (Costa, 2012). Tal uso do espaço está intrinsecamente relacionado à qualidade de vida cotidiana, à possibilidade de usufruto de infraestrutura turística e ao acesso facilitado a esses serviços.

Do ponto de vista científico, conforme Martins, Vaz e Caldas (2010), a responsabilidade dos pesquisadores exige um alerta, sobretudo na discussão da prática da cidadania, igualdade e democracia. Tais conceitos, muitas vezes mobilizados como discursos, acabam por reproduzir e aprofundar lógicas de exclusão social e desigualdade socioespacial. Intenta-se, portanto, contribuir cientificamente para a construção de uma compreensão fundamentada acerca das políticas territoriais de turismo.

A terceira perspectiva é de natureza social. Ela representa um chamado à consciência crítica que deve ser desenvolvida pelos sujeitos enquanto agentes sociais inseridos em um território. Trata-se da necessidade de participação ativa, organização e articulação no processo de formulação de políticas públicas, em conjunto com os gestores, a fim de minimizar os danos decorrentes das desigualdades socioespaciais, geradas pela lógica capitalista e neoliberal que afeta a vida dos cidadãos. Tais desigualdades são intensificadas pela imagem idealizada do

turismo, que não condiz com a realidade vivida, mas que é amplamente difundida por meio das mídias e da forma como a atividade consome o espaço.

É imprescindível manter uma postura crítica diante das múltiplas facetas que envolvem a atividade turística, identificando as contradições perceptíveis nas diferenciações e fragmentações socioespaciais. Em muitas situações, famílias em condição de pobreza vivem sob a expectativa de se beneficiar das promessas feitas pelo discurso turístico, centrado na geração de emprego e renda, mas que nem sempre se concretiza na prática.

Em relação às pesquisas preexistentes é importante destacar alguns pontos sobre as categorias de análise (Espaço, Turismo, Políticas Públicas, Desigualdades Socioespaciais) que norteou essa pesquisa. O Quadro 1 apresenta as categorias de análise selecionadas, um resumo elaborado a partir das referências adotadas e, as mesmas, destacadas na terceira coluna.

Quadro 1. Síntese da Bibliografia Fundamental

Categoria de Análise	Resumo	Referências Utilizadas
Espaço	O espaço constitui a categoria de análise adotada como ponto de partida nesta dissertação, sendo compreendido como uma base material e simbólica onde se estabelecem as condições necessárias à reprodução da vida social. Nesse sentido, articulam-se o sistema de objetos, composto por infraestrutura, equipamentos e formas, e o sistema de ações, que abrange as práticas sociais, políticas, culturais, econômicas e as interações com a natureza. Em síntese, o espaço configura-se como condição fundamental para a vivência e para a dinâmica dos processos sociais. Contudo, o espaço não se apresenta de forma neutra ou homogênea, ao contrário, pode ser percebido como um campo de disputas, no qual se manifestam tensões e conflitos oriundos das relações de poder, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Nessa perspectiva, o território também adquire centralidade analítica, à medida que permite evidenciar as dimensões políticas, funcionais e simbólicas dessas relações, que se expressam em distintas escalas e contextos. Na modernidade, especificamente no período técnico-científico-informacional, tais dinâmicas se intensificam, revelando contradições, conflitos e rupturas que evidenciam a complexidade dos processos espaciais.	Carlos (2007a, 2007b); Carlos e Cruz (2025); Castro, Gomes e Corrêa (1995); Corrêa (1992, 2004, 2011); Harvey (2005) Lefebvre (1997, 2002); Limonad (2008); Mares (2016, 2018, 2022); Muniz Filho (2022); Pereira (2018); Santos (2006, 2008, 2012, 2023); Santos e Silveira (2006); Souza (2009).

	Trata-se, portanto, de um campo marcado por evoluções e revoluções,	
Turismo	<p>O turismo é abordado como um fenômeno e uma prática espacial, resultante da interação entre múltiplos agentes, sendo sociais, públicos, privados, comunidades receptoras e turistas. Enquanto atividade relacionada à produção e ao consumo do espaço, o turismo reflete e reproduz dinâmicas impostas pelas estratégias e racionalidades desses agentes, configurando-se como um elemento estruturante das dinâmicas espaciais. No contexto do modo de produção capitalista, o turismo é frequentemente promovido como instrumento de crescimento econômico, em virtude da sua capacidade de dinamizar circuitos produtivos, atrair investimentos e gerar fluxos de renda. No entanto, sua implementação nem sempre ocorre de forma equitativa, podendo acentuar desigualdades e provocar conflitos socioespaciais, especialmente quando os interesses mercadológicos se sobrepõem às demandas e aos modos de vida das comunidades locais. Por essa razão, faz-se necessária uma leitura crítica acerca dos efeitos do turismo sobre os espaços.</p>	<p>Bartholo, Sansolo e Burstyn (2009); Beni (2006); Bispo e Cañada (2025); Costa (2012); Cruz (2005, 2006, 2009, 2018, 2020); Fratucci (2000, 2014); Malta (2018); Padilha (2018); Rodrigues (2011); Santana Silva e Guidice (2020); Sousa (2011); Yázigi (2003a, 2003b).</p>
Políticas Públicas	<p>O Estado assume um papel central enquanto agente regulador e interventor, sendo responsável pela formulação e implementação de políticas públicas voltadas à mitigação das contradições e problemáticas engendradas pela modernidade. As políticas territoriais de turismo, inseridas nesse escopo, têm passado por transformações ao longo do tempo, marcadas pelo contexto histórico e geográfico e pelas reconfigurações nas relações entre o Estado e o mercado privado. Em determinados períodos, observa-se a atuação ambígua do Estado, que, ao mesmo tempo em que se posiciona como promotor do desenvolvimento territorial, também se ausenta de sua função redistributiva ao alinhar-se aos interesses do capital privado, priorizando a lógica da acumulação em detrimento das demandas sociais. Nos instrumentos de planejamento, a promoção da qualidade de vida frequentemente é apresentada como um dos objetivos centrais atribuídos à atividade turística, associada à promessa de bem-estar e inclusão. No entanto, impõe-se a seguinte indagação crítica: a qualidade de vida</p>	<p>Barbosa e Coriolano (2016); Brandão (2011); Candiotto e Bonetti (2015); González (2014); Jesus (2021); Léda (2005); Lemos (2013); Limonad (2007); Martins, Vaz e Caldas (2010); Queiroz (2016); Sansolo e Cruz (2003); Santos e Alcântara (2016); Sobrinho (2011); Souza (2008); Souza, Nóia e Pinheiro (2016); Souza e Serra (2018); Vilela e Costa (2020).</p>

	reivindicada nos planos, enquanto condição que o turismo supostamente pode proporcionar, é de fato efetivada nos territórios ou permanece como uma aspiração inscrita no discurso planejador?	
Desigualdades Socioespaciais	A desigualdade socioespacial configura-se como uma das expressões mais evidentes da dinâmica de urbanização brasileira, conformada sob os imperativos do modo de produção capitalista. Trata-se de um processo que reflete, de maneira complexa, as formas seletivas de apropriação e de propriedade do espaço, resultando em territorialidades marcadas por profundas assimetrias no acesso a bens, serviços e oportunidades. Essa desigualdade emerge da articulação entre processos de diferenciação e fragmentação socioespacial, tensionados por conflitos entre os interesses do capital, notadamente o setor privado e a lógica da especulação imobiliária, e as demandas sociais por mobilidade, acessibilidade, moradia, infraestrutura urbana, segurança e demais serviços essenciais à reprodução de condições dignas de vida. A análise crítica dessas disparidades exige o emprego de um conjunto de indicadores capazes de revelar sua materialidade nos territórios. Entre os mais relevantes, destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os dados demográficos e de renda, os indicadores de trabalho e habitação, o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), o número de empregos formais, além de informações relativas ao saneamento básico, como acesso à água potável, rede de esgoto e coleta de resíduos sólidos e outros elementos que expressam as condições de vida urbana nos diferentes contextos territoriais.	Blatt (2014); Burnett (2009); Calejon e Roncaglia (2024); Dardot e Laval (2016); Lojkin (1997); Magalhães (2015); Muniz Filho (2021, 2024); Rodrigues (2007) Trindade Júnior (2010).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

A respeito dessa síntese bibliográfica fundamental, destacamos que:

A utilização destes conceitos e temas permitiu apreender como os objetos e ações – concatenados pelas técnicas – influenciaram na dinâmica socioespacial [...] (considerando suas temporalidades e espacialidades) se constituindo em rupturas e/ou rugosidades (econômicas, sociais e políticas) que se desvelaram em diferenciação e desigualdade socioespacial urbana (Muniz Filho, 2021, p. 33).

A apresentação da síntese da bibliografia fundamental, pode ser um caminho útil para pesquisadores que utilizam o mesmo contexto, com as categorias de análise propostas. Desse

modo, reunir a bibliografia utilizada pode servir de suporte na elaboração de um estado da arte para aprofundar investigações, independente do território escolhido para a análise.

1.4 Procedimentos Metodológicos

O caminho metodológico foi instrumentalizado por meio da leitura do método dialético, que faz o estudo da realidade em seu movimento, analisando partes em constante relação com a totalidade, na perspectiva que nenhum objeto existe de forma isolada, desse modo, os fenômenos estão interligados e em contínuo movimento que abrange diferenças e mudanças, ou seja, os conflitos e contradições (Oliveira, 2007, p. 53).

Essa dissertação de mestrado possui abordagem qualitativa e quantitativa, sendo considerada uma estratégia necessária e útil em função dos objetivos e da problemática. Esta é uma abordagem que:

[...] combina-se ou integra-se o uso de dados primários (obtidos em análise de documentos ou a partir de entrevistas junto aos atores sociais) e secundários (basicamente de fontes de dados oficiais) [...]. Várias técnicas de coleta de dados possibilitam que o desenho da pesquisa permaneça flexível, sensível e ajustável a novas ideias e perspectivas (Ortega; Silva, 2016, p. 114).

Do ponto de vista qualitativo, a investigação prioriza a interpretação dos fenômenos socioespaciais a partir das práticas e representações dos sujeitos sociais. Já no que tange à dimensão quantitativa, são utilizados dados estatísticos que retratam a realidade concreta, revelando padrões e tendências estruturais a partir de recortes espaciais e temporais definidos (Ortega; Silva, 2016).

A metodologia foi operacionalizada em três fases complementares: (i) Produção de Dados; (ii) Tratamento de Dados; e (iii) Produção da Informação – Análise de Dados. Essa divisão permitiu a estruturação sistemática do processo analítico, garantindo coerência entre o método e os objetivos da dissertação.

A primeira etapa, (fase 1 - Produção de Dados), se refere à construção do referencial teórico-conceitual, fundamentado em leitura aprofundada de obras científicas, dissertações, teses, artigos em periódicos, documentos institucionais e relatórios técnicos. Para Mares (2022, p. 83) este processo “se deu por leitura densa sobre termos, conceitos, categorias, processos, noções que pudessem alimentar a dorsal [...] assim como, dar movimento à problemática esboçada, através de consulta bibliográfica, em que pese a relação teoria x empiria”.

As obras examinam a compreensão hegemônica das políticas territoriais de turismo, engendradas pelo Estado em seus diversos níveis. O percurso utilizado é similar às concepções

de Malta (2018), que retrata o turismo como solução para os problemas de desenvolvimento das localidades ou como panaceia, contudo, deixa de lado algumas questões importantes que possibilitam melhores condições de vida. Para além disso, concorda-se com o método utilizado por Sobrinho (2011), que utiliza como base a periodização, proposta por Milton Santos, sobre identificar como a estruturação das formas de uso influenciam nas feições espaciais, sobretudo nas comunidades locais.

Busca-se compreender os processos de apropriação e reconfiguração espacial nos municípios da Costa dos Coqueiros (BA), ao longo de distintos períodos históricos, com seus resultados e reflexos que marcam a organização espacial nos dias recentes. Essa perspectiva permite identificar categorias analíticas associadas às heranças socioespaciais, identificadas como rugosidades, e seus efeitos na estruturação contemporânea do espaço (Sobrinho, 2011).

Conforme assevera Mares (2022), para compreender os movimentos sincrônicos e diacrônicos da produção do espaço é fundamental para apreender as dinâmicas locais sob a lógica do capitalismo, destacando que estas se atualizam no estrito presente. Nesse escopo, foi elaborado um quadro de síntese bibliográfica, com as principais categorias teóricas (quadro 1), relacionadas ao tema central da dissertação, construído durante o primeiro semestre do mestrado, a partir do método do Estado da Arte.

Em seguida, outros dados secundários foram coletados, realizando um levantamento documental, que teve como intuito não somente analisar os planos de interesse à essa dissertação, mas, também, os antigos, pois, o intuito é construir uma periodização histórica como forma sistemática de análise das sucessões e coexistências em relação ao tempo dos acontecimentos. Desse modo, utiliza-se da descrição como estratégia integrante do processo, pois:

[...] ajuda a compor o quadro investigado, isto é, uma descrição densa, sendo esse o esforço intelectual feito para chegar às teorizações, com base no que está sendo investigado em menores escalas e proporções. Além de ter, por tendência, uma análise indutiva e, por fim, o confronto entre as teorias e a realidade investigada para uma descrição densa, permitindo avaliação crítica entre os pares (Mares, 2022, p. 87).

Nessa dissertação, quanto às políticas territoriais de turismo, foram analisados documentos estratégicos elaborados e implantados pelo governo do estado da Bahia no período de 1990 até 2023. Dentre os programas, ganham destaque de análise, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Costa dos Coqueiros de 2015 e o Plano Plurianual da Bahia (PPA-BA) de 2020 a 2023.

O PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015, é um plano elaborado pelo governo do estado da Bahia, especificamente pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR-BA). É um

plano regional, que apresenta ações de curto, médio e longo prazo para os municípios da Costa dos Coqueiros, destinados à melhoria da atividade turística com as diversas dinâmicas que a atividade abrange (social, infraestrutura, ambiental, econômica). Em sua metodologia, prioriza a participação de representantes do poder público da esfera estadual e municipal, da iniciativa privada dos municípios, das comunidades envolvidas e de outras instituições e organizações, cuja atividade afete o desenvolvimento do turismo na região (Bahia, 2015).

Além disso, assume um caráter de responsabilidade com os pilares econômicos, social e ambiental que pode mitigar os impactos gerados pelas intervenções realizadas pela atividade turística e possibilitar melhores condições de vida para a população local. Ou seja, apresenta uma visão integrada da realidade da atividade turística, relacionados à cadeia produtiva, à gestão, o acesso aos serviços básicos, destacando o saneamento, energia, comunicação, acesso e transporte (Bahia, 2015).

Já o PPA-BA de 2020 a 2023, é um documento estratégico elaborado pelo governo do estado da Bahia, especificamente pela Secretaria de Planejamento da Bahia (SEPLAN-BA), por meio do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPEGE). Este, é um documento de médio prazo que tem finalidade de viabilizar a gestão das políticas públicas, em conjunto com a ação governamental, assegurando intersetorialidade, orientando na definição de prioridades e ampliando as condições para o desenvolvimento (Bahia, 2019).

Desse modo, o PPA-BA é um documento estratégico que realiza a escuta social dos 27 territórios de identidade da Bahia, que envolve a atuação dos diversos representantes de cada localidade, sendo representados por agentes institucionais, produtivos, sociais, econômicos e privados. As diretrizes estratégicas do plano têm como premissa possibilitar a competitividade sistêmica, a melhoria da qualidade de vida, a formação cidadã, a garantia de direitos, a sustentabilidade ambiental e a gestão estratégica (Bahia, 2019).

A escolha desses dois planos se justifica por três razões principais, sendo o primeiro pela relação temática com políticas públicas e desigualdades socioespaciais; o segundo motivo, se destaca pela centralidade que ambos possuem na definição e execução de ações públicas ligadas ao turismo, dando como exemplo as ações que proporcionam uma melhoria nas condições de vida da comunidade local. O que possibilitou a reflexão de que são instrumentos válidos para identificar como foram pensadas e articuladas essas possibilidades de diminuir as desigualdades socioespaciais em territórios que passam por problemas provenientes do próprio processo de urbanização brasileira.

Em seguida, o terceiro motivo ocorre por conta da complexidade no processo de regionalização tanto dos Territórios de Identidade da Bahia, como do zoneamento turístico.

A configuração dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia teve como principal indutor o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que, em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – Pronat [...]. Em 2007, o Governo da Bahia reconheceu a legitimidade da divisão territorial que foi conformada e a adotou como unidade espacial de planejamento. Para tanto, foi necessário ampliar a representação da sociedade e o escopo das políticas trabalhadas nos espaços colegiados existentes nos territórios, acrescentando ao rural as temáticas e as entidades urbanas. [...] E os territórios rurais passaram a ser Territórios de Identidade (Bahia, 2021, p. 3-4).

Neste estudo, conforme corrobora Sobrinho (2011), torna-se necessário explicar, de forma breve, que existiram alguns processos de regionalização e que, até hoje, influenciam no processo de zoneamento da atividade turística. Ademais, do ponto de vista temporal, deve-se destacar também que, o PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015 foi o último PDITS elaborado especificamente para a zona turística, que tem validade de 5 anos, ou seja, com seu prazo finalizado em 2020, não tendo sido atualizado até o ano de 2025. E o PPA-BA 2020-2023, foi o último plano finalizado do ponto de vista de territórios de identidade. Optamos por incluir um plano que já foi finalizado, por conta da disponibilidade e acesso aos dados de execução das ações.

Ainda se tratando das fontes secundárias, foram consultada as bases de dados para coletar e atualizar os indicadores que serão utilizados, sendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (ATLAS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Índice de Educação Básica (IDEB) disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o Observatório de Turismo e Programa de Regionalização do Turismo do MTur entre outros, possibilitaram a compreensão do panorama das desigualdades socioespaciais nos municípios da Costa dos Coqueiros, por meio de dados quantitativos estatísticos. Vale ressaltar que, estes dados em específico foram escolhidos de acordo o que já consta no PDITS da Costa dos Coqueiros 2015. Por se tratar de um plano que investiga as dinâmicas social, de infraestrutura, econômica e ambiental, ao longo do texto, são apresentados dados já elaborados, especificamente do Censo de 2000 e 2010.

Com os dados teóricos, documentais e estatísticos sistematizados, a segunda fase metodológica, de Tratamento de Dados, consistiu na organização das informações. Foram elaboradas tabelas (dados quantitativos), quadros (referencial teórico) e cartogramas (dados espaciais), bem como foram à apresentação de imagens e fotografias, visando à análise comparativa entre os municípios da Costa dos Coqueiros.

Os cartogramas foram elaborados a partir de dados disponibilizados pelo IBGE, servindo como instrumento comparativo sobre as realidades que já foram analisadas na Costa dos Coqueiros e como está o panorama atualmente, sobretudo do Censo de 2022 do IBGE, ressaltando que as tabelas, quadros e mapas são de extrema relevância para identificar e visualizar as desigualdades socioespaciais por meio da periodização espaço-temporal. É importante pontuar que nem todos os dados necessários foram publicados pelo Censo de 2022 do IBGE, o que levou a pensar em estudos futuros que podem ser elaborados, dando continuidade à essa análise.

As fotografias podem se dividir entre a apresentação de estudos pré-existentes e novos registros feitos em trabalho de campo. Não houve visita em todos os municípios da Costa dos Coqueiros. Apenas, foram visitadas as localidades de Monte Gordo e Guarajuba (Camaçari) e Mangue Seco (Jandaíra). A escolha desses lugares é para apresentar realidades contraditórias expressivas na Costa dos Coqueiros, o de alta concentração de renda a partir da arrecadação do turismo (Guarajuba e Monte Gordo), com outra que concentra pouca renda a partir do turismo (Vila de Mangue Seco).

A primeira fase foi importante para construir a base da pesquisa, o que possibilitou traçar um caminho analítico, já a segunda fase, foi o momento em que se traçou o panorama passado, com seus acontecimentos históricos, sociais, econômicos, além de entender como o turismo se inseriu nesse percurso, bem como identificar quais eram as tendências e padrões naquele momento em específico.

A última fase (Produção da Informação – Análise de Dados), consistiu na análise sistemática dos planos estratégicos, com vistas à identificação de padrões, dinâmicas e contradições nas políticas públicas de turismo. No caso do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020), utilizou-se o método da categorização, que permite agrupar informações com características similares, conforme quatro critérios de homogeneidade, exclusividade mútua, inclusividade e utilidade (Fachin, 2005). É o agrupamento de informações características similares, após o levantamento dos conceitos teóricos-conceituais, que vai possibilitar um trabalho sistematizado e coerente, a partir da abordagem qualitativa (Ortega; Silva, 2016).

Como ocorreu a aplicação do método da categorização no PDITS? O primeiro passo foi pensar em documentos/relatórios de análises e avaliação para identificar o que foi de fato realizado, todavia, em meio à busca desse material, não foi encontrado nenhum documento que explicasse a situação da execução do PDITS. Partiu-se, então, para o segundo caminho de investigação, em que ocorreu um comparativo entre os dados secundários apresentados no plano, a partir dos indicadores mencionados anteriormente (RAIS, CAGED, TEM, IDEB,

IBGE, ATLAS, MTUR entre outros). Isso possibilitou ter uma conclusão e percepção dos padrões e tendências, visto que não houve de fato uma avaliação daquele planejamento.

Já para a análise do PPA-BA 2020-2023, adotou-se o método da triangulação, articulando diferentes fontes e abordagens – qualitativas e quantitativas – que cruzou as informações: (i) conteúdo teórico-conceitual; (ii) dados secundários; e (iii) estrutura interna do plano, incluindo ações orçamentárias e relatórios de avaliação.

O método da triangulação se apresentou como importante ferramenta, visto que é uma combinação entre diversos métodos qualitativos, com diferentes perspectivas metodológicas que se complementam quando analisadas em conjunto sobre determinado tema. É um processo compreendido como a compensação complementar de deficiências de cada método isolado (Flick, 2009). É uma forma que analisa as peculiaridades sem qualquer tipo de subordinação de uma abordagem sobre a outra (Ortega; Silva, 2016).

Como ocorreu a aplicação do método da triangulação no PPA-BA? Essa leitura envolve a utilização do próprio plano (ações Orçamentárias) X relatório de indicadores (utilização dos dados do IBGE, RAIS, CAGED entre outros) X relatórios de avaliação (quais ações foram executadas), que são documentos disponibilizados pelo governo do estado da Bahia. Neste documento, diferente do PDITS, foi possível encontrar relatórios analíticos de avaliação, o que possibilitou trazer essa realidade, num contexto diferente, com dados de fato apresentados de ações que foram concluídas.

Vale ressaltar que, o PPA precisa apresentar, ao final da gestão o relatório de execução do processo, para identificar que aquele responsável controlou onde o orçamento disponibilizado pelo Governo Federal foi implementado. Em contrapartida, muitas vezes, pelos problemas existentes na gestão, os dados podem não ser fidedignos. Com isso, não será intuito nesta dissertação falar sobre as complexidades que envolvem o processo de formulação de análises das ações orçamentárias em determinados lugares. Nos apoiaremos somente aos dados disponibilizados pelo PPA e, em estudos mais específicos do plano, cabe uma análise mais detalhada acerca dessa questão.

Com esse percurso, a partir da análise isolada desses planos, com a aplicação da devida metodologia, essa pesquisa pretendeu analisar os aspectos/dimensões em cada plano para fins de comparação. Na seção 5 encontram-se as particularidades de cada documento analisado e, a partir disso, identificar aspectos, diferenças e semelhanças para validar o objetivo geral dessa pesquisa, especificamente no campo do turismo.

1.5 Estruturação da Dissertação

Além desta introdução, esta dissertação é organizada em cinco seções principais, além da conclusão. Cada uma delas cumpre uma função específica na construção do raciocínio da pesquisa. A primeira seção, “Notas Introdutórias”, apresenta o ponto de partida do trabalho: o tema, os objetivos, as perguntas que orientam a pesquisa, a justificativa da escolha e o método adotado. Nela, também são definidas as categorias de análise e o caminho teórico-metodológico que sustenta a investigação.

Na segunda seção, “Abordagens Teóricas sobre a Relação Espaço-Tempo e Turismo”, discutem-se os fundamentos teóricos que ajudam a entender sobre as dinâmicas do processo da produção do espaço, que nos coloca diante de conflitos entre uma produção voltada apenas para interesses de um sistema econômico, em detrimento da vida social, resultando no embate contínuo nas formas que essa produção assumiu ao longo do seu percurso histórico. Assim, cabe refletir a atuação dos agentes envolvidos, as relações estabelecidas, os conflitos, como possibilidade de compreender como ocorrem as desigualdades socioespaciais na contemporaneidade, tendo as políticas territoriais de turismo como lente interpretativa.

A terceira seção, “Caracterização da Área de Estudo: A Costa dos Coqueiros (BA)”, foi realizada uma contextualização histórica e geográfica, com breves apontamentos sobre a questão ambiental, pontuando os fatores que influenciaram o processo de urbanização nessa zona turística. Além disso, foi explicado como ocorreu o processo de inserção da atividade turística na Costa dos Coqueiros, pontuando como os agentes envolvidos e o próprio estado articularam ações que reivindicavam esse crescimento econômico, desconsiderando as comunidades que vivem nos lugares e que até hoje lutam para garantir a sua terra.

Na quarta seção, “Urbanização e Estruturação do Território: análise das políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros (BA)”, o intuito foi apresentar a evolução das políticas territoriais na zona turística entre os anos 1990 e 2023. Foi necessário compreender como essas políticas pensam e se articulam. Quem planeja e para quem. Os panoramas foram analisados nas escalas federal e estadual.

Na quinta seção, “Políticas Territoriais de Turismo na Costa dos Coqueiros (BA) e suas implicações na produção do espaço urbano (2015-2023)”, foi apresentada a fase de produção de dados referente a cada plano. Primeiro de forma isolada, seguida da análise em conjunto para fins de comparação.

Na conclusão, apresentou-se uma síntese da teoria utilizada (por meio das categorias de análise), buscando apontar caminhos e desdobramentos, convergências e divergências, com

sugestão de futuras investigações, afinal, fazer pesquisa é isso, um caminho que sempre leva a outra perspectiva.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO E TURISMO

A produção do espaço urbano revela um conflito permanente entre duas forças, em que, de um lado, prevalece uma lógica orientada pelos interesses do capitalismo, e de outro, uma produção voltada à reprodução da vida social. Essas dinâmicas se antagonizam no interior das regiões e se materializam historicamente em formas espaciais que priorizam a apropriação privada do espaço. Diante disso, torna-se essencial investigar os agentes sociais, suas relações e os conflitos que estruturam o processo de produção do espaço na contemporaneidade, tomando as políticas territoriais de turismo como lente interpretativa.

Nesta seção, são reunidos aportes teóricos-conceituais sobre a relação entre espaço e turismo e, conforme Campos (2020), o movimento condutor dessa análise é proveniente de um par clássico do campo da Geografia: Espaço e Tempo, que possibilita compreender as múltiplas transformações sociais e espaciais do mundo moderno.

Conforme Limonad (2008), compreender o processo de urbanização no Brasil implica considerar a diversidade de ritmos, fluxos e escalas que estruturam esse fenômeno. Essa leitura envolve também a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, exigindo a análise de acontecimentos e controvérsias, que podem ser convergentes ou divergentes.

Nesse sentido, adota-se o conceito de periodização, que para Santos (2012) permite explicar a história, as formas de articulação do espaço, os processos de urbanização e os diferentes graus de desenvolvimento e dependência. O autor ressalta, entretanto, que esse tipo de abordagem só possibilita formular preposições, não soluções, uma vez que estas só podem ser construídas diante de casos concretos.

A partir desse recurso, a análise se ancora em uma perspectiva geográfica, orientada por uma dimensão política e espacial. É nessa condição que o turismo, estudado sob o olhar da Geografia Urbana, se revela um fenômeno capaz de se inserir no espaço de múltiplas formas, promovendo transformações de diversas ordens. Por isso, torna-se necessário apresentar possibilidades analíticas que apontem para diferentes formas de organização do espaço, sempre considerando as práticas sociais que lhe dão sentido (Padilha, 2018).

Mais ainda, acerca das reflexões analíticas sobretudo no campo da Geografia, Carlos (2007a) pontua que a sociedade urbana contemporânea é colocada diante de uma nova relação do tempo e espaço, caracterizada pelo período histórico atual. Essa lógica decorre de um processo de urbanização já generalizado em escala global, que evidencia tanto continuidades como descontinuidades, configuradas por rupturas e ritmos, desequilíbrios na ação pública, tensões em diferentes formas de poder e conflitos de classe, indicando a necessidade de desenvolver novos olhares.

Do ponto de vista da Geografia do Turismo, Padilha (2018) destaca a contribuição dessa abordagem para compreender como a atividade se apoia em transformações espaciais, envolvendo questões de infraestrutura, meio ambiente, transporte e população. Esse entendimento requer uma visão mais crítica sobre a apropriação e os impactos da atividade turística.

Para além disso, Cruz (2009) acrescenta que a leitura geográfica do turismo deve incorporar o conceito de desenvolvimento desigual do espaço no capitalismo. Isso ocorre porque o capital é seletivo em sua atuação espacial, e o turismo se insere nessa seletividade, pois ocorre em territórios já ocupados que sofrem modificações para atender tanto aos agentes que produzem o espaço, público e privado, quanto aos turistas que o consomem. A produção do espaço deve ser entendida a partir da divisão territorial do trabalho, o que implica analisar os sujeitos envolvidos, em suas dimensões materiais e imateriais, compreendidas como históricas e sociais.

Para Fratucci (2014), tais reflexões permitem uma leitura dialética dos fenômenos que se desenvolvem nos destinos turísticos, ao reconhecer contradições e diferenças. Esse olhar amplia a compreensão sobre a produção, o ordenamento e o consumo do espaço vinculado à atividade turística.

Diante dessa base bibliográfica, torna-se pertinente reafirmar a centralidade do espaço e da urbanização enquanto estruturas compostas por elementos interdependentes, que se articulam em processos complexos, marcados pela ação de agentes indutores, pelos sujeitos impactados e pelos fins que tais transformações se destinam. O espaço será, portanto, a primeira categoria de análise discutida na subseção seguinte.

2.1 O espaço analisado como percurso inicial

A compreensão do espaço geográfico, conforme Carlos (2007b), deve ser analisada a partir da relação dialética espaço-sociedade, na qual o ato de produzir a vida coincide com o

ato de produzir o espaço, uma vez que para a sustentação da existência decorre da prática socioespacial. Mais ainda, para Carlos (2007a, p. 12) “[...] o espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o”.

Santos (2012), recorre aos elementos espaciais e sociais como chave para compreender determinados processos. Os elementos espaciais são os que dispõem de extensão, os elementos sociais, são os que possuem uma forma interna de funcionamento da sociedade, que podem ser influenciados pela lógica das diferentes forças. Todos os elementos possuem estruturas, que, por certos momentos, são consideradas complexas, desse modo, conforme Santos (2012, p. 28) “[...] o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução à evolução das suas próprias estruturas”.

As estruturas, para Santos (2012), são uma rede de relações, composta por fluxos e unidades elementares, onde se manifestam hierarquias e dominação. Assim, tanto o espaço, quanto o processo de urbanização pode ser compreendido como estruturas, dentro das quais o turismo se insere como elemento articulador.

A dinâmica espacial ou a configuração territorial, segundo Santos (2002), é moldada pelas ações humanas em suas dimensões técnicas, formais e simbólicas. Essas ações refletem demandas de natureza econômica, social, cultural e imaterial. Nessa perspectiva, quando se considera a centralidade das relações de poder, entende-se que:

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa maneira, defrontamo-nos com o território vivo, vivendo. Nele, devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados [...] (Santos; Silveira, 2006, p. 247).

Portanto, as discussões desta pesquisa atravessam essas transformações espaciais intensificadas pelo processo de globalização. Para Santos e Silveira (2006), o discurso mais recente do mercado global se materializa na ação de empresas que, ao atuarem em uma localidade, articulam-se com outros agentes para adequar o território aos seus próprios interesses.

Nesse cenário, tais empresas exercem influência suficiente para induzir os Estados a adotar comportamentos mais compatíveis com suas necessidades, gerando um efeito de entropia sobre as localidades. Isso significa que, para assegurar o funcionamento adequado dessas empresas, multiplicam-se as diferenciações entre os lugares. Como resultado, o espaço nacional, dentro dessa lógica, é reorganizado para atender à reprodução do capital de grupos

hegemônicos, o que leva à fragmentação territorial, tornando-o incoerente e, em certa medida, anárquico para os demais agentes (Santos; Silveira, 2006).

Para Santos (2012), os processos de natureza econômica, institucional e cultural que incidem sobre determinada área derivam de múltiplos níveis de decisão. Contudo, quando tais decisões estão subordinadas a uma ordem global que não se ajusta às condições locais, especialmente no contexto da expansão das tecnologias de comunicação, o espaço se transforma em palco de tensões e conflitos.

Conforme Souza (2008), instalou-se, em diferentes lugares e de modos diversos, um discurso ideológico segundo o qual as localidades deveriam adaptar-se aos preceitos da globalização. Entretanto, esse processo não considera as comunidades, gerando embates que se intensificam com o avanço da desigualdade, causando um conflito contínuo no território. Nesse movimento, conforma-se uma nova dinâmica espacial em que, por vezes, o global se impõe ao local, e em outras situações, o local busca resistir e afirmar-se diante do global, coexistindo e disputando o mesmo espaço.

Limonad (2008) considera que a globalização da economia, dos padrões de consumo e dos modos de vida conflituosos, é acompanhada também pela globalização da pobreza, da miséria e da violência. Há um processo crescente de homogeneização em escala global, mas que convive com um tecido social heterogêneo, onde predomina a desigualdade socioespacial e, como aludido em Limonad (2008), conforme assevera, também, Milton Santos, as possibilidades de desenvolvimento e de acumulação de capital se ancoram em continuidades e descontinuidades temporais, articuladas vertical e horizontalmente.

O neoliberalismo reforça a produção de espaços classificados como vazios de consumo, pois a distribuição geográfica de bens e serviços é seletiva, direcionada pela competitividade de buscar localizações mais vantajosas (Santos; Silveira, 2006). No campo do turismo, é possível identificar essa dinâmica que dialoga com os conceitos elaborados pelos autores sobre as novas formas de compartimentação territorial e de fragmentação socioterritorial, expressas em quatro categorias: a) Espaços de Fluidez e Viscosidade; b) Espaços da Rapidez e da Lentidão; c) Espaços Luminosos, Opacos e Intermediários; d) Espaços que Mandam e que obedecem. Para tal compreensão, entendemos que:

As primeiras fases do processo de integração foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico como geograficamente. É nessa última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de uma difusão de modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e formas de organização (Santos, 2023, p. 39).

A partir disso, adentra-se no período técnico-científico, em que as remodelações se impõem tanto no meio rural quanto no urbano. Entre os fatores que impulsionam essas mudanças nos territórios, destacam-se os investimentos em infraestrutura. A velocidade dessas transformações é intensa, superando o próprio ritmo de reprodução do capital e da assimilação social dessas alterações. No entanto, espacialmente, elas se tornam as mais perceptíveis, materializando-se nos objetos.

Santos (2023) identifica elementos que sustentam esse processo, como a configuração territorial baseada em sistemas de engenharia, que permite a criação de condições de trabalho, no sistema de transporte, das telecomunicações e da energia. Em seguida, enfatiza o desenvolvimento de produção material, industrial e agrícola, associado a novos modos de consumo e distribuição, configurando uma forma produtiva renovada. Por fim, a expansão das formas de produção não material, destacando saúde, educação, lazer, informação e até mesmo esperanças como dimensões fundamentais do novo cenário.

No contexto brasileiro, Trindade Júnior (2010) corrobora que o processo de urbanização não acompanha, com o mesmo ritmo e densidade, a expansão do modo de vida urbano. Esse descompasso resulta no fenômeno da metropolização do espaço, entendido como a difusão de elementos metropolitanos em áreas que não possuem necessariamente esse caráter.

Carlos (2007a) acrescenta que o espaço, cada vez mais dominado pela lógica da troca, transforma-se em espetáculo do consumo, adquirindo novos conteúdos. Os ritmos urbanos passam a ser regulados pelos transportes, limitando antigos usos. Os hábitos se modificam de maneira gradual, muitas vezes imperceptível, ou de forma abrupta, conduzindo os espaços a se reinventarem como lugares onde a população precisa criar estratégias de sobrevivências e novas formas de captar renda.

Essas reestruturações espaciais no urbano desencadeiam, de modo inevitável, transformações sociais, tendo a necessidade de atentar-se para a reflexão acerca dos novos sentidos de apropriação dos territórios, uma vez que tais mudanças revelam contradições, disputas e ações hegemônicas, mas também abrem possibilidades interpretativas para compreender os novos usos do espaço.

Com o processo de aceleração do tempo e as rápidas mudanças envolvidas, destaca-se a influência causada na vida cotidiana da população, provocando diversos impactos e novas configurações no padrão e na forma de vida. Para Carlos (2007a), esse é um traço da pós-modernidade, em que a efemeridade temporal conduz a um espaço amnésico, marcado pela velocidade das comunicações, pela expansão das redes e pelo acesso ampliado à informação.

A redefinição da experiência espaço-temporal nas diferentes sociedades, intensificada pela globalização, faz com que os territórios sejam moldados por jogos de escalas conduzidos por agentes que buscam atender às demandas do consumo (Cruz, 2006).

O espaço é unidade de reprodução social, atravessada por múltiplos processos que manifestam conflitualidades, desse modo, a análise crítica deve investigar fatores urbanos como o crescimento, a hegemonia de coalizões e sua projeção sobre áreas de influência, verificando quais os efeitos de dominação, problematizando questões como o grau de endogeneização das ações e a forma como as interações entre sujeitos e instituições transformam ou consolidam estruturas urbanas (Brandão, 2011). Essas arenas se configuram como espaços de disputa e luta, que tendem a homogeneizar paisagens e práticas sociais.

Sobre as forças hegemônicas, Santos (2006) reforça que os objetos que constituem o espaço geográfico contemporâneo são concebidos com finalidades específicas e localizações intencionais. Com isso, o sistema hegemônico constitui esse conjunto de espaços graças às relações privilegiadas desses agentes, fomentando, cada vez mais, apropriações desiguais que atendem aos interesses individuais.

A configuração do espaço urbano é resultado da sobreposição de acontecimentos, dinâmicas e processos que ocorreram ao longo da formação socioespacial, concatenados por objetos e ações que possuem características engendradas por agentes produtores do espaço e que, em determinados territórios, materializam-se em desigualdades e diferenciações socioespaciais urbanas (Muniz Filho, 2021).

Por essa condição, na Costa dos Coqueiros é perceptível com a inserção do turismo. A atividade é apresentada como capaz de impulsionar a economia e promover melhorias de vida, mas, na prática, observa-se a implantação de estruturas e empreendimentos que beneficiam apenas uma parte da população. Na subseção seguinte, o turismo será discutido como elemento central desse percurso, uma vez que não existe turismo sem espaço e, conseqüentemente, sem sociedade.

2.2 Perspectivas Urbanas: Espaço, Turismo, Diferenciações e Desigualdades Socioespaciais

O turismo é uma atividade que abrange diversas dimensões de análises, sobretudo, no que diz respeito às dinâmicas socioespaciais. Todavia, no mundo global, neoliberal, tal atividade apresenta-se também como produtora de espaço. É um fenômeno que vem assumindo

uma importância cada vez mais ampla, considerando todas as atividades que compreende e recursos que utiliza (Padilha, 2018).

A atividade não se constitui apenas como atividade econômica, mas sim, como uma prática social, que está subordinada às lógicas do espaço e que é possível perceber uma concentração de riqueza, uma desigual divisão do trabalho, o que possibilita destaque maior à determinados destinos e da classe média e alta de acordo com os interesses de determinados agentes produtores, composto pelas redes hoteleiras internacionais, agentes imobiliários e Estado. Esses atores estruturam territórios com forte densidade de infraestrutura, equipamentos e serviços, reforçando desigualdades socioespaciais.

Nesse sentido, a atividade turística se apresenta como elemento fundamental que modifica a estrutura urbana e o território nos mais diversos formatos, categorias e configurações do tempo e espaço (Fratucci, 2000). Ainda conforme Fratucci (2014), o fenômeno turístico é compreendido como complexo, mas, não complicado, já que interfere na dinâmica socioespacial a partir das ações e reações de múltiplos agentes sociais que produzem este espaço. Essa prática abrange experiências ligadas à vivência de elementos relevantes para a comunidade, constituindo-se em um sistema aberto, dinâmico e em constante transformação, resultado da atuação diacrônica de diferentes grupos sociais.

Dentro da perspectiva da mudança da dinâmica do espaço de acordo com a utilização dos diversos instrumentos, pode-se citar a possibilidade que o turismo tem, enquanto prática social, de contribuir para essa mudança contínua em seu processo. O mesmo se impõe em um local, que não é um espaço vazio e sem dono, ou seja, o turismo acontece em espaços previamente ocupados, em que, historicamente e geograficamente, populações se desenvolveram e vivem suas vidas cotidianas (Cruz, 2009). Por isso, além de construir novas configurações espaciais, interfere diretamente nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, produzindo impactos positivos e negativos (Santana; Silva; Guidice, 2020).

Nesse sentido, a atividade provoca imbricamentos territoriais específicos em suas áreas de dispersão (localidades emissoras), nas áreas de deslocamento e nas áreas de atração (localidades receptoras), causando uma produção, reprodução e consumo deste espaço (Rodrigues, 2011). Nessa perspectiva, atrelado ao contexto das zonas litorâneas e do urbano, é neste campo que serão abordadas as estruturações e articulações, sendo possível identificar “[...] as permanências, rupturas, normas e ritmos, seu regime de expansão, questionando sua inserção e posição nos sistemas e complexos de cidades existentes em várias escalas espaciais” (Brandão, 2011, p. 310).

Ao se destacar pela relevância obtida nesse processo, o turismo vive no embate entre as relações do mercado e o poder público, que tem como foco reproduzir seus próprios interesses no local, desencadeando conflitos e problemas. Desse modo, Padilha (2018) assevera que o turismo é um produto de processos sociais, sendo subjetivos e objetivos, que engloba dinâmicas culturais e históricas, em que se articulam os interesses locais, os valores da sociedade que ali vive e as próprias imagens com os atributos materiais do local.

Rodrigues (2011), assevera que não se pode negar a influência da atividade e os rebatimentos que provoca no território que, vale ressaltar, não pode ser considerada uma totalidade espacial. Há uma série de componentes à exemplo da fluidez do capital financeiro ou, até mesmo, a atuação da mídia. Todavia, os elementos básicos do turismo são a oferta e demanda, os serviços e sua infraestrutura disponibilizada, o transporte, o poder de decisão e de informação, o comércio e a promoção. Vale ressaltar que estes não podem ser compreendidos separadamente.

Para Fratucci (2014), tais considerações possibilitam uma interpretação dialética dos fenômenos que ocorrem nos destinos turísticos, incorporando e reconhecendo as diferenças e contradições, na tentativa de ampliar o conhecimento sobre a produção e ordenamento, bem como o consumo no e do espaço, utilizados pela atividade turística. Santos (2012) pontua que a história e o espaço estão sujeitos a evoluções e revoluções em que seu papel pode variar de acordo com o tempo e o espaço. Santos e Silveira (2006), também reforçam que esse processo histórico, que ocorre em um dado momento, tem a necessidade de verificar o que é novidade e o que é herança.

Para Barbosa e Coriolano (2016), o turismo veicula-se por dois eixos, sendo o convencional e o de luxo. Estes são produzidos pelos detentores de capital e, em sua maioria, visa essencialmente ao lucro, acumulação e reprodução capitalista. Na Costa dos Coqueiros, está associado diretamente aos grandes *resorts* e cadeias hoteleiras de rede internacional. O turismo convencional, de baixo para cima, seria aquele desenvolvido por moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e construtores da própria cadeia produtiva, tendo sua fonte de renda direta e todo o lucro permanece na comunidade, contudo, é uma prática quase inexistente e invisível.

No discurso da desigualdade socioespacial e diferenciação socioespacial, a nova condição urbana, do ponto de vista político, debilita a ideia de cidadania e coloca em seu lugar o consumo enquanto elemento que busca o destaque do território e reconhecimento e inclusão nos processos econômicos da sociedade (Pereira, 2018). Assim, os destinos da cidade ficam por

conta do interesse privado, deixando de lado a atuação do cidadão no espaço, considerado um elemento que daria consistência ao debate. Em outras palavras:

A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social [...] exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista (Rodrigues, 2007, p. 74).

Desigualdade e diferenciação são expressões que se apresentam numa perspectiva multidimensional, sendo utilizadas para descrever diversos processos nos diversos campos de conhecimento (Muniz Filho, 2021), neste estudo, foi dado ênfase ao turismo.

A diferenciação pode ser de caráter natural, social ou cultural, enquanto que a desigualdade se vincula, principalmente, ao aspecto social, político e econômico. Ainda que possuam conotações distintas, tanto a desigualdade como a diferenciação são associadas, no senso comum, como sinônimo, todavia, no campo da Geografia, sobretudo no pensamento crítico, cujo embasamento é a compreensão da inter-relação sociedade-espaço, os termos podem ser compreendidos por meio dos conjuntos de relações estruturadas (Muniz Filho, 2021).

Metodologicamente, as abordagens geográficas que buscavam compreender as desigualdades e diferenciações socioespaciais, foram apresentadas como formação socioespacial, a partir de Milton Santos, e desenvolvimento geográfico desigual, a partir de David Harvey. Na concepção de Milton Santos, a formação socioespacial se configura como um processo de evolução que é fundamental para explicar porque os espaços se diferem um dos outros (Muniz Filho, 2021).

Já a desigualdade socioespacial está ancorada na concepção de desenvolvimento desigual, porque na sociedade de classes, a diferenciação entre os seus membros, ocorre de acordo com a participação do processo de produção e distribuição de riqueza gerada, considerando a divisão espacial do trabalho como elemento articulador dos lugares, desse modo, é possível concordar que as desigualdades e diferenciações são necessárias ao capitalismo, uma vez que estes são reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução desse sistema (Muniz Filho, 2021).

Frequentemente, essa desigualdade se relaciona à falta ou precariedade da moradia, do saneamento, dos estabelecimentos de ensino, dos postos de saúde, do transporte coletivo, da mobilidade, com a ausência de investimentos públicos que não criam condições de sobrevivência (Rodrigues, 2007).

Por isso, vale pontuar o trabalho atrelado ao marketing territorial, pois, esta é uma das principais estratégias utilizadas pelo governo. O marketing territorial, em alguns casos, pode desvelar outras imagens do lugar que vão além da ideia que os agentes produtores do espaço estimulam, desse modo, a imagem criada, objetiva “atrair investimentos externos, elevar o grau de competitividade do cenário global [...]” (Muniz Filho, 2022, p. 136).

A problemática desse recurso, na verdade, não se restringe ao conteúdo transmitido em si, mas às modificações estruturais que se impõem nos territórios quando estão diante da tentativa desses agentes de ditar os novos modos de relação, vivência, hábitos e modelos, impactando diretamente nas relações sociais (Mares, 2016).

Ao perceber um funcionamento de cidades segregadas, desiguais, com fortes problemas socioespaciais, esta discussão intenta abordar pontos de discussão acerca das transformações espaciais pelas quais passam os territórios brasileiros, que estão imbricadas com a divisão territorial do trabalho nas diversas escalas, tendo efeito no processo de reestruturação do espaço que, por sua vez, possui caráter natural, social e cultural, sendo o ponto de partida para o entendimento da desigualdade, desse modo, a diferenciação é a apreensão do espaço na sua forma social e, conseqüentemente, desigual (Muniz Filho, 2021).

Nessa perspectiva, o processo de segregação é, por conseguinte, fragmentado, de acordo com a lógica do consumo, que redefine a experiência no espaço e no tempo. Essas práticas, abordadas nesse trabalho sob a lógica da atuação do poder público, constitui um novo modo de vida e está relacionado também com o status, renda, classe grupos sociais e etnia (Pereira, 2018). Percebe-se um reforço e acentuação dessas desigualdades que, por sua vez, carecem de análises, quando são até ignoradas, perante o consumo desenfreado que incorpora, cada vez mais, a ideia da produção e reprodução do capital.

Burnett (2009) assevera que, como o processo não pode ser diretamente comandado pelos agentes privados, por mais que seja o principal agente envolvido, abre-se espaço para os representantes políticos que afirmam esse controle, também, de acordo com o interesse privado, desse modo, alguns programas assumem caráter capitalista com programas e ações voltados para o desenvolvimento geral do país, com objetivo de não distinguir classe social, contudo, a reprodução destes, impacta o meio ambiente e ameaça povos tradicionais. Então, até que ponto essas iniciativas assumem caráter de aderir a participação social e considerar a vulnerabilidades físicas, culturais e sociais? Vale ressaltar que a classe popular, também, se insere nesse processo como agente produtor do espaço que se aproveita de ambas as demandas (pública e privada) para lutar e garantir o seu lugar na cidade (Muniz Filho, 2021).

O processo de urbanização atrelado à atividade turística contempla a transformação do território no sentido de ser visualizado para consumo e lazer, impondo novas características técnicas e estéticas, combinando objetos e valores locais herdados com novos elementos materiais e simbólicos, ou seja, busca-se identificar atrativos que tornem o local competitivo ao mercado local (Léda, 2005).

Conforme Muniz Filho (2024), uma crítica pode ser elaborada acerca das desigualdades socioespaciais promovidas pela atividade turística, iniciando pelo Nordeste brasileiro, em que é repleto de diferenças e contradições. De um lado, existe o Nordeste paradisíaco, que o turista vê, por outro lado, é um dos territórios de maior concentração de pobreza do Brasil. Vale ressaltar que, a concentração de renda é um dos principais elementos do processo de desigualdade socioespacial. Nessa perspectiva, a riqueza produzida pela atividade turística é contrastada com as condições de reprodução da vida em muitos destinos turísticos.

Desse modo, é possível concordar que “Tanto a produção quanto o consumo do espaço ocorrem de maneira desigual e são, portanto, fatores de diferenciação socioespacial, uma vez que os usos e valores do espaço são desigualmente apropriados pelas classes sociais nas diversas escalas” (Muniz Filho, 2021, p. 135).

A Costa dos Coqueiros está inserida nesse processo de economia neoliberal, a partir das ações e incentivos de investimentos econômicos do Governo Federal e Estadual, bem como dos agentes privados, com a implantação de projetos turísticos e empreendimentos imobiliários com capital internacional, desse modo, resulta em uma inserção da atividade “[...] pouco robusta gerando postos de trabalho na atividade turística em grande parte subalternos e de remuneração baixa” (Magalhães, 2015, p. 254).

Vale ressaltar que, o processo de desenvolvimento socioespacial se constata com uma melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social. A mudança, no sentido positivo, contempla as relações sociais, mas, também, condições favoráveis da espacialidade. No que diz respeito à qualidade de vida, corresponde à crescente satisfação das necessidades (básicas e não básicas, materiais e imateriais). Já o aumento da justiça social, se refere ao tratamento igual, nas oportunidades, na infraestrutura apropriada, nas condições de renda e salários e, para além disso, concordamos que:

Deve-se dizer que o objetivo de aumento da justiça social calibra e contextualiza o objetivo de melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, ao estabelecer que a satisfação das necessidades básicas dos grupos menos privilegiados terá prioridade sobre a satisfação das necessidades não-básicas dos grupos mais privilegiados. Nenhum dos dois objetivos é, em última análise, mais importante que o outro. Ambos são imprescindíveis (Souza, 2010, p. 64).

Souza (2010) assevera que, diante da tarefa de avaliar impactos, de uma possível intervenção, realizada ou em curso, que estime os prováveis efeitos da implementação de estratégias de desenvolvimento, deve-se questionar: Como determinada estratégia contribui para obter mais qualidade de vida e justiça social?

Do ponto de vista da Costa dos Coqueiros, é possível perceber que essa dinâmica segue provocando desigualdades e diferenciações socioespaciais, embora tenham sido feitos diversos estudos que comprovem isso. Desse modo, cabem análises atuais acerca dessa realidade que essa população vive, desde sempre, percebendo se essas ações são realizadas em prol dos moradores das localidades envolvidas ou somente direcionadas para os agentes de determinado espaço.

Por essa condição, Muniz Filho (2022) pontua que, torna-se necessário inserir a população no processo produtivo e nas atividades de foco econômico, dando oportunidade de diminuir a desigualdade socioespacial. Todavia, deve-se ter um olhar especial para as comunidades que já foram inseridas, mas de forma desigual e desvantajosa.

Adquirindo essa consciência em caminho ao desenvolvimento local, há possibilidade de se pensar em um território onde o uso prevaleça, principalmente, entendendo que a atividade traz benefícios, mas que os verdadeiros beneficiados, sejam as populações que ali vivem.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A COSTA DOS COQUEIROS (BA)

A terceira seção tem como objetivo apresentar o processo de formação histórica e geográfica da Costa dos Coqueiros (BA), destacando a forma como a atividade turística foi deflagrada na região e trazendo apontamentos sobre as implicações ambientais decorrentes das práticas espaciais que continuamente se desenvolvem nesses territórios.

Ao longo da dissertação, busca-se demonstrar que as dinâmicas presentes na zona turística se configuram como complexas. Essa complexidade decorre da atuação de múltiplos agentes que orientam suas ações segundo interesses próprios em comunidades que resistem a tais pressões, mas também da intervenção do Estado, cuja atuação contribui para a produção do espaço sem garantir benefícios equitativos à população local.

A complexidade observada não se limita às condições de vida das pessoas, frequentemente marcadas pela insuficiência de políticas capazes de promover melhorias

sociais, mas se estende à própria organização geopolítica, especialmente no contexto do processo de regionalização dos Territórios de Identidade e da elaboração do Mapa do Turismo Brasileiro.

Assim, a discussão apresentada neste capítulo se insere diretamente nessas problemáticas, ao explicar por que determinados municípios participam ou não do processo de zoneamento turístico. Essa dinâmica reforça evidências já identificadas em estudos anteriores sobre as práticas espaciais que estruturam os lugares e que resultam em processos de seletividade espacial, fragmentação territorial, diferenciação, estrangeirização e alienação, os quais, conforme Sobrinho (2011), têm origem em lógicas tanto exógenas quanto endógenas, caracterizadas por ambiguidades, conflitos e contradições.

3.1 Contextualização Histórica e Geográfica

A Costa dos Coqueiros (Figura 1) é composta pelos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Essa zona turística abrange uma área de 6.108 km² e aproximadamente 200 km de extensão litorânea (Bahia, 2015), estando localizada nos Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte – BA.

Cabe aqui uma observação crítica sobre o município de Cardeal da Silva. Apesar de aparecer nos mapas oficiais e ocupar posição central em relação aos demais municípios, nunca integrou formalmente a zona turística da Costa dos Coqueiros. Essa exclusão resulta das disputas e contradições presentes no processo de regionalização e na própria definição das zonas turísticas, o que evidencia o caráter conflituoso desse zoneamento.

Para compreender esse processo, é necessário retomar a formação territorial do Litoral Norte da Bahia. Em seu período inicial, a região foi marcada pela agricultura, pecuária e atividades extrativistas. No entanto, essas práticas foram rapidamente substituídas pelo avanço das atividades imobiliárias e de serviços, impulsionadas pela instalação de indústrias que reforçaram a lógica da urbanização brasileira. Essa dinâmica intensificou a especulação imobiliária, ampliou o crescimento urbano de forma complexa e, muitas vezes, desordenada, e comprometeu a qualidade ambiental, sobretudo na faixa costeira (Sobrinho, 2011).

A formação territorial do Litoral Norte da Bahia, se inicia pela ocupação dos antigos povos nativos, sendo os Tupis, Tupinambás e Massarandupióis. Esse contexto geohistórico, é marcado, logo em seguida, pela ocupação e estabelecimento da Coroa Portuguesa, com concessões territoriais outorgadas, que culminou na dinâmica de formação da propriedade

privada da terra e da apropriação fundiária. Com isso, Francisco Garcia D'Ávila (o primaz, que foi sucedido pelo seu Morgadio) ganha destaque pela vasta construção de propriedades ao longo do território, sendo um “[...] proprietário absenteísta, que se tornou um dos principais e mais ricos habitantes da cidade de Salvador, e um dos maiores sesmeiros do Brasil, conquistando terras à custa da aniquilação dos índios tupinambás” (Magalhães, 2015, p. 77). Vale ressaltar que, além da expulsão dos índios tupinambás do litoral do Rio Vermelho e Itapuã, houve o domínio dos índios caetés que foram utilizados como escravos em suas propriedades (Sobrinho, 2011).

Nesse sentido, é possível verificar os conflitos de uso e ocupação do solo. De um lado, estão as populações tradicionais, na linha tênue entre a possibilidade de permanecer vivendo de maneira ancestral, proveniente de práticas e saberes de gerações passadas, que precisam se adequar às imposições do capitalismo, de outro, o grande capital (fazendeiros, grileiros, empresas imobiliárias, bancos, empresas industriais, governos – estadual e municipal, e associações sem fins lucrativos), que por meio do capital fundiário e imobiliário, toma conta das terras onde habita a população das comunidades tradicionais (Magalhães, 2015). Verifica-se então uma dinâmica de domínio, apropriação e expulsão, bem como a necessidade de acúmulo, domínios fundiários (arrendamento e venda da terra), com forte influência da prática do monopólio. É importante salientar que essas práticas estão presentes até os dias recentes.

Sobrinho (2011), pontua que, no século XIX, as estradas de ferro, que partem sobretudo de Salvador em direção às outras regiões do estado e do país, estabelecem uma nova modalidade de integração, causando um novo desenvolvimento no sistema urbano. Ao final do século XIX, com o declínio da família D'Ávila (ou seja, com fim do Morgado)¹, o prussiano, naturalizado americano, *Sigisfred Sigismundo Schindler* ocupou as terras e iniciou a prática do extrativismo, com a piaçava, o látex da mangaba para a produção da borracha e a castanha de caju, vendendo parte dessas terras para uma empresa estrangeira (*British and Brazilian Rubber Planters & Manufaturados LTDA*) que deu continuidade ao extrativismo para a exportação. Em 1940, ocorre a falência dessa empresa e o *Bank of London* passa a ser o responsável pelo remanescente da empresa, que em 1949 repassa essas referidas terras para a empresa Odebrecht por um preço simbólico.

¹ Patrimônio vinculado que não podia ser vendido, dividido ou alienado e que era passado ao filho mais velho, por falecimento daquele que o possuía; morgadio. Em 1852 morre o Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (Senhor e Morgado da Torre). Como já havia sido extinto o regime de Morgadio no Brasil (1835), não houve sucessão do Morgado da Torre e nem de seus anexos, por não mais existirem os vínculos (Casa da Torre, 2019 *apud* Muniz Filho, 2021, p. 42-43).

Considerando essa dinâmica e mudança das atividades econômicas realizadas, novas redes de relações são estabelecidas, com novos fluxos, todavia, a lógica colonial permanece, sendo a concentração da terra, renda e interesse básico do governo e do capital (Souza, 2009). Do ponto de vista material (as rugosidades), verifica-se a presença de edifícios que possuem importante valor histórico, como engenhos, casas, fazendas e povoados, nos quais residem grande parte da população, principalmente pescadores, marisqueiros, artesãos e lavradores que praticam agricultura familiar (Jesus, 2021).

O povoamento da região ocorreu de forma lenta e rarefeita, a partir dos núcleos urbanos situados nos entroncamentos ferro-rodoviários e das vilas de pescadores que estavam na área litorânea. Ademais, os latifúndios focados na criação de gado, na silvicultura e extrativismo, constituíram-se em entraves no processo de ocupação dessa região (Sobrinho, 2011). Até 1957/1958, o Litoral Norte da Bahia teve uma agricultura de subsistência assentada em atividades de pesca, extrativismo vegetal, pecuária de corte praticada em regime extensivo, formando, também, uma importante bacia leiteira abastecedora do mercado de Salvador, quando começou a declinar pelo processo de industrialização e urbanização, que não comportava mais com esses tipos de atividade (Magalhães, 2015).

Algumas motivações fomentaram esse declínio e, conseqüentemente, a modificação da estrutura fundiária entre 1950 e 1960, sendo a introdução das atividades da Petrobras, que promoveu uma série de desapropriações de terras, a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em 1968, e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), em 1978, e de algumas fábricas isoladas que culminaram no deslocamento das populações da zona rural para as cidades (Magalhães, 2015).

Para Sobrinho (2011), esse período, sobretudo a partir dos anos 1970, foi um momento de uma nova transição para o Litoral Norte da Bahia, com o lançamento de sucessivos novos meios técnicos que se caracterizam pela industrialização e urbanização, ressaltando que este momento é fortemente marcado pelo desenvolvimento econômico e territorial. O Quadro 2 sintetiza alguns acontecimentos e os resultados visíveis nos municípios que compõem esse território.

Sendo assim, entre 1970 e 1990, as dinâmicas e processos que ocorreram no Litoral Norte da Bahia, geraram conseqüências e impactos. Para além disso, foram identificadas algumas contradições, que serão marcadas como palavras-chave (Quadro 2).

Quadro 2. Dinâmicas e processos, consequências e impactos entre 1970 e 1990 no Litoral Norte da Bahia

Ano	Dinâmicas e Processos	Consequências/Impactos	Contradições (Palavras-chave)
1970-1990	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do primeiro Parque Industrial da Bahia para atender às demandas da Petrobrás (Salvador e Litoral Norte); - Implantação do CIA – 1968; - Implantação do COPEC – 1978; - Implantação dos campos de extração de petróleo (Mata de São João, Itanagra, Pojuca, Entre Rios, Cardeal da Silva) - 1980; - Implantação da rodovia BR-101; - Implantação da primeira etapa da rodovia BA-099 (Estrada do Coco); - Implantação da segunda etapa da rodovia BA-099 (Linha Verde); - Implantação de infraestrutura de hotéis de alto padrão; - Deflagração da atividade turística. 	<p>Crescimento populacional; Mudanças no mercado de trabalho (novos salários, nova divisão de trabalho);</p> <p>Aumento da aquisição de profissionais (nível técnico e superior);</p> <p>Forte presença da classe média; Intensificação da urbanização e dos fluxos por meio da estrutura viária;</p> <p>Valorização das terras; Especulação fundiária;</p> <p>Aumento do setor imobiliário, construção civil, setor terciário;</p> <p>Crescimento do mercado imobiliário regional (loteamentos com condomínios e casas de veraneio que atendam à nova classe média).</p>	<p>Velho</p> <p>Novo</p> <p>Externo</p> <p>Interno</p> <p>Estado</p> <p>Agentes Privados</p> <p>Verticalidades</p>

Fonte: Sobrinho (2011); Souza (2009). Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Traçar as dinâmicas e processos do Litoral Norte da Bahia, com seus acontecimentos, até o momento em que ocorreu a deflagração da atividade turística, ajudou a identificar como ocorreram as consequências e impactos na produção do espaço. Com isso, foram selecionadas algumas palavras-chave para indicar as possíveis contradições. O Velho se refere ao contexto histórico e geográfico, a partir de suas práticas, que influenciaram no processo de formação territorial do Litoral Norte da Bahia, seja como forma de resistência (por parte das comunidades locais que já viviam ali), seja pela imposição de práticas provenientes da Coroa Portuguesa de tirar vantagem da terra, expulsando a própria comunidade.

O Novo, se refere às imposições instituídas no espaço a partir do processo de expansão da Região Metropolitana de Salvador e do modo em que o Estado passou a articular suas ações, baseado no sistema capitalista, que culminou em diversas mudanças, mas, destacamos aqui principalmente a força de trabalho. Já o Externo, é a internacionalização do Litoral Norte da Bahia, proveniente dos recursos do capital estrangeiro. Dentre essas atividades, foram

destacadas a do setor imobiliário (ocupação de terras por parcelamento para fins de segunda-residência, veraneio ou especulação), a atividade de ocupação das terras para reflorestamento homogêneo (supressão da demanda energética externa à região e produção de papéis).

O Interno, são as práticas que ocorrem no território a partir de suas vivências, a falta de acesso às questões de infraestrutura, à valorização dessa comunidade marginalizada, o intraurbano, as horizontalidades, que são representadas por pequenos e médios proprietários de terras que tentam mantê-las, como, também, “[...] por um invisível, mas representativo conjunto de populações tradicionais que vivem de forma comunitária, em grandes extensões de terras também utilizadas de forma comunitária ou solidária e adquirindo o direito potencial à sua propriedade, por usucapião” (Souza, 2009, p. 56).

O Estado, os Agentes Privados e as Verticalidades, são reflexos das novas imposições a partir do momento que ocorre a deflagração da atividade turística (ocupação das terras para fins imobiliários, com a implantação de mega-*resorts*), que geram uma nova urbanização, considerada por Silva, Silva e Carvalho (2008) baseado nos estudos de Patrick Mullins em 1991, como urbanização turística.

O processo de urbanização turística ocorre em um território que é espacialmente diferente, com símbolos urbanos agindo como atrativos turísticos (ressaltando que não tratamos o diferente como negativo, mas sim, com características particulares). Há uma distinção desse território quando ocorre um rápido crescimento da população e da força de trabalho, sendo caracterizado por uma forma espacial de intervenção do Estado que é empreendedor, que facilita a implementação de novos fixos e fluxos em prol do consumo (Silva; Silva; Carvalho, 2008).

Um fator importante nesse processo é a construção da segunda etapa da rodovia BA-099, denominada de Linha Verde, na década de 1990, o que intensificou o processo de urbanização e implantação de empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários, bem como a estrutura de transportes, comércio, serviços. Desse modo, para Sobrinho (2011, p. 99) ocorre uma “[...] redefinição da estrutura socioespacial, ambiental, cultural e econômica com amplas repercussões nos padrões de ocupação e uso do solo reduzindo, significativamente, a área agrícola, que era basicamente ocupada com agricultura de subsistência e silvicultura”.

Nesse sentido, no que diz respeito aos dados estatísticos populacionais, o Litoral Norte da Bahia passa por uma tendência similar ao caso das cidades do Nordeste brasileiro a partir dos anos 1970, quando o modelo de industrialização é implantado na Região Metropolitana de Salvador. Essa atividade gerou processos urbanos complexos, bem como crescimento populacional, o que corroborou para o interesse da especulação imobiliária, lazer,

empreendimento turístico e a busca pelas residências de veraneio por uma determinada classe social urbana (Sobrinho, 2011). Diante disso, questiona-se: como esses dados aparecem em 2022? Do ponto de vista populacional essa lógica ainda persiste? A Tabela 1 exemplifica que novas movimentações populacionais estão ocorrendo nesta região.

Tabela 1. Evolução populacional dos municípios da Costa dos Coqueiros (BA), 2010-2022)

Municípios	1991	2000	2010	2022
Camaçari	113.639	161.727	242.970	300.372
Conde	16.149	20.426	23.620	23.654
Entre Rios	27.718	37.513	39.872	38.098
Esplanada	23.205	27.230	32.802	32.554
Itanagra	5.553	6.370	7.598	5.914
Jandaíra	8.225	10.027	10.331	9.285
Lauro de Freitas	69.270	113.543	163.449	203.331
Mata de São João	30.535	32.568	40.183	42.566
TOTAL	294.294	409.404	560.825	655.774

Fonte: Censo Demográfico 1991, 2000, 2010 e 2022 (SIDRA/IBGE, 2024).

Nota: Os dados referentes a 2022, são projeções.

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

É possível perceber um crescimento populacional contínuo nos municípios de Camaçari, Conde, Lauro de Freitas e Mata de São João. Enquanto que as demais localidades, a exemplo de Entre Rios, Esplanada, Itanagra e Jandaíra, houve uma diminuição no quantitativo populacional, especificamente em 2022. Do ponto de vista regional, também houve uma evolução em relação ao aumento da população total, contudo, entre 1991 e 2000 o aumento da população total foi maior, sendo 115.110, comparado ao ano de 2010 para 2022, que foi de 94.949.

Desde a criação da rodovia BA-099, que facilitou o acesso rodoviário, a evolução populacional dos municípios sempre teve um crescimento em seu quantitativo. Contudo, o que pode ter ocorrido para que os municípios de Entre rios, Esplanada, Itanagra e Jandaíra diminuíssem esses valores em 2022? E o que pode ter ocorrido para que o quantitativo total da evolução regional também diminuísse esse número?

Primeiro, destacamos alguns fatores importantes para entendermos o crescimento e a diminuição nesse quantitativo de uma forma geral. Em relação aos municípios que sofreram diminuição populacional, conforme Blatt (2014), isso pode ocorrer por conta da redução na fecundidade e, em menor escala, da mortalidade, que juntos determinam o crescimento vegetativo de uma população e, também, uma desaceleração no ritmo de crescimento. De acordo com Pereira, Fernandes e Mosquera (2023), a pandemia da Covid-19 aumentou a mortalidade e as migrações intrametropolitanas. Essa migração pode estar condicionada à busca por emprego, renda, possibilidade de usufruir melhores serviços e ter acesso à uma educação de qualidade.

Em relação aos municípios que tiveram um aumento, principalmente Lauro de Freitas e Camaçari, destacamos o fator de que, pela primeira vez, a metrópole soteropolitana tem uma queda no seu quantitativo populacional. Em 2010 tinha 2.675.656 milhões de habitantes e, em 2022, esse número caiu para 2.417.678 milhões. Já do ponto de vista regional, ocorreu uma diminuição nesse quantitativo total da região de 2010 para 2022, o que pode estar condicionado também a redução da fecundidade e mortalidade. E por que isso interfere no Litoral Norte da Bahia?

Inicialmente, Salvador está passando por um novo processo de centralização. Os focos dos empreendimentos imobiliários para a classe média, em sua maioria, se localizam em Lauro de Freitas que integra a última estação do metrô, conectada com Salvador, o que facilita o deslocamento para os trabalhos na capital. Ademais, Salvador passa por momentos críticos em relação à violência, com isso, as possibilidades de comprar um imóvel em condomínio fechado (com flexibilização nos financiamentos por parte dos bancos), tendo como premissa proporcionar segurança e melhor condição de vida, se tornou essencial para o morador da metrópole.

Camaçari, além dos empreendimentos imobiliários, apresenta uma variedade de centros comerciais, prestadores de serviços e indústrias de pequeno porte, embora tenha sofrido com o movimento inverso dessa industrialização com a saída do complexo automotivo da Ford em 2021. De todo modo, o Polo Industrial de Camaçari ainda desempenha um forte papel no setor produtivo do estado, o que faz com que o governo estadual busque mais políticas de captação de investimentos para manter o município competitivo (Pereira; Fernandes; Mosquera, 2023).

Mata de São João, ainda tem recebido investimentos de grupos internacionais de empreendimentos turísticos de médio porte, sendo muitas vezes, o destino único dos visitantes, que buscam pelo turismo de sol e praia. Essa ida para o Litoral Norte da Bahia faz com que o turista desembarque no aeroporto de Salvador e se desloque diretamente para os principais

destinos, como por exemplo Costa de Sauipe e Praia do Forte. Ademais, em relação à prática das segundas residências, já existia um estoque no quantitativo dos domicílios de uso ocasional (Pereira; Fernandes; Mosquera, 2023).

Com esses recursos, retornando para o ponto da deflagração da atividade turística e entendendo o forte apelo do capital internacional com as ações viabilizadas pelo Estado, a Costa dos Coqueiros ganha destaque, em 2021, perante às outras zonas turísticas, perdendo apenas para a Baía de Todos os Santos. A Tabela 2 apresenta os valores de arrecadação no turismo e nos empregos gerados no setor de hospedagem (destaque em negrito).

Tabela 2. Comparativo das Zonas Turísticas da Bahia em Arrecadação e Geração de Emprego no setor de Hospedagem (2021)

Zona Turística	Empregos no Setor de Hospedagem	Valor de Arrecadação
Baía de Todos os Santos	3.938	R\$ 302.078.318,00
Costa dos Coqueiros	6.883	R\$ 133.698.252,00
Costa do Descobrimento	6.775	R\$ 88.162.283,00
Costa do Cacau	2.945	R\$ 42.472.616,00
Costa do Dendê	1.292	R\$ 13.118.059,00
Caminhos do Sertão	551	R\$ 20.409.401,00
Chapada Diamantina	848	R\$ 10.206.154,00
Caminhos do Sudoeste	437	R\$ 12.841.542,00
Costa das Baleias	531	R\$ 6.796.072,00
Caminhos do Jiquiriçá	155	R\$ 3.340.420,00
Lagos e Canyons do São Francisco	129	R\$ 2.576.965,00
Vale do São Francisco	135	R\$ 3.236.223,00
Caminhos do Oeste	252	R\$ 4.059.815,00

Fonte: Sistema de Informações do Mapa de Turismo Brasileiro - SISMAPA (MTUR, 2021a).
Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Os dados reunidos acerca dos empregos do setor de hospedagem, se referem à quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem, disponibilizados pelo RAIS, do ano de 2021, na atividade de turismo que envolvem atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), referente à atividade de hotéis e similares (MTUR, 2021a).

Já o Valor de Arrecadação, é o cálculo dos impostos federais a partir dos meios de hospedagem, que engloba os tributos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o imposto de renda na fonte e da receita previdenciária (tanto da parte do empregado, quanto da empresa contratante), sendo que, também, os impostos são das empresas classificadas com CNAE 5510-8 de hotéis e similares (MTUR, 2021a).

É importante ressaltar que no cálculo dos empregos no setor de hospedagem e valor de arrecadação, o município de Itanagra não está incluso. Isso ocorre por conta do processo conflituoso de zoneamento. Em 2021, Itanagra não consta como integrante no Mapa de Turismo Brasileiro. Todavia, Pojuca integra o referido mapa, mas, não foi incluído nas análises aqui realizadas, uma vez que esta dissertação tem como objeto de estudo, os municípios citados no PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015.

Sendo assim, considerando os resultados apresentados na Tabela 2, a Costa dos Coqueiros ocupa o segundo lugar em valor de arrecadação (R\$ 133.698.252,00) dentre as Zonas Turísticas da Bahia, ficando atrás apenas da Baía de Todos os Santos (R\$ 302.078.318,00), que possui como destino principal a capital baiana, Salvador. Em contrapartida, em relação à oferta de empregos no setor de hospedagem, na Costa dos Coqueiros constam 6.883 oportunidades (maior quantitativo entre todas as Zonas Turísticas da Bahia). No entanto, cabe uma reflexão crítica em relação à essa força de trabalho. Será que estes empregos são ocupados diretamente pela população local?

Cada vez mais, a atividade turística requer profissionais qualificados, tanto no nível técnico, como superior. Além disso, por serem empregos que atuam, também, com o recebimento de turistas estrangeiros, faz-se necessário ter conhecimento de um segundo idioma. O que conduz a outra reflexão crítica. Teriam os moradores destes destinos turísticos, acesso a meios formativos para atuar nas atividades turísticas? Inicialmente, destaca-se a ausência de Universidades e/ou cursos profissionalizantes próximos a esta zona turística. A Universidade do Estado da Bahia (Campus I - Salvador) oferece o curso de bacharelado em Turismo e Hotelaria, que caminha em passos lentos, com muita resistência, para firmar parcerias e ser reconhecido pelo próprio Estado, como possibilidade de acesso à Universidade Pública e disponibilização de força de trabalho qualificada e com qualidade.

Levando em conta essas e outras questões, pode-se inferir que, a maioria dos profissionais de turismo que atuam na região, são oriundos da capital, quando não de outros estados, considerando a forte influência das contratações como pessoa jurídica, consultores e especialistas. Isso não ocorre somente para os empregos do setor de hospedagem, mas, é uma prática presente na própria elaboração dos documentos de planejamento turístico.

Identificar o valor de arrecadação no setor de hospedagem e empregos na Costa dos Coqueiros, acaba se tornando relevante para justificar a escolha do recorte espacial, porque esse valor está ligado diretamente à quantidade de empreendimentos turísticos, sobretudo da rede internacional, que ocupam a zona denominada Litoral Norte da Bahia. Identificamos que a implementação desses empreendimentos, promove uma diferenciação socioespacial, ao mesmo

tempo em que também se desvela, localmente, em desigualdades socioespaciais e alienação territorial.

No entendimento de Sobrinho (2011), a alienação territorial seria o modo como os governos preparam determinado território com ações específicas e isenções fiscais para atrair investimentos, mas, acabam se tornando reféns dessas próprias políticas em função do poder econômico que as empresas detêm, ficando subordinados à estas.

Do ponto de vista da atuação dos municípios, a Tabela 3 apresenta os valores de arrecadação que segue o mesmo cálculo dos impostos federais apresentados na Tabela 2, ou seja, os empregos gerados no setor de hospedagem, considerando as atividades de hotéis e similares.

Tabela 3. Comparativo dos municípios da Costa dos Coqueiros em Arrecação e Empregos no Setor de Hospedagem (2021)

Municípios	Destinos Turísticos	Empregos no Setor de Hospedagem	Valor da Arrecadação
Camaçari	Arembepe, Barra do Jacuípe, Itacimirim, Guarajuba, Jauá, Busca Vida	785	R\$ 15.586.344,00
Conde	Barra do Itariri, Siribinha, Sítio do Conde	43	R\$ 172.905,00
Entre Rios	Subauma, Massarandupió, Porto Sauípe	106	R\$ 976.519,00
Esplanada	Baixios	115	R\$ 370.564,00
Itanagra		-	-
Jandaíra	Mangue Seco, Jandaíra	5	R\$ 35.339,00
Lauro de Freitas	Lauro de Freitas	181	R\$ 17.084.477,00
Mata de São João	Costa do Sauípe, Praia do Forte, Imbassaí, Diogo, Santo Antônio	5.623	R\$ 99.143.692,00
Total	-	6.883	R\$ 133.698.252,00

Fonte: Bahia (2015). Observatório Nacional do Turismo de 2021 (MTUR, 2021a).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Percebe-se que há um destaque para o município de Mata de São João, que concentra os maiores valores de arrecadação e empregos (Tabela 3). Isso reforça a análise anterior, desse valor ser influenciado pela quantidade de empreendimentos e pela infraestrutura turística oferecida para uma classe de interesse dos agentes produtores do espaço, sobretudo em Praia do Forte e Costa do Sauipe, que detêm em seus territórios, os maiores empreendimentos das redes hoteleiras com bandeiras internacionais. Esses valores são um alerta para compreender esse processo de diferenciação, fragmentação e desigualdade entre as mesmas, que é parte de

um conflituoso processo histórico, marcado por enclaves e interesses dos agentes produtores do espaço.

Jesus (2021) ressalta que, as atividades turísticas, estão espacialmente concentradas em poucos municípios, de modo que, mesmo que visassem mitigar as desigualdades regionais, acabam que funcionam como catalisadoras de desigualdades socioespaciais, assim como de um processo de urbanização desigual e que, na verdade, as populações nativas não são de fato assistidas pelas ações que visam desenvolver o território e inserir o mesmo aos circuitos capitalistas do mundo moderno.

As transformações socioespaciais, provenientes de uma lógica que perdura desde os anos 1990, corrobora para essas diferenciações socioespaciais até os dias recentes na Costa dos Coqueiros. Diante dessa complexidade e de todos os processos que compõem essa dinâmica, a zona turística pode ser pensada:

[...] como herança do processo histórico de ocupação e formação territorial do país que se caracterizou pelo desenvolvimento urbano e industrial concentrado, desigual na zona litorânea e sublitorânea e, também, como parte de uma demanda e um contexto global, que em diferentes momentos históricos esta região se integra/articula, fragmenta/desarticula ao movimento da economia nacional e internacional (Sobrinho, 2011, p. 28).

Para Magalhães (2015), admite-se que os municípios que compõem a Costa dos Coqueiros fazem parte de uma fragmentação refletida mais no espaço urbano proveniente do uso do solo pelo mercado imobiliário que impôs fronteiras e definiu áreas residenciais segregadas, considerando a influência, também, da BA-099, que consolidou uma nova dinâmica para a região, modificando toda a sua estrutura e organização social, espacial, cultural e ambiental.

Na subseção seguinte, as considerações sobre a longa e breve inserção do turismo serão apresentadas. Vale ressaltar que a longa inserção se refere às influências geohistóricas citadas anteriormente, a partir da análise do espaço e tempo, pois, trata-se de reconhecer e analisar o antigo, o novo e o diferente para identificar outros elementos de análise que contribuam para desvendar fatos sobre a transformação da realidade, enfatizando que o novo, pode aparecer como uma tendência que contém traços de tempos passados (Ortigoza, 2010).

É de extrema importância abordar a periodização dos acontecimentos, que é capaz de explicar a história, o sistema demográfico e todo o processo de urbanização, assim como as articulações do espaço e graus de desenvolvimento (Santos, 2006). Entender os períodos em que ocorrem as dinâmicas, tem o propósito de sugerir, geograficamente, como podem ser

alcançados determinados enfoque, embora estes não sejam soluções concretas, apenas caminhos para incluir nos atuais estudos (Santos, 2012).

Já a breve inserção do turismo nesse contexto, se refere à efemeridade dos acontecimentos, proveniente da lógica capitalista do mundo moderno. A aceleração do tempo, provoca mudanças rápidas que se revelam na morfologia das cidades, seja na vida cotidiana, seja na forma de percepção desse processo e, como resultado, surgem novos padrões e novas formas de adaptação, cada vez mais mutante e mais efêmero, produto de uma nova racionalidade que foi instituída pelo processo de acumulação do capital. Não se pretende nesta dissertação, se aprofundar neste debate conceitual, todavia, há que se concordar com Carlos (2007a), que assevera que uma nova relação espaço-tempo é imposta, em que a efemeridade do tempo no espaço revela a produção de um espaço amnésico.

3.2 A longa/breve inserção do turismo no planejamento do espaço na Costa dos Coqueiros (BA)

Desde os anos 1990, o estado da Bahia perpassa por um processo de desenvolvimento econômico marcado por adoção de políticas econômicas baseadas na lógica neoliberal, em que a indústria ganha força e culmina na concessão de incentivos fiscais que atraiu capital privado, abertura comercial e desregulamentação econômica induzindo a participação social nessas estratégias (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

Falar sobre a inserção da atividade turística, requer pontuar, de forma breve, sobre o processo de regionalização da Bahia, a partir da estruturação de políticas públicas. Em 1991, o governo organizou 26 regiões de influência urbana, fundamentadas nos conceitos de geografia urbana e regional, que apresentou critérios frágeis (baixa densidade demográfica, baixo grau relativo de urbanização, hipertrofia da rede urbana, insipiência da articulação inter-regional), fazendo com que fossem rapidamente substituídas por 15 regiões econômicas (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016). Estas podem ser compreendidas como:

As regiões econômicas são unidades espaciais [...] comumente utilizadas para divulgação de estatísticas agregadas. Além disso, expressam atividades econômicas predominantes no estado. Comportam, entretanto, de forma geral, grande heterogeneidade interna entre os municípios integrantes, tanto em termos econômicos, sociais, ambientais como demográficos (Sobrinho, 2011, p. 33).

Todavia, essa proposta foi revisada em 2006 pela SEI-BA e foi substituída, até os dias recentes de Territórios de Identidade, que passaram a se constituir nas unidades de planejamento

do estado, que são arranjos espaciais para a implementação de políticas públicas (Sobrinho, 2011). Vale ressaltar que a Bahia possui 27 Territórios de Identidade e que os municípios da Costa dos Coqueiros estão localizados nos Territórios de Identidade Região Metropolitana de Salvador – RMS (Lauro de Freitas e Camaçari) e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte – BA (Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João).

Um dos principais motivos dessa nova regionalização foi justificada pela existência de novos fluxos econômicos que vinham ganhando notoriedade no contexto econômico do estado, bem como o surgimento de novos fluxos comerciais, podendo citar desde já a força que foi observada a partir da atividade turística. Desse modo, as novas regiões foram entendidas como espaço contínuo polarizado por uma cidade de maior porte, tendo por suporte outras características e atividades produtivas que caracterizam o potencial da região (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016).

O Litoral Norte da Bahia, desde os anos 1970, já esboçava potencial turístico, inicialmente, pela aproximação entre a BR-101 e a BA-099 (Sobrinho, 2011) e porque, a Bahia se insere no processo de acessibilidade na zona costeira, o que era de grande relevância, sobretudo para a atividade turística (Souza, 2009). Já nos anos 1990, ocorre uma intensificação do processo de urbanização, bem como da implantação de empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários na região, atrelado à expansão das estradas, transportes, estabelecimentos comerciais e de serviços, o que para Sobrinho (2011), implica na redefinição da estrutura socioespacial, ambiental, cultural e econômica que tem uma série de repercussões nos padrões de uso e ocupação do espaço, influenciados pela internacionalização do Litoral Norte baiano, com isso, as verticalidades ganham força nesse momento, seja pela economia (seguindo a lógica do capital nacional e internacional), seja pela cúmplice articulação com os interesses do governo e, também, pela desinformação e falta de articulação com as organizações sociais comunitárias, que representam as horizontalidades.

Os elementos catalisadores e que são marcos da atividade turística no Litoral Norte da Bahia são o PRODETUR-BA, PRODETUR-NE I e II e a construção da segunda etapa da rodovia BA-099, também conhecida como Linha Verde e Estrada do Coco. Ademais, a localização é considerada privilegiada, por conta da proximidade com o Aeroporto Internacional de Salvador (Sobrinho, 2011).

O PRODETUR-BA, em 1992, se destaca porque é quando surge a divisão de regiões turísticas, dando destaque ao recorte espacial dessa dissertação, a Costa dos Coqueiros, que se apresenta como uma das mais importantes zonas turísticas do estado e do país, inserida no circuito turístico nacional e internacional, marcada pela presença de empresas espanholas,

portuguesas, italianas e francesas, que implantaram os mega-*resorts* hoteleiros e condomínios residenciais que atendem às demandas do mercado global, marcando novas relações econômicas, políticas e sociais, sob as lógicas dos interesses hegemônicos (Sobrinho, 2011).

Neste momento, 7 regiões turísticas foram constituídas para fazer parte desse processo de zoneamento. Nesse primeiro momento, foram definidos alguns critérios, por parte dos dirigentes do PRODETUR-BA, que deferiam quem poderia fazer parte ou não da zona, sendo a proximidade com os aeroportos, boas condições de acessibilidade, disponibilização de áreas desocupadas, ter uma quantidade de atrativos naturais e culturais, dispor de infraestrutura para a execução do turismo (Sobrinho, 2011).

Esses critérios são estabelecidos pelo próprio Programa, que foi elaborado e coordenado pela Empresa Baiana de Turismo (BAHIATURSA) e a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), por intermédio da Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (SUINVEST), do governo do estado da Bahia, com a participação de consultores nacionais e estrangeiros, além da participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da contrapartida do tesouro estadual (Sobrinho, 2011).

Desde já, é possível questionar-se do porquê e como foram pensados e estabelecidos esses critérios, dando como exemplo, a disponibilização de áreas desocupadas, o que leva a refletir sobre a implementação de grandes empreendimentos imobiliários. Os critérios tinham previamente interesses pessoais incorporados. Vale ressaltar que, neste período, o MTur ainda não tinha instituído o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Hoje, para compor o Mapa de Turismo Brasileiro, é necessário considerar os critérios do PRT.

Cabe fazer um breve apontamento sobre o processo de participação dos municípios no zoneamento turístico. Em relação ao caso de Cardeal da Silva, a partir do momento em que ocorre o processo de Instituição de Regionalização do Turismo, pelo PRT, que tem como objetivo promover a convergência e a articulação das ações do MTur e do conjunto de políticas públicas setoriais locais de forma regionalizada e descentralizada (MTUR, 2013), são estabelecidos alguns critérios de participação e um cronograma com datas de solicitação na participação do Mapa do Turismo Brasileiro.

Os critérios devem comprovar a existência de órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de turismo, dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), possuir um prestador de serviços turísticos, de cadastro obrigatório no Ministério do Turismo, comprovar a existência de conselho ou fórum municipal de turismo ativo, contando com a apresentação de documentos específicos, como termo de compromisso e atas preenchidas (MTUR, 2021b).

Não foram encontradas pesquisas que reforcem o motivo de Cardeal da Silva não ter integrado na zona turística, contudo, por meio das informações publicadas pela Plataforma GESPIR, em agosto de 2021 e abril de 2022, a prefeitura do município marcou presença em reuniões com o representante da Câmara do Turismo da Costa dos Coqueiros, na expectativa de atender ao ofício 006/2021 da SETUR-BA, referente a inserção do município no Mapa do Turismo da Bahia (SEPROMI, 2025). Cabem análises futuras a respeito dessa participação. Com esse recurso, surge um novo questionamento que pode auxiliar no entendimento se isso ocorre por conta da distância da faixa litorânea e por ser um território não muito atrativo para o capital internacional, bem como uma gestão incipiente no que diz respeito à organização da atividade turística.

Especificamente na atividade turística, percebe-se que ocorre uma concentração de investimentos e arrecadação proveniente da atividade turística (dado disponibilizado na segunda subseção desse capítulo), que beneficia somente uma parte destes municípios. Conseqüentemente, se sobressaem algumas práticas espaciais (seletividade espacial, fragmentação espacial, marginalização espacial, internacionalização dos lugares entre outros).

Todavia, isso é fruto de algo mais complexo, também decorrente de um processo de regionalização maior que ocorre na Bahia, destacando os Territórios de Identidade. Com isso, do ponto de vista geopolítico no estado, de diferentes ordens, no que diz respeito à produção do espaço, há um reforço destas práticas espaciais e, de acordo com Corrêa (1992), elas podem acontecer no território de forma simultânea. Por isso, não há como citar os problemas do zoneamento turístico na Bahia, sem considerar esse contexto.

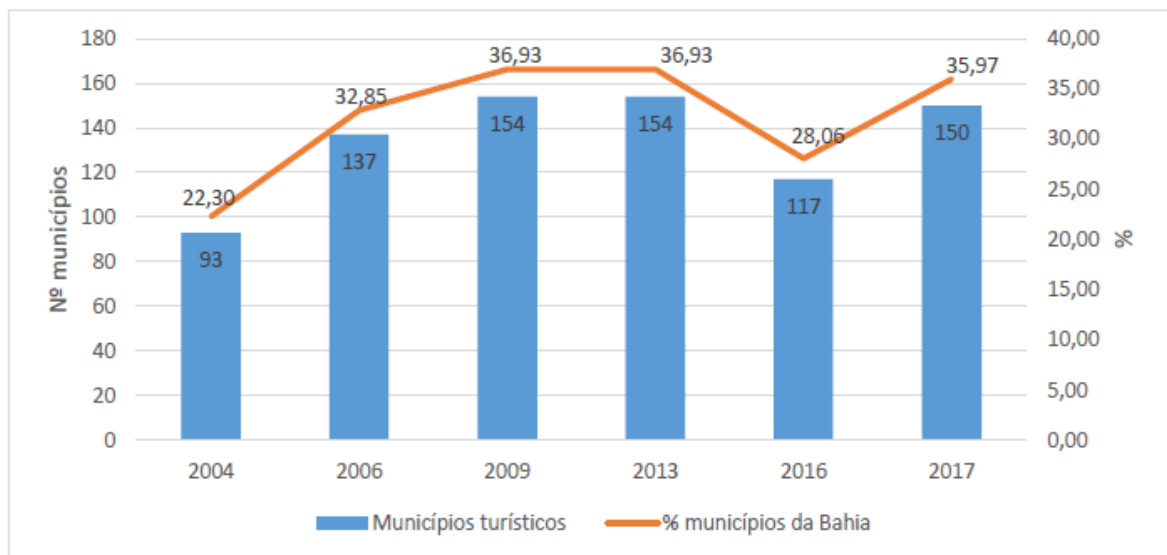
Primeiro, porque são práticas espaciais que estão presentes no território que ocorrem de forma similar, tendo a presença de determinados agentes sociais que se beneficiam ou que ficam marginalizados e, segundo, porque tem uma forte presença de instituição de leis, normas e ações provenientes da organização de um Estado que passa a se importar mais com os recursos que pode retirar como lucro nesse processo e que, em certa medida, é proveniente da lógica do próprio processo de urbanização no Brasil e das próprias imposições do sistema capitalista.

Em seguida, no que diz respeito à participação, exclusão e inserção dos municípios no processo de zoneamento na Costa dos Coqueiros (BA), destacamos inicialmente que, no âmbito do PRODETUR-BA, quando foram criadas as 7 regiões turísticas, desde já tinham sido estabelecidos critérios de participação, contudo, em seu processo temporal de participação, deve-se considerar a manutenção destas a partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), onde ocorreu um avanço com a construção dos Mapas de Turismo Brasileiro.

Neste momento, outros municípios pequenos e os que dão suporte à atividade turística, passam a compor as zonas, contando com o auxílio das devidas esferas estadual e municipal. Mas, não se observa, ao longo do tempo, uma certa regularidade definida na caracterização desse mapa do turismo.

Para Souza e Serra (2018), especificamente na Bahia, foi constatado que, entre 2004 e 2017, ocorreram alterações de inserção e exclusão dos municípios, o que pode ser visualizado na Figura 2, a respeito do número de municípios turísticos que entram e saem do processo de zoneamento turístico da Bahia, bem como a percentual de participação desses municípios.

Figura 2. Números de Municípios e Percentual de participação nas Zonas Turísticas da Bahia entre 2004 e 2017



Fonte: Souza e Serra (2018, p. 9).

É possível perceber que houve um aumento contínuo desse percentual entre 2004 e 2013, todavia, em 2016, por conta dos novos parâmetros estabelecidos pelo Ministério do Turismo, o percentual cai de 36,93% para 28,06%. Dentre as novas condições criadas pelo MTUR, seria necessário possuir órgão responsável pela pasta de turismo (Secretaria, Fundação, Coordenação, Departamento, Diretoria, Setor de Gerência), comprovar a existência de dotação para o turismo na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que está presente também no PPA-BA, ter e apresentar um Termo de Compromisso solicitando essa adesão ao PRT (Souza; Serra, 2018).

Assim, nesse processo de reconfiguração dos territórios, ocorre a exclusão de 46 municípios, o que leva os autores Souza e Serra (2018) a supor duas possibilidades de análise que, também, são corroboradas nessa dissertação, ou os municípios não dispunham de aspectos institucionais mínimos necessários para gerir a atividade turística, ou os próprios dirigentes não

conseguiram cumprir os novos prazos estabelecidos pelo MTUR, o que leva-nos a perceber a necessidade de ter mais envolvimento, enquanto agentes sociais, a se articular no campo das políticas públicas de turismo. Já em 2017 há uma atualização no mapa, fazendo com que 52 municípios se integrem novamente às zonas.

Especificamente na Costa dos Coqueiros, em 2006, Itanagra é incluso. Em 2016 saem Itanagra e Jandaíra e, em 2017 ingressam novamente Itanagra e Jandaíra, chamando a atenção para a inserção de um novo município, Pojuca (Souza; Serra, 2018). Conforme o Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2021b), os municípios que compõem a Costa dos Coqueiros são Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Esplanada, Pojuca Conde e Entre Rios. É possível verificar que Itanagra foi excluído novamente.

Essa breve contextualização do ponto de vista do turismo e dos territórios de identidade na Bahia, possibilitou considerar que os municípios e regiões perpassam por conflitos complexos na própria gestão e atuação dos diversos agentes, sobretudo privados, que concentram, cada vez mais, seus investimentos nos municípios de interesse. Estes, continuam em destaque frente ao cenário estadual, enquanto que os demais “[...] continuam na opacidade socioeconômica da dinâmica territorial na qual se encontra inseridos. [...] dentre os diversos desafios a serem superados está a crescente exclusão social e suas demandas, que exigem grandes investimentos” (Blatt, 2014, p. 299).

Ao mesmo tempo em que Estado articulava esse crescimento econômico a partir da elaboração de políticas públicas voltadas para o fortalecimento desses setores, alguns questionamentos começaram a surgir a partir das diferenças encontradas na execução desse ordenamento, podendo dar destaque aos problemas observados na faixa costeira, com a expulsão dos moradores que foram pressionados a se retirar e construir novas moradias em áreas mais afastadas, interiorizadas e periféricas, para dar espaço aos novos comerciantes e empreendedores que atuam com a atividade turística, ou seja, povoados e vilas crescem com estes moradores que moram em locais que carecem de infraestrutura digna de moradia e que, também, tem que vender sua força de trabalho à essa nova economia (Sobrinho, 2011).

Jesus (2021), ressalta que tais atividades foram espacialmente concentradas em poucos municípios, que tinham como objetivo diminuir desigualdades regionais, funcionam como catalisadoras de desigualdades socioespaciais, bem como reforçam o processo de urbanização desigual. Para além disso:

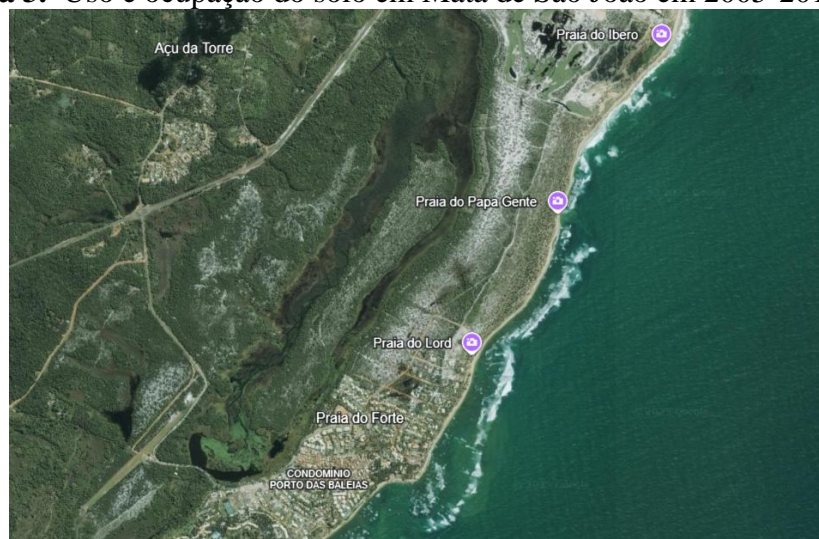
[...] A inserção do turismo na região e sua transformação em território alvo do programa citado, fez surgir o Polo Costa dos Coqueiros, e ela passa a ser transformada em benefícios das atividades turísticas que objetivavam o seu desenvolvimento. Isto porque seu potencial natural e cultural indicam o caminho através do turismo que, por natureza apresenta uma característica de valorização de elementos diferenciados do

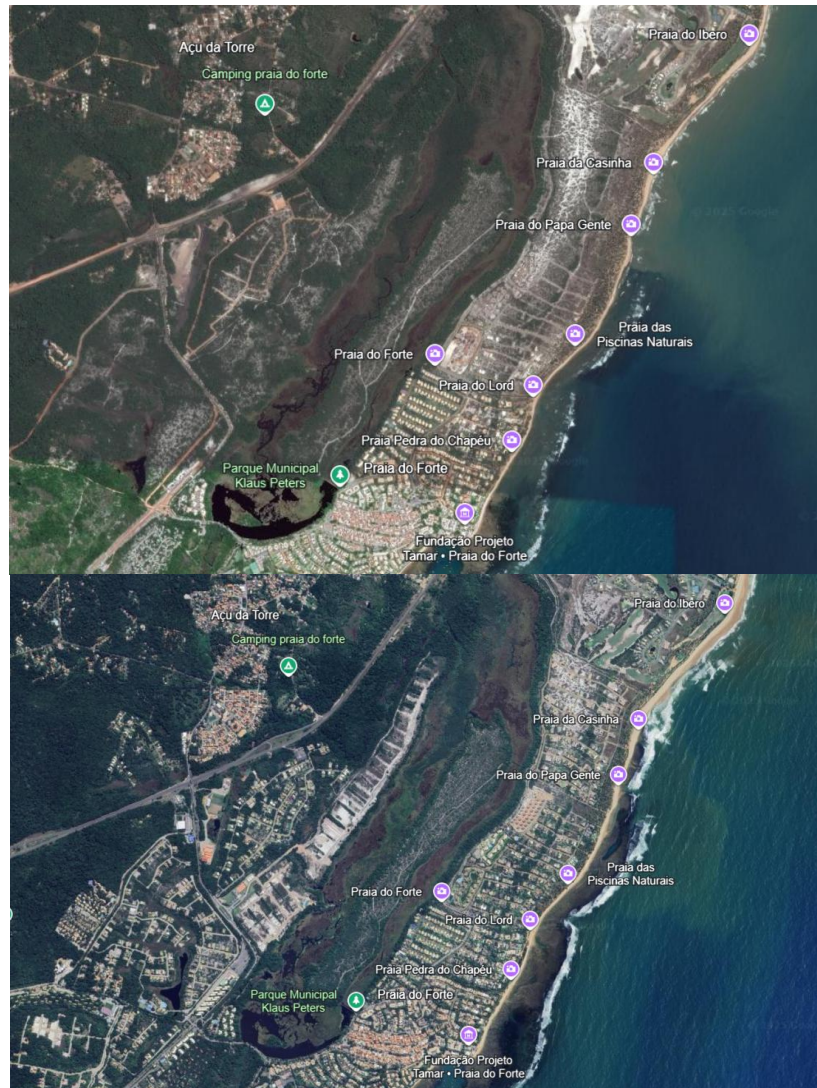
espaço capazes de criar renda monopolista (Harvey, 2005). Diante disso, se constata que há uma produção do espaço intrarregional pautada em duas atividades básicas: a industrial, voltada para o ramo petroquímico, e o turístico, voltado para a construção de hotéis, de casa enquanto segunda residência e de imobiliário turístico (Jesus, 2021, p. 72).

Com essa dinâmica complexa, pontuar sobre a inserção da atividade turística no Litoral Norte da Bahia e, em seguida, da Costa dos Coqueiros, é ter a clareza de que sempre houve planejamentos que provocam diferenciações e fragmentações espaciais e, conseqüentemente, desigualdades socioespaciais. Além disso, esse zoneamento e o modo como os financiadores investem os seus recursos, também é proveniente de outros processos de regionalização (como a dos Territórios de Identidade), que também selecionam os territórios mais atrativos e cobiçados. Por isso, desde já, observamos que ocorre uma seletividade nos territórios que mais detém esse capital.

Com isso, no que diz respeito ao processo de produção do espaço, cabe destacar algumas problemáticas que a Costa dos Coqueiros vivenciou e vivencia, dando como exemplo a velocidade do uso e da ocupação do solo (Figura 3 e 4). A Figura 3 mostra esse processo em Mata de São João (Açu da Torre e Praia do Forte) no ano de 2005, 2014 e 2024. As imagens foram retiradas do Acervo de Imagens Históricas do Google Earth. Já a Figura 4 mostra a diferença da paisagem da Vila de Praia do Forte em 1975 e 2017.

Figura 3. Uso e ocupação do solo em Mata de São João em 2005-2014-2024





Fonte: Google Earth (2005; 2014; 2024).
Organizado por: Flaminia Mastrangeli (2025).

A diferença nas imagens de satélite, mostra o processo de ocupação do espaço em 19 anos, com a implementação dos empreendimentos imobiliários e turísticos. Nas imagens, no ano de 2005, estas construções se encontravam na faixa litorânea, mas, a partir de 2014 até 2024, os empreendimentos imobiliários foram construídos no lado oposto da faixa litorânea. Já no que diz respeito à Vila de Praia do Forte, em 42 anos a paisagem deixa de ter traços de sua população local, que era uma vila de pescadores que tinha a economia de subsistência com pesca e cultivo de alimentos, com uma vida tranquila, para acolher à essa nova demanda global, que visa a reprodução do capital, em que em pouco tempo teve suas ruas tomadas por bares e restaurantes de luxo (Figura 4).

Além disso, outros pontos a serem levados em conta são o distanciamento e a precariedade das estradas entre a sede desses municípios em relação as vilas costeiras, aos investimentos e construção de empreendimentos que ocorrem, em sua maioria, na zona

litorânea (Figura 5, 6 e 7), motivadas por dois vetores de modernização provenientes do processo de urbanização no Brasil, atrelado ao contexto neoliberal de reprodução do capital, com suas respectivas lógicas, pressionados por tendências modernizadoras e traços da globalização (Sobrinho, 2011).

Figura 4. Vila da Praia do Forte em 1975 e 2017



Fonte: Santana, Silva e Guidice (2020, p. 77).

O primeiro vetor de modernização, de acordo com Sobrinho (2011) se refere ao processo de metropolização da Região Metropolitana de Salvador, ocasionado pelo crescimento industrial e mercado imobiliário (com grande crescimento populacional e expansão de estradas), e o segundo vetor se refere à lógica de produção do espaço condicionado ao capital internacional (turístico e imobiliário) articulado em parceria com o Estado.

Concordamos que esse processo é exemplificado pela divisão socioespacial, no qual faz-se referência à Santos e Silveira (2006), sobre os espaços luminosos e opacos. Do lado da faixa litorânea, em relação ao espaço luminoso, se localizam os condomínios de alto padrão, hotéis, *resorts*, *shoppings centers* e terrenos com preços elevados e melhores condições de infraestrutura urbana. Já na margem esquerda está o espaço opaco, onde reside a população nativa, dos povoados e distritos, constituída por trabalhadores das antigas fazendas, da agropecuária e silvicultura (Sobrinho, 2011). Local em que é possível verificar até mesmo a ausência de estradas de asfalto.

Figura 5. Praia do Forte (faixa litorânea)



Fonte: Magalhães (2015, p. 249).

Na perspectiva de Harvey (2005), ocorre um processo de criação de ambiente favorável, que acentua a importância do lugar concernente à oferta de infraestrutura, bem como das relações trabalhistas, controle ambiental e até uma política tributária mais favorável, em face do capital internacional, contudo, conceder esses subsídios aos consumidores de classe alta, gera um impacto às custas da classe trabalhadora e da comunidade marginalizada, seja do próprio consumo coletivo dessas infraestruturas, seja no próprio acesso à esses lugares. Por exemplo, um morador da comunidade de Monte Gordo, pode usufruir dos mesmos serviços de infraestrutura turística de Guarajuba?

Figura 6. Praia do Forte (lado oposto da faixa litorânea)



Fonte: Magalhães (2015, p. 251).

Como resultado, com seus diversos usos de forma desigual, percebe-se uma degradação do espaço e impactos socioambientais na zona turística, que demanda de políticas efetivas de ordenamento territorial que possam gerir, controlar e fiscalizar as atividades econômicas que se desenvolvem (Sobrinho, 2011). Desse modo, embora seja uma discussão presente nos estudos desde os anos 2000, percebe-se ainda uma diferenciação socioespacial no que diz respeito ao

investimento e disponibilização de infraestrutura, sobretudo turística nas localidades, principalmente Guarajuba.

A articulação entre as múltiplas escalas, entre os diversos territórios, requer, além de estruturas verticais de governança, planejamentos de estruturas horizontais para a promoção do desenvolvimento econômico e social, necessitando de instituições adequadas (de nível nacional, intermediário e territorial e local) que atuem de forma multiescalar para alcançar os objetivos dos planos propostos (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016), sendo uma realidade que não está presente e que é possível identificar nas pesquisas já realizadas. Desse modo, corrobora-se para a necessidade de estudos que periodizem os acontecimentos e os estudos realizados para entender a atualidade.

Figura 7. Imagem de satélite de Praia do Forte (2019)



Fonte: Santana, Silva e Guidice (2020, p. 84).

Há uma prática de afastamento e exclusão de comunidades residentes, por parte de implementações de empreendimento e serviços que visam atender uma determinada classe, seja pelos agentes privados, seja pelas concessões realizadas pelo Estado. Esse movimento, faz-nos corroborar com a perspectiva de Santos (2008), sobre os territórios transnacionalizados. Os créditos de financiamento são disponibilizados nessas comunidades mais pobres, para permitir que essas novas redes se estabeleçam ao serviço da lógica do capital.

Santos (2008) pontua que existem vetores de modernização, que podemos comparar aos dois cenários propostos por Sobrinho (2011), que são entrópicos e impõem novos padrões, para benefício próprio, na maioria dos casos. Seria necessário focar em uniões horizontais, mediante às novas formas de produção e de consumo. Vale ressaltar que essa lógica não se aplica somente

no campo do turismo, pois, como qualquer outra atividade que atue de acordo as imposições do capitalismo, ocorrerá essa complexidade no território em que se insere

Por essa condição, o processo de internacionalização no Litoral Norte da Bahia e na Costa dos Coqueiros, para Sobrinho (2011), conta com os principais protagonistas: O Estado nas diferentes esferas e os agentes privados (com os financiadores desses investimentos) e a indústria hoteleira (provenientes sobretudo da Espanha e Portugal).

Para Sobrinho (2011), os enclaves turísticos, *mega-resorts* hoteleiros e empreendimentos imobiliários, que, em sua maioria, são de redes estrangeiras, além de fragmentar, alienam o território, gerando um mosaico espacial complexo, que se diferenciam tanto na forma, quanto na função. Atrelado à viabilização do Estado na organização da atividade, três cenários se destacam nos municípios e que entendemos que perduram.

O primeiro cenário compreende a faixa litorânea de Lauro de Freitas e Camaçari, onde ocorre uma influência dos processos urbanos e econômicos da Região Metropolitana de Salvador, com a presença de condomínios fechados de alto padrão próximo à praia e os condomínios para a classe média e baixa do lado oposto. O segundo cenário, compreende a faixa litorânea do município de Mata de São João, com uma diversidade de complexos turísticos e condomínios de luxo (em sua maioria de origem ibérico), que tem como foco o cenário internacional. O terceiro cenário compreende a faixa litorânea do município de Conde, Esplanada, Entre Rios e Jandaíra, onde se tem um turismo organizado de forma não planejada e apresenta características locais e regionais (Sobrinho, 2011).

Identificou-se que, em certa medida, estes cenários ainda persistem. Lauro de Freitas e Camaçari ainda ocupam esse lugar de destaque, estando atrelado mais aos processos urbanos provenientes da RMS. Mata de São João continua liderando no valor de arrecadação e pela quantidade de empreendimentos de alto luxo. Por fim, o terceiro cenário muda somente por conta de Entre Rios, especificamente em Baixio, que virou ponto de foco das ações públicas em conjunto com o mercado privado, para ampliar esse turismo por meio da construção de empreendimentos hoteleiros. Já Esplanada, Conde, Jandaíra e Itanagra, o valor de arrecadação é baixo, o que demonstra uma falta de organização desse turismo.

Não cabe, nesta dissertação, fazer uma crítica à atividade turística em si, mas sim, no modo como é utilizada como instrumento de crescimento econômico em detrimento de outros, por conta, também, de uma falta de organização nas ações das políticas públicas e convergências com outros processos geopolíticos. No que diz respeito aos benefícios, é perceptível como alguns municípios (ainda que não seja de forma equilibrada, para não falar igualitária), contribuem no valor de arrecadação e empregos disponibilizados para a população

por conta desses empreendimentos. Todavia, levamos em consideração estes outros, que são mais carentes de condições de vida e que, ter ações de turismo que focassem no aumento desses números, pode amenizar o mal-estar de resistir perante as dificuldades enfrentadas impostas pelo próprio sistema capitalista.

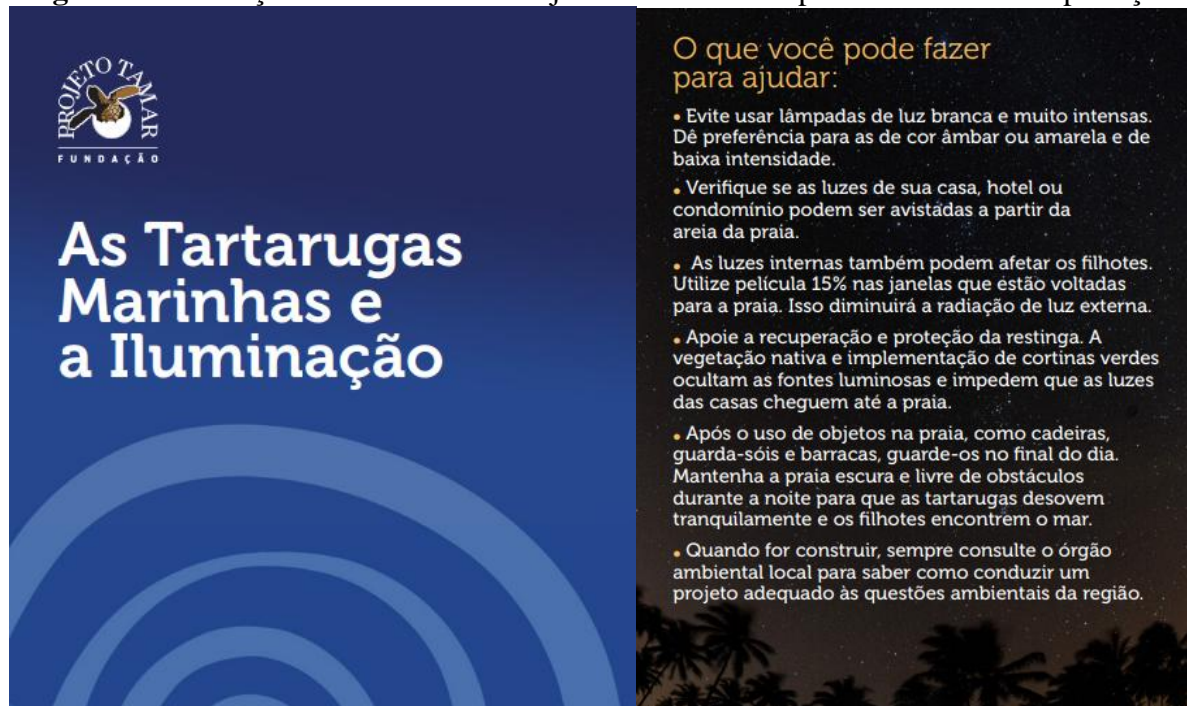
Magalhães (2015) pontua que, é um caminho de contradições. No mesmo momento em que chegam estes empreendimentos, por exemplo, que disponibilizam emprego e renda, ao mesmo tempo, estão atrelados a outros efeitos negativos como aumento de custo de vida, degradação ambiental, transferência do local de moradia da população pobre do lugar, perdas de valores culturais. Então até que ponto, as ações consideradas positivas provenientes da atividade turística, podem amenizar estes tantos outros desconfortos?

Abrimos aspas aqui para a questão socioambiental, que não pode deixar de passar despercebida, que também perpassa por práticas de apropriação. As redes hoteleiras, os condomínios fechados tendem a privatizar as praias da faixa litorânea, permitindo acesso somente para quem mora nos condomínios ou estão hospedados nos *resorts*, ademais, o próprio Estado concede uma terra, que pode ser protegida ou não, para as construções destes empreendimentos imobiliários e turísticos.

Os impactos, para Sobrinho (2011, p. 262) “[...] são de diversas naturezas, intensidade e magnitude muitas vezes difíceis de mensurar por critérios objetivos dados a complexidade dos processos, sobretudo, no que se refere ao meio sociocultural”. As áreas protegidas estão ameaçadas, as lagoas, mangues, dunas, espécies de animais, vegetais entre outros. O planejamento territorial no Litoral Norte da Bahia, com seus instrumentos que viabilizam as ações, são conflitantes e carecem de ações que conscientizem a população local.

Um exemplo que podemos destacar é o Projeto Tamar. A fundação criou uma cartilha de boas práticas em relação à fotopoluição que assombra a vida destas espécies. A luz projetada na faixa litorânea, proveniente dos mega-*resorts* e empreendimento imobiliário, bem como da lógica que precisa ter luz no litoral (como um fator atrativo e que proporciona maior segurança), afeta as condições de vida destas tartarugas (Figura 8). Embora o Projeto Tamar lute, no que diz respeito às ações públicas voltadas para criar leis específicas desse tipo de uso de iluminação, não são tomadas medidas de contenção. Este é um exemplo entre outros que podem ser destacados na atualidade.

Figura 8. Orientações da Cartilha do Projeto Tamar sobre a problemática da fotopoliuição



Fonte: Tamar (2025).

Com isso, conforme assinala Sobrinho (2011), cada vez mais são necessárias políticas de ordenamento territorial, com um planejamento adequado entre a oferta e a demanda, contudo, esse modelo territorial, que envolve a atuação de todos os agentes e dinâmicas sociais, esboça um cenário complexo, conflituoso, incerto e insustentável nas diversas dimensões, sendo um grande desafio para os planejadores e gestores públicos e a própria sociedade.

Uma outra perspectiva se destaca nessa análise, em que existe um contraste marcado pela desigualdade socioespacial, que é “[...] ’ofuscada’ pelo marketing territorial de venda de determinados territórios como sendo paradisíacos, em que o Estado se desvela como um dos agentes responsáveis por tais ações” (Muniz Filho, 2024, p. 157). O que pode ser possível constatar ao longo da rodovia BA-099, em que do lado da faixa litorânea, a paisagem é marcada pelo verde, pela presença de condomínios de luxo e do lado oposto, há uma predominância de plantações de seca, barro e ausência de condomínios fechados luxuosos.

As zonas costeiras ganham destaque no Brasil porque é um espaço dotado de especificidades e vantagens geográficas que servem de auxílio às diversas atividades econômicas, todavia, também é palco de conflitos e interesses diversos que condiciona os tipos de usos. Conforme assevera Costa (2012), a supervalorização da faixa costeira é um esforço dos agentes públicos e privados que induzem à lógica de consumir o mesmo com suas ações. O Litoral Norte da Bahia se transforma em um território cobiçado e atrativo, com novas utilidades, em que:

[...] o papel dos agentes promotores do turismo tem sido preponderante para a promoção de determinadas zonas da cidade como “paraíso do turismo” em detrimento de outras que se apresentam obscuras, resultando, conseqüentemente, em desigualdade socioespacial urbana (Muniz Filho, 2024, p. 142).

Comumente, as propagandas dos empreendimentos imobiliários, de condomínios e *resorts* turísticos, bem como do próprio governo, vendem a ideia de Bahia como um local paradisíaco que possibilita essa fuga da vida caótica da capital, com contato direto com a natureza. Mas, a qual paraíso estão referindo? E para quem é produzido esse paraíso? Na Figura 9 há o registro fotográfico de um novo empreendimento imobiliário localizado em Guarajuba (faixa litorânea), chamado Beach & Country Guarajuba, em que a proposta é morar em um condomínio que proporciona o contato com a natureza.

Figura 9. Beach & Country Guarajuba





Fotos tiradas por Flaminia Mastrangeli (2025).

Essa característica, presente na maioria das propagandas desses empreendimentos, tem como foco os grupos elitistas, contudo, utilizam da narrativa de proporcionar uma melhor condição de vida, segurança e múltiplos serviços no mesmo território em que tem pessoas que sequer tem acesso ao um bom serviço de saneamento básico.

Para Sobrinho (2011, p. 285), pode-se aplicar à lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital, observado diretamente na paisagem, na diferenciação espacial com atividades específica do modo como é utilizada a terra, na mais-valia por meio da renda fundiária que é “[...] processo de acumulação primitiva do capital, através de renda fundiária, ocorre de forma variada e se caracteriza pela transformação da terra em solo urbano e pelo seu valor de uso em valor de troca”.

Por fim, entende-se que o turismo, na perspectiva geográfica, na Costa dos Coqueiros, ocorre por meio de algumas práticas espaciais. Para Sobrinho (2011) e Magalhães (2015) estas práticas são: Seletividade Espacial; Fragmentação Territorial; Alienação Territorial; Diversidade e Urbanização. Essas práticas espaciais envolvem a atuação dos agentes produtores do espaço e, conseqüentemente, conforme corrobora Corrêa (2011), esse espaço produzido, no seu modo de viver, refletirá essas estratégias e práticas. É necessária uma gestão do território que viabilize a existência e a reprodução da sociedade de acordo como ela é (Corrêa, 1992).

Essas práticas são conseqüências de ações dos diversos agentes sociais que compõem esse mosaico, dotados de interesses e estratégias, portadores de contradições e conflitos entre eles mesmos e com a própria sociedade, inseridos diretamente na temporalidade e espacialidade da formação socioespacial capitalista (Corrêa, 2011).

No caso da Costa dos Coqueiros, é entender que o turismo é subordinado, mas, também condiciona, atuando diretamente na dinâmica econômica, política e social. Sobre a breve/longa inserção da atividade turística no Litoral Norte da Bahia, correlacionamos com o tempo

efêmero, conforme assevera Carlos (2007a), em que o tempo e o espaço da vida cotidiana, vão sendo invadidos por exigências que passam a ditar as práticas e, para além do cotidiano dessa população excluída territorialmente, há problemas provenientes do acesso à melhores serviços que proporcionam condição de vida.

Desse modo, torna-se necessário planejar e organizar essa atividade de forma equilibrada, de acordo com sua forma, função e processo, levando em consideração a historicidade dos lugares. Essa análise, nesta dissertação, teve como ponto de partida entender como se deu a relação do par indissociável espaço e tempo. Os acontecimentos geohistóricos deste território, que influenciaram as modificações espaciais e a vida das comunidades que ali vivem.

4 URBANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO NA COSTA DOS COQUEIROS (BA)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a evolução das políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros, zona turística localizada na Bahia, especificamente nos territórios de identidade Região Metropolitana de Salvador - RMS e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, a partir do contexto da produção do espaço, na apropriação e uso dos territórios, formando enclaves caracterizados pelo processo de urbanização brasileira, que provoca diferenciações e fragmentações socioespaciais.

A estruturação do capítulo compreende as discussões a respeito do posicionamento do Estado, enquanto agente regulador que planeja essas políticas, em seguida, traz os panoramas nas escalas federal (Brasil) e estadual (Bahia), para apresentar a estruturação das políticas na Costa dos Coqueiros. A análise propõe introduzir uma reflexão sobre as mudanças, em um enfoque analítico, sendo necessário conhecer as formas em que estas se articulam, que levam a reconhecer as novas realidades, por meio de acontecimentos passados, desse modo, a periodização tem o propósito de sugerir, geograficamente, como podem ser alcançados determinados enfoques, embora estes não sejam soluções concretas, apenas caminhos para incluir nos atuais estudos (Santos, 2012).

A produção do espaço é colocada diante de uma contradição fundamental: de um lado, uma lógica produtiva subordinada aos imperativos do capitalismo e, de outro, uma dinâmica orientada para a reprodução da vida social, cujas contradições se materializam no espaço vivido.

De modo que o resultado desse embate é refletido nas formas que o processo de produção do espaço urbano assumiu ao longo do seu percurso histórico, uma produção socializada para uma apropriação privada e é nessa contradição que está centrada a produção da cidade. Assim, cabe analisar a atuação dos sujeitos envolvidos nesse processo, as relações estabelecidas, os conflitos, como possibilidade de compreender como se dá a produção do espaço urbano na contemporaneidade, tendo as políticas territoriais de turismo como lente interpretativa.

4.1 Estado, Política e Planejamento Territorial

O espaço urbano capitalista, que é fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, de símbolos e campo de lutas, é um produto social, resultado de determinadas ações acumuladas ao longo do tempo que são engendradas por agentes que produzem e consomem este território. Esta ação deriva de interesses que seguem a lógica de acumulação do capital, das dinâmicas de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que emergem a partir disso (Corrêa, 2004).

Tal investigação, se debruça em duas vertentes sendo: o elo das diversas elites regionais, tendo o Estado como principal agente desse processo de (des)organização do espaço (Jesus, 2021), seguindo da perspectiva de que o turismo foi utilizado como instrumento capaz de promover desenvolvimento econômico e reduzir disparidades entre as localidades (Malta, 2018).

Na sociedade capitalista as relações sociais são mediatizadas pelo mercado, isto é, a lógica de produção da mercadoria enquanto modo generalizado da produção humana subordina a vida social ao consumo por intermediação do mercado. A produção social subordina-se ao valor de troca e, por conseguinte, ao valor de uso pelo consumo, nesse contexto, o espaço torna-se uma força produtiva, assim como afirmou Lefebvre (1973, p. 95-96) “as forças produtivas permitem que os que delas dispõem disponham do espaço e venham até a produzi-lo. Esta capacidade produtiva estende-se ao espaço terrestre e transborda-o”. Torna-o passível de ser homogeneizado, fragmentado e hierarquizado, na medida em que o valor de troca e o consumo subordinam as formas e os conteúdos do valor de uso na vida cotidiana, pautando-se na reinvenção ampliada do capital e não necessariamente em suprir as necessidades humanas.

As forças produtivas passaram a dominar a vida social por meio da normatização do cotidiano destituindo-o da característica de ser rico em subjetividade possível, tornando-o um objeto da organização social. O consumo, sistematicamente aperfeiçoado e estimulado, passa a

subjugar a vida em todas as suas dimensões, na medida em que o sujeito passa a agir sobre e por meio do consumo (Lefebvre, 1991).

A cidade enquanto meio para reprodução do capital é condição geral da produção e assim, supõe uma configuração específica ao urbano para tornar possível o processo de acumulação. Sua produção se direciona a possibilidade de articular os processos de produção, distribuição, troca, consumo e a gestão em que para a eficácia dessa dinâmica, constitui-se uma configuração espacial própria que abarque tais necessidades e condições de realização desse ciclo produtivo (Mares, 2016).

Um acelerado processo de expansão do tecido urbano, sobretudo nas últimas duas décadas, fortemente influenciado pela especulação imobiliária, condição propiciada por um tipo de relação de poder político e econômico, em que pese uma inversão de papéis na produção da cidade, isto é, a diminuição das ações do Estado em favor da crescente intervenção do mercado imobiliário que passa a controlar e planejar o cotidiano urbano, que acabou provocando diferenciações e fragmentações socioespaciais.

O Estado, como um dos principais agentes nesse processo, em articulação e convivência com os interesses do capital imobiliário, influi na produção do espaço urbano através de instrumentos de regulação e ordenamento do crescimento da cidade (Mares, 2016), atuando na promoção de alternativas que mitigassem as disparidades regionais. Todavia, existe um embate contínuo com os grupos políticos que dominam tais iniciativas, com suas relações de poder existentes, estando atrelado a um eterno conflito de classes. Conforme Carlos (2007), o momento atual do urbano produz novas contradições e as políticas urbanas surgem como forma de mitigar esses impactos, contudo, não questionam a racionalidade e criam formas de intervenção negando a prática socioespacial, desse modo, o discurso assume papel central na definição de políticas voltadas para o consumo.

O debate sobre desenvolvimento, no que diz respeito ao planejamento público, inicia no período de 1950 na Europa, no período pós-guerra e início da Guerra Fria, tendo como pilar o keynesianismo que defende a intervenção do Estado na economia. Desse modo, esse agente passa a ser o principal articulador de políticas que diminuíssem as desigualdades, por meio de suas políticas públicas. No Brasil, nos anos 1950, 1960 e 1970, as políticas eram articuladas de forma centralizada, mas, a partir de 1980, as estratégias de desenvolvimento territorial começam a tomar outra forma por conta da reformulação do papel do Estado, das demandas advindas das comunidades locais, da promulgação da constituição de 1988 e das recomendações das instituições, como o Banco Mundial (Santos; Alcantara, 2016).

Considerando o panorama do país no que diz respeito às políticas públicas, sobretudo territoriais e de turismo, cabe iniciar esse percurso apresentando a definição de planejamento, política pública e política territorial. Conforme Sansolo e Cruz (2003), planejamento é um processo contínuo da tomada de decisões que indica o caminho para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins. Sendo considerado um processo, existe um forte sentido de intangibilidade, devendo considerar as diferentes escalas de gestão que o administram.

Já uma política pública está relacionada ao desenvolvimento do Estado capitalista, que determina diretrizes e ações prioritárias, por meio de planos, que envolve os diversos setores sociais, políticos, econômicos, ambientais. Esta é um instrumento norteador do processo de planejamento e engloba três formas de intervenção do Estado, sendo a participação (quando o Estado administra alguma atividade econômica privada), a indução (quando o Estado orienta o comportamento dos agentes de mercado, com incentivos financeiros e fiscais), e de controle (que diz respeito à regulação pelo poder público, sobre a forma pela qual os agentes privados podem explorar determinada atividade econômica) (Candiotto; Bonetti, 2015).

Para Sobrinho (2011), a política pública se expõe por meio de ações governamentais em um setor da sociedade ou em um espaço geográfico em que os cidadãos e o próprio governo consideram determinados fatores como prioritários ou de interesse público. Desse modo, na perspectiva das políticas públicas geografizadas, Candiotto e Bonetti (2015), ressaltam que estas instauram um novo sistema de objetos e ações, pois os investimentos conseguem estabelecer vetores que condicionam o ordenamento, controle e valorização desses territórios, influenciando todo o uso e ocupação desse espaço, direcionando o fluxo de pessoas, informações e mercadorias que circulam nele.

Já a política territorial é um “[...] conjunto de planejamentos estratégicos, a médio e longo prazo, que corresponde a formulações de ações dirigidas para interferir sobre o território, a fim de assumir formas adequadas ao conjunto e interesses dos que controlam o poder político” (Sobrinho, 2011, p. 166). Conforme Santos e Alcantara (2016), as políticas com enfoque territorial se destacam por oferecerem soluções inovadoras frente aos desafios que compõem a sociedade (desigualdade entre as regiões, pobreza e problemas ambientais). Ademais, a implantação destas tem sido na perspectiva de não apenas favorecer as grandes regiões do país, mas levar em consideração as regiões desfavorecidas economicamente.

Em determinado território, as características prévias são levadas em conta e isso interfere em toda ação social que ocorre no local, causando efeitos, desse modo, a política territorial é um processo consciente de manipulação que deriva de efeitos espaciais indiretos.

Em certos casos, é possível perceber que são derivados de ações políticas, não considerando o espaço como variável dessa ação (Sobrinho, 2011).

Esta ação, como uma forma de controle, traz um risco que implica na função de um determinado espaço, pois, a função do território é alterada em base aos interesses de outros agentes, que não são os que representam a comunidade de fato. Isso implica na perda de propriedade e provoca conflito político, sobretudo porque a elaboração dos planos resulta na rejeição por parte de quem vive na localidade, prejudicados pelos interesses privados individuais (Sobrinho, 2011).

O turismo, nesse contexto, se apresenta como elemento fundamental que modifica a estrutura urbana nos mais diversos formatos, categorias e configurações do tempo e espaço, “visto como resultado das ações dos seus diferentes grupos de agentes sociais produtores, constitui-se em um sistema complexo, aberto, dinâmico e em eterno movimento” (Fratucci, 2014, p. 90).

No caso do turismo, Barbosa e Coriolano (2016), acreditam que é importante uma organização do território, por meio de políticas públicas, sobretudo territoriais, porque deve haver uma prioridade nas políticas que atendam às demandas locais e dos residentes, para em seguida, organizar o turismo em base aos interesses do público externo. Todavia destacam que:

A proposta de planejamento e a execução das políticas propagam o discurso do desenvolvimento social e sustentável. Embutem ações de crescimento econômico atendendo à lógica do capital. Os espaços modernizados para vivência e uso das elites, acirram ainda mais as desigualdades socioeconômicas da região política marcada por conflitos e contradições impostas pelo modelo econômico desigual e combinado que incide sobre os territórios (Barbosa; Coriolano, 2016, p. 260).

É importante ressaltar que a configuração atual do território brasileiro, é fruto de um longo processo histórico, marcado por fatos de ocupação, colonização, exploração e o acontecimento de eventos externos (Souza, 2008). Com isso, ocorreu uma configuração diversificada, de grande diferenciação socioespacial, que levou a necessidade de se pensar em ações governamentais que buscavam diminuir as disparidades regionais.

Desse modo, as políticas territoriais de turismo, em virtude da exacerbação recente como vetor de desenvolvimento, seguem modelos utilizados nos países centrais do capitalismo, onde predominam orientações neoliberais, à exemplo da Europa, com destaque para França e Espanha, seguida da América Latina, em que o México foi o primeiro país a elaborar um plano nacional de desenvolvimento turístico (Candiottto; Bonetti, 2015).

Sousa (2011) assevera que o turismo ocupa um lugar de destaque nas políticas nacionais, sobretudo, no que diz respeito ao desempenho da atividade que pode mitigar os problemas

socioeconômicos. Todavia, o autor aponta que, ao mesmo tempo em que surgem novas oportunidades que buscam o desenvolvimento econômico, apresentam-se, também, novos desafios para quem fica responsável por intermediar essa relação com o território.

Nessa perspectiva, deve-se considerar a consagração do neoliberalismo como novo paradigma econômico e político que marca fortemente o Brasil em 1990, em que, as políticas territoriais, principalmente de turismo, passam de um Estado interventor para um Estado parceiro dos agentes privados, em que:

[...] o que se reflete, no turismo, na forma de políticas públicas comprometidas com a produção e a reprodução do capital *vis à vis* as inversões públicas voltadas à criação de um novo sistema de objetos cuja materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe (Cruz, 2006, p. 337).

O turismo no Brasil, nas últimas décadas, se insere no planejamento estratégico como fator que contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico. Para Malta (2018), a atividade se apresenta como forte indutor de benefícios no sentido de gerar empregos, renda, impulso para incremento de infraestruturas, entre outras recomendações que atribuem ao desenvolvimento da atividade e localidade, podendo chegar a mitigar desigualdades socioespaciais e, conseqüentemente, combater a pobreza. Para Malta (2018), o envolvimento do Estado, recentemente, tem adotado estratégias que dialogam com ideias de combate à pobreza, crescimento sustentável, equitativo, amparado no conceito de desenvolvimento local e apoio aos microempreendedores. A respeito dos pontos positivos, destacam-se:

La gobernanza del turismo o gobernanza turística sería, por tanto, la búsqueda de nuevas formas de toma de decisiones colectivas, sobre asuntos que implican la gestión de conflictos de intereses y que tratan de impulsar procesos de innovación social, el fortalecimiento de los actores más débiles del sistema y el cambio de las dinámicas turísticas generan los impactos negativos (González, 2014, p. 19).

Para Cruz (2006), a implementação dessas iniciativas pode proporcionar uma certa fluidez no território, podendo citar obras destinadas à melhoria de condições de infraestrutura básica como o abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento de esgoto entre outros, ou seja, se estes fatores não forem contemplados, ao mesmo tempo que é capaz de induzir ao desenvolvimento econômico (renda, emprego etc.), pode, também, desencadear processos inflacionários e aprofundar desigualdades.

Alguns outros efeitos negativos podem ser identificados, como o aumento dos impactos ambientais (dando como exemplo a construção de *resorts* que provocam desmatamento, poluição de rios etc.), aumento da violência (criminalidade, tráfico de drogas, dentre outros), valorização excessiva de empreendimentos imobiliários e aumento da favelização (Queiroz, 2016).

Há uma fluidez de ações hegemônicas engendradas que se reflete no embate e na contraposição entre as lógicas verticais (exógenas) e as horizontais (endógenas), o que impõe grandes desafios ao desenvolvimento local, sobretudo porque estão submetidas às contradições da lógica capitalista (Cruz, 2009). Nessa perspectiva, percebe-se que as políticas públicas articulam ações que privilegiam determinadas áreas da cidade e, conforme assevera Carlos (2007a), sobre essa prática, a abertura de avenidas, destruição de bairros, implantação de novos empreendimentos, impede que determinada parcela da população utilize um espaço, acentuando a desigualdade, desse modo, o cidadão (consumidor, produtor e mão de obra), não assume a condição de sujeito que reproduz o urbano, mas, fica refém dos agentes privados e poder público que objetivam a todo o tempo o consumo e acúmulo do capital.

Mais ainda, Souza (2008) assinala que o processo de desenvolvimento do planejamento e sua aplicação nas regiões tanto do Brasil como na Bahia, está atrelado aos diversos embates existentes nas diversas esferas do Estado, que tem uma visão dominante no período, sobre quais finalidades e fundamentos das políticas públicas, considerando também os conflitos existentes entre as classes e frações de classes.

A reestruturação econômica, iniciada na década de 1970, intensificou rupturas sociais, econômicas e culturais, transformando fortemente as dinâmicas urbanas, na escala da cidade e da rede urbana. Essas mudanças estruturais tiveram por base o neoliberalismo, primeiro como doutrina econômica e, logo, convertido em “racionalidade” (Dardot; Laval, 2016), moldando a forma dos sujeitos sociais de perceber, ser e estar no mundo.

Para Cruz (2018), na perspectiva da contemporaneidade e da Geografia, deve ser considerada a teoria de Harvey e Neil Smith, a respeito da noção marxiana de desenvolvimento desigual. É importante ressaltar que a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica de diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento, levando em consideração que esta atua sob o modo de produção capitalista, desse modo, o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica das contradições do capital.

A necessidade de acumulação do capital ocasiona uma rápida expansão geográfica da sociedade capitalista, que é condicionada pelo capital produtivo, desse modo, no que diz respeito à desigualdade socioespacial, sejam quais forem os indicadores utilizados

(demográfico, renda, IDH, rede urbana *etc.*), esta é constituída como característica histórica do contexto brasileiro, entretanto, no país, esta é resultante do processo de desenvolvimento desigual das forças produtivas do território, podendo ser verificada, também, no processo de urbanização de uma economia agroexportadora para um alargamento de base industrial até a expansão do capitalismo (Cruz, 2018). Essa abordagem pode ser verificada por Sobrinho (2011, p. 163), ao assinalar que:

[...] à medida que a produção do espaço ocorre, com o desenvolvimento do capitalismo, as contradições inerentes às relações sociais de produção e divisão social do trabalho se expressam produzindo espacialidades e economias desiguais combinadas; chamadas por outros autores de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas, centro e periferia, horizontalidade e verticalidade.

O processo de produção do espaço urbano no Brasil, marcado por uma modernização tardia, incompleta e híbrida, ao longo do século XX, sem assumir totalmente os valores modernos (Martins, Vaz e Caldas, 2010), com espaços e práticas representativos de uma economia estagnada, que reafirmou imensas desigualdades socioespaciais - herdeiras do passado colonial escravista – acentuam-se, ante o contexto neoliberal de finais do século XX. Dessa maneira, produziram-se abismos sociais novos, sobrepostos aos primeiros.

Um acelerado processo de expansão do tecido urbano, sobretudo nas últimas duas décadas, fortemente influenciado pela especulação imobiliária, condição propiciada por um tipo de relação de poder político e econômico, em que pese uma inversão de papéis na produção da cidade, isto é, a diminuição das ações do Estado em favor da crescente intervenção do mercado imobiliário que passa a controlar e planejar o cotidiano urbano, que acabou provocando diferenciações e fragmentações socioespaciais.

Ações realizadas no processo de construção histórico da cidade, requalificando-se de modo processual que, num “incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdo dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território” (Santos, 2006, p. 193). Uma trajetória que pode dar subsídios para compreender a ocorrência de processos que alteram as estruturas pretéritas e o cotidiano urbano na contemporaneidade.

A produção do espaço capitalista, desse modo, ocorre por meio de algumas escalas espaciais, sendo o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global, sendo que, é na escala urbana que o processo de diferenciação socioespacial é percebido de forma mais evidente, perante os processos de descentralização e concentração do capital (Sobrinho, 2011). O processo de centralização, é a localização física do capital e, a concentração é a centralização das atividades sociais (Cruz, 2018).

As relações sociais são mediatizadas pelo mercado, isto é, a lógica de produção da mercadoria enquanto modo generalizado da produção humana subordina a vida social ao consumo por intermediação do mercado. Assim, a produção social subordina-se ao valor de troca e, por conseguinte, ao valor de uso pelo consumo.

Vale ressaltar que, para Lefebvre (2002), a fragmentação do trabalho se insere nesse processo, podendo ser compreendida pelas divisões técnica e social, sendo que a técnica é legitimada pelos ideais de quem estipula determinada atividade, não considerando as diversas conexões com a estrutura de classes, instituições e ideologias, ocasionando o surgimento de funções desiguais, relações hierárquicas com ausência de privilégios.

A escala nação-Estado é o resultado entre os diferentes capitais, sobretudo internacional, que segue uma tendência de mundialização do espaço geográfico, já a escala global se refere à tentativa de reduzir a força de trabalho em uma condição de mercadoria, tendo uma essência política, sendo produto das relações de classe do capitalismo (Sobrinho, 2011).

A partir da segunda década do século XX, o turismo avança como prática econômica, inserindo-se nessa perspectiva, sendo considerado um vetor da produção do espaço brasileiro que se articula em base o legado histórico, o tempo e sua reprodução (Cruz, 2018). Para a autora, a atividade é uma prática social que está subordinada e entrelaçada com a lógica do desenvolvimento desigual, pois, é possível verificar onde há concentração de riqueza e um destaque de uma localidade que possui alta densidade de infraestrutura de circulação de equipamentos e serviços.

Vale destacar que o turismo, enquanto prática social e atividade econômica, corrobora para o processo conflituoso e contraditório de produção do espaço, alinhado ao processo de desenvolvimento desigual, que é a expressão geográfica das contradições do modo de produção capitalista, condicionado às escalas do espaço urbano, Estado-nação e espaço global. Essa perspectiva pode ser encontrada nos estudos de Sobrinho (2011) e Cruz (2018).

Em outras palavras, o turismo emergiu como um setor estratégico para o enfrentamento das crises provenientes do capitalismo, desse modo, há um interesse maior por parte do Estado por um desenvolvimento da atividade em seus territórios, voltados, especialmente, para a atração de fluxos internacionais (sobretudo pelo marketing turístico).

E sobre essa relação entre turismo e desenvolvimento desigual, o Estado foi e continua sendo o mais importante fomentador do desenvolvimento do turismo, inicialmente por ser provedor de infraestrutura, dando destaque às que estão relacionadas com a circulação territorial, e pela formulação de políticas de concessão de incentivos fiscais e financeiros, sendo

ações que são convergentes com os interesses privados e privatistas dessas empresas (Cruz, 2018).

O Estado, como um dos principais agentes nesse processo, em articulação e convivência com os interesses do capital imobiliário, influi na produção do espaço urbano através de instrumentos de regulação e ordenamento do crescimento da cidade (Mares, 2016), atuando na promoção de alternativas que mitigassem as disparidades regionais. Todavia, existe um embate contínuo com os grupos políticos que dominam tais iniciativas, com suas relações de poder existentes, estando atrelado a um eterno conflito de classes.

Na seção seguinte, serão abordados pontos relacionados à atuação do Estado e à formulação das políticas territoriais de turismo. Torna-se extremamente necessário discutir as contradições que o discurso e ações do Estado englobam, pois, o Estado, na política urbana, se apresenta como uma válvula de segurança, entidade subjetiva e consciente. Todavia, as considerações de Lojkin (1997) serão a base do pensamento, que se refere à dualidade contrária das aparências, em que as políticas capitalistas não parecem ser profundamente articuladas por ações necessárias e individuais, mas sim, de interesse às classes dominantes que agravam as fissuras, contradições entre segmentos estatais e reforçam conflitos sociais.

4.2 O Estado para o mercado ou Estado para o cidadão?

O Estado é constituído por elementos que são a população, o território nacional e o poder político. Historicamente, o Estado aparece no discurso da Nação como uma instituição que serve para perpetuar a divisão da sociedade em classes e proteger a propriedade privada, todavia, ganha maior impulso e expressão a partir do elo com o modo de produção capitalista, com a indústria, com a mão de obra assalariada e com as clivagens sociais ocorridas na relação espaço-temporal (Souza, 2008).

Desse modo, Cruz (2009), pontua que o Estado e mercado formam um par dialético e, cada vez mais, percebe-se uma certa subserviência aos interesses do mercado. O que corrobora com a concepção de que:

O Estado então se configura como uma entidade supra-estrutural de ação e controle que busca evitar que as contradições sociais se tornem conflitos abertos. Este poder do Estado é exercido num determinado território no qual vivem pessoas, que endossam ou não a sua ação. No entanto, o Estado dentro do seu limite territorial, jamais exerceu o poder a partir de todas as classes sociais nele inseridas, uma vez que

sempre foi apoderado total e/ou parcialmente por algumas classes sociais. Mesmo assim seu discurso político tende a generalizar e a exercer o poder sobre todas as classes de forma que sejam estabelecidas leis e regras que possibilitem o controle social (Souza, 2008, p. 34).

Por essa condição, Corrêa (2011), assinala que o Estado, sobretudo o capitalista, desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade pode resultar em um campo complexo, com diferentes conflitos e diversos interesses que se enfrentam ao longo do tempo em suas diversas dinâmicas, econômica, política, social, considerando o lugar que se situa. Desse modo, para o autor, o Estado pode estabelecer marcos jurídicos (como leis, regras, normas e posturas), taxar e controlar o mercado e a propriedade fundiária, produzir e viabilizar condições de produção do espaço para outros agentes sociais, tornar-se promotor imobiliário e produtor industrial.

Mais ainda, para Corrêa (2004), o Estado, também se torna promotor imobiliário, no entanto, essa atuação se faz de modo mais corrente e esperado, por meio da implantação de serviços públicos (sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, coleta de lixo entre outros). Todavia, o que se percebe, é que o seu desempenho é espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, sobretudo os de direito da população.

Embora o Estado atue diretamente em três níveis políticos administrativos e espaciais (federal, estadual e municipal), cada um destes tem a sua própria gestão, bem como os discursos de quem encobre os interesses dominantes, sendo assim, a tendência é privilegiar os interesses de determinadas classes, sobretudo as dominantes que, a cada momento, estão no poder (Corrêa, 2004).

Nessa perspectiva, Souza (2008) reforça que o discurso político tende a generalizar e a exercer o poder sobre todas as classes, de forma que sejam estabelecidas leis e regras, desse modo, o Estado não pode ser visto como um bloco monolítico, uma vez que reflete a luta de classes, que rebate, inclusive, na política de planejamento e desenvolvimento. E sobre o modelo de intervenção do Estado:

O período pós-segunda guerra mundial traz mudanças na estruturação e na atuação do Estado além de gerar alterações na propagação e instalação de alguns elementos técnicos que acabam por gerar transformações espaciais, primordialmente nos países periféricos do sistema capitalista. Nesses países temos a formação de algumas áreas com infraestrutura privilegiada que, devido ao seu desenvolvimento econômico, acabam por configurarem-se como áreas de capacidade decisória política e econômica. Tal fato pode ser claramente verificado quando analisamos o sudeste brasileiro [...] (Souza, 2008, p. 35).

Com esse recurso, algumas alternativas foram pensadas de modo que viessem a diminuir o crescente problema das desigualdades regionais, podendo correlacionar com as primeiras

iniciativas do Estado brasileiro de organizar o turismo, que remontam à “era Vargas” e, nesta fase, as ações do Estado dirigidas ao setor do turismo voltavam-se para a escala nacional. Após esse período, um marco regulatório decisivo nesse processo foi o Decreto-Lei n. 55, de 1966, que criou o Sistema Nacional de Turismo, com relação com o Ministério das Relações Exteriores, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e o Conselho Nacional de Turismo, extinto pelo governo Collor de Mello (Cruz, 2020). Com isso:

O planejamento do desenvolvimento regional surge como objetivo principal de diminuir ou atenuar as desigualdades regionais, sendo um instrumento das políticas de intervenção e controle e ainda um veículo de legitimação de espaços, reordenando os recursos e as oportunidades [...]. Uma política de desenvolvimento regional visa sobretudo conduzir o crescimento econômico e uma conciliação entre as possibilidades de utilização dos recursos e um máximo de preservação deles em cada região, com a obtenção de um equilíbrio entre o nível de desenvolvimento das regiões que compõem um país. Assim, ela se baseia em princípios gerais, mas também tem que ser flexível aos vários desafios que enfrenta (Souza, 2008, p. 35).

Para Souza (2008), esse discurso não engloba as facetas presentes no modo de produção capitalista, considerando-o até mesmo impreciso, pois, este se debruça nas diversas estruturas que compõe um território, sobretudo no momento em que o Estado se torna monopolista, passando a ser intervencionista e regulador na economia e assistencialista na vida da sociedade, em que este irá:

[...] refletir ativamente as contradições e as lutas de classe geradas pela segregação social dos valores de uso urbano. Longe de unificar o aparelho de Estado, a subordinação de sua política à fração monopolista do capital vai, pelo contrário, agravar as fissuras, as contradições entre segmentos estatais, suportes de funções sociais contraditórias (Lojkine, 1997, p. 193).

A respeito da ação do Estado que, em muitos casos, ao invés de diminuir as desigualdades regionais, propicia maior integração daquela região ao modo de produção capitalista, gerando uma ideia de desenvolvimento e progresso que é ilusória. Ademais, diversos elementos são utilizados pela classe dominante de modo que a localidade perceba aquele elemento como necessário, à exemplo do próprio turismo, que leva à ideia de desenvolvimento. Souza (2008, p. 37) reforça que “Para que tais ideias possam ser absorvidas por toda a população elas precisam ser vistas como verdades incontestáveis, como se tivessem vida própria e não pudessem ser discutidas”.

Dardot e Laval (2016, p. 167) pontuam que “[...] a liberdade não é o “poder de fazer o que se quer”; ela é indissociável da existência de regras morais transmitidas pelo costume e pela tradição que, em razão da sua generalidade, proíbem a todo indivíduo o exercício de uma coação qualquer sobre outrem”. Desse modo, ainda conforme os autores, entende-se o fato que uma

pessoa é dependente de um ambiente e circunstâncias que estão sob controle de outra pessoa, para além disso, é obrigada a agir não em conformidade com o seu próprio objetivo, mas, com base no planeamento de outra pessoa.

Podemos ver aqui que tudo depende do prévio reconhecimento de uma “esfera privada” ou “reservada”, garantida pelas regras gerais: “O caráter legítimo das expectativas de alguém ou os direitos dos indivíduos é resultado do reconhecimento da esfera privada considerada”. Assim, a definição de coerção como “violação dos direitos individuais” somente é lícita se esse reconhecimento foi consentido, já que o reconhecimento efetivo da esfera privada equivale ao reconhecimento dos direitos concedidos pelas regras que delimitam essa esfera. Portanto, as regras gerais são, em primeiro lugar e acima de tudo, regras de composição das esferas protegidas e, como tais, garantem a cada indivíduo direitos cuja extensão é estritamente proporcional à de sua esfera própria. O erro seria restringir essa extensão à dos bens materiais que pertencem a um indivíduo (Dardot; Laval, 2016, p. 168).

Em outras palavras, Dardot e Laval (2016) pontuam que o Estado deve aplicar as regras de forma igualitária, não de uma forma liberal, em que os agentes privados intervenham nas propriedades e ações dos indivíduos, contudo, observa-se a presença de um Estado que é visto como instrumento que molda a sociedade para colocá-la a serviços das empresas e, para além disso, ele mesmo se curva às regras de eficácia destas.

É possível concordar com Rodrigues (2007), a respeito da presença e ausência do Estado. Esta ação aprofunda contradições resultantes, também, do modo de produção capitalista. A presença diz respeito à definição do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação da propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implementação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo. Já a ausência, se refere ao salário imposto que é insuficiente para a reprodução de vida, a não prover acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo.

Souza (2008) faz uma profunda crítica a esse modelo de planeamento, que prioriza os interesses individuais, sendo um instrumento que agrava o subdesenvolvimento e assegura a expansão da pobreza. Para o autor, o capitalismo monopolista se encarrega de realizar essa acumulação e, um dos artifícios utilizados, é o da forma (função, estrutura e processo), que pode ser transferida de uma localidade, com determinada formação socioeconômica, para outra, modificando, conseqüentemente, a sua form“A desconcentração das ações e das estratégias de planeamento aliada ao fato de seus resultados não serem imediatamente visíveis e de não alterarem a estrutura socioeconômica tem contribuído para manter esse domínio ideológico” (Souza, 2008, p. 39).

Por fim, cabe pontuar sobre a interpretação das categorias do Estado. A categoria soberania se torna antiquada e desvalorizada, pois, um Estado não deve ser mais julgado por

sua capacidade de assegurar soberania sobre um território, mas, será considerado por meio da categoria de governança (Dardot; Laval, 2016).

A “governança”, neste caso, está relacionada a um novo modo de exercício de poder que implica em instituições políticas e jurídicas internacionais e nacionais, associações, igrejas, empresas, universidades entre outras. Esse modelo implicou o desenvolvimento crescente de múltiplas formas de concessão de autoridade às empresas privadas, uma aliança público-privada que segue normas internacionais (Dardot; Laval, 2016).

Essa nova hibridização entre público e privado, não anula de fato a atuação do Estado, mas este exerce um poder de forma mais indireta, orientando atividades dos atores privados e incorporando, em sua atuação, códigos e normas de padrões que são definidos por esses agentes, por exemplo, os trabalhadores assalariados, atualmente, utilizam dos meios de incentivos, ou seja, trata-se de um Estado muito mais estrategista. Pode-se citar um outro exemplo a respeito da concorrência que se exacerbou a respeito do marketing, com a acentuação da diferenciação dos produtos, aumentando a competitividade (Dardot; Laval, 2016). Portanto, no que diz respeito ao papel do Estado no mundo global, entende-se que:

O Estado não abandona seu papel na gestão da população, mas sua intervenção não obedece mais aos mesmos imperativos nem aos mesmos motivos. Em vez da “economia do bem-estar”, que dava ênfase à harmonia entre o progresso econômico e a distribuição equitativa dos frutos do crescimento, a nova lógica vê as populações e os indivíduos sob o ângulo mais estreito de sua contribuição e seu custo na competição mundial (Dardot; Laval, 2016, p. 278).

Sendo assim, instaura-se uma forma de poder baseada na economia globalizada, sendo, sem dúvida, nessa transformação de atuação do Estado que se pode perceber uma nova articulação da norma mundial da concorrência e o neoliberalismo para governar os indivíduos.

Esse “paradigma global” da reinvenção do governo apresentou várias faces conforme o país, o governo ou intérprete, os quais ressaltam ora a importação do modelo de empresa, ora a necessária participação democrática da população nas decisões – isso quando não misturam as duas coisas. Mas a principal tendência nos países subdesenvolvidos consistiu em impor um novo modo de racionalização às administrações públicas que obedece às lógicas empresariais (Dardot; Laval, 2016, p. 294).

O neoliberalismo, portanto, deve ser compreendido concomitantemente nesse processo como uma lógica que molda as relações sociais, que promove competição, individualização e desregulamentação, tendo como consequência a concentração de poder e riqueza na mão de poucos. Ao invés de recorrer a soluções tradicionais, dando como exemplo as políticas de

sustentação de demanda e emprego, como as políticas keynesianas, o neoliberalismo adota uma abordagem para o mercado, enfatizando a liberdade individual, a competição e desregulamentação (Calejon; Roncaglia, 2024).

O objetivo desta seção é conscientizar o pesquisador e leitor de que, no campo do turismo, sobretudo no recorte espacial deste estudo, há uma forte controvérsia no que diz respeito à atuação do Estado e na elaboração de seu planejamento. Pode-se perceber um modelo de planejamento que defende os interesses individuais (o mercado imobiliário, a implantação de mega-*resorts* por redes de luxo estrangeiras em áreas de proteção ambiental), a luta da população por condições mais favoráveis de vida, que lutam pela terra (tendo baixo incentivo de acesso às normas jurídicas), com impossibilidade de usufruir de infraestrutura e equipamento destinado à uma classe específica, impossibilitando o uso coletivo.

As categorias do Estado, são face clara na estruturação das políticas territoriais de turismo, todavia, atuam fortemente com o marketing territorial, aumentando a visibilidade e possibilidade de arrecadação com a atividade, como foi o caso de Praia do Forte, Costa do Sauipe e, recentemente, Guarajuba, localizados em Mata de São João, podendo citar, atualmente, Baixo, localizado no município de Esplanada.

Em contrapartida, no ano de 2025, a Costa dos Coqueiros passou a ocupar o segundo lugar de destino escolhido por parte dos turistas na Bahia. O marketing territorial reforça, cada vez mais, a ideia de lugar paradisíaco, mas para quem? A qualidade de transporte é rasa (há uma maior presença de minivans e ônibus que circulam pela linha verde com turistas, ao invés de transporte coletivos para os residentes), as oportunidades de emprego, também, são destinadas à trabalhadores mais qualificados de outros lugares e os índices de desigualdades revelam que a população urbana e rural carece de condições favoráveis de vida. Conforme destaca Yáziği (2003, p. 8): “A cidade continua mal-amada, em um dos países que mais se celebra a amizade, a alegria de viver, a dança... [...] a dignidade de um lugar deve ser concebida, antes de tudo, para seu habitante”.

O turismo pode sim ser centralizador de benefícios, mas, a regulação tem de ser do Estado. Concorde-se com a premissa de que “[...] não vivemos para construir o Estado pelo Estado, mas o Estado para o cidadão” (Yáziği, 2003, p. 327).

Na seção subsequente, cabe fazer uma breve apresentação da estruturação das políticas territoriais de turismo no Brasil, na Bahia e na Costa dos Coqueiros, considerando que esta evolução está atrelada ao processo de evolução das sociedades, com suas particularidades e acontecimentos, baseada em ações exógenas, potencializadas a partir da atividade turística.

É importante ressaltar que, discutir sobre o Estado, auxilia na compreensão de como são pensadas e formuladas as políticas territoriais de turismo, considerando que o tema regional/território, só ganhou destaque em um momento específico, quando a parceria entre Estado e agentes privados, bem como o marketing turístico, achou interessante pensar no consumo da diversidade regional na venda dos destinos, sobretudo na Bahia, reforçando a lógica de venda da Costa dos Coqueiros como destino paradisíaco, mas, na prática é uma experiência que proporciona um turismo que não condiz com a realidade da população.

Para Harvey (2005), a criação de uma imagem urbana espetacularizada tem consequências políticas e sociais e, a todo momento, se contrapõem no sentido de alienação e ausência do senso de pertencimento. O caminho contrário, sendo uma articulação equitativa e bem-sucedida, ajuda a criar solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar, proporcionando um refúgio mental em um lugar onde o capital lida como lugar não fixo.

4.3 Estruturação das Políticas Territoriais de Turismo no Brasil

O processo do planejamento e sua aplicação nas regiões tanto do Brasil como na Bahia, está atrelado aos diversos embates existentes que envolvem os diversos agentes sociais, todavia, cabe destacar que sempre estes sempre estiveram atrelados à lógica do capital nacional e internacional. As considerações desta seção sobre as políticas territoriais de turismo, visam explicar como esse processo ocorreu no Brasil, acerca da utilização do espaço urbano pelo turismo, levando a identificar como a atuação do Estado, com essas políticas, resultou em uma maior diferenciação socioespacial nos dias recentes.

O Brasil, em sua formação territorial, encontrou elo em diversas elites regionais, com interesses contraditórios e sempre teve o Estado como agente indutor no processo de organização, ou não, do espaço (Jesus, 2021). Esse longo processo histórico é marcado por características de ocupação, colonização e expropriação, o que motivou o Estado a pensar em alternativas que poderiam mitigar essas disparidades regionais. Todavia, existe um embate contínuo com os grupos políticos que dominam essas iniciativas, com suas relações de poder existentes, estando atrelado a um eterno conflito entre as diversas classes.

Para Cruz (2006), no Brasil existe um movimento que se dividiu em dois momentos considerados paradigmáticos, estas diretrizes condizem com o momento histórico, social, econômico e político (Quadro 3).

Quadro 3. Paradigmas que influenciaram as Políticas Territoriais de Turismo no Brasil

Paradigmas	Passado (até final anos 1980)	Presente (1990-Atual)
Infraestrutura	Criação de facilidades para a implementação de infraestrutura turística (rodoviarização)	Implementação/melhoria destas e de transporte (aeroportos, principalmente);
Desenvolvimento Econômico	Geração de riqueza (desenvolvimento a qualquer preço)	Geração de emprego e renda/desenvolvimento sustentável;
Gestão	Centralização	Descentralização/Gestão participativa;
Escala	Nacional – regional	Regional – local;
Mercado	Estado como regulador e interventor	Liberalização/Desregulamentação;
Natureza	Objeto de atração	Objeto de atração e proteção;
Espaço/Território	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-objeto).

Fonte: Cruz (2006). Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

Nessa análise, é possível perceber a crescente importância da atividade, que passa a ser entendida como engendradora de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como instrumento que pode mitigar as desigualdades regionais.

Cruz (2020) assinala que nesse período emergiram políticas de turismo, especificamente entre 1990 e 2010, que se refere ao primeiro passo para apreender e compreender a inserção destas, no processo conflituoso e contraditório do espaço brasileiro pelo e para o turismo.

Para Cruz (2020), estas políticas territoriais como um todo, se dividem em ações com foco nos campos da economia, gestão, cultura e sociedade, buscando uma promoção da qualidade de vida e numa restrita preocupação de inserção de comunidades locais, bem como tem intuito de potencializar os benefícios da atividade para a população local. Já, no que diz respeito à temática do conceito de território, as políticas territoriais apresentam uma forte preocupação com a melhoria da infraestrutura, buscando dar qualidade ao equipamento turístico e diversificar a oferta, demonstrando uma preocupação com o meio ambiente.

Nessa perspectiva, concorda-se com Cruz (2006), que o processo de elaboração das políticas territoriais de turismo, segue esses paradigmas, com suas características. Não cabe trazer uma análise do período passado porque não faz parte do recorte temporal desse estudo, mas, em relação ao período atual, Cruz (2020) considera que este é o mais pujante em termos de formulação.

Por um lado, deve-se considerar o próprio crescimento da atividade e a influência na produção do espaço brasileiro, por outro, o investimento do discurso oficial apegado à

possibilidade de que a atividade poderia contribuir significativamente para o crescimento da economia, gerando emprego e renda. Desse modo, o discurso oficial que reproduzia essas políticas como salvadora dos lugares, precisou terceirizar o uso de consultorias privadas, o que acarretou numa carência de equipe preparada para elaborar as mesmas, resultando em uma retroalimentação da incapacidade administrativa para a gestão da atividade (Cruz, 2020).

A atuação do governo no turismo deveria definir os papéis dos diferentes agentes envolvidos, com intuito de evitar um desenvolvimento descontrolado motivado pelo lucro e para amenizar as falhas do mercado, todavia, existe, também, um certo descompasso entre as reais necessidades e o planejamento proposto, tendo como resultado políticas pouco assertivas, com lacunas na participação social e falta de credibilidade das mesmas, ocasionando uma certa frustração na sociedade (Vilela; Costa, 2020).

Para Vilela e Costa (2020), existe uma falta de padronização e de definição de critérios para a escolha dos indicadores, resultando na dificuldade de comparação sobre possíveis avanços, o que pode mascarar o avanço do turismo brasileiro, destacando uma continuidade frágil, dificuldade em aferir a evolução dos indicadores, presença limitada de inovação, embora comece a ficar mais forte nos últimos dois Planos Nacionais de Turismo. Ademais, existe uma limitação na construção de planejamento a longo prazo.

Esse movimento que explica o percurso do paradigma das políticas públicas no Brasil, pode ser encontrado também nos estudos de Malta (2018), que propõe pensar nessa trajetória em dois períodos: Século XX (momento anterior à criação do Ministério do Turismo) e século XXI (posterior à instauração do Ministério do Turismo). O Quadro 4, traz referência de alguns elementos que marcaram o período anterior à criação do MTUR, que corroboram com as abordagens de Cruz (2006).

Quadro 4. Paradigma das políticas públicas no Brasil - Pré-criação MTUR e Pós-criação MTUR

Paradigmas	Características
<p data-bbox="325 1742 552 1771">Pré-criação do MTur</p> <p data-bbox="379 1865 497 1895">1950-1990</p>	<p data-bbox="647 1653 1415 1984">Houve uma expansão do turismo de massa e, em virtude desse crescimento, houve um crescimento de políticas de fomento que visava o aumento do fluxo destes visitantes. As políticas passam a reconhecer e apontar o turismo como agente de desenvolvimento econômico. A participação governamental focada no fornecimento de infraestrutura necessária para o suporte à atividade. Há o crescimento de preocupações ambientais, aumento da competitividade dos empreendimentos, o Estado diminui sua interferência, estreita as relações com os agentes privados e assume um papel de coordenação e estruturação da atividade. As questões territoriais começam a ganhar força.</p>
	<p data-bbox="647 1991 1415 2074">A conjuntura socioeconômica brasileira no início do século XXI contribuiu para que o governo percebesse a necessidade de captar investimentos para o turismo, considerando o panorama escasso que</p>

<p>Pós-criação MTur</p> <p>1991-2016</p>	<p>este enfrentava. Houve uma necessidade de profissionalização e capacitação. Ideias neoliberais nortearam o processo de formulação dessas políticas, fazendo laços estreitos com a iniciativa privada. O turismo passa a ser mencionado como uma grande prioridade do governo, que contribui, de forma mais rápida, para o desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais, por conta da possibilidade de gerar empregos. O Estado adota um modelo de planejamento regional, de caráter territorial, que pretende fortalecer o turismo interno e promover o desenvolvimento regional. Descentralização de gestão</p>
--	---

Fonte: Malta (2018). Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

O objetivo do Quadro 4, é reunir informações sobre os paradigmas, com seu recorte temporal definido, trazendo características das dinâmicas social, histórica, política e econômica que influenciaram na atividade turística. Há uma evolução, ao longo do tempo, de adequar estas políticas públicas de turismo de acordo com esses acontecimentos, ou seja, as políticas e quem as define, também caminha de acordo com o contexto em que está inserido.

De acordo com Malta (2018), é possível perceber a crescente importância da atividade, que passa a ser entendida como engendradora de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como instrumento que pode mitigar as desigualdades regionais, desse modo, verifica-se que essas políticas territoriais de turismo possuem, também, uma filiação teórica que orienta a política de regionalização da Bahia e, conseqüentemente, da Costa dos Coqueiros, a partir de um contexto histórico, cultural, econômico e social, em que há uma gestão conflituosa, que defende interesses de alguns, em detrimento de outros.

O Quadro 5 apresenta uma sistematização da estruturação de políticas públicas e territoriais de turismo no Brasil entre 1990 e 2022. A interpretação dos paradigmas com os planos, facilita a compreensão para perceber os marcos institucionais, bem como o modelo de pensamento que orientava o planejamento público no período supramencionado.

Quadro 5. Sistematização das Políticas Territoriais de Turismo no Brasil (1990-2022)

Plano	Características	Particularidades	Referências
<p>Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) 1991-2012</p> <p>Território: Nordeste (BA, CE, PE, RN)</p>	<p>Dotar a região de infraestrutura urbana turística com objetivo de atrair capital estrangeiro e permanência do turista. Obter apoio e investimento, bem como financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial. O</p>	<p>- Articulação com mercado global; - Investimentos e implantação de megaempreendimentos hoteleiros (mega-resorts); - Internacionalização do litoral nordestino; - Foco no desenvolvimento regional; - Objetivo em diminuir as desigualdades econômicas inter-regionais.</p>	<p>Barbosa e Coriolano (2016) Cruz (2020) Sobrinho (2011) Queiroz (2016)</p>

	PRODETUR-NE ocorreu em duas fases.		
Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007 2007-2010 2013-2016 2018-2022 Território: Nacional	Foco no desenvolvimento econômico e sustentável. Maior inclusão social, gestão descentralizada e integração regional. Criação do slogan “Uma viagem de inclusão”. Em 2010 ocorre uma forte internacionalização dos destinos. Em 2014 há investimentos em eventos esportivos (Copa do Mundo). Nova criação de Slogan “Mais emprego e renda para o Brasil”; “O turismo fazendo muito mais pelo Brasil”.	- Investimento em infraestrutura turística; - Foco em melhorar o mercado de trabalho; - Investir nas parcerias com os agentes privados (nacionais e internacionais); - Diversidade do produto turístico; - Investimento em Acessibilidade; - Inserção do tema sustentabilidade nas metas; - Criação de estratégias para aumentar a taxa de permanência do turista.	Vilela e Costa (2020) Cruz (2020) Souza, Nóia e Pinheiro (2016)
Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) 1997-2003 Território: Nacional	As diversas discussões sobre as diferenças das regiões começam a serem pensadas. A valorização da escala regional, desse modo, ganha destaque, todavia, o PNMT foi substituído em 2004 pelo PRT.	- Ações de conscientização para a comunidade local sobre a importância e os benefícios da atividade turística; - Estimular a parceria entre os agentes privados e Estado.	Cruz (2020) Candiotto e Bonetti (2015)
Programa de Regionalização do Turismo (PRT) 2004 Território: Nacional	Há um foco na economia regional, com uma nova proposta de organização do espaço geográfico, tendo como princípio os pilares: participação, sustentabilidade, integração e descentralização. Criação do Mapa do Turismo Brasileiro.	- Desenvolvimento das regiões turísticas; - Potencializar os benefícios da atividade para a comunidade local.	Cruz (2020) Candiotto e Bonetti (2015) Souza e Serra (2018)
Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 2012-2015 Território: Nacional	O turismo é contemplado no plano com programas que discutem a regionalização, a parceria com os agentes privados e a internacionalização dos destinos. Propostas: “Brasil: Destino Turístico Internacional”, “Turismo Social no Brasil: Uma viagem de inclusão”.	- Aumentar o fluxo de turistas; - Promover inclusão social; - Promover a sustentabilidade; - Aumentar a qualidade de vida; - Incentivo à prática do turismo interno; - Internacionalização dos destinos.	Lemos (2013) Vilela e Costa (2020)

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

No Quadro 5, constam os planos que foram analisados no Brasil, as características (contexto geohistórico e a abrangência do território), as particularidades (os objetivos, metas ou diretrizes) e, por fim, as referências (obras consultadas). Analisando as características e particularidades, percebe-se que os planos, além de denotarem uma certa convergência, tem como foco prioritário na manutenção da atividade turística (investimento em infraestrutura), na parceria com os agentes privados, na internacionalização dos destinos com uma forte atuação da venda dos destinos e, de forma velada, a inserção do discurso da regionalização, até o

momento em que isso também vira um produto. Dando como exemplo a própria realidade da Costa dos Coqueiros na Bahia. Ademais, também de forma sutil, o tema de qualidade de vida é tratado, numa breve preocupação sobre a inserção das comunidades que precisam entender os benefícios da atividade.

Essa análise reforça a lógica de uso e apropriação do espaço brasileiro, ou seja, uma geografia que revela os processos de concentração e centralização do capital, dos quais o turismo corrobora para o processo de desenvolvimento geográfico desigual, ainda que as condições históricas acumuladas no território influenciem também neste processo (Cruz, 2020). Malta (2018) assevera que, diante de tais iniciativas, grande parte das políticas de turismo implementadas não conseguiram mitigar as disparidades espaciais relacionadas ao turismo.

A partir dessa síntese, percebe-se nas duas fases que ocorre um avanço e aprofundamento de ideais neoliberais, ou seja, o estado brasileiro articula seu planejamento de modo que se torne mais atrativo ao capital privado, desse modo, os paradigmas são demarcados pela liberalização e desregulamentação “[...] entre os quais o enxugamento da máquina estatal, muitas vezes confundindo com “diminuição do estado” e daí a aderência que ganha a expressão “Estado mínimo”. Mínimo para quem?” (Cruz, 2006, p. 344).

Desse modo, cabe trazer uma reflexão a respeito da Bahia e da Costa dos Coqueiros para identificar como ocorreu essa estruturação, o que será tratado na seção subsequente. Falar do Nordeste, especificamente o estado da Bahia, leva a identificar que este se torna alvo do projeto governamental perante a sua vantajosa posição como atrativo turístico do litoral brasileiro. Conforme assevera Costa (2012), a supervalorização da faixa costeira é um esforço dos agentes públicos e privados que induzem à lógica de consumir o mesmo com suas ações. O Litoral Norte da Bahia se transforma em um território cobiçado e atrativo, com novas utilidades.

4.4 Estruturação das Políticas Territoriais de Turismo na Bahia e na Costa dos Coqueiros

A Bahia possui uma longa trajetória no âmbito do planejamento turístico, sobretudo no que diz respeito à própria regionalização imposta. Um dos motivos é a proximidade dos polos emissores de turistas nacionais e, por ser mais atrativo aos capitais nacional e internacional relacionados às redes de hotéis que estão por trás de alguns empreendimentos. Nessa perspectiva, conforme Léda (2005), as políticas governamentais de desenvolvimento do turismo na Bahia, tem foco, desde 1990, nas estratégias de territorialização.

A Bahia apresenta uma organização que se divide em 27 Territórios de Identidade baseada numa regionalização que prioriza uma abordagem sociocultural em substituição a uma

divisão estritamente econômica. Desse modo, o processo de regionalização, no primeiro momento, ocorreu em lugares que predominava a agricultura familiar e, posteriormente, os territórios são constituídos a partir da especificidade de cada região, que apresentam traços comuns (Santos; Alcantara, 2016).

A configuração dos Territórios de Identidade do estado da Bahia, teve como principal indutor o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que, em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, introduziu o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, bom o objetivo de promover o planejamento e a autogestão dos processos de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, dinamizando a economia (Bahia, 2021).

Em 2007, a Bahia reconheceu a legitimidade dessa divisão territorial, sendo a pioneira na criação dessa rede estadual, conformando essa divisão como unidade espacial. Todavia, em seu histórico referente às políticas públicas, é possível verificar que estas são discriminatórias, resultando em um estado desigual, com forte concentração econômica e social na Região Metropolitana de Salvador, no Litoral Sul, Oeste Baiano, o Norte do Estado e o Extremo Sul da Bahia (Bahia, 2011).

Para Léda (2005), em relação ao turismo, as estratégias governamentais estão apoiadas, também, no antagonismo do desenvolvimento do turismo em regiões que são marcadas por grande desigualdade e pobreza, por isso, o autor chama à atenção para a intenção que se tem em fazer do território um produto competitivo no mercado, apesar da degradação gerada em condições desfavoráveis. Há de fato recursos e configurações paisagísticas para a atividade, contudo, não condiz com a imagem requerida no imaginário.

A análise histórica das políticas nacionais de turismo evidencia que nem sempre estas foram claramente explicitadas, sendo reduzidas aos aspectos parciais da atividade, o que trouxe uma repercussão negativa nas múltiplas escalas em que esta atua (Sobrinho, 2011), desse modo, para combater as disparidades, sobretudo regionais, o PRODETUR-NE I e II ganham destaque como documentos de análises, todavia, uma sistematização das políticas territoriais da Bahia entre 1991-2023, também será apresentado no Quadro 6.

Quadro 6. Sistematização das Políticas Territoriais de Turismo na Bahia (1991-2023)

Plano	Características	Particularidades	Referências
Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia	Coordenado pela Bahiaturisa, com financiamentos e investimentos provenientes do BID e BNB. Houve a criação das zonas turísticas, com foco no	- Venda do destino Bahia ao mercado internacional, com o <i>slogan</i> “Bahia, Terra da Felicidade! ”;	Barbosa e Coriolano (2016)

(PRODETUR-BA) 1991-2005	crescimento da atividade como alternativa ao período pós-industrial, juntamente com ações direcionadas para a cultura e alta tecnologia. O PRODETUR-BA foi incorporado ao PRODETUR-NE.	- Investimentos de infraestrutura turística; - Foco em ações direcionadas para a proteção ambiental.	Sobrinho (2011) Léda (2005) Queiroz (2016)
Estratégia Turística da Bahia: O Terceiro Salto 2007-2016	Objetivava preencher as lacunas deixadas pelo turismo na Bahia (infraestrutura escassa, baixa permanência do turista entre outros). O segmento de eventos ganhou destaque (São João da Bahia, GP Bahia Stock Car, Salão Baiano de Turismo). Surgimento de novos segmentos e investimento no suporte ao turista, dando como exemplo a ampliação de postos de atendimento.	- Fundamentado nos eixos: Inovação do produto, qualificação dos destinos e dos serviços, integração econômica; - Qualificação da mão de obra; - Captação de novos investimentos; - Marketing Turístico – posicionar a Bahia e torna-la competitiva.	Bahia (2011) Souza; Nóia e Pinheiro (2016)
Estratégia Turística da Bahia 4.0: O Salto para o Futuro 2020-2030	Contextualizar o período pós covid-19. A pandemia causou uma crise no turismo, sobretudo nas mudanças das viagens, do marketing e na infraestrutura dos equipamentos turísticos, que tiveram que se adequar às orientações do Ministério da Saúde. Os direcionamentos são considerados a partir dos novos hábitos dos viajantes, que buscam o bem-estar físico e mental. Todavia, foi destacado a necessidade de pensar em redes com alguns outros setores (indústria e agronegócio). Essas redes necessitam de alta velocidade de comunicação.	- Utilização do tempo como valor competitivo; - Modernidade acelerada; - Gerar mais empregos e renda; - Preservação dos recursos naturais e culturais; - Prioridade nos temas de sustentabilidade, inovação, gestão participativa, regionalização.	Bahia (2022)
Plano Plurianual da Bahia (PPA-BA) 2000-2003 2004-2007 2008-2011 2012-2015 2016-2019	Até 2015 o turismo é visto como vetor de desenvolvimento. Todavia, já começa a sentir os impactos provenientes da crise de 2014, que provocou uma queda nos investimentos, sobretudo do capital internacional. Desse modo, há uma queda no âmbito do planejamento. A atividade que tem programas destinados ao turismo, perde destaque.	- Foco no salto na qualidade de vida dos baianos; - Crescimento econômico; - Redução de Desigualdades Sociais e Econômicas; - Desconcentração; - Diversidade; - Modernização.	Léda (2005) Ortega e Silva (2016)

Organizado por Flaminia Mastrangeli (2024).

Este documento (PRODETUR-NE I e II), foi um marco das políticas públicas de turismo no país, resultando na captação de investimentos tanto públicos como privados de alta relevância. Articulado pelo poder público federal e pelos governos estaduais da região Nordeste, o PRODETUR-NE I e II contou com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social – BNDES, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, além do Banco Mundial, com o intuito de dotar o Nordeste de infraestrutura capaz de atrair investimentos estrangeiros, desse modo, seria possível promover desenvolvimento regional e mitigar as desigualdades econômicas inter-regionais utilizando a atividade turística como estratégia (Sobrinho, 2011).

Vale ressaltar que as características se referem ao contexto geohistórico, considerando a abrangência de território do estado da Bahia, e as particularidades são alguns objetivos, metas e diretrizes observadas. A interpretação dos planos em conjunto com os paradigmas apresentados na seção anterior, facilita a compreensão para perceber os marcos institucionais, bem como o modelo de pensamento que orientava o planejamento público nos períodos.

Para Sobrinho (2011), na Bahia a evolução do turismo ocorreu por cinco etapas, sendo a primeira entre 1951 a 1962, onde se tinha uma articulação política incipiente; a segunda entre 1963 e 1971, dando ênfase à expansão do turismo baiano perante o cenário nacional, ocasionando a criação da BAHIATURSA; a terceira entre 1972 e 1990, com a criação do Conselho Estadual de Turismo e a elaboração do Plano de Turismo do Recôncavo, ganhando uma nova política institucional; a quarta entre 1991 e 2002, correspondente à fase do PRODETUR-BA e PRODETUR-NE I e; a quinta que vai de 2003 a 2020, com o PRODETUR-NE II. Por fim, pode-se adicionar, uma nova fase, que equivale ao período de 2020 a 2030, denominada pelo governo da Bahia como, “Um salto para o futuro”.

As políticas públicas de turismo no Brasil sempre tiveram como objetivo o combate à pobreza e redução de desigualdades. Na Bahia, alguns planos de turismo se destacaram e o território, nesse momento, começa a ganhar destaque como fator a ser incluído nas metas e diretrizes. Todavia, durante esse percurso, o Estado fez parceria com os agentes privados, o próprio processo de urbanização das cidades estava em conflito e a atividade turística crescia desenfreadamente. Desse modo, até que ponto tratar da regionalização é um foco prioritário de quem planeja e organiza a atividade turística? Considerando o contexto nacional, nos próprios Planos Nacionais de Turismo, seria uma estratégia mercadológica? Ou para impulsionar o marketing territorial?

Desse modo, pensar nesse percurso no Brasil e, posteriormente na Bahia, leva-nos a entender que a formação das políticas públicas de turismo, ainda é um processo que segue lógicas hegemônicas nacionais, engendradas pelo próprio Estado e pelos agentes privados, atendendo às demandas do mundo global.

Ademais, pensar na evolução das políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros, demanda pensar de uma forma mais ampla na problemática que existe e persiste no

Litoral Norte da Bahia, que é herança de um contexto histórico de ocupação territorial e produção de um espaço marcada pela presença de agentes sociais (público, privado, mercado imobiliário) que seguem a lógica de reprodução do capital, no contexto global, neoliberal, a partir de uma economia nacional e internacional, em uma região que a todo momento se integra/articula e, também, fragmenta e desarticula (Sobrinho, 2011).

As benesses dos investimentos públicos e privados realizados não foram sentidas nos povoados, distritos e vilas, podendo destacar às necessidades impostas para a reprodução do capital investido nos empreendimentos, à condição de existência de vida das comunidades atingidas e à incapacidade das administrações municipais em regular os processos em curso (Limonad, 2007).

O PRODETUR-BA (1991), tinha como objetivo inserir a Bahia no mercado turístico global, sendo coordenado pela Bahiatursa e pela iniciativa privada nacional e internacional. Por conta do seu desempenho positivo, foi criado o PRODETUR-NE (1992), com objetivos similares ao PRODETUR-BA (1991), todavia, sua concentração espacial era no Nordeste. A Costa dos Coqueiros ganhou destaque na arrecadação de investimentos para o turismo, sobretudo o município de Mata de São João (Praia do Forte e Costa do Sauipe), que recebeu a maior parte dos investimentos, sobretudo estrangeiros, com a criação de hotéis, resorts, complexos turísticos (Sobrinho, 2011).

Nessa perspectiva, entre os anos 1991 e 2004, Sobrinho (2011), assevera que o turismo, na Bahia, especificamente na Costa dos Coqueiros, teve um desempenho positivo que justificou e culminou na elaboração de outros planos estratégicos em longo prazo, à exemplo dos planos de Estratégia Turística na Bahia. Além disso, o PRODETUR-NE, que incorporou o PRODETUR-BA, se dividiu em duas etapas. O PRODETUR-NE I, para fins de planejamento, utilizou o conceito de municípios âncoras, que é uma localidade referência na região que dispõe de infraestrutura e suporte para os demais municípios da região, dando como exemplo Mata de São João.

Já o PRODETUR-NE II, propôs um novo zoneamento turístico que incorporou os conceitos de polos de desenvolvimento, em que cada zona deveria elaborar, por meio de seus governos estaduais, o PDITS, bem como a formação de Conselhos Estaduais de Turismo. Para Sobrinho (2011), esse processo formulou uma nova geografia turística da Bahia, que, em consonância com o Plano Nacional de Turismo, do governo federal, tinha como objetivo interiorizar o turismo, que estava concentrado na zona litorânea, formando uma nova política territorial.

A partir desse contexto, duas políticas territoriais de turismo ganham destaque na Costa dos Coqueiros, no âmbito do PRODETUR-NE II, sendo o PDITS Salvador e entorno (2003), seguido do PDITS Costa dos Coqueiros (2015-2020). O PDITS Salvador e entorno é formado pelo conjunto de duas zonas turísticas, sendo Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos. Essa política territorial focou em ações de descentralização do fluxo turístico, que focalizasse a diferenciação, a questão ambiental, a valorização dos recursos histórico-artístico-naturais e infraestrutura. Estes pontos surgem por conta do saneamento básico insuficiente das localidades, a disposição inadequada de resíduos sólidos, a deterioração do patrimônio, visando conscientizar a comunidade local para o exercício da atividade turística (Bahia, 2003).

O PDITS 2003, tinha como pretensão dar continuidade aos resultados da atividade turística proveniente dos investimentos e ações realizadas no PRODETUR-BA e PRODETUR-NE I, dando destaque à proteção ao patrimônio histórico cultural e à melhoria da infraestrutura de saneamento, bem como conscientização de uso adequado dos recursos naturais e a construção do Aeroporto Internacional de Salvador (Bahia, 2003), denominado em tempos passados de Aeroporto 2 de Julho. Para que este crescimento continuasse, seria necessário:

[...] de maneira efetiva e sustentável [...] (a) promover um turismo que focalize a diferenciação, auferindo maior receita por turistas em detrimento do número total de visitantes; e (b) aumentar o associativismo entre os agentes econômicos ligados às atividades turísticas, para evitar que o aumento de fluxo seja maior que aumento de receita (Bahia, 2003, p. 25).

Um esforço foi necessário para complementar as ações já iniciadas, dando destaque à questão ambiental e para os problemas que ainda eram presentes na região, destacando o saneamento básico insuficiente, a disposição inadequada de resíduos sólidos, deterioração do patrimônio e falta de conscientização da população local no que diz respeito à valorização dos recursos naturais, históricos e culturais, objetivando preparar as comunidades para o turismo (Bahia, 2003).

Nesse período, os pilares econômico, social e ambiental tinham destaque nas políticas nacionais, demonstrando uma evolução na atuação governamental, que passou a demonstrar um cuidado, em seu planejamento, sobre os impactos gerados pelas intervenções realizadas, bem como à definição de medidas mitigadoras, uma vez que o principal produto do turismo é o meio socioambiental (Bahia, 2015). Vale ressaltar que este cuidado pode ser entendido um tanto quanto ilusório, visto que os números de empreendimentos privados previstos (imobiliários e complexos turísticos) aumentavam em zonas de proteção ambiental.

Para Limonad (2007), os planos elaborados com vistas à preservação ambiental, não evitam que os mega-*resorts* internacionais, especificamente na Costa dos Coqueiros, emergjam

como enclaves providos de capital e tecnologia, em meio a uma realidade regional pobre e sem infraestrutura e serviço para a sua comunidade.

Em seguida, o PDITS da Costa dos Coqueiros 2015, surge por conta da necessidade que cada região turística precisaria ser analisada individualmente, de modo que fosse possível obter uma maior competitividade da atividade turística. Sendo assim, o plano foi concebido para um horizonte temporal de cinco anos, cujo foco no mercado seria a questão norteadora para traçar estratégias e ações para viabilizar o crescimento da atividade turística e, por consequência, melhorar a qualidade de vida da população (Bahia, 2015).

O PDITS da Costa dos Coqueiros 2015, tem como intuito ter uma visão integrada da realidade da zona turística sob os aspectos integrados ao produto e mercado, gestão, dimensão econômica, social, ambiental, à infraestrutura e serviços básicos (saneamento, energia elétrica, comunicação, acessos e transportes). Ademais, o plano estabeleceu objetivos, diretrizes e metas visando a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, geração de emprego e melhoria das condições sociais (Bahia, 2015). Este plano será explorado na seção de análise e discussão dos resultados.

As estratégias das políticas territoriais descritas acima, fazem parte de uma dinâmica complexa no processo de produção do/no espaço na zona turística Costa dos Coqueiros. Conforme Sobrinho (2011), as forças exógenas e endógenas que incidem na região têm gerado sistemas territoriais complexos, que implicam em novas relações de poder entre os diversos agentes que fazem parte desse processo. Léda (2005) assevera que essas intervenções podem ser analisadas como um conjunto de políticas públicas geografizadas, instauradoras de rugosidades.

O turismo, enquanto fenômeno social e agente produtor do espaço que fomenta a lógica do consumo no/do espaço na sociedade global, contribui significativamente para as mudanças no território. Ao realizar uma breve abordagem e análise das políticas territoriais de turismo, especificamente da Bahia e da Costa dos Coqueiros, percebe-se que há um padrão que atende, sobretudo, o mercado internacional, condicionado à lógica da reprodução do capital, sob aspectos neoliberais.

Essas estratégias resultaram em uma dinamização da atividade, em termos de crescimento do fluxo e aporte de renda à economia regional e da geração de empregos, todavia, foram destacados efeitos negativos, especialmente na área social e ambiental, podendo destacar que:

Isso se deveu fundamentalmente pela ausência de programas e planos que contemplassem de forma global os impactos que o crescimento do turismo teria sobre

o território, o meio ambiente e a sociedade. A falta de um marco de compromisso de planejamento e gestão territorial urbana, com enfoque ambiental e turístico, gerou problemas de gestão e articulação entre os atores o que resultou em impactos negativos observados nas áreas beneficiadas pelo Programa (Léda, 2005, p. 7453).

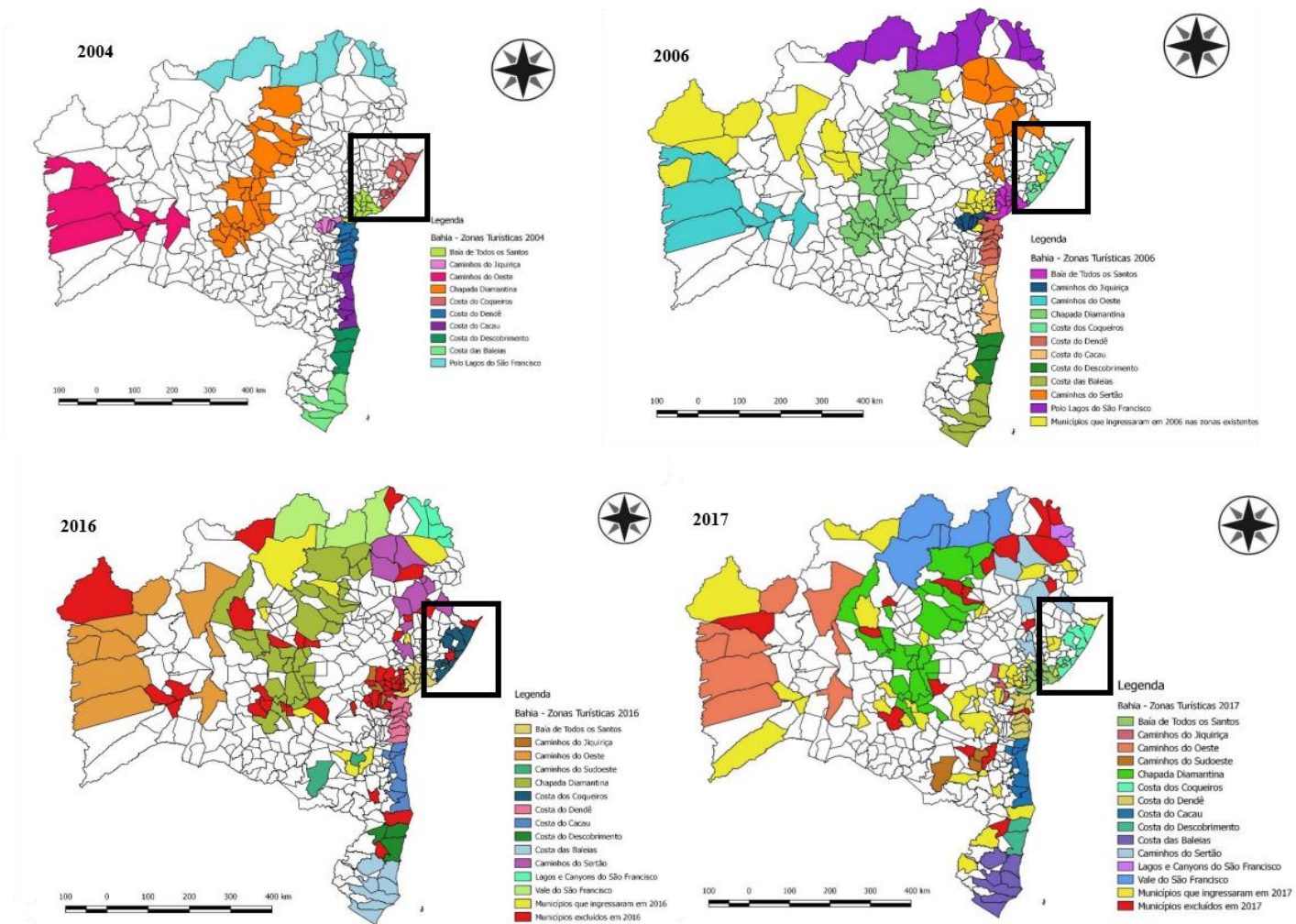
A partir disso, Léda (2005), verificou que os percalços da territorialização do turismo se evidenciam pelas mudanças provocadas nos lugares, tanto no âmbito social quanto ambiental, dando como exemplo à concentração da propriedade da terra e especulação imobiliária, imposição de uma nova ordem econômica e social que prova conflitos de interesses entre a população local e os agentes que atuam com a organização da atividade turística. Ademais, esses entraves, também, dizem respeito à profissionalização, à mão de obra dos trabalhadores que moram nas comunidades da Costa dos Coqueiros, considerando o grau de escolaridade da população e a qualificação da força de trabalho.

Desde os anos 2000, a Costa dos Coqueiros, objeto de estudo de inúmeras pesquisas, presencia uma dinâmica contraditória no que diz respeito às ações das políticas territoriais de turismo, visto que estas devem assegurar oportunidades de crescimento endógeno e, ao mesmo tempo, democratização dos benefícios gerados pela atividade turística, como pontua Léda (2005), ou seja, há uma convergência entre as ações públicas, os interesses privados e o fortalecimento das estruturas sociais.

É importante fazer uma nova ressalva da relação que a Costa dos Coqueiros possui com o planejamento federal, especificamente no Mapa do Turismo Brasileiro. Existe uma desconexão entre as esferas (federal, estadual e municipal) que também têm seus percalços para que a participação do município no planejamento público seja incluída. Essa discussão foi abordada no Capítulo 3, acerca das convergências entre os processos de regionalização da Bahia, a partir dos Territórios de Identidades e do zoneamento turístico, que precisa atender à uma demanda maior proveniente do MTur.

Nessa perspectiva, embora tenhamos indicado anteriormente sobre a inserção, exclusão e retorno à zona turística, a Figura 10 apresenta o processo que indica quando e onde ocorreu essa inserção/exclusão.

Figura 10. Processo de inserção/exclusão dos Municípios turísticos da Bahia entre 2004 e 2017, com ênfase na Costa dos Coqueiros



Fonte: Souza e Serra (2018).
Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

Destacados em um quadrado com contorno preto, em 2006, os municípios no recorte, na cor amarela, são os incluídos, sendo Itanagra. Em 2016, Itanagra e Jandaíra são excluídos e estão representados pela cor vermelha. Em 2017, ingressam novamente Itanagra e Jandaíra, pontuando também o ingresso de Pojuca, representados pela cor amarela.

O turismo, enquanto fenômeno social e agente produtor do espaço que fomenta a lógica do consumo no/do espaço na sociedade global, contribui significativamente para as mudanças no território. Ao realizar uma breve abordagem e análise das políticas territoriais de turismo, especificamente da Costa dos Coqueiros, percebe-se que há um padrão que atende, sobretudo, o mercado internacional, condicionado à lógica da reprodução do capital, sob aspectos neoliberais.

5 POLÍTICAS TERRITORIAIS DE TURISMO NA COSTA DOS COQUEIROS (BA) E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO (2015 - 2023)

As políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento do turismo na Bahia, e em particular na Costa dos Coqueiros, foram concebidas dentro de uma lógica de estratégias de territorialização. Conforme Léda (2005), a evolução da atividade turística configura-se como um processo de articulação espacial em diferentes escalas geográficas, marcado por abordagens que sustentam um modelo de desenvolvimento regional inspirado e dinâmicas globais, orientado para mercado e pelo cidadão enquanto consumidor.

A Costa dos Coqueiros apresenta, em sua base econômica, uma trajetória histórica e geográfica permeada por desigualdades, sendo um território marcado pela concentração de poder nas mãos de grupos que detém o capital, estabelecendo normas em articulação com o Estado. Esse processo se manifesta por meio da ocupação seletiva, fragmentação, diferenciação territorial e desenvolvimento desigual em distintos períodos analisados.

Entre os principais desafios estão os conflitos fundiários, a ausência de infraestrutura e serviços básicos em diversas comunidades, contrastando com a oferta de equipamentos de qualidade nas áreas turísticas, além das desigualdades econômicas e impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos hoteleiros.

Relacionar esse percurso à formulação de políticas territoriais, especialmente no campo do turismo, permite evidenciar o caráter das estratégias implementadas. Léda (2005) ressalta

que a territorialização exige maior participação dos agentes locais na construção das políticas, as quais devem considerar as bases produtivas e favorecer iniciativas endógenas convergentes com as ações públicas, os interesses privados e o fortalecimento das estruturas sociais. Na realidade baiana, entretanto, observa-se um certo descaso diante dessas dinâmicas, resultando em uma participação comunitária ainda incipiente.

Diante desse cenário, a análise da estruturação das políticas territoriais de turismo ganha relevância, sobretudo ao considerar a persistência das desigualdades socioespaciais no Litoral Norte da Bahia e na Costa dos Coqueiros. O objetivo desta seção é identificar a partir de dois planos recentes, em que medida as ações de planejamento territorial do turismo, concebidas para fomentar o crescimento econômico, têm contribuído ou não para a melhoria das condições de vida da população residente nos municípios que ainda enfrentam graves carências.

Dois instrumentos foram selecionados para esta análise. O primeiro é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueiros (PDITS 2015-2020), cuja centralidade recai sobre a atividade turística. O PDITS assume responsabilidades associadas aos pilares social, econômico e ambiental, buscando assegurar qualidade de vida à população por meio da análise de indicadores sociais, além de metodologias que articulam governos, empresas privadas, comunidades locais e organizações não governamentais que integram a zona turística (Bahia, 2015). Trata-se do último plano elaborado especificamente para a Costa dos Coqueiros.

O segundo documento é o Plano Plurianual da Bahia (PPA-BA 2020-2023), de caráter estratégico e abrangente. O PPA organiza ações e investimentos do governo estadual para os 27 Territórios de Identidade, articulando agentes diversos e promovendo crescimento social, econômico e ambiental com vistas ao bem-estar da população e à melhoria da qualidade de vida (Bahia, 2019). Diferentemente do PDITS, o PPA não tem foco exclusivo no turismo, contemplando setores como saúde, segurança e educação. Além disso, não se restringe à zona turística Costa dos Coqueiros, mas sim, aos Territórios de Identidade que estão inseridos nessa zona turística, sendo o Território Região Metropolitana de Salvador e Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte.

Esta seção tem, portanto, o propósito de apresentar esses dois planos, destacando sua estrutura, objetivos, abrangência, características e particularidades. Em um primeiro momento, os indicadores quantitativos foram evidenciados. Na sequência, realizou-se uma discussão comparativa que permitiu identificar semelhanças, diferenças e implicações de cada plano para a realidade territorial da Costa dos Coqueiros, foco desta dissertação.

5.1 As especificidades do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueiros - BA (2015-2020)

Ao longo da apresentação a respeito da estruturação das políticas territoriais de turismo, na Costa dos Coqueiros, as ações mais significativas partem com o PRODETUR-BA e PRODETUR-NE I e II. O PRODETUR-NE II propôs um novo zoneamento turístico que incorporou os conceitos de polos de desenvolvimento, em que cada zona deveria elaborar seu planejamento, por meio de seus governos estaduais. Para Gomes Sobrinho (2011), esse processo formulou uma nova geografia turística da Bahia, que, em consonância com o Plano Nacional de Turismo, do governo federal, tinha como objetivo interiorizar o turismo que estava concentrado na zona litorânea, formando uma nova política territorial.

O primeiro PDITS elaborado, em 2003, foi desmembrado e atualizado em 2011. Neste momento foi adotada uma abordagem diferenciada, em que cada zona turística deveria dispor de um documento específico, nesse sentido, o novo documento que foi elaborado pela SETUR, foi concebido para um horizonte temporal de cinco anos cujo “[...] foco no mercado será norteador para traçar as estratégias e priorizar ações [...] para a viabilidade do desenvolvimento do turismo e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida da população” (Bahia, 2015, p. 24).

Em relação à sua estruturação, além da introdução são apresentados os objetivos, o diagnóstico da zona turística, tratada como Região Turística, a apresentação da dimensão econômica, social, ambiental, de infraestrutura, serviços gerais, institucional e turística. Neste momento, são apresentados dados, a partir dos diversos indicadores, que apresentam a realidade dos municípios quando estava sendo concebido o plano. Em seguida, são apresentadas as estratégias de desenvolvimento turístico, indicando seu posicionamento estratégico, bem como o plano de ação que dispõe das prioridades a curto, médio e longo prazo. Por fim, são traçados os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação do processo de elaboração do plano (Bahia, 2015).

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueiros - BA (2015-2020) adota um diagnóstico participativo estruturado em quatro dimensões: econômica e social, turística, de infraestrutura básica, de aspectos socioambientais e de análise dos quadros institucionais (Bahia, 2015). Para os objetivos desta dissertação, foram consideradas as dimensões econômica, social, turística e de infraestrutura básica, que dialogam diretamente com o referencial teórico-conceitual anteriormente apresentado e com a temática central das desigualdades socioespaciais na Costa dos Coqueiros.

Trata-se de um instrumento técnico de gestão e coordenação da política de turismo, que também busca apoiar o setor privado no acesso ao mercado turístico regional. Seu propósito central consiste em orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis no curto, médio e longo prazo, estabelecendo fundamentos e prioridades para a tomada de decisões com a participação de diferentes agentes públicos, privados e sociais.

É possível destacar alguns objetivos específicos e operacionais do PDITS da Costa dos Coqueiros, que apresentam relações mais diretas com as abordagens e discussões empreendidas nessa dissertação. Por exemplo, em relação aos objetivos específicos destacamos:

- i) Conscientizar os atores do segmento sobre o papel do turismo como indutor do desenvolvimento econômico e gerador de novas oportunidades de trabalho, emprego e melhoria da qualidade de vida (O turismo analisado como atividade que proporciona aumento na economia, salvadora dos lugares, destacando a geração de emprego);
- ii) Incrementar a receita do turismo e a geração de emprego (Quando ocorre aumento na taxa de emprego, conseqüentemente há um aumento na renda da população);
- iii) Contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e de qualidade de vida nas regiões contempladas, por meio do estímulo de novas oportunidades de trabalho e renda para a população local (Tendo aumento de renda, há aumento na qualidade de vida, além disso, pode ter um aumento dos indicadores sociais);
- iv) Criar condições infraestruturais no mercado nacional e internacional (Marketing turístico)

Já nos objetivos operacionais, destacamos:

- i) Aumentar a arrecadação de tributos municipais (Valor de Arrecadação dos municípios, bem como sua participação na atividade turística);
- ii) Aumentar o número de empregos nas Atividades Características do Turismo (ACTs) (Geração de emprego e renda).

Os demais objetivos, perpassam por temáticas de treinamentos, campanhas de orientação para as autoridades governamentais, foco no desenvolvimento de cada segmento, ressaltando suas características. Estes são de extrema importância, contudo, são válidos para tornar o município mais competitivo.

O diagnóstico participativo que fundamenta a formulação das ações envolveu representantes do poder público estadual e municipal, do setor privado, das comunidades locais e de instituições cujas decisões impactam direta ou indiretamente o desenvolvimento do turismo. Esse processo considerou diferentes dimensões da cadeia produtiva, incluindo mercado e produto, gestão do turismo, dinâmica econômica, social e ambiental, além de serviços básicos como saneamento, energia, comunicação, mobilidade e transporte, tendo também objetivo de “[...] melhoria da qualidade de vida das populações residentes na área selecionada e à entrada de divisas na região, geração de emprego e melhoria das condições sociais” (Bahia, 2015, p. 24).

Nessa conjuntura, a construção desse instrumento consistiu em definir algumas etapas metodológicas, sendo a primeira o levantamento e análise de fontes secundárias, as entrevistas com as entidades públicas, privadas e terceiro setor (regionais e municipais), as entrevistas com as instituições, a visita *in loco*, realização de oficinas participativas para a discussão do próprio diagnóstico, por fim, a análise estratégica realizada pela metodologia SWOT, que, em inglês se refere à identificação dos pontos fortes (*Strengths*), pontos fracos (*Weaknesses*), no que diz respeito aos atributos que impulsionam e limitam o destino, bem como os fatores do ambiente externo, identificando as oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*). Duas dimensões apenas apresentam a análise SWOT indicada, sendo a de infraestrutura e da atividade turística. A análise SWOT da dimensão social não foi apresentada no plano. O Quadro 8, apresenta os dados referente à dimensão de infraestrutura.

Quadro 7. Análise SWOT da Dimensão de Infraestrutura dos municípios da Costa dos Coqueiros.

SWOT	Infraestrutura
Pontos Fortes	Os pontos fortes se referem à existência de vias de acesso à região que estão bem conservadas e sinalizadas, destacando a BA-099, tendo boa proximidade com o Aeroporto Internacional de Salvador, facilidade de deslocamento entre destinos da própria região, alcance de quase 100% da energia elétrica entre outros pontos destacados referente à segurança, telefonia e serviços bancários.
Pontos Fracos	Os pontos fracos se referem à deficiência das estradas secundárias, no fornecimento de energia elétrica em alta estação, na insuficiência do sistema de saneamento básico, da forma inadequada de descarte dos resíduos sólidos (lixo), destacando outros pontos fracos relacionados à segurança, saúde e transporte.
Oportunidades	Acesso facilitado devido à proximidade com as capitais Salvador e Aracaju, existência de políticas públicas estaduais e federais voltadas para investimentos de infraestrutura básica e turística que podem melhorar as condições urbanas do município e aumento da demanda por destinos sustentáveis e que trabalhem o turismo de natureza e aventura.
Ameaças	Crescimento na demanda por serviços básicos, principalmente em relação ao abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, muito influenciado pelo crescimento populacional decorrente dos grandes projetos estruturantes, a falta de priorização de investimentos na melhoria dos sistemas de comunicação na região (telefonia e internet), bem como a falta de investimentos no âmbito estadual e federal

	para ampliação e melhoria do saneamento básico pode causar degradação das áreas turísticas.
--	---

Fonte: Bahia (2015, p. 147).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Como pontos fortes é destacada a facilidade de deslocamento e a proximidade com o Aeroporto Internacional de Salvador, sobretudo pela influência da Rodovia BA-099, o que traz muito fluxo de carro e mini-*vans* turísticas com destino aos principais atrativos do Litoral Norte da Bahia. Ademais, são destacados a cobertura de 100% de energia elétrica, segurança, telefonia e serviços bancários. Mas em qual lado, na faixa litorânea ou lado oposto? Segurança dos condomínios fechados?

Com isso, os pontos fracos identificados se referem à deficiência das estradas secundárias, que é onde mora a comunidade de fato, fornecimento elétrico e de água em alta estação, causando insuficiência para essa população que mora ali, do descarte de resíduos sólidos (lixo), bem como escassez nos serviços de saúde e segurança.

Já as oportunidades, são justamente os fatores da proximidade com a capital e com Aracaju (SE), a existência de políticas públicas estaduais e federais voltadas para investimentos de infraestrutura básica e turística, sendo os próprios Programas de Desenvolvimento do Turismo da Bahia e do Nordeste, bem como o Plano Plurianual da Bahia e o Plano Nacional de Turismo. Por fim, as ameaças ligadas diretamente ao turismo, no que diz respeito aos serviços básicos, o acesso à internet, a falta de investimentos e a degradação das áreas turísticas.

Esse indicativo demonstra desde já que, os municípios que fazem parte da zona turística, que já sofrem pelos seus problemas provenientes das dinâmicas da urbanização brasileira, afeta diretamente as boas condições para o turismo, reforçando uma preocupação com a comunidade, mas, sobretudo, destacando as ameaças, como estas também afetam diretamente os investimentos do turismo e desses visitantes que frequentam esses lugares. Uma preocupação superficial. Com isso, o Quadro 8 apresenta a análise SWOT a partir da atividade turística:

Quadro 8. Análise SWOT da dinâmica da atividade turística nos municípios da Costa dos Coqueiros

SWOT	Atividades Turísticas
Pontos Fortes	Os pontos fortes se referem à diversidade dos recursos naturais, da existência de saberes e fazeres com potencial para trabalhar a produção associada ao turismo (turismo de base comunitária), da gastronomia, da existência de grandes eventos musicais, de negócios e esportivos que atraem e projetam a imagem da Costa dos Coqueiros nacionalmente (marketing turístico). Se destaca, também, a proximidade com o Aeroporto Internacional, a existência de rodovias de acesso aos municípios, que dispõem de equipamentos e serviços de qualidade. Há uma concentração de resorts que são motivadores de fluxo e fazem promoção do destino, com uma forte atuação de entidades do Terceiro Setor que atuam direta e indiretamente com a atividade. Há presença de atrativos que visam a conservação e proteção dos recursos naturais como o Instituto Baleia Jubarte e o Projeto Tamar. Há previsão de novos investimentos hoteleiros e presença de segundas residências.
Pontos Fracos	Pouca atratividade e oferta turística. A presença das segundas residências diminui o gasto dos visitantes com os destinos turísticos. O nível de educação da população local ainda é baixo para atender ao perfil do turista. Baixa diversificação e inovação, bem como baixa valorização do patrimônio material, imaterial, da cultura e história. Baixa capacidade empresarial e institucional, que desconhecem as expectativas e necessidades da demanda atual, bem como há uma baixa cooperação empresarial entre os municípios. Baixa inserção da comunidade no turismo, com qualificação e remuneração.
Oportunidades	Ampliação de uma demanda qualificada no turismo interno brasileiro com a valorização de produtos inovadores baseados em experiências. Fortalecimento institucional da atividade na Bahia e no país. Investimentos federais e estaduais nas áreas de turismo, meio ambiente, infraestrutura e programas sociais, todos com impacto na oferta turística local.
Ameaças	Previsão de baixo crescimento econômico, com possibilidade de retração da demanda e acentuar ainda mais a sazonalidade. Enfraquecimento das políticas federais e estaduais de turismo. Pouco diálogo com a sociedade local nos grandes investimentos que afetam a dinâmica socioeconômica e ambiental da região. Alta carga tributária que onera o setor e impede o aumento da competitividade.

Fonte: Bahia (2015, p. 271).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Os pontos fortes no Quadro 8, se referem às potencialidades, tanto do ponto de vista de atrativo, como do ponto de vista do próprio marketing territorial, que, assim como a Bahia, utiliza a paisagem do lugar como um forte atrativo de proporcionar tranquilidade, descanso, bem-estar social, maior segurança e um local para passar as férias por conta do litoral atrativo, com forte apelo no segmento de sol e praia.

Os pontos fracos, incidem na presença das segundas residências, que diminui o gasto diário desses visitantes com os destinos turísticos, a força de trabalho que é afetada pela formação e nível educacional, que não consegue atender a esse tipo de turista (classe alta), o que dificulta a inserção da comunidade no campo de trabalho, o que afeta a remuneração adequada. As oportunidades são as potencialidades do local, que pode proporcionar uma experiência de viver o litoral e as ameaças, que justamente a baixa potencialidade de crescimento econômico por conta da sazonalidade de visitas, sendo somente no verão, destacando o enfraquecimento das ações públicas que incentivam visitas ao local fora desse

período. Ademais, a falta de diálogo com a comunidade local nos grandes investimentos que afeta o meio ambiente. Questiona-se também sobre a alta carga tributária que onera o setor e impede o aumento da competitividade.

O plano faz uma análise SWOT a partir da questão ambiental, não cabe trazer de forma detalhada os pontos, mas vale destacar que os mega-*resorts* e os condomínios fechados de luxo têm contribuído para o aumento do desmatamento. Vale ressaltar que, nos dias recentes, ainda ocorrem essas práticas. Em Guarajuba, o condomínio Genipabu Summer Place foi denunciado por desmatamento ilegal em Área de Preservação Permanente (APP), pela abertura irregular de uma via que causa danos ao ecossistema local, afetando a restinga, lagoa, duna (A Tarde, 2025).

Adiante, no que diz respeito aos eixos estratégicos, o PDITS conta com os seguintes eixos: a) turismo sustentável no meio natural e urbano; b) infraestrutura para as experiências turísticas; c) excelência e inovação da oferta; d) gestão da demanda, promoção e comercialização; e) gestão institucional do turismo. Para a execução desses eixos, o PDITS conta com um plano de ação que busca refletir as demandas e necessidades indicadas pelos agentes locais do território durante o processo de elaboração, visando contemplar ações que materializem as ações estratégicas planejadas e ser viável do ponto de vista de recursos financeiros disponíveis ou que possam ser captados (Bahia, 2015).

Na sequência, são apresentados três quadros que demonstram as “Ações de Prioridades” do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020). O Quadro 9 apresenta as ações de curto prazo, o Quadro 10 de médio prazo e o Quadro 11 de longo prazo. Os Quadros indicam os municípios contemplados para cada ação, em cada eixo estratégico, com o total em reais (R\$) que foi destinado para cada um.

Quadro 9. Ações de Prioridades (Eixo Infraestrutura para as experiências turísticas) – Curto Prazo do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020)

Município	Ação	Total em R\$
Camaçari	Melhoria de sistema de esgotamento sanitário em Areembepe.	762.993,77
Conde	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Barra do Itariri.	1.100.000,00
	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Sítio do Conde.	1.200.993,77
	Melhoria do acesso entre Sítio do Conde e Barra do Itariri.	2.306.817,53
Entre Rios, Esplanada, Conde	Implantação de solução de destinação final de resíduos sólidos compartilhada, coleta e elaboração e implantação PGIRS.	713.448,72
	Construção de atracadouro em Mangue Seco.	1.597.332,41

Jandaíra	Implantação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Mangue Seco.	838.302,25
	Implantação de solução de destinação final de resíduos sólidos compartilhada, coleta e elaboração e implantação PGIRS – Mangue Seco.	298.721,00
Lauro de Freitas	Implantação de anel rodoviário.	7.500.000,00

Fonte: Bahia (2015, p. 290). Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Em relação às ações de curto prazo, é possível verificar a ausência de determinados municípios, como Mata de São João. Sendo assim, para melhor a experiência turística, no que diz respeito à infraestrutura, somente no ano de 2015 estava sendo pensado uma implantação de sistema sanitário, de esgotamento, de destinação final para resíduos sólidos, sistema de abastecimento de água, nos municípios que são considerados mais carentes do ponto de vista de infraestrutura.

Quadro 10. Ações de Prioridades (Eixo Infraestrutura para as experiências turísticas) – Médio Prazo do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020)

Município	Ação	Total em R\$
Ação Global	Implantação e melhoria da iluminação dos acessos na BA-099	752.000,00
Conde	Melhoria do acesso da Linha Verde à Barra do Itariri	1.418.970,23
Entre Rios	Melhoria do acesso entre BA-099 a Vila de Massarandupió	3.570.665,20
Jandaíra	Construção de acesso a Coqueiros e estacionamento	1.783.621,80
	Melhoria do acesso entre a Linha Verde e a Vila de Abadia	535.086,54
Mata de São João	Melhoria do acesso ao Castelo Garcia D'Ávila	3.963.604,00

Fonte: Bahia (2015, p. 292).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Pensando nessa melhoria, após o investimento no abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e vias de acesso entre os lugares, a médio prazo se destacam a continuidade de melhoria de acesso a partir da BA-099, com destaque na iluminação. Mata de São João aparece neste quadro, com investimento na melhoria do acesso ao Castelo Garcia D'Ávila. Jandaíra apresenta a construção de acesso e estacionamento, o que de fato é possível verificar ao longo da rodovia principal, em que está o atracadouro que leva à Mangue Seco.

Quadro 11. Ações de Prioridades (Eixo Infraestrutura para as experiências turísticas) – Longo Prazo do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020)

Município	Ação	Total em R\$
Camaçari	Construção de Marina em Arembepe.	70.001.029,00
Conde	Construção de atracadouro em Poças.	227.907,23
	Construção de atracadouro em Siribinha.	227.907,23
Jandaíra	Construção de atracadouro em Coqueiros.	687.059,81
Lauro de Freitas	Construção de atracadouro em Itanhi.	687.059,81
Mata de São João	Melhoria de acesso da BA-099 à Sede do município.	4.500.000,00

Fonte: Bahia (2015, p. 294).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Já a longo prazo, se destacam ações de melhoria de acesso, travessia para as praias paradisíacas, dando destaque para Mata de São João que apresenta melhoria de acesso da BA-099 para a Sede do município. Nessa perspectiva, o total dos investimentos direcionados para o eixo de infraestrutura urbana para as experiências turísticas, a curto prazo totaliza R\$ 1.873.498,64, a médio prazo R\$ 23.313.951,97 e longo prazo R\$ 81.416.515,81, totalizando R\$ 106.8803.957,45, sendo o eixo que mais concentra valor no investimento, apresentado no plano, pois, além destes, existem outras ações, contudo, entendendo o tema central dessa dissertação, foram destacados os que dizem respeito às dinâmicas Econômica, Social, Turística e de Infraestrutura básica.

Com estes dados apresentados, que mostram um pouco da realidade nesse momento de elaboração do plano, para atingir o objetivo geral desta dissertação, foi necessário traçar um caminho metodológico para verificar se estas políticas corroboram, nos dias recentes, para o aumento das desigualdades socioespaciais na Costa dos Coqueiros. No primeiro momento, a análise ocorreu por meio de relatórios de avaliação após o plano, contudo, não houve de fato um relatório elaborado pelo Governo do Estado, em conjunto com suas Secretarias e empresas privadas de consultorias do que foi realmente implementado. Para além disso, não houve a formulação de um novo PDITS da Costa dos Coqueiros que apresentasse em seu panorama, a conjuntura atual da zona turística.

Foi necessário traçar um segundo caminho de análise, em que foi escolhido o método da categorização como instrumento válido para confirmar o objetivo a partir desse plano. Esse percurso implicou na necessidade de (re)fazer uma avaliação crítica sobre a relação entre a

teoria e os indicadores apresentados no PDITS, correlacionando as dinâmicas da atividade turística e os processos socioespaciais.

No que diz respeito aos indicadores, foram selecionados os dados disponibilizados no PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015 e foi feita uma atualização destes números, utilizando os dados do Censo do IBGE de 2022 para fazer um comparativo. Mas, antes é preciso mostrar como foram concebidas as categorias analisadas.

O método de categorização se torna relevante nessa análise porque há uma necessidade de aplicar o que foi construído na revisão de literatura, de modo que as pesquisas possam ser comparáveis, ou seja, é necessário construir a partir do que já existe (Carlomagno; Rocha, 2016). Nessa perspectiva, o quadro 12 explica como foram concebidas as categorias dessa análise, com base nas contribuições de Sampaio e Lycarião (2021), Carlomagno e Rocha (2016) e Ortega e Silva (2016).

As etapas se dividem em coleta de dados, análise do levantamento bibliográfico, definição de critérios, concepção das categorias, inferências e interpretações e, por fim, as conclusões que analisam as tendências e percepções. Vale ressaltar que, a análise do levantamento bibliográfico classifica e categoriza um conteúdo em elementos-chave, que são formados por conjuntos que possuem características similares, de modo que possam ser compatíveis a uma outra série de elementos (Carlomagno; Rocha, 2016).

Quadro 12. Etapas da Categorização como processo metodológico de avaliação do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020)

Etapas	Instrumentalização
Coleta de Dados – Análise do levantamento bibliográfico	A partir da escolha das categorias de Análise (Espaço, Turismo, Políticas Públicas e Desigualdades Socioespaciais), seguido da construção do referencial teórico-conceitual, os critérios são criados a partir desse levantamento bibliográfico e leitura do PDITS da Costa dos Coqueiros 2015. Destacam-se as temáticas: Economia, Sociedade e Infraestrutura.
Definição dos Critérios	Economia: Emprego gerado pela atividade turística, concentração da renda média em determinadas localidades (espaços opacos e luminosos); Sociedade: Qualidade de vida e bem-estar social no que diz respeito à educação; Infraestrutura: Cobertura dos serviços básicos
Concepção das Categorias	Dinâmica Econômica Dinâmica Social Dinâmica de Infraestrutura
Inferências e Interpretações – Alguns Resultados	Apresentação dos Indicadores do PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020); Apresentação de Indicadores resultantes de pesquisas pré-existentes; Atualização e comparativo de Indicadores em relação ao período atual (Censo 2022, IBGE).

Conclusões - percepção dos padrões e tendências	Apresentação de Resultados da análise comparativa do PDITS 2015-2020 e os indicadores; Tendências e Padrões constatados.
---	--

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Notas: O destaque em negrito são as categorias que foram escolhidas para a análise.

A primeira etapa, referente à Coleta de Dados – Análise do levantamento bibliográfico, foi realizada a partir das categorias selecionadas para a construção da síntese fundamental, que abrange estudos sobre espaço, turismo, políticas públicas e desigualdades socioespaciais. Durante a leitura do PDITS, observou-se no próprio sumário a presença de temáticas convergentes com esse levantamento, como economia, sociedade, infraestrutura e atividade turística.

Na segunda etapa, dedicada à definição dos critérios, buscou-se aprofundar essas temáticas. No caso da economia, o discurso se concentra nos questionamentos acerca do emprego e da renda gerada pela atividade turística, bem como na localização efetiva desses investimentos, reforçando a teoria dos espaços luminosos e opacos, especialmente no contraste entre a faixa litorânea e a área oposta, separadas pela rodovia BA-099. Em relação à sociedade, destaca-se a menção à qualidade de vida e às condições sociais adequadas. Quanto à infraestrutura, a atenção recai sobre a cobertura dos serviços básicos a que a comunidade tem direito.

Com esse percurso metodológico definido, avançou-se para a concepção das categorias que abarcam as dimensões econômica, social e de infraestrutura, em consonância com o referencial teórico e com o conteúdo do PDITS. O turismo, nesse sentido, não se configura como uma categoria autônoma, mas atua de forma indissociável dos demais setores e gestores nos níveis federal, estadual e municipal, vinculando-se a realidades múltiplas e a questões históricas não solucionadas. Como enfatiza Yázigi (2003, p. 20), “o esforço pela organização do turismo só pode se dar por meio de uma aproximação subsistêmica”.

As inferências e interpretações, acompanhadas da apresentação de alguns resultados, revelam esse panorama em diálogo com dados atualizados. Foram utilizados tanto os indicadores disponibilizados no PDITS quanto aqueles provenientes de pesquisas anteriores sobre o Litoral Norte da Bahia e a Costa dos Coqueiros, recurso fundamental para o aprimoramento desta investigação. Entre os principais indicadores, destacam-se:

- i) **Dinâmica Econômica:** PIB Per Capita (Participação relativa dos municípios da Costa dos Coqueiros em % referente ao ano de 2012; PIB *per capita* dos municípios em real (R\$) nos anos 2018, 2019, 2020 e 2021). Empregos (Evolução dos empregos formais, por município, em 2009 a 2013, com

atualização em 2022 e 2023; Evolução dos empregos formais por Atividade Característica de Turismo (ACT), entre 2009 e 2013, com atualização em 2017 e 2020; Situação das ocupações formais de turismo e a remuneração média entre 2017 e 2020). Renda (Remuneração média em R\$, por município, em 2013, com atualização para 2023; Renda média mensal e renda domiciliar per capita em 2010).

- ii) **Dinâmica Social:** Educação (Taxa de Alfabetização de 2010 e 2022; Evolução das notas do IDEB de Ensino Fundamental entre 2009 e 2013, com atualização para 2015 e 2023; Evolução das notas do IDEB do Ensino médio entre 2015 e 2023; Dados quantitativos sobre o acesso à internet em 2010 e 2022).
- iii) **Dinâmica de Infraestrutura:** Domicílios (Tipo de Domicílio; Tipos de Usos dos Domicílios; Situação das ocupações dos Domicílios). Saneamento Básico (Abastecimento de água pela rede geral; Rede de esgoto; Coleta de lixo entre 1991 e 2010, com atualização dos três pontos em 2022).

Embora o PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015 disponibilize um conjunto amplo de dados secundários relevantes para a compreensão do objetivo geral dessa pesquisa, optou-se pela seleção de indicadores específicos por conta da proximidade e similaridade com a temática investigada. Essa escolha se justifica pela correspondência direta com as categorias de análise definidas na síntese bibliográfica fundamental, pela existência de estudos anteriores que já exploraram tais dimensões e que podem subsidiar a avaliação crítica dos resultados, além da disponibilidade de algumas informações atualizadas pelo Censo de 2022 do IBGE.

Reconhece-se, entretanto, que outros indicadores possuem relevância para a análise das desigualdades socioespaciais e para a compreensão da conjuntura atual dos municípios pertencentes à região turística analisada, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), entre outros. No entanto, tais dados ainda não foram disponibilizados pelo Censo de 2022, o que reforça a necessidade de continuidade em pesquisas futuras para avançar nas análises propostas.

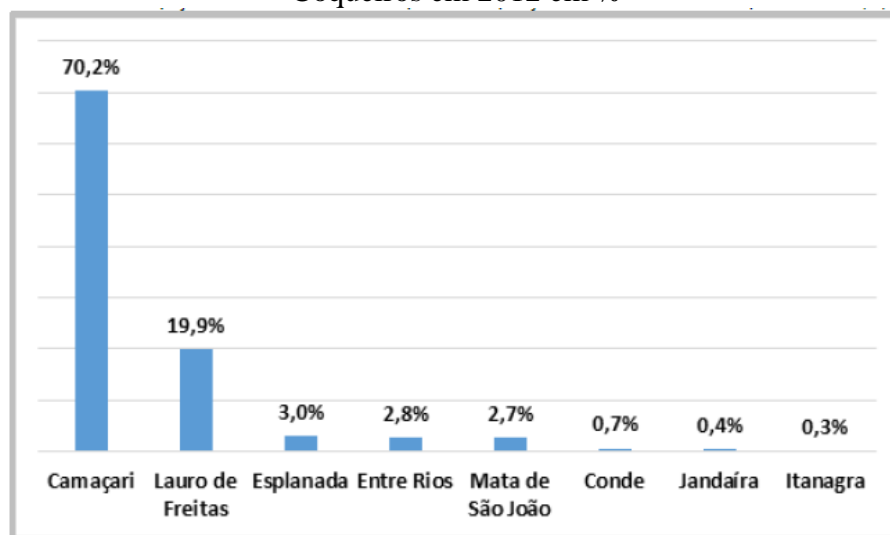
Por fim, a última etapa do processo de categorização corresponde à conclusão, momento em que se busca identificar padrões e tendências a partir do cruzamento de dados selecionados. Esse procedimento se mostra essencial para avançar no cumprimento do objetivo geral dessa dissertação. Antes, contudo, será necessário apresentar os indicadores conforme sua dinâmica e variável analisada.

Sobre a **dinâmica econômica**, (primeira categoria concebida no processo de categorização), estas informações se fazem necessárias “[...] para análise da importância dos setores econômicos e o peso específico do turismo [...] além das possibilidades na geração de emprego, renda e desenvolvimento social da região” (Bahia, 2015, p. 36). Serão analisados os indicadores de PIB municipal, Emprego e Renda.

Em relação ao **PIB Per Capita** dos municípios, a Figura 11 (%) e a Tabela 4 (R\$) apresentam esse cenário no ano 2012 e, posteriormente, nos anos de 2018 a 2021. Tanto em 2012, quanto em 2021, Camaçari ocupa o primeiro lugar, destacando que este é impulsionado pela indústria. Em seguida, Lauro de Freitas ocupa o segundo lugar (influenciado pelas práticas de agentes imobiliários, com seus condomínios), seguido de Mata de São João, onde predominam práticas da atividade turística, sobretudo no segmento de sol e praia.

Para Blatt (2014), o PIB, é a soma dos valores monetários de toda a riqueza gerada, os bens, serviços finais e intermediários, que é produzido pela própria população com suas atividades, sua força de trabalho em um determinado local, por um determinado período.

Figura 11. Participação Relativa do PIB Per Capita dos municípios na Costa dos Coqueiros em 2012 em %



Fonte: Bahia (2015, p. 40).

A Figura 11 demonstra essa participação pela porcentagem, contudo, trouxemos esses dados atualizados na Tabela 4 em reais. O cenário não mudou muito em relação à ordem de participação e contribuição. Há um destaque para as quedas dos valores entre 2019 e 2020, ocasionado pela pandemia da Covid-19.

Tabela 4. PIB Per Capita dos Municípios da Costa dos Coqueiros em R\$ (2018-2021)

Municípios	2018	2019	2020	2021
Camaçari	R\$ 81.136,67	R\$ 80.636,43	R\$ 84.469,65	R\$ 109.866,84
Conde	R\$ 10.600,96	R\$ 11.156,10	R\$ 10.099,78	R\$ 11.018,15
Entre Rios	R\$ 13.400,83	R\$ 14.312,84	R\$ 13.859,20	R\$ 16.224,35
Esplanada	R\$ 16.931,17	R\$ 17.169,34	R\$ 15.634,02	R\$ 19.310,56
Itanagra	R\$ 10.323,97	R\$ 10.519,38	R\$ 10.594,11	R\$ 12.733,07
Jandaíra	R\$ 11.335,56	R\$ 12.730,34	R\$ 13.616,66	R\$ 15.659,59
Lauro de Freitas	R\$ 33.089,03	R\$ 33.026,75	R\$ 31.993,35	R\$ 35.778,64
Mata de São João	R\$ 24.681,26	R\$ 24.896,45	R\$ 22.106,40	R\$ 27.889,83

Fonte: IBGE em parceria com órgãos estaduais de estatística e secretarias estaduais de governos de 2018 a 2021 (IBGE, 2025). Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

O indicador de emprego tem como objeto de análise a força de trabalho dos municípios, permitindo avaliar as flutuações e as indicações dadas pela conjuntura econômica, chamando a atenção das políticas públicas para a necessidade de formalizar a mão de obra. Na Costa dos Coqueiros existe uma problemática no que diz respeito à informalidade da mão de obra, considerando que o turismo é uma atividade sazonal (Bahia, 2015).

O PDITS 2015-2020 indica que há uma necessidade cada vez maior por serviços de qualidade, desse modo, há uma pressão sobre o setor de investir em capacitação, que envolve uma educação desde o ensino fundamental até o superior, chegando aos profissionalizantes (Bahia, 2015). A Figura 12 apresenta a evolução dos empregos formais celetistas entre os anos de 2009 e 2013, já a Tabela 5 apresenta esses dados em 2022 e 2023.

O panorama dos empregos formais é representado pela divisão das Atividades Características do Turismo (ACTs), que englobam os setores de Transporte, Aluguel de Transportes – Locação de veículo, Alojamento, Alimentação, Agências de Turismo, Cultura e Lazer.

Figura 12. Evolução dos empregos formais celetistas nos municípios da Costa dos Coqueiros (2009-2013)

Município	Ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Camaçari	65.567	76.411	78.297	75.642	77.524
Conde	1.253	1.130	1.555	1.602	1.742
Entre Rios	4.586	4.291	5.082	5.375	4.703
Esplanada	3.206	3.473	3.459	3.310	3.791
Itanagra	452	487	474	436	535
Jandaíra	902	888	785	665	689
Lauro de Freitas	93.086	101.801	116.992	122.678	132.456
Mata de São João	9.619	10.304	11.458	11.708	13.306

Fonte: Bahia (2015, p. 53).

Nesse período, Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João ganham destaque. Há um crescimento constante em Lauro de Freitas e Mata de São João, enquanto que Camaçari apresenta queda em 2012 e um leve aumento em 2013, não superando os valores de 2011. Os demais municípios têm um número baixo nesta evolução, alguns com avanços lentos, outros com redução nos valores. O que apresenta desde já nesse período uma diferenciação de oportunidades.

Tabela 5. Empregos formais celetistas nos municípios da Costa dos Coqueiros (2022 - 2024)

Municípios	2022	2023	2024
Camaçari	72.873	74.895	76.491
Conde	808	954	1.154
Entre Rios	2.979	2.959	3.053
Esplanada	3.007	3.494	3.786
Itanagra	313	257	265
Jandaíra	397	405	516
Lauro de Freitas	121.538	125.422	123.302
Mata de São João	13.172	13.799	14.691

Fonte: RAIS 2022 – 2023 - 2024 (MTE, 2024).
Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

No ano de 2023, Camaçari ainda não recupera o valor que atingiu em 2011, e não supera o valor de 2013. O que demonstra uma queda na oferta. Lauro de Freitas também apresenta uma queda na taxa e Mata de São João aumenta, porém de forma irrisória. Separando por

categoria de ACTs, a evolução destes empregos formais celetistas (Figura 13), indica que as atividades de Alojamento, Alimentação e Transporte entre 2009 e 2013 lideram a oferta de emprego.

Figura 13. Evolução dos empregos formais celetistas nos municípios da zona turística da Costa dos Coqueiros, segundo as ACTs (2009-2013)

Setores	2009	2010	2011	2012	2013	Variação (%) 2009 - 2013
Transporte	2.791	3.226	3.472	3.185	3.750	34,4
Aluguel de Transportes	540	584	621	496	512	-5,2
Alojamento	5.090	5.680	6.129	6.299	5.431	6,7
Alimentação	4.715	4.693	5.125	5.406	4.488	-4,8
Agências de Turismo	269	272	203	225	242	-10,0
Cultura e Lazer	553	450	491	584	664	20,1
Costa dos Coqueiros	13.984	14.927	16.057	16.195	15.087	7,9

Fonte: Bahia (2015, p. 52).

Esses valores aumentam e continuam indicando que estas atividades são as que, também, geram mais empregos entre os anos de 2017 e 2020, sendo Alojamento, Alimentação e Transporte. A dinâmica da Costa dos Coqueiros concentra, de fato, maiores oportunidades nos lugares que dispõem desses serviços. Primeiro porque os Alojamentos precisam de mão de obra qualificada para atender aos turistas, mas não sabemos de fato quem usufrui destes postos de trabalho. A alimentação também ocorre pelos restaurantes presentes nessas localidades e o próprio aumento de CNPJs voltados para o ramo da alimentação, sobretudo na pandemia da Covid-19. Por último, o transporte é importante para a circulação destes turistas por meio da rodovia BA-099. O transporte aéreo também sofreu uma queda abrupta nos dados.

Tabela 6. Evolução dos empregos formais celetistas nos municípios da zona turística da Costa dos Coqueiros, segundo as ACTs (2017-2020)

ACT	2017	2018	2019	2020
Alojamento	7.583	7.343	7.049	6.125*
Alimentação	3.840	3.663	3.631	3.113
Transporte Terrestre	609	395	707	531*
Aluguel de Transporte	162	274	269	242
Agências de Viagem	345	375	362	150
Cultura e Lazer	105	211	215	145

Transporte Aéreo	315	313	2	2
------------------	-----	-----	---	---

Fonte: Observatório Nacional de Turismo 2017-2020 (MTUR, 2021a).
Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

E no que diz respeito à ocupação, remuneração média e a porcentagem de participação na economia brasileira? A Tabela 7 concentra informações disponibilizadas pelo Observatório Nacional de Turismo entre 2017 e 2020. As ocupações formais em turismo, representam o número de empregados com carteira assinada no setor de acordo as ACTs. Já a Remuneração Média – SM, representa os valores, em salários mínimos, da percepção da remuneração média dos trabalhadores. Não encontramos dados disponibilizados no PDITS, sendo um levantamento que auxilia na compreensão dos dias recentes.

Tabela 7. Situação das Ocupações Formais e Remuneração Média em Turismo na Costa dos Coqueiros (2017-2020)

Categoria	Ano			
	2017	2018	2019	2020
Ocupações Formais em Turismo	13.083	12.563	12.154	10.290
Remuneração Média Turismo	R\$ 1.674,54	R\$ 1.720,75	R\$ 1.759,39	R\$ 1.568,61
Remuneração Média (SM) Turismo	1.78	1.80	1.75	1.49
Ocupações Formais Turismo na Economia Brasileira	-	36.1%	27.4%	28.6%

Fonte: Observatório Nacional de Turismo baseado nos indicadores da RAIS 2017-2020 (MTUR, 2021a).
Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2024).

Com estes dados, percebe-se uma queda nos valores de ocupações formais, sobretudo entre 2018 e 2019, reduzindo ainda mais em 2020. A Remuneração diminui somente em 2020 e a participação dessas ACTs e empregos na economia brasileira também diminui. O que influencia esse fato. Essa redução nos levou a refletir que o turismo se articula e sofre impactos dependendo dos contextos históricos. Em 2018 os números estavam baixos, proveniente da crise de 2016, pós Copa do Mundo, retoma seu investimento em 2019, com planejamento iniciado em 2018, contudo, a pandemia afetou essas ocupações e fez com que diversos trabalhadores perdessem seus postos de trabalho. Embora os mega-resorts não encerraram as

atividades de vez, mas precisaram diminuir a equipe de trabalho por conta da redução de hóspedes. Destacamos a abertura de pessoas jurídicas, com empreendimentos próprios.

Em relação à renda, o PDITS da Costa dos Coqueiros (2015-2020), pressupõe que o fato de incluir como objetivo uma estadia maior do turista, isso proporciona uma maior distribuição de renda e, conseqüentemente, em melhores condições de vida da população. Desse modo, considerando os diversos agentes envolvidos nesse processo, a importância do emprego formal, celetista, se reflete na renda proporcionada em forma de salários (Bahia, 2015).

A Figura 14 apresenta a distribuição dos salários médios em empregos formais celetistas de acordo as ACTs, nos municípios da zona turística em 2013, em R\$.

Figura 14: Distribuição da Remuneração Média (RM) dos empregos formais celetistas a partir das ACTs, nos municípios da Costa dos Coqueiros (2013) em R\$

Municípios	Transporte	Aluguel de Transportes	Alojamento	Alimentação	Agências de Turismo	Cultura e Lazer	Total
Camaçari	1.510,86	1.668,69	1.139,21	931,68	1.332,84	1.870,99	1.270,11
Conde	1.049,33	-	890,12	1.119,25	-	-	994,52
Entre Rios	1.457,07	678,00	844,70	630,66	866,55	1.724,50	811,51
Esplanada	996,68	-	695,73	985,78	-	847,50	915,05
Itanagra	-	-	-	-	-	-	-
Jandaíra	-	-	749,19	775,28	-	-	767,08
Lauro de Freitas	1.664,17	1.126,21	942,72	920,62	1.265,38	1.307,40	1.278,30
Mata de São João	2.511,52	962,25	1.334,41	869,94	1.206,07	791,00	1.275,50
Costa dos Coqueiros	1.604,12	1.440,52	1.262,83	912,87	1.271,88	1.557,90	1.262,72

Fonte: Bahia (2015, p. 57).

Os municípios Lauro de Freitas, Mata de São João e Camaçari comportam as melhores rendas nesse período. A Tabela 8 faz o comparativo com o ano de 2023. Camaçari apresentou em 2013 um salário equivalente a R\$1.510,86, e em 2023 R\$3.556,45, especificamente no setor de transportes. Isso ocorre porque sendo motivado pela indústria, é um setor de extrema importância para a manutenção da força de trabalho vinculada à essa economia. Já Mata de São João, em 2013 apresenta salário de R\$1.334,41 no setor de Alojamento e em 2023 passa para R\$2.841,63. Isso ocorre porque há uma concentração maior de empreendimentos turísticos na região.

Tabela 8. Distribuição da Remuneração Média (RM) dos empregos formais celetistas a partir das ACTs, nos municípios da Costa dos Coqueiros (2023) em R\$

Municípios	Transporte	Alojamento	Alimentação	Locação de Veículos	Agência de Turismo	Lazer e Cultura
Camaçari	R\$ 3.556,45	R\$ 2.105,89	R\$ 2.046,72	R\$ 2.497,87	R\$ 2.136,26	R\$ 7.313,29

Conde	Sem RM apresentada	R\$ 1.833,03	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada
Entre Rios	R\$ 2.830,99	R\$ 1.494,62	R\$ 1.741,88	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada
Esplanada	R\$ 1.983,65	R\$ 2.104,63	R\$ 1.448,01	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada
Itanagra	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada
Jandaíra	R\$ 2.930,50	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada	Sem RM apresentada
Lauro de Freitas	R\$ 2.796,16	R\$ 1.986,03	R\$ 1.778,79	R\$ 2.879,98	R\$ 2.183,94	R\$ 2.217,04
Mata de São João	R\$ 2.787,45	R\$ 2.841,63	R\$ 2.119,57	Sem RM apresentada	R\$ 1.575,61	Sem RM apresentada

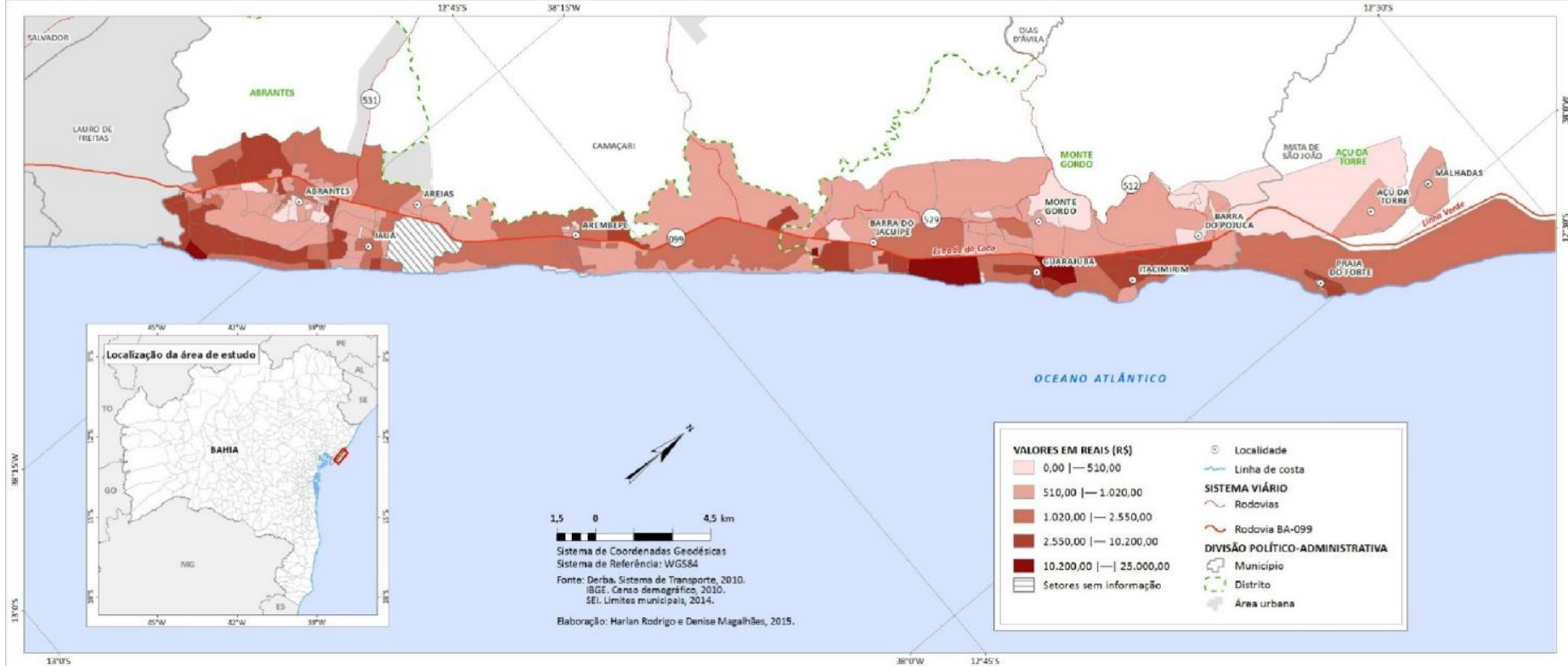
Fonte: Painel de Informações da RAIS - 2023 (MTE, 2024).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Ainda em relação à renda, cabe trazer alguns resultados provenientes de pesquisas já existentes e que não constam no PDITS 2015-2020. Essa análise é fruto da pesquisa de Magalhães (2015), sobre fragmentação e segregação socioespacial no processo de urbanização do Litoral Norte da Bahia, em que foram elaborados cartogramas referente à renda média mensal do responsável pelo domicílio (Figura 15) e renda domiciliar per capita do salário mínimo (Figura 16) do Censo de 2010, divididos por setores censitários.

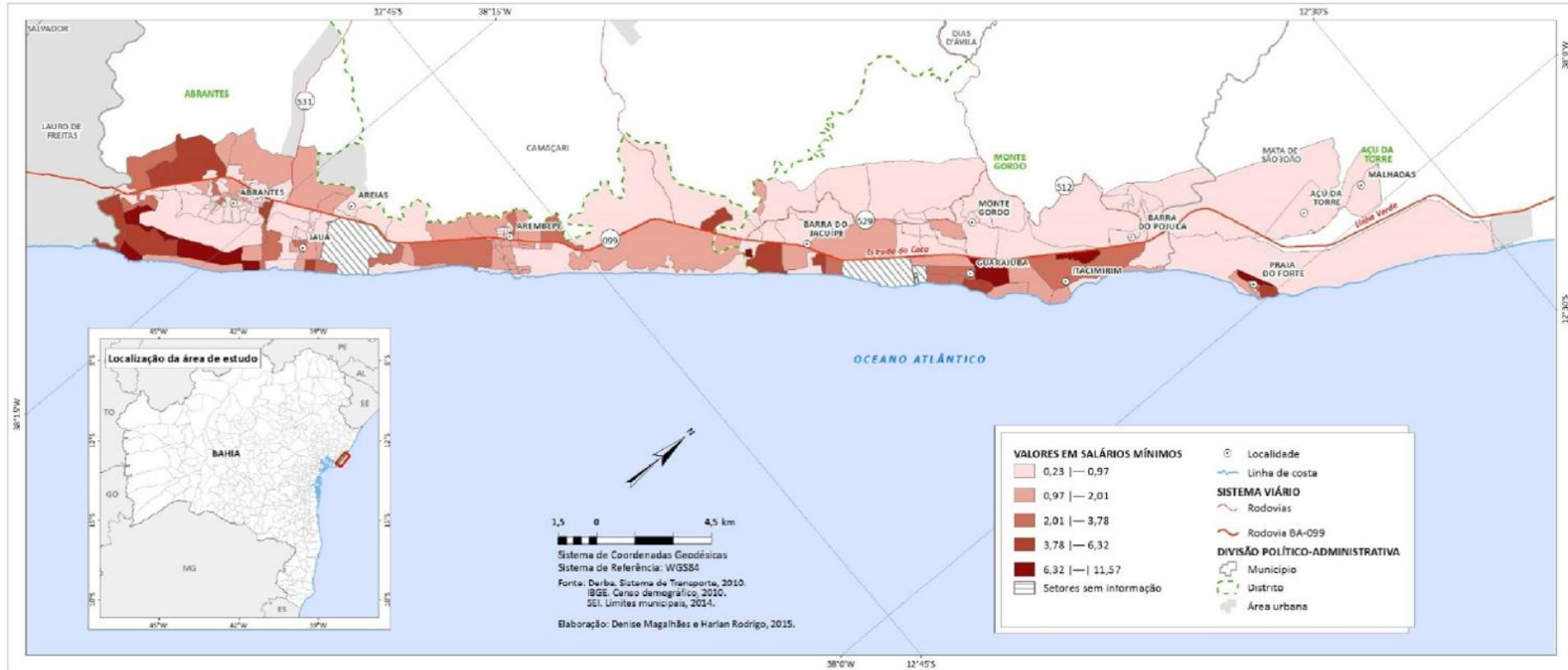
Em relação à “renda média mensal do responsável pelo domicílio”, representada na Figura 15, nos setores censitários urbanos do Litoral Norte da Bahia, especificamente da população que vive na margem menos favorecida da BA-099, Magalhães (2015), percebe que existe uma situação de grande desigualdade socioespacial, ressaltando que a renda média se apresenta menor que R\$ 2.550,00. Já ao longo da orla marítima, a renda chega a atingir entre R\$ 10.200,00 e R\$ 25.000,00, destacando as localidades de Guarajuba, Itacimirim e Praia do Forte.

Figura 15. Cartograma da renda média mensal do responsável pelo domicílio, por setores censitários urbanos no Litoral Norte da Bahia (2010)



Fonte: Magalhães (2015, p. 237).

Figura 16. Cartograma da renda domiciliar per capita por salário mínimo, por setores censitários urbanos do Litoral Norte da Bahia (2010)



Fonte: Magalhães (2015, p. 239).

No que diz respeito ao indicador renda domiciliar *per capita* por salário mínimo, representada (Figura 16), Magalhães (2015), verificou que se reitera a situação de extrema desigualdade social entre os dois lados da rodovia. Ao longo da orla marítima, Jauá, Barra do Jacuípe, Guarajuba, Itacimirim e Praia do Forte atingem valores entre 6,32 a 11,57 salários mínimos. Ao oeste da rodovia, localidades como Abrantes, Areias, Monte Gordo, Barra do Pojuca, Acú da Torre e Malhadas possuem renda inferior a um salário mínimo, sendo 0,97. Com isso concordamos que:

Essas remunerações refletem os níveis de pobreza local, o que contrasta especialmente com a chegada do capital estrangeiro à região investindo no turismo, fato que tem encarecido o custo de vida nas localidades, diminuindo o poder aquisitivo da população. Cresce a faixa salarial familiar mensal em Jauá e Areias (2-5 SM) e reforçando a injusta distribuição de renda local se destacam, com elevadas amplitudes de renda, Itacimirim, com 22 famílias na faixa entre 10 – 30 SM, e Guarajuba, com 57 famílias na faixa de renda maior que 30 SM. Guarajuba registra, ainda, níveis mais extremos de concentração de renda: 31 entrevistados têm renda familiar acima de 60 SM (Magalhães, 2015, p. 239).

Os cartogramas apresentam os contrastes nas áreas costeiras, ocupadas pela classe elitista e pelos empreendimentos hoteleiros, e áreas periféricas, pouco valorizadas, ocupadas pelas populações que vivem diariamente em determinada localidade, e que são pobres, evidenciados pela passagem da rodovia BA-099 “Estrada do Coco”. Não foi possível fazer uma atualização destes dados pelo Censo de 2022 porque ainda não foram disponibilizados. Mas, serão atualizados em novas pesquisas de modo que seja possível identificar se é um cenário que persiste. Assim como este dado, o Índice de Gini também precisará ser atualizado na Costa dos Coqueiros, fazendo um comparativo com os anos de 2000 e 2010.

Passando para a segunda categoria de análise, a **dinâmica social**, que se refere às questões de boas condições de vida provenientes da educação, o PDITS 2015-2020, considera que é de extrema importância apresentar investimentos na área como uma das formas de combater a pobreza, capacitando as pessoas e dando-lhes habilidades e a confiança para construir um futuro melhor (Bahia, 2015). A educação ganha destaque nessa análise, considerando, sobretudo, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho por conta da falta de qualificação da mão de obra que, muitas vezes, vem de outros lugares para ocupar cargos de destaque e que proporcionem alta remuneração.

Nesse sentido, são apresentados os indicadores referentes à taxa de alfabetização, a situação dos anos finais do ensino fundamental e médio, a partir das informações disponibilizadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o acesso à internet que os municípios possuem, seguindo da apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

No que diz respeito à educação, a taxa de alfabetização, presente da Tabela 9, é possível verificar que somente Camaçari e Lauro de Freitas apresentam aumento no número de pessoas alfabetizadas. Esse comparativo ocorre entre 2010 e 2022. Não há dados no PDITS 2015-2022 referente à essa taxa, mas serve de suporte complementar para a análise atual da localidade, sobretudo no que diz respeito à uma participação da população nesse setor, com os empregos gerados.

Tabela 9. Taxa de Alfabetização na Costa dos Coqueiros (2010 - 2022)

Municípios	Alfabetizados (População) 2010	Alfabetizados (População) 2022	Não Alfabetizados (População) 2022
Camaçari	200.636	222.758	12.728
Conde	16.094	15.150	2.889
Entre Rios	29.336	26.257	3.711
Esplanada	23.068	21.329	3.853
Itanagra	5.105	3.716	814
Jandaíra	6.936	5.681	1.317
Lauro de Freitas	141.327	157.361	6.019
Mata de São João	32.186	30.437	2.991

Fonte: Censo 2010 e 2022 (IBGE, 2025).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Além disso, o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB dos municípios da zona turística (Figura 17), indica uma evolução das notas do IDEB para turmas do 5º ao 9º ano do ensino fundamental na rede pública, entre 2005 e 2013, em que Mata de São João apresenta melhor nota, seguido por Camaçari.

Figura 17. Evolução das notas do IDEB para as turmas do 5º a 9º ano nos municípios da Costa dos Coqueiros (2005-2009-2013)

Municípios	4ª Série/5º Ano			Variação em (%)	8ª Série/9º Ano		
	2005	2009	2013		2005	2009	2013
Camaçari	2,5	3,8	4,3	72,0	2,2	3,3	3,6
Conde	3,3	3,5	3,5	6,1	3,4	3,2	3,0
Entre Rios	2,5	3,3	3,5	40,0	2,6	3,0	0,0
Esplanada	2,8	3,0	4,0	42,9	2,3	3,0	3,3
Itanagra	2,7	3,3	3,5	29,6	0,0	3,2	2,8
Jandaíra	0,0	3,3	3,3	-	0,0	0,0	3,2
Lauro de Freitas	3,3	4,1	3,9	18,2	2,8	3,4	3,4
Mata de São João	2,5	4,3	5,0	100,0	1,6	3,3	4,4

Fonte: Bahia (2015, p. 61).

Na Tabela 10, esse panorama do 5º a 9º ano do ensino fundamental na rede pública, se refere aos anos 2015-2017-2019-2021-2023. Na tabela constam as notas e a meta projetada. As metas foram calculadas pelo INEP no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação para verificar se os municípios atingiram o esperado.

Tabela 10. Evolução das notas do IDEB dos Anos Finais (5º ao 9º ano) do Ensino Fundamental da Rede Pública na Costa dos Coqueiros (2015-2017-2019-2021-2023)

Municípios	2015		2017		2019		2021		2023	
	IDEB	MET A	IDEB	MET A	IDEB	MET A	IDEB	MET A	IDEB	META
Camaçari	4,1	3,8	3,9	4,1	4,2	4,3	4,8	4,6	4,0	-
Conde	2,9	4,5	3,4	4,7	3,9	5,0	4,1	5,2	3,2	-
Entre Rios	2,7	3,9	3,1	4,2	3,2	4,5	3,7	4,7	2,8	-
Esplanada	3,1	3,9	2,9	4,2	3,0	4,4	3,8	4,7	2,7	-
Itanagra	2,9	3,4	2,1	3,7	3,3	4,0	-	4,3	3,5	-
Jandaíra	3,3	4,0	2,8	4,2	3,4	4,5	-	4,8	-	-
Lauro de Freitas	3,6	3,9	3,5	4,2	3,8	4,4	4,2	4,7	3,6	-
Mata de São João	4,3	3,8	4,6	4,0	4,8	4,3	4,9	4,6	5,4	-

Fonte: IDEB 2015 a 2023– Atualizado em 2025 (INEP, 2023).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Embora as notas do IDEB tenham aumentado, considerando o comparativo entre os anos, Mata de São João e Camaçari continuam sendo destaque, superando, inclusive, as metas estabelecidas. Os municípios de Conde, Entre Rios, Esplanada, Itanagra e Jandaíra apresentam os menores valores. A Tabela 11 apresenta essa dinâmica de acordo o ensino médio da rede pública, o que desde já é possível verificar uma falta de dados atualizados.

Tabela 11. Evolução das notas do IDEB para o Ensino Médio da Rede Pública na Costa dos Coqueiros (2015-2017-2019-2021-2023)

Municípios	2015		2017		2019		2021		2023	
	IDEB	MET A	IDEB	MET A	IDEB	MET A	IDEB	MET A	IDEB	META
Camaçari	-	-	5,2	-	3,1	2,7	-	2,9	3,3	-
Conde	-	-	2,6	-	3,1	2,8	-	3,0	3,1	-
Entre Rios	-	-	2,9	-	2,9	3,1	-	3,3	3,6	-
Esplanada	-	-	2,4	-	2,8	2,6	-	2,8	-	-
Itanagra	-	-	2,6	-	4,2	2,8	-	3,0	3,7	-
Jandaíra	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7	-
Lauro de Freitas	-	-	2,6	-	3,3	2,8	-	3,0	3,4	-
Mata de São João	-	-	2,4	-	2,7	2,6	-	2,8	3,6	-

Fonte: IDEB 2015 a 2023 – Atualizado em 2025 (INEP, 2023).
Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Para além disso, considerando uma educação de qualidade, sobretudo para um setor que exige qualificação para oferecer serviços específicos, visto que o setor do turismo passa por uma pressão sobre o mercado de trabalho (idiomas e cursos de capacitação, por exemplo), cabe indicar o panorama a respeito do acesso à internet. Vale ressaltar que não há um comparativo no PDITS 2015-2020 (Tabela 12).

Tabela 12. Acesso à internet (2010 e 2022)

Municípios	2010	2022	2022 (%)
Camaçari	19.253	98.965	90,02%
Conde	390	5.664	73,61%
Entre Rios	1.208	10.847	79,24%
Esplanada	895	8.654	79,96%
Itanagra	125	1.445	69,81%
Jandaíra	42	2.387	76,93%
Lauro de Freitas	18.129	68.932	91,55%
Mata de São João	1.536	12.492	81,5%

Fonte: Censo 2010 e 2022 (IBGE, 2025).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

De acordo com os dados do Censo de 2010 e 2022, houve crescimento significativo no número de pessoas que têm acesso à internet. Todavia, deve-se dar destaque à porcentagem que diferencia a cobertura de um município para outro. Lauro de Freitas possui 91,55% de cobertura, enquanto Itanagra possui somente 69,81%.

Para investigar o campo da educação e a inserção neste mercado de trabalho, outros dados se tornariam relevantes, contudo, identificamos desde a taxa de alfabetização, ensino médio e fundamental, para entender como está esse cenário agora, com os novos jovens que vão ocupar esse lugar. Nos dias recentes, quem ocupa os altos cargos nos hotéis ou até mesmo na própria gestão, são, em sua maioria, de fora. Estes postos precisam de conhecimento específico e técnico, precisam de graduação, pós, especialização, vivência em outros cargos que o local não oferta. Precisam de conhecimento em segundos idiomas. Há a possibilidade de utilizar a internet para isso, mas essas pessoas têm os instrumentos necessários?

Trindade (2025c), em uma matéria escrita para o Jornal A Tarde, aponta que ações socioculturais e de diálogo estão sendo realizadas em Camaçari, especificamente em Monte Gordo, com os prestadores de serviços, sendo considerado estratégia de sucesso. Ao longo da escrita, essa prestação de serviço ‘autônoma’ (destaque nosso), gera uma média de 20 mil empregos e, nesse indicativo, 80% das vagas ocupadas são por moradores do distrito de Monte Gordo.

Dentre as principais atuações listadas, Trindade (2025c), aponta a participação e mobilização dos mototaxistas, ambulantes credenciados que trabalham diretamente na praia, dos próprios donos das barracas de praia, ressaltando a atuação de pescadores que mantém as práticas antigas e que, hoje, tem a possibilidade de vender para essas barracas, restaurantes entre

outros negócios. Por fim, esse tipo de ação em relação à comunidade, por parte da Associação de Condomínios e Moradores de Guarajuba - ASCON, indica uma relação mais próxima entre as comunidades de Guarajuba e Monte Gordo, com crescimento econômico nas duas localidades, aumento de turistas, anúncios de novos empreendimentos imobiliários, favorecendo um cenário promissor e uma parceria bem-sucedida com a comunidade.

Com esses apontamentos, fazemos uma crítica aos agentes que organizam o turismo, principalmente os públicos. A inserção da comunidade na atividade turística deve partir das bases educacionais. Deve-se preparar um profissional desde a escola e, chegando na graduação, devem ser disponibilizados meios de acesso à aquela qualificação. Quem atua diretamente com o turismo e precisa de uma formação/graduação, precisa se deslocar até a capital, como indicado em sessões anteriores. Há transporte disponível? Há incentivos? A Bahia, por si só, já é carente de graduações específicas em Turismo e Hotelaria, onde, o único curso atual é na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Campus I, em Salvador.

Para além disso, o governo federal lançou uma plataforma com cursos, mas é acessível para essa população? Diante disso, as propagandas e as políticas públicas reforçam a ideia de gerar emprego e renda para serviços que carecem de uma remuneração adequada que garanta boas condições de vida. Quais as condições de vida dos mototaxistas? Quais as condições de trabalho de quem precisa ficar o dia todo na praia? Quais as condições dos pescadores que vendem peixes para esses empreendimentos? Estes, sobretudo, não dão conta de fornecer uma quantidade ideal para os grandes restaurantes que, por sua vez, compram peixes diretamente da capital, por outras grandes empresas. Não há como focar no aumento dos empregos gerados e, conseqüentemente, na renda proveniente dessa atuação, quando a própria localidade e suas políticas públicas incipientes não oferecem boas condições de educação à população local.

Por último, a terceira categoria de análise, sendo a **dinâmica de infraestrutura**, que se refere aos domicílios e ao saneamento básico. Foram analisados os indicadores referente à evolução dos domicílios segundo situação de ocupação, os tipos de domicílios e a localização de domicílios que possuem três ou mais banheiros. Em seguida, dados referentes ao abastecimento de água pela rede geral, conexão de esgoto ligada à rede e coleta de lixo, que são considerados um dos mais importantes dos indicadores para garantir a qualidade de vida de uma comunidade (Bahia, 2015).

O PDITS 2015-2020, em relação aos domicílios, não apresenta dados sobre o seu tipo, todavia, cabe trazer nessa análise de modo que possamos identificar onde se localizam essas propriedades. Na Tabela 13, percebe-se que, em cada município, ganha destaque o tipo de construção que condiz com a condição econômica do local, por exemplo, em Mata de São João,

o maior número são referentes às casas, casas de vila ou condomínio. Já as casas de Vila ou em condomínio aumenta de 69 (2010), para 654 (2022), que são quando os empreendimentos imobiliários e hoteleiros se implantam de fato na localidade. Já Lauro de Freitas passa de 3.808 (2010) apartamentos, para 20.641 (2022), no período do *boom* imobiliário também. A Figura 18 traz essa disposição espacial de acordo o tipo de uso do domicílio.

É importante adicionar alguns outros resultados para aprimorar essa análise no que se à localização desses domicílios, proveniente da pesquisa realizada por Magalhães (2015). Embora não seja especificamente de todos os tipos, consideramos aqui os domicílios com três ou mais banheiros (Figura 18), de residências e loteamentos em condomínios fechados de alto padrão, cuja aquisição ocorre por meio do mercado imobiliário.

Tabela 13. Tipo do domicílio na Costa dos Coqueiros (2010-2022)

Municípios	Apartamento		Casa		Casa de Vila ou em Condomínio		Estrutura degradada ou inacabada, Cortiço, Maloca ou Cabeça de Porco	
	2010	2022	2010	2022	2010	2022	2010	2022
Camaçari	3.699	13.652	66.641	83.320	2.861	12.573	790	403
Conde	7	7	6.026	7.600	59	55	6	18
Entre Rios	42	56	10.961	13.461	71	134	13	24
Esplanada	18	11	8.595	10.660	17	144	15	9
Itanagra	31	-	2.125	2.065	-	3	-	1
Jandaíra	2	3	2.669	3.094	2	1	20	1
Lauro de Freitas	3.888	20.641	41.315	48.610	4.056	5.936	176	115
Mata de São João	55	504	11.547	14.073	69	731	22	17

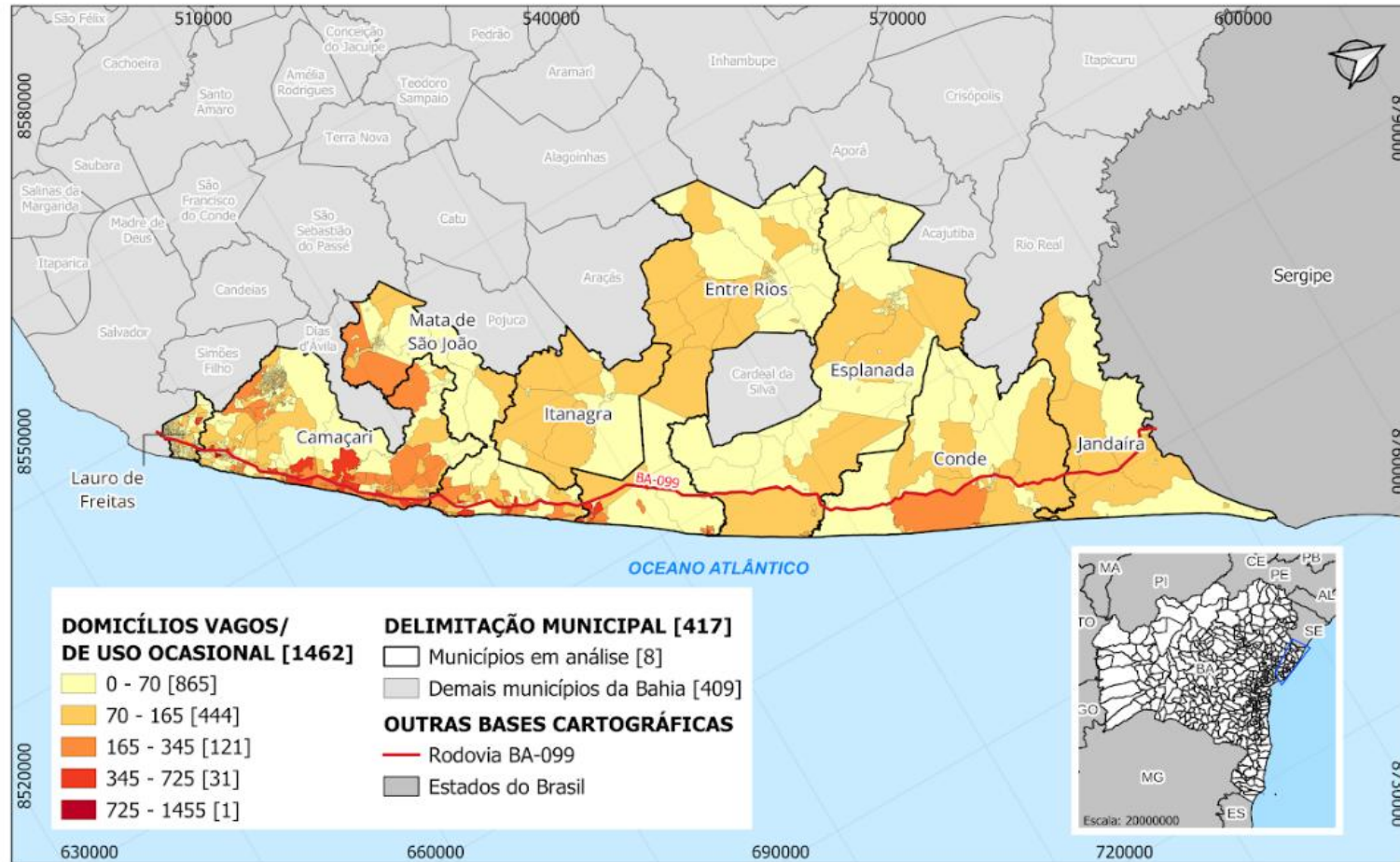
Fonte: Censo 2010 e 2022 (IBGE, 2025). Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Com isso, percebe-se que há uma desigualdade social entre as áreas que são cortadas pela rodovia BA-099. Na faixa costeira, estão presente domicílios com três ou mais banheiros. No lado oposto, o valor cai significativamente, sendo assim:

Há uma concentração dos setores censitários urbanos com valores superiores a 40% desses tipos de domicílios na área próxima à costa, compreendendo localidades como Guarajuba, Itacimirim e Praia do Forte. O fato é indicativo da predominância de habitações unidomiliares – a maioria tida como residências secundárias em loteamentos e condomínios fechados de alto padrão – de melhor qualidade construtiva, cuja forma de aquisição se dá, sempre por meio do mercado imobiliário formal (Magalhães, 2015, p. 239).

Para Magalhães (2015), nesse setor, as localidades de Guarajuba, Itacimirim e Praia do Forte concentram 80 a 100% desse tipo de habitação. Já do lado oposto à orla, as localidades de Areias, Arembepe, Monte Gordo, Barra do Pojuca, Açú da Torre e Malhadas, há setores censitários com valores abaixo de 20% do tipo de habitação, ou seja, correspondem a habitações precárias. Vale ressaltar que estes dados serão atualizados em pesquisas futuras.

Figura 18. Mapa de localização dos domicílios com base no tipo de uso – vago e uso ocasional – nos municípios da Costa dos Coqueiros



Sistema de Referência de Coordenadas: SIRGAS 2000 (EPSG:4674)

Fonte: Agregados por Setores Censitários (IBGE, 2022), Malha Municipal (IBGE, 2023), Rodovias Estaduais (DNIT, 2016)

Organização: Flaminia Mastrangeli

Elaboração: Juliana Santos da Silva

Fonte: IBGE (2022).

Organizado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Elaborado por Juliana Santos da Silva (2025).

Ademais, no que diz respeito à situação de ocupação, a Figura 19 apresenta o panorama no ano de 2000 e 2010. Já a Tabela 13, traz os dados atualizados pelo Censo de 2022. Esse indicativo, especificamente o de uso ocasional, reforça o aumento das segundas residências na localidade.

Figura 19. Evolução dos domicílios na Costa dos Coqueiros, de acordo com a situação de ocupação (2000 e 2010)

Municípios	2000				2010			
	Ocupado	Uso Ocasional	Não Ocupado	Total	Ocupado	Uso Ocasional	Não Ocupado	Total
Camaçari	41.452	9.684	7.512	58.648	74.131	15.482	16.382	105.995
Conde	4.427	992	713	6.132	6.158	1.590	1.244	8.992
Entre Rios	8.736	1.074	1.745	11.555	11.101	1.917	2.218	15.236
Esplanada	6.164	748	1.042	7.954	8.672	791	1.652	11.115
Itanagra	1.433	217	209	1.859	2.167	346	531	3.044
Jandaíra	2.237	340	364	2.941	2.713	294	460	3.467
Lauro de Freitas	29.451	2.617	4.794	36.862	49.511	3.079	6.547	59.137
Mata de São João	7.882	1.130	1.628	10.640	11.741	2.873	2.223	16.837
Total Costa dos Coqueiros	101.782	16.802	18.007	136.591	166.194	26.372	31.257	223.823

Fonte: Bahia (2015, p. 49).

Seja na situação de uso Ocupado e Uso Ocasional, houve aumento nos números. Lauro de Freitas apresenta 49.511 de domicílios ocupados em 2010, passando para 75.308 em 2022, o que condiz com o número do crescimento da população. Já Mata de São João, em 2010, possui 2.873 domicílios com situação de uso ocasional, passando para 9.636 em 2022. O que corrobora, nos dias recentes, das segundas residências, as casas de veraneio, presente no contexto geohistórico da Costa dos Coqueiros. Entre 2010 e 2022, Mata de São João aumento 4 vezes mais esse quantitativo.

Tabela 14. Situação da ocupação dos domicílios na Costa dos Coqueiros em 2022

Municípios	Ocupados	Uso Ocasional
Camaçari	109.948	32.372
Conde	7.680	3.146
Entre Rios	13.675	5.204
Esplanada	10.824	1.632
Itanagra	2.069	826
Jandaíra	3.099	691
Lauro de Freitas	75.308	5.553
Mata de São João	15.325	9.636

Fonte: Censo 2022 (IBGE, 2025).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Em uma reportagem atual, Trindade (2025a), pontua que, no caso de Guarajuba, que está localizado no município de Camaçari, sempre foi um grande sucesso para o turismo residencial, com cerca de 700 imóveis disponibilizados para locação. Dois perfis principais ganham destaque nessa prática, sendo famílias com idosos e aposentados, que buscam pela tal qualidade de vida e, outras com crianças, que querem segurança e valorizam o contato com a natureza para a criação destes. Os dois perfis ocupam locação nesse “paraíso à beira-mar”, destaque realizado por Trindade (2025a), em sua matéria disponibilizada no Jornal A Tarde.

A estrutura da matéria escrita por Trindade (2025a), identifica o contexto geohistórico do local, reforçando como acontece essa prática e, para além disso, identifica uma estrutura robusta que Guarajuba possui para atender a este tipo de atividade. A redatora informa que Guarajuba possui 16 condomínios residenciais, quatro associados comerciais e um hotel, sendo que existe uma entidade responsável pela formação e desenvolvimento do bairro. A associação responsável administra um bairro com aproximadamente 5 mil unidades habitacionais, em torno de 20 mil moradores (fora da alta temporada). Ademais, é reforçado que são 20 mil empregos gerados de forma direta e indireta, com amplo serviço de educação e gastronomia, tendo 80% da mão de obra formada por moradores da região.

Para tal compreensão, reforçamos o marketing territorial utilizando, ainda, para a venda desse destino. Fazem o uso da imagem e participação de uma população que, em certa medida, não usufrui desses serviços. Não há como visitar o Shopping de Guarajuba (Figura 20), com a família e usufruir da gastronomia, além de fazer compras no mercado *Hiper Ideal*, tendo remuneração média de R\$ 2.004,83 (Tabela 8). Esse tipo de serviço atende somente à uma população e uma parcela de turistas que usufruem dos domicílios de Uso Ocasional que, em sua maior parte, se concentram na faixa litorânea.

Figura 20. Alameda Guarajuba (Shopping ao lado da faixa litorânea)



Fonte: “Alameda Guarajuba: o coração do Comércio” - Jornal A Tarde (Trindade, 2025b).

Na Figura 21, é possível ter uma outra perspectiva desses serviços disponibilizados ao lado da faixa litorânea e que servem de marketing para chamar a atenção desses dois perfis citados por Trindade (2025a). Aqui, chamamos a atenção para o olhar crítico necessário que devemos desenvolver, sobretudo a partir da ótica geográfica. Com isso, conforme assevera Muniz Filho (2024), muitas vezes a imagem dos lugares é espetacularizada, sobretudo pelos agentes interessados que exercem determinadas práticas espaciais em uma localidade, porque essa dinâmica desvela, por outro lado, segregação, diferenciação e aumento de desigualdade socioespacial em relação à comunidade local que não pode usufruir desses benefícios e não tem direito à sua terra.

Figura 21. Mapa de localização do condomínio Guarajuba Palm Beach e proximidade com os serviços e comércios



Fonte: Guarajuba Palm Beach – LRV Imóveis (LRV, 2025).

Esse olhar não deve ser no sentido de desprezar a importância da atividade turística, contudo, serve para pensar em alternativas de práticas de turismo que trabalhem também inserindo a população nestas dinâmicas. A Figura 22 desvela essa diferença na paisagem e infraestrutura de comércio em Monte Gordo, que fica do lado oposto da faixa litorânea e que tratamos a todo momento de espaço opaco.

O município de Camaçari, dentre dos apontamentos realizados e notícias disponíveis em meio eletrônico, apresentou medidas de planejamento para fazer com que este se torne destaque no mercado internacional. A organização para a atividade turística, inclui tanto os destinos da faixa litorânea, como os do lado oposto. Há forte participação da ASCON, que mobiliza a população local para participar desse projeto. Belém (2024), ao realizar uma entrevista com o atual prefeito de Camaçari, Luiz Carlos Caetano, pontua que a potencialidade e a vocação turística do município envolvem investir em todas as camadas, social, cultural, religiosa, natural.

Figura 22. Rua com algumas lojas em Monte Gordo (lado oposto do faixa litorânea)



Fotos tiradas por Flaminia Mastrangeli (2025).

Dentre as iniciativas, a abertura de um Centro de Convenções e um Centro Público de Economia Solidária está no planejamento. Isso ocorre porque é importante comercializar o artesanato e os produtos da agricultura familiar. Há uma pretensão de reformar as praças, organizar as lavagens de Barra do Pojuca, Monte Gordo, Abrantes, Jauá e Arembepe. Essas iniciativas, contudo, precisam do apoio do governo estadual e, por isso, já está em contato com o atual governador Jerônimo Rodrigues. Vale ressaltar que, além da atividade turística, a pretensão é dar foco no setor industrial (Belém, 2024).

Como operação emergencial, para viabilizar esse planejamento turístico e lançar Camaçari como destino internacional, o prefeito sinaliza a importância em limpar as praias, tirar o mato, o lixo e a sujeira da cidade e da orla, pois considera que estas estão muito largadas, desarrumadas e desorganizadas. Para além disso, será necessário melhorar as condições de infraestrutura, a melhoria das estradas, mas, a todo tempo, sinaliza que também precisará do suporte dos demais governos para viabilizar esse planejamento (Belém, 2024).

Com estes apontamentos, percebemos, como já dito anteriormente, que o turismo não trabalha sozinho, mas sim, com todos os agentes que participam dos lugares. No campo do planejamento, é importante que as metas e ações sejam estabelecidas, mas, em contrapartida, os posicionamentos continuam sendo os mesmos, com os mesmos objetivos. A estratégia desse posicionamento de inserir Camaçari como foco internacional, que é utilizada a tanto tempo, o marketing turístico de Destino Bahia, será mesmo o ponto de partida para diminuir estes números que apontam para o aumento das desigualdades? Entendemos que o turismo

proporciona crescimento econômico, mas, se essa realidade não mudou até hoje, por que não pensar em um outro ponto de vista? As ações destinadas ao turismo, seguem com traços hegemônicos, de planejamentos que deixam a comunidade às margens de boas condições de vida.

Sabemos que o turismo, por si só, não é capaz de salvar os lugares. Mas, sabemos que, tendo como premissa o mercado imobiliário, a implantação de *mega-resorts*, com investimento de capital internacional e planejamentos que corroborem com estas ações, como há tanto tempo tem sido feito, auxilia no processo de que, se o turismo sofre alguma crise, conseqüentemente aquele lugar apresenta queda nas taxas (tanto de número de visitantes recebidos, como no valor de arrecadação provenientes das ACTs), ou seja, um ciclo que se repetirá sempre dentro dos mesmos moldes, onde quem tem dinheiro se beneficia sempre, e quem não tem, está mercê às práticas espaciais de segregação, diferenciação e, conseqüentemente, aumento das desigualdades socioespaciais.

Conforme Lojkin (1997), por trás dessas aparências existe uma continuidade de um processo de seleção urbanística que privilegia o equipamento de algumas zonas urbanas, que foi apropriado por uma classe dominante em detrimento dos equipamentos coletivos que deveriam beneficiar outras camadas sociais. Com isso, essa supervalorização dos equipamentos sociais, festejos, heranças histórias, saberes e fazeres, precisa sim ser inserido no discurso turístico, mas, em contrapartida, precisa ser bem executado e valorizado. O que ocorre é uma valorização dessa cultura, de forma ilusória, para somar somente a quem de fato o sistema capitalista pretende beneficiar, a classe dominante.

Retomando aos indicadores do PDITS, com as demandas turísticas e a prática das segundas residências em períodos de alta estação, o serviço de infraestrutura (saneamento, água e coleta de lixo) são sobrecarregados. Para Magalhães (2015), esse serviço é de direito da população, mas, ao mesmo tempo, é negligenciado pelo poder público, especificamente os municípios mais pobres. Estes, acabam convivendo com problemas ambientais e de saúde pública, na medida em que são áreas com maior adensamento populacional. A Figura 23, apresenta a evolução do índice de abastecimento de água pela rede geral de domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros em 1991, 2000 e 2010.

Figura 23. Evolução do Índice de Abastecimento de Água pela rede geral de domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros (1991 – 2000 – 2010) em %

Municípios	1991	2000	2010
Camaçari	74,2	89,5	93,5
Conde	39,6	47,3	67,6
Entre Rios	50,5	63,0	73,0
Esplanada	49,6	59,2	81,3
Itanagra	19,8	40,9	66,8
Jandaíra	35,0	37,0	65,9
Lauro de Freitas	66,7	87,6	97,0
Mata de São João	47,4	63,7	80,1

Fonte: Bahia (2015, p. 59).

Nessa análise, todos os municípios têm aumento nas taxas de abastecimento de água. Camaçari, Lauro de Freitas e Mata de São João ocupam o *ranking*, contudo, Jandaíra apresenta quase o dobro nessa evolução, em que em 2000 tinha 37% da cobertura e em 2010 passa para 65,9%. Isso significa que iniciou o processo de cobertura de água de forma tardia, comparado aos outros, por exemplo, Itanagra aponta quase o mesmo aumento, sendo o dobre de 1991 (19,8%), para 2000 (40,9%).

Já a situação do esgotamento sanitário (Figura 24), que no PDITS 2015 aparece como um grande desafio, “[...] é um dos mais graves indicadores para a região conforme demonstra a série histórica [...] trata-se do maior desafio nos próximos anos, principalmente devido à sustentabilidade dos recursos naturais” (Bahia, 2015, p. 59). A falta desse esgotamento, para Magalhães (2015), deixa a população às margens dos problemas ambientais e de saúde pública.

Figura 24. Evolução do Índice de Cobertura da Conexão à Rede de Esgoto de domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros (1991 – 2000 – 2010) em %

Municípios	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Camaçari	–	40,5	45,2
Conde	–	0,7	0,8
Entre Rios	–	0,4	6,6
Esplanada	–	0,4	1,0
Itanagra	–	–	13,7
Jandaíra	–	0,1	0,2
Lauro de Freitas	–	40,3	47,8
Mata de São João	–	16,6	25,7

Fonte: Bahia (2015, p. 59).

É possível perceber que Lauro de Freitas e Camaçari, em 2010, se destacam na cobertura, mas não chegam a atingir nem metade do esperado. Já Mata de São João, que é o maior receptor de turistas, também possui baixas taxas. O que reforça que, em 2010, ainda não era uma preocupação das agentes públicas evitar que as comunidades tivessem contato com os problemas de saúde e ambientais.

Ademais, a respeito da coleta de lixo (Figura 25), tido como serviço básico essencial, também apresenta crescimento significativo, sobretudo em Jandaíra, que em 1991 atendia 3% da população, em 2000 passa para 29% e em 2010 atinge 63,87%. Mais um serviço que ocorre de forma tardia no município, porque de 2000 a 2010, a diferença na porcentagem de evolução de cobertura nos demais municípios, não chega a ser o dobro.

Figura 25. Evolução do Índice de Coleta de Lixo dos domicílios dos municípios da Costa dos Coqueiros (1991 – 2000 – 2010) em %

Municípios	1991 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Camaçari	81,00	85,00	93,76
Conde	11,00	34,00	58,67
Entre Rios	28,00	53,00	77,60
Esplanada	24,00	47,00	65,48
Itanagra*	-	-	63,78
Jandaíra	3,00	29,00	63,87
Lauro de Freitas	59,00	89,00	98,75
Mata de São João	24,00	60,00	83,31
Costa dos Coqueiros	32,85	56,71	75,65

Fonte: Bahia (2015, p. 60).

Em relação aos dados atuais, disponibilizados no Censo de 2022, pelo IBGE, a Tabela 14, faz um agrupamento de dados sobre a situação de abastecimento de água pela rede geral, conexão de esgoto ligada à rede e destino do lixo coletado, da população urbana e rural, tanto pelo quantitativo populacional, como em porcentagem. Ao lado do valor da porcentagem é possível encontrar um sinal de “+” e “-“, que tem como objetivo indicar se, comparado ao ano de 2010 apresentando nas Figuras 23, 24 e 25, apresenta aumento ou diminuição nessa evolução.

Tabela 15. Situação do abastecimento de abastecimento de água pela rede geral, rede de esgoto ligado à rede e destino do lixo coletado dos domicílios particulares e permanentes (população urbana e rural) na Costa dos Coqueiros (2022)

Municípios	Abastecimento de água pela rede geral		Conexão de esgoto ligada à rede		Destino do lixo coletado	
	2022	2022 (%)	2022	2022 (%)	2022	2022 (%)
Camaçari	104.694	95,22% +	74.787	68,02% +	105.575	96,02% +
Conde	5.215	67,9% +	1.246	16,22% +	5.851	76,18% +
Entre Rios	10.070	73,64% +	1.326	9,7% +	11.613	84,92% +
Esplanada	8.571	79,19% -	171	1,58% +	9.352	86,4% +
Itanagra	1.560	75,4% +	163	7,88% +	1.692	81,78% +
Jandaíra	2.361	76,19% +	77	2,48% +	2.563	82,7% +
Lauro de Freitas	73.600	97,74% +	54.840	72,83% +	74.683	99,18% +
Mata de São João	13.757	89,77% +	7.315	47,73% +	14.421	94,1% +

Fonte: Censo 2010 e 2022 (IBGE, 2025).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

O abastecimento de água, apresenta diferença de valores que caminha em passos lentos, por exemplo, no município de Conde em 2010 o valor da porcentagem de cobertura era 67,6%, passando para 67,9% em 2022. Camaçari e Lauro de Freitas, também se aplicam nessa lógica. Magalhães (2015) pontua que o sistema de água encanada é realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamentos S.A – Embasa, do governo estadual, contudo, é comum a construção de poços cartesianos privados pelos moradores (não trouxemos estes dados nessa pesquisa, pois o foco é o planejamento público), e isso ocorre por conta que, em certos períodos, há maior concentração populacional, especificamente no verão, feriados prolongados e datas festivas, que acaba ocasionando na falta da mesma.

Em relação à rede de esgoto, os valores ainda são baixos, dando destaque à Esplanada que em 2022 possui apenas 1,58% de conexão de esgoto ligado à rede. Lauro de Freitas passa de 47,8% e, 2010, para 72,83% em 2022. Embora ocorra essa negligência por parte do poder público, a população recorreu ao uso do sistema individual (fossas sépticas), sobretudo em Guarajuba, contudo, pode ser considerado pernicioso, principalmente na faixa litorânea, que pode contaminar o lençol freático (Magalhães, 2015).

Na coleta de lixo os valores são satisfatórios, destacando o município de Conde que apresenta em 2022, 84,92% do lixo coletado no município, sendo o menor valor. Em 2010 o Conde tinha 58,67%, podendo verificar um aumento substancial.

A partir desses dados, a última etapa do processo de categorização do PDITS se refere à apresentação dos padrões e tendências (Quadro 14). O objetivo deste quadro é organizar e sistematizar os resultados obtidos, desse modo, a primeira coluna apresenta as categorias de análise, a segunda coluna traz comentários dos resultados da comparação dos indicadores, a terceira coluna apresenta padrões e a quarta coluna as tendências. Os padrões e tendências são apresentados em tópicos. Os padrões são as práticas já existentes e que se repetem. As tendências, são as novas práticas e observações dos fenômenos, que adicionaremos como novos, podendo ser positiva ou negativa.

Quadro 13. Padrões e tendências do processo de categorização do PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015

Categorias de Análise	Resultados da Comparação	Padrões	Tendências
Dinâmica Econômica PIB Emprego Renda	<p>A economia dos municípios da Costa dos Coqueiros apresenta um aumento no PIB municipal, todavia, entre 2019 e 2020, há uma certa instabilidade por conta da pandemia da covid-19 e seus impactos causados. Esse panorama resulta em uma crescente diferenciação espacial, com a consolidação de polos econômicos (Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João). A força de trabalho, no que diz respeito aos empregos formais celetistas, nos diversos setores, apresenta queda entre os anos 2013 e 2020, contudo, em 2023 o panorama começa a mudar positivamente, apresentando dados satisfatórios e crescimento nos setores. No que diz respeito ao turismo, sobretudo nos empregos vinculados às ACTs, de 2013 a 2020 os números sofrem uma queda e, em 2023, somente Camaçari, Lauro de Freitas e Mata de São João têm aumento na distribuição desses empregos formais (que são oferecidos principalmente pelas atividades de Transportes e Alojamento). Os salários médios apresentam aumento nos valores, todavia, os maiores salários se concentram em Camaçari, Lauro de Freitas e Mata de São João. Esse cenário aponta para uma precarização das relações de trabalho, concentração de salários médios mais altos apenas nos polos turísticos. Com esses trabalhos, pela falta de qualificação, é necessário convocar profissionais de outros lugares, à exemplo da capital, ocasionando na exclusão das populações locais dos empregos qualificados.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instabilidade econômica (fatores externos como a pandemia, evolução das sociedades, como o esvaziamento populacional da capital soteropolitana); 2. Diferenciação Territorial de Emprego e Renda: Concentração de empregos formais celetistas e altos salários em polos consolidados e disparidade de arrecadação e oferta dos serviços turísticos entre os municípios; 3. Investimento de Capital Internacional somente onde interessa aos agentes privados; 4. Concentração de bens e serviços de qualidade somente na faixa litorânea. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A remuneração média, a partir da ACT de Cultura e Lazer, supera o valor de R\$ 7.000,00, sendo o maior valor de remuneração média para celetistas. O que pode significar mais investimento na cultura local; 2. Crescimento do Setor Terciário e da Econômica de Serviços: O aumento no quantitativo populacional de alguns municípios da Costa dos Coqueiros, atrelado à diminuição da metrópole soteropolitana, ocasionou uma maior competitividade em relação ao comércio e serviço; 3. Consolidação de novos polos econômicos de desenvolvimento regional: Camaçari e Lauro de Freitas considerados como subcentros econômicos

			<p>na dinâmica da Costa dos Coqueiros;</p> <p>4. Esvaziamento de pequenos municípios, como Entre Rios, Esplanada, Itanagra e Jandaíra.</p>
<p>Dinâmica Social</p> <p>Educação</p>	<p>A educação nos municípios da Costa dos Coqueiros apresenta uma certa instabilidade e lentidão no avanço educacional, refletido no déficit do capital humano. No que diz respeito à alfabetização, este continua sendo o pior panorama, porque somente Camaçari e Lauro de Freitas apresentam evolução nas taxas. Em relação às notas publicadas para os anos finais do ensino fundamental e médio, ocorre um aumento, contudo, em passos lentos. A maioria das localidades não consegue atingir a meta pré-estabelecida pelo INEP, mas, Camaçari e Mata de São João são os municípios que seguem com resultados satisfatórios. Isso ocasiona um ciclo contínuo de repetição de dinâmica, ou seja, a população local não acessa empregos bem remunerados, perpetuando a informalidade. O acesso à internet aumentou, mas, há grande diferença na porcentagem de cobertura, por exemplo, Lauro de Freitas possui 91,55% enquanto que Itanagra possui apenas 69,81%, ou seja, a cobertura da internet não ocorre de forma homogênea. Somente os polos são beneficiados. Esse cenário de pouco avanço educacional e acesso à conectividade, em tempos de mercado globalizado, pode fazer com que a população fique dependente e perdue, em que a mão de obra local é destinada a subempregos e os cargos qualificados são ocupados por profissionais externos.</p>	<p>1. Falta de acesso à empregos formais celetistas em turismo por exigência de qualificação, idiomas entre outros, que a própria comunidade ainda não consegue ter acesso pelos passos lentos no avanço no sistema educacional. Descompasso entre a oferta educacional e demanda por empregos qualificados;</p> <p>2. Falta de interesse pelos agentes públicos de fomentar a educação e profissionalizar os moradores a ocuparem os cargos que dão possibilidade de obter uma maior remuneração;</p> <p>3. Dependência da metrópole soteropolitana em relação ao ensino (universidade) e captação da força de trabalho.</p>	<p>1. Intesificação da elitização de alguns lugares, elevando o custo de vida e expulsando populações tradicionais (Baixio-Esplanada);</p> <p>2. Expansão desigual do acesso à internet. O acesso aumentou, mas de forma concentrada nos municípios mais dinâmicos, reforçando exclusão digital nos territórios periféricos;</p> <p>3. Proximidade com a única Universidade Pública na Bahia (Salvador), que proporciona qualificação em Turismo e Hotelaria.</p>
<p>Dinâmica de Infraestrutura</p> <p>Domicílios Saneamento Básico</p>	<p>Há um crescimento nos tipos de domicílio em todas os municípios, dando destaque ao tipo de uso de acordo com a dinâmica da cidade. Por exemplo, em Lauro de Freitas existem mais apartamentos, em Mata de São João predominam as casas, casas em vilas e condomínios. Todavia, o tipo de uso dessas casas reforça lógicas que já existem na Costa dos Coqueiros, à exemplo de Camaçari e Mata de São João que concentram casas em vilas e condomínios que são utilizados para uso ocasional (alta estação). Sendo assim, as casas para uso de veraneio, que concentram casas com três ou mais banheiros, estão, em sua maior parte, em Guarajuba, Itacimirim e Praia do Forte. Em relação aos serviços básicos (água, esgoto e lixo), os indicadores apresentam aumento de números em todos os municípios, mas, é um aumento que caminha em passos lentos e não acompanha o aumento no quantitativo populacional dos municípios. O abastecimento de água pela rede geral é o mais complexo. Entre Rios,</p>	<p>1. Prática das Segundas Residências, conhecidas como casas de veraneio, ocasionando um aumento no quantitativo de uso ocasional. Predominância das segundas residências de alto padrão na faixa litorânea. Valorização imobiliária sazonal.</p> <p>2. Concentração de uma população de classe alta, em domicílios de uso ocasional, na faixa litorânea;</p> <p>3. Desigualdade no Acesso à Infraestrutura básica: Ampliação insuficiente da rede de água, esgoto e</p>	<p>1. Nos municípios que sofrem diminuição no quantitativo populacional, ocorre aumento em relação aos serviços básicos. Já nos que sofrem aumento do número da população total, o aumento dos serviços básicos é incipiente;</p> <p>2. Aumento da Vulnerabilidade Ambiental e Urbana: há riscos de contaminação dos lençóis freáticos por soluções improvisadas</p>

	<p>Esplanada, Itanagra e Jandaíra tiveram uma diminuição do número total da população e aumento na rede de abastecimento. Camaçari e Lauro de Freitas são os mais impactados. A porcentagem de abastecimento é muito baixa comparada ao número total da população. Por exemplo, Camaçari em 2010 tinha uma população total de 249.970, com taxa de 93,5%. Já em 2022, a população cresce para 300.372, com aumento da porcentagem para 95,22%. Somado à prática das segundas residências no verão, a população ainda sofre com a falta de água. A rede de esgoto e a coleta de lixo seguem o mesmo padrão em Camaçari e Lauro de Freitas. Camaçari apresenta taxa de esgoto de 42,2% em 2010 e 68,02% em 2022, sendo o maior índice de aumento, já na coleta de lixo em 2010, tem índice de 93,76% e 2022, 96,02%. Todavia, há um movimento inverso em Entre Rios, Esplanada, Itanagra e Jandaíra. Todos os municípios apresentam queda no quantitativo populacional, contudo, as taxas de abastecimento de água, cobertura de esgoto e coleta de lixo aumentaram de forma mais significativa. Entre Rios em 2010, com população total de 39.872, tem rede de abastecimento de água 6,6%, esgoto 73% e coleta de lixo 77,60%. Já em 2022, com população de 38.098, tem taxa de abastecimento de água de 9,7%, rede de esgoto 73,64% e coleta de lixo de 84,92%. A infraestrutura desigual reforça a fragmentação territorial, em que, os polos turísticos continuam recebendo investimentos, enquanto as áreas periféricas enfrentam colapso contínuo nos serviços.</p>	<p>coleta de lixo nas cidades que mais crescem populacionalmente. Além disso, expansão de práticas alternativas irregulares (poços e fossas sépticas) para suprir a falta, principalmente no verão;</p> <p>4. Risco socioambiental iminente, com potenciais impactos para a saúde pública e para os recursos hídricos. Ex. Abertura de fossas sépticas e poços cartesianos irregulares.</p>	<p>de saneamento e pressão ambiental sobre áreas litorâneas devido a prática das segundas residências.</p>
--	---	---	--

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

A análise do Quadro 13 revela um cenário de contrastes, marcado por avanços pontuais e desafios estruturais a partir de dilemas do desenvolvimento desigual, destacando o crescimento econômico concentrado, acesso à estruturas e serviços modernos excludentes e incapaz de atender às demandas da população, com foco na melhoria das condições de vida destas. A partir dos padrões, há uma reprodução das desigualdades históricas nos territórios. Por outro lado, as tendências tendem a projetar a intensificação desses padrões no futuro, caso não ocorram mudanças do ponto de vista de estratégia regional.

Em seus objetivos apresentados (Quadro 7), com destaque para os que interessam nesta dissertação, o foco seria conscientizar os agentes sobre o papel do turismo como indutor de crescimento econômico, capaz de gerar novas oportunidades de trabalho (principalmente pelas Atividades Características do Turismo), renda e melhoria na qualidade de vida (melhorar os indicadores sociais), criando condições para a captação de investimentos para o mercado

nacional e internacional, reforçando o aumento na arrecadação de tributos municipais e a participação de cada município na atividade turística.

Mas, o que foi possível observar é uma reprodução de padrões, com observação direta de poucas tendências, condicionadas à planejamentos que seguem ideais hegemônicos dos grandes empresários. Há uma distribuição desigual dos serviços básicos, da oferta de empregos provenientes da atividade turística, uma baixa remuneração para os prestadores de serviços autônomos. O acesso às localidades é desigual e há uma concentração de investimentos de luxo na faixa litorânea.

Especificamente no que concerne às ações do PDITS de curto, médio e longo prazo, que dizem respeito a melhorar estes tópicos anteriormente citados, houve uma melhoria, contudo, muito incipiente. As ações previstas condizem com esse leve aumento, mas, a todo tempo, é refém de uma lógica maior. A de investir, construir, expulsar quem não interessa, para receber quem pode pagar, quem pode financiar e, somente estes, podem usufruir desse território. A tão falada inserção da comunidade pode aparecer, em certos momentos, contudo, acaba sendo invisibilizada perante essa força maior que é fruto da parceria dos agentes privados e públicos.

A Costa dos Coqueiros não possui um PDITS atualizado. Este foi o último. Então, com todo esse planejamento e *boom* que o Litoral Norte baiano está tendo, carece de um planejamento integrado. Em contrapartida, os municípios começam a se organizar de forma particular, dando como exemplo Camaçari, que tem seu último PDITS publicado em 2019. Isso reforça a teoria de que a concepção da zona turística Costa dos Coqueiros, não ajuda os municípios menos favorecidos a se destacar na atividade turística, reforçando sempre essa prática de fragmentação e diferenciação socioespacial.

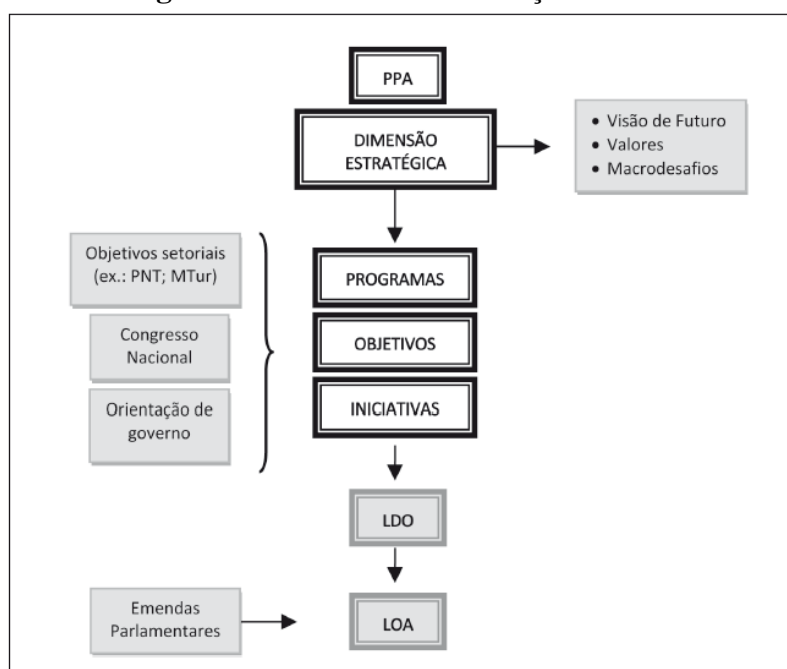
Com isso, conforme assevera Santos (2006), sobre a individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço e dos lugares (homens, empresas, instituições, meio ambiente construído), a partir das novas imposições e necessidades do sistema capitalista, levando à uma maior dissociação dos processos e subprocessos. As políticas territoriais de turismo, passam pelo momento da descentralização de gestão, mas, na Costa dos Coqueiros, subentende-se que os municípios começam a se organizar de forma individual para atender às demandas de um regime de acumulação que nunca cessa, que se refaz com frequência, mas que, pela falta de planejamento, se tem a necessidade de se articular de forma individual.

5.2 As especificidades do Plano Plurianual da Bahia (2020-2023)

O Plano Plurianual da Bahia (PPA-BA), ganha destaque nessa análise acerca da trajetória do planejamento de políticas públicas de turismo. Com base as considerações de Lemos (2013), já na década de 1980, por conta da grande instabilidade econômica, inflação e elevadas dívidas externas, seria necessário pensar em estratégias e decisões de curto prazo, sendo assim, o primeiro PPA foi elaborado em 1991-1995. O PPA é um documento que estabelece prioridades de investimentos, programas, objetivos e estimativa de gastos no período de quatro anos. A gestão do PPA é coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contando com um planejamento orçamentário que está conectado com o planejamento territorial.

De uma forma geral, a base legal e formativa do PPA é proveniente da Constituição Federal de 1988 (art. 165), das Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, que garantem a integração do planejamento com o orçamento previsto, ou seja, orientam, estabelecem limites e diretrizes para o planejamento e gastos governamentais disponibilizados (Lemos, 2013), sendo articulados e elaborados de forma integrada, estabelecendo contexto, como é possível verificar na Figura 26.

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) orienta e a elaboração e a execução do orçamento anual, ou seja, estabelece as prioridades para alocação de recursos e sintoniza o orçamento anual com o PPA. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano (Senado Federal, 2012). Uma vez aprovada pelo Legislativo, a LDO oferece diretrizes para elaboração da proposta orçamentária. O governo é obrigado a encaminhar o Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano. A lei orçamentária disciplina todas as ações do governo federal e nenhuma despesa pública pode ser executada sem que esteja prevista no orçamento (Lemos, 2013, p. 1418).

Figura 26. Processo de elaboração do PPA

Fonte: Lemos (2013, p. 1419).

A partir dessa representação, três pontos devem ser levados em conta que fazem com que esse documento se destaque nas análises do turismo: O primeiro diz respeito ao peso da dimensão estratégia do planejamento do governo federal, o segundo é a incorporação dos objetivos setoriais, destacando os próprios objetivos desenvolvidos pelo MTur (documentos de planejamento estratégico da esfera regional, estadual e municipal), já o terceiro ponto diz respeito à participação legislativa nesse processo, que pode oferecer oportunidade de inserção de projetos locais que não tem tanta representatividade por parte dos órgãos de turismo, pela própria falta de planejamento do lugar.

Do ponto de vista do turismo, esse documento se torna importante para a análise nessa dissertação, porque estabelece as prioridades de investimentos, os programas, os objetivos e a média de gasto no período de quatro anos (Lemos, 2013). As zonas turísticas, atualmente, contam somente com a elaboração do PDITS, não tendo nenhum outro documento da esfera estadual que garanta um certo ordenamento e destino de verba para auxiliar no planejamento da atividade. Desse modo, considerando a importância que a atividade tem, pretende-se verificar a conjuntura dessa dinâmica, avaliando os efeitos das desigualdades socioespaciais.

A partir dessa contextualização, essa seção se divide em três pontos que, também, fará uma análise particularizada do plano, sendo a apresentação da estrutura do PPA-BA 2020-2023, a metodologia utilizada para a análise deste e a discussão dos resultados encontrados. O PPA-BA 2020-2023, é um instrumento de planejamento que contém diretrizes, objetivos e metas da

administração pública, estadual, para um horizonte temporal de quatro anos. O plano foi concebido pelo governo de Rui Costa, tendo como responsável da Secretaria de Turismo, o Secretário Fausto de Abreu Franco (Bahia, 2019).

A expectativa proposta no plano é que um novo ciclo de crescimento econômico seja impulsionado pelo setor industrial, paralelamente ao setor de serviços, que inclui atividades como as de comércio, transporte, armazenagem, imobiliária e turística, com isso, adota como diretrizes impulsionar a competitividade sistêmica, a melhoria da qualidade de vida, a formação cidadã, a garantia de direitos, a sustentabilidade ambiental e a gestão estratégica (Bahia, 2019).

No que diz respeito à estrutura do plano, este divide-se em três níveis, sendo a apresentação dos eixos estratégicos (que são eixos definidos a partir do diagnóstico realizado dos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista econômico), em seguida, cada eixo foi expandido em programas e ações, em que cada ação, possui metas e indicadores (que é o que vai definir os resultados esperados, bem como as métricas que permitem o monitoramento e avaliação final).

A Lei Nº 14.172 de 6 de novembro de 2019, institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio de 2020-2023. O PPA-BA 2020-2023 tem como diretrizes estratégicas aumentar a competitividade sistêmica, proporcionar melhoria da qualidade de vida, impulsionar a formação cidadã, proporcionar garantia de direitos, assegurar a sustentabilidade ambiental, auxiliar na gestão estratégica (Bahia, 2019).

Sendo um instrumento aperfeiçoado nos mecanismos de escuta social, territorialização e integração da ação do governo, está organizado em programas construídos a partir de bases estratégicas que orienta e concretiza as políticas públicas que serão desenvolvidas.

O processo de escuta social, proporciona garantia de fala dos representantes, que acontece por meio do Processo de Participação Social, sendo conduzidas por técnicos da Secretaria Estadual do Planejamento - SEPLAN, que organizam reuniões com as representações dos segmentos institucionais, produtivos, sociais e econômicos, públicos e privados, que tem como intuito definir um ambiente de diálogo, identificando suas principais necessidades (Bahia, 2019). A operacionalização dessas escutas foi elaborada de acordo os documentos e os representantes dos territórios, sendo o Plano de Governo Participativo (PGP), o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da Bahia 2035, os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) e as demandas oriundas de escutas anteriores que não foram realizadas.

Desse modo, a metodologia utilizada que auxilia na validação do objetivo geral dessa dissertação, é investigar onde e como está presente a temática do Turismo no plano, destacando qual o programa, diretriz, meta ou ação, com intuito de verificar como estas se articulam, se tem

indicadores apresentados e, por fim, recolher os relatórios de avaliação (do que foi ou não foi executado), para fazer as considerações finais dessa análise isolada.

Vale ressaltar que, diferente do PDITS da Costa dos Coqueiros, o PPA-BA dispõe de relatórios com indicadores de execução. Desse modo, nos apoiaremos em outra metodologia que servirá como suporte para percorrer ao caminho da análise, sendo a triangulação. Para explicar esse processo, também foi elaborado um quadro que sintetiza o passo a passo que nos levou a finalizar essa análise (Quadro 14).

Contudo, vale reforçar que a triangulação é uma combinação entre diferentes perspectivas metodológicas que se contemplam quando são analisadas com outros conjuntos sobre um determinado tema, sendo um processo compreendido como compensação complementar de deficiências dos métodos isolados (Flick, 2009). É uma forma que analisa as peculiaridades sem qualquer tipo de subordinação das diversas abordagens utilizadas (Ortega; Silva, 2016).

O Quadro 14 faz um cruzamento de informações 3 por 3. Esse resultado é fruto do material que coletamos ao longo da elaboração dessa dissertação, sendo primários (Teoria e Conceito) e secundários (O PPA-BA, Indicadores Sociais e Relatório Analítico). Com isso, como validar o objetivo dessa dissertação considerando o material que selecionamos e a metodologia que utilizamos (Abordagem quantiqualitativa)?

Quadro 14. Método de Triangulação para a avaliação

Material Coletado	Processo de Triangulação		
	Teoria e Conceito (quadro 1)	Dados Secundários	Abordagem e Tipo de Análise
Planejamento Turístico (Quais são as ações destinadas ao turismo?)	Turismo / Políticas Públicas	Plano Plurianual da Bahia - PPA-BA 2020-2023	Abordagem Qualitativa – Análise descritiva
Indicadores (Como avaliar esse contexto nos dias atuais, a partir de um panorama já apresentado no plano?)	Espaço (Território) Produção do Espaço – Henri Lefebvre Desenvolvimento Desigual – David Harvey	IBGE, RAIS, CAGED, INEP,	Abordagem Quantitativa – Análise descritiva
Relatórios Avaliativos (Como foram executadas as ações para verificar se o plano corrobora para a diminuição das desigualdades socioespaciais a partir da atividade turística na Costa dos Coqueiros?)	Desigualdades Socioespaciais	Relatório Analítico por Programa de Governo e Execução das Metas e Ações Orçamentárias	Abordagem Qualitativa – Análise e discussão propositiva

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

O primeiro passo da triangulação se refere em verificar como o turismo aparece no PPA-BA (2020-2023). Com isso, a abordagem qualitativa, com a teoria da categoria de Turismo e Políticas Públicas, possibilita um melhor entendimento dessa leitura. Especificamente no documento, foi realizada inicialmente uma busca nominal. O termo “turismo” é citado 18 vezes. O termo “turística” aparece 8 vezes, enquanto que “turístico” é mencionado 10 vezes. Por fim, a sigla “SETUR” é citada 29 vezes.

Essa busca nominal foi necessária para encontrar de fato as ações, visto que, nesse PPA em específico, não tem um Programa principal, como eixo estruturante, destinado ao Turismo. Vale ressaltar que os dois PPAs (2012-2015 e 2016-2019) contavam com um programa específico direcionado para a atividade turística. Não foram investigadas as motivações específicas, contudo, há uma queda no que diz respeito à elaboração de políticas públicas destinadas para a atividade turística após a crise da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Os programas do PPA-BA, com suas ementas, se referem aos resultados pretendidos no quadriênio, identificando os desafios, as tendências, as oportunidades, proveniente de um contexto que envolve as camadas econômicas, sociais, culturais, políticas, que resultam em um momento histórico. Já os compromissos, têm eficácia aferida por meio das metas estabelecidas que devem ser desdobradas pelo conjunto de iniciativas, que vão expressar o que deverá ser feito para alterar as situações que justificam a necessidade de intervenção e implementação dos programas. Por fim, as ações orçamentárias são elaboradas considerando as iniciativas, garantindo a compatibilização entre o PPA e LOA (Bahia, 2019).

Em relação aos dados coletados após a busca nominal, foram evidenciadas ações que estão presentes somente no **Programa “Desenvolvimento Produtivo”**, destacando o trecho:

Outro importante setor para a Bahia é o turismo, onde o estado possui enorme potencial, dado seu rico e diverso patrimônio natural, cultural, religioso e histórico, destacando-se nos segmentos de turismo de sol e praia, de aventura, religioso, náutico, cultural, dentre outros. Além disso, o estado conta com festas populares de grande repercussão, como o carnaval, as festas de verão e os festejos juninos. É preciso, porém, dinamizar o potencial das 13 zonas turísticas baianas, especialmente com a qualificação da prestação de serviços e da infraestrutura de equipamentos turísticos, assim como a promoção da Bahia como destino turístico nacional e internacional. Destaca-se ainda a divulgação do estado para a atração e ampliação das oportunidades de negócios no setor, ampliando as possibilidades de geração de emprego e renda nos diversos segmentos e regiões do estado (Bahia, 2019, p. 76).

A ementa do programa pretende fortalecer a economia da Bahia, ampliando e modernizando a matriz produtiva, sendo competitivo, integrado ao pensamento dos agentes privados, praticando a desconcentração e diversificação às diversas atividades que compõem o setor econômico, sendo a promoção do esporte e lazer, do turismo, da economia criativa e

empreendedorismo, incorporando, também, à prática da valorização das potencialidades e práticas sustentáveis do território, tendo como indicador principal a participação percentual das atividades correlatas ao turismo no PIB estimado (Bahia, 2019).

O compromisso geral do programa é “Fortalecer o turismo de forma sustentável como vetor estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, valorizando as vocações territoriais” (Bahia, 2019, p. 84), tendo como órgão responsável a SETUR. As suas principais metas voltadas para o turismo são:

Quadro 15. Metas Turísticas presentes no Programa de Desenvolvimento Produtivo do PPA-BA 2020-2023

Meta	Território de Identidade	Valor de Alcance	Ano e Valor de Referência
Qualificar prestadores de serviços do Turismo	Estado	2.460 un.	2018 – 1.540 un.
Desenvolver redes temáticas territoriais de turismo na Bahia	Estado	10 un.	2018 – 50 un.
Ampliar o número de equipamentos turísticos disponíveis	Baixo Sul, Recôncavo, Metropolitano de Salvador		
Ampliar diagnósticos de desempenho da atividade turística	Estado	32 un.	2019 – 14 un.
Ampliar o número de ações para divulgação de oportunidades de negócios turísticos no Estado	Estado	12 un.	2019 – 3 un.
Realizar ações para a promoção do destino turístico da Bahia nacional e internacionalmente	Estado	1.033 un.	Sem valores de referência

Fonte: Bahia (2019, p. 85).

Notas: Destaques próprios.

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Dessas metas apresentadas, verifica-se que as ações contemplam em investimentos voltados para a capacitação e qualificação dos prestadores de serviços, do desenvolvimento de redes temáticas territoriais com intuito de ampliar e diversificar a oferta dos seguimentos das diversas zonas turísticas da Bahia, ampliando os equipamentos, melhorando a infraestrutura, realizando diagnósticos de desempenho, elaborando novos planejamentos de desenvolvimento do turismo, focando, sobretudo, na promoção do Destino Bahia, dando apoio aos eventos e marcando presença seja no território nacional e internacional.

As iniciativas (Quadro 16), que são os desdobramentos dessas metas principais, selecionadas de forma mais específica, totalizam 21 situações que serão viabilizadas por meio das ações orçamentárias.

Quadro 16. Iniciativas Turísticas presentes no Programa de Desenvolvimento Produtivo do PPA-BA 2020-2023

INICIATIVAS TURÍSTICAS
<ul style="list-style-type: none"> - Qualificar profissionais e empresários relacionados ao turismo, em articulação com órgãos públicos; - Realizar regulação e certificação de prestadores de serviços; - Desenvolver roteiros turísticos; - Capacitar microempreendedor da cadeia produtiva do turismo; - Desenvolver as redes temáticas e territoriais de turismo com foco na diversificação dos segmentos turísticos; - Realizar ações de sensibilização de operadores e jornalistas nas regiões turísticas; - Participar de eventos nacionais e internacionais de promoção ao turismo; - Capacitar operadoras e agências de viagens nacionais e internacionais; - Elaborar o Plano Estratégico de Comunicação e Marketing para o destino Bahia; - Mapear eventos e festejos realizados no Estado; - Estruturar obras e serviços de infraestrutura turística; - Requalificar equipamentos nos destinos turísticos; - Elaborar estudos e pesquisas relacionadas à atividade turística; - Reestruturar o Observatório do Turismo; - Elaborar planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável e de resíduos sólidos nas zonas turísticas; - Participar de eventos especializados e missões empresariais, nacionais e internacionais; - Realizar evento no estado para atração de investimentos; - Elaborar material promocional para captação de investimento; - Executar obras do Centro Turístico de Negócios; - Participar de eventos para capacitação em gestão de atração de investimentos; - Patrocinar eventos estaduais, nacionais e internacionais para a divulgação do destino Bahia.

Fonte: Bahia (2019, p. 85).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Em seguida, o segundo passo do método da triangulação, analisou a situação dos indicadores, a partir dos dados do IBGE, RAIS, CAGED, INEP entre outros. Utilizamos o conceito de Espaço, sobretudo conforme corrobora Henri Lefebvre, sobre a produção do espaço e a teoria de David Harvey de desenvolvimento desigual, em que verificamos que há um reforço de práticas espaciais mediadas pelo Estado que visam o crescimento econômico e aumento do capital, em detrimento dos menos favorecidos. Neste momento, para definir esse cruzamento, foram utilizados dados quantitativos a partir de uma análise descritiva.

Tendo esses indicadores, o terceiro passo da triangulação, foi fazer a leitura e levantamento dos relatórios analíticos. Consideramos a teoria das Desigualdades Socioespaciais, que reforçam essas práticas de exclusão, segregação, fragmentação, diferenciação. A abordagem utilizada é a qualitativa e quantitativa, com análise e discussão propositiva.

Utilizamos dois relatórios para recolher esses dados, sendo o Relatório Analítico por Programa de Governo (SEPLAN, 2023a) e Relatório de Execução das Metas e Ações Orçamentárias (SEPLAN, 2023b). Avaliar a execução destas metas, permite verificar como o plano vincula as ações da atividade turística para atingir os objetivos propostos na sua

elaboração que é impulsionar a competitividade sistêmica, melhorar a qualidade de vida, formar o cidadão, garantir direitos, fomentar a sustentabilidade ambiental e a gestão estratégica. Nessa dissertação, intenta-se verificar como o plano combate às desigualdades socioespaciais presentes na vida dos moradores da Costa dos Coqueiros.

O Quadro 17, corresponde a apresentação da evolução das metas no turismo no PPA-BA 2020-2023. A Tabela 16 apresenta a Execução Orçamentário-Financeira dessas metas. Por fim, a Tabela 16, diz respeito da execução física (o que foi feito de fato em 2023) e a execução financeira (a porcentagem do que foi executado no financeiro).

Quadro 17. Evolução das Metas Turísticas do PPA-BA 2020-2023 (Programa Desenvolvimento Produtivo)

Meta	Valor Pretendido	Valor Apurado	Evolução (%)
Qualificar prestadores de serviços de turismo	1.845 capacitados	3.096 capacitados	167,80%
Desenvolver redes temáticas territoriais de turismo	10 redes	1 rede	10%
Ampliar equipamentos turísticos disponíveis	40 unidades	30 unidades	75%
Ampliar diagnósticos de desempenho da atividade turística	29 estudos	20 estudos	68,97%
Ampliar ações para divulgação de oportunidades de negócios turísticos	9 ações	10 ações	111,11%

Fonte: Relatório de Execução das Metas e Ações Orçamentárias (SEPLAN, 2023b).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025). Destaques próprios que indicam execução além do que foi previsto.

A análise dos indicadores permite verificar que, algumas metas apresentaram execução para além da meta inicial prevista e acima do planejado (destaque em negrito na coluna Evolução %), demonstrando sucesso, no entanto, outras apresentam baixa execução, sugerindo dificuldades operacionais e, conseqüentemente, incerteza na realização de diagnósticos, não conseguindo atingir a meta inicial prevista.

Tabela 16. Evolução das Metas Turísticas no PPA-BA 2020-2023 na Execução Orçamentário-Financeira (Programa Desenvolvimento Produtivo)

Meta	Valor Orçado (Valores em R\$ 1.000)	Valor Apurado (Valores em R\$ 1.000)	Evolução (%)
Qualificar prestadores de serviços de turismo	1.200,00	859,95	91,93%
Desenvolver redes temáticas territoriais de turismo	4.100,00	6.104,16	91,21%
Ampliar equipamentos turísticos disponíveis	3.600,00	11.019,21	66,84%
Ampliar diagnósticos de desempenho da atividade turística	1.000,00	955,72	52,23%

Ampliar ações para divulgação de oportunidades de negócios turísticos	15.041,00	15.831,75	99,94%
Infraestrutura turística recuperada	3.000,00	8.121,86	68,23%

Fonte: Relatório de Execução das Metas e Ações Orçamentárias (SEPLAN, 2023b).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

A tabela apresenta resultados mistos, no que diz respeito à qualificação profissional, há alta execução das metas, superando as que foram estabelecidas inicialmente. Já na meta de desenvolvimento de redes territoriais, a execução orçamentária está dentro do que foi estabelecido, contudo, como consta na tabela 17, somente uma rede foi implementada, mostrando uma inconsistência no diagnóstico.

Tabela 17. Execução Física e Financeira das Ações Orçamentárias Turísticas do PPA-BA 2020-2023 (Programa Desenvolvimento Produtivo)

Ação Orçamentária	Execução Física (%)	Valor Orçado (Valores em R\$ 1.000)	Valor Apurado (Valores em R\$ 1.000)	Execução Financeira (%)
Elaboração de instrumento de Planejamento Turístico	100% (5 concluídos)	1.000,00	955,72	52,23%
Implantação de infraestrutura de Turismo Náutico	0%	100,00	0,00	0%
Implantação de sinalização turística	33,33% (1 concluída, 2 em execução)	500,00	151,78	12%
Recuperação de infraestrutura turística	71,43% (10 concluídas)	3.000,00	8.121,86	68,23%
Capacitação de profissionais e empresários do turismo	100% (84 eventos realizados)	1.200,00	859,95	91,93%
Participação em feiras e eventos turísticos	100% (317 eventos)	5.000,00	35.222,06	97,55%
Apoio a eventos turísticos na divulgação da Bahia	0% (nenhuma ação concluída)	25.431,75	198.196,27	98,71%

Fonte: Relatório Analítico por Programa de Governo e Relatório de Execução das Metas e Ações Orçamentárias (SEPLAN, 2023a, 2023b).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

A Tabela 17 permite verificar que existem alguns resultados positivos e outros negativos nos dados. Os positivos se referem à capacitação dos profissionais (tendo 91,93% da execução da meta financeira e 100% de execução física, com 84 eventos realizados), e participação em eventos (com 97,55% da execução financeira, visualizada 100% na execução física que resultou em 317 eventos). Dados medianos são obtidos na execução financeira de recuperação da infraestrutura turística (tendo 68,23% da meta alcançada e 71,4% visualizada a partir da execução física com 10 ações concluídas).

Por outro lado, como resultado negativo, há baixa implantação de sinalização turística com execução financeira e física nula, bem como a realização de apoio a eventos, que possui

execução financeira (98,71%) que não é visualizada na execução física (0%), ou seja, existe alto gasto financeiro para a divulgação da Bahia, mas não foi executada em nenhum evento.

Com tais resultados, percebe-se que as metas e a execução destas apresentam alto rendimento e desempenho nos campos de Capacitação Profissional e Participação em Eventos Promocionais. Destacam-se os avanços no campo da Infraestrutura Turística, mas não chega a atingir o valor inicial que foi previsto para atingir a meta do planejamento. Ademais, há um resultado satisfatório no processo de Elaboração de Instrumentos de Planejamento Turístico com execução completa, embora a execução financeira ocorreu abaixo do previsto e não foram disponibilizados os instrumentos. Por outro lado, a implantação da sinalização turística e turismo náutico deixam a desejar, apresentando baixa execução, seguido do descompasso entre a execução financeira e física da ação voltada o apoio a eventos turísticos na divulgação da Bahia.

Como observado, a maior parte da execução orçamentária foi direcionada para o setor de eventos, apostando na capacitação e promoção do destino Bahia, beneficiando empresas e profissionais já inseridos no setor. Como perceber esse efeito nos lugares? Os municípios já consolidados continuam recebendo maior valor de arrecadação e investimentos, enquanto os demais lugares, permanecem às margens do crescimento econômico e boas condições de vida, o que é uma controvérsia, considerando que em seus objetivos, as ações reivindicam uma melhoria desses pontos citados.

As campanhas e eventos, indicam uma promoção do destino Bahia baseado em um marketing turístico desde sempre idealizado como o lugar paradisíaco, da alegria, do sol e das belezas naturais, enquanto é um dos lugares que mais apresenta indicadores que apontam para um aumento das desigualdades socioespaciais.

Em seguida, a baixa execução das metas em relação à infraestrutura turística, corrobora para que, comunidades com difícil acesso, não se desenvolvam do ponto de vista do turismo, pois, não conseguem se inserir no circuito de destinos turísticos e, conseqüentemente, impede a descentralização dos lugares que são considerados os polos turísticos.

Embora a capacitação dos profissionais do setor seja alta, os impactos na sociedade são percebidos a partir dos indicadores socioeconômicos, pois, na questão de empregos, os indicadores mostram que em 2023, o emprego é limitado para algumas regiões da Costa dos Coqueiros, sendo Mata de São João.

Por fim, o PPA-BA 2020-2023 reforça as desigualdades ou evita? Se falarmos do ponto de vista dos destinos já consolidados, o panorama continua favorável, pois, sabe-se que são os locais que apresentam maior valor de arrecadação, maior oportunidade de emprego e renda

(ressaltando que nem sempre estes trabalhadores são do próprio local), investimentos na infraestrutura turística com a criação de novos equipamentos (embora sejam direcionados para uma população específica) especificamente na faixa litorânea.

Mas, do ponto de vista das comunidades que moram do lado oposto da faixa litorânea, o PPA-BA 2020-2023 corrobora para a difusão das desigualdades socioespaciais, a partir do momento que a comunidade tradicional dos municípios menos favorecidos, enfrentam lutas diárias de acesso à serviços básicos para a sobrevivência e oportunidade dentro da atividade turística (emprego, renda e arrecadação de infraestrutura).

Como padrões, identificamos que o PPA-BA (2020-2023), concentra suas ações em áreas já consolidadas, o que faz com que estes lugares se mantenham no topo dos investimentos e, os demais, permaneçam às margens. A alta capacitação referida, é positiva apenas para quem já está inserido no setor, não ajudando na melhoria das condições de vida que se dispõe. Além disso, promove o Destino Bahia em base o marketing turístico estereotipado, que não condiz com a realidade local. Por fim, há uma baixa execução das metas de infraestrutura turística, que não facilita a inserção dos destinos mais afastados no circuito e, além disso, impede essa descentralização desses polos. Como tendências, não foram identificados pontos relevantes.

A partir disso, a seguinte subseção faz uma síntese de análise desses dois documentos em conjunto, de modo que seja possível identificar as particularidades por meio das semelhanças e diferenças. Alguns registros fotográficos também serão disponibilizados para reforçar essa teoria.

5.3 Diferenciações e Desigualdades Socioespaciais na Costa dos Coqueiros (BA)

As políticas territoriais de turismo, como instrumentos que possibilitam uma organização do espaço que favorece as boas condições de vida e infraestrutura dos lugares, em sua construção, passaram por diversos momentos de reformulação, que são os chamados paradigmas. O processo de descentralização da gestão, deu a responsabilidade a cada território que articulasse as ações, com a participação de diversos agentes, visando uma organização mais fluida do espaço.

Contudo, essas dinâmicas têm os fatores positivos e negativos a serem levados em conta. Ao mesmo tempo que a atividade se apresenta como salvadora dos lugares, proporcionando melhoria em determinadas ações e objetivos, perpassam por um aumento de vulnerabilidades que são visíveis, em sua maioria, nos aspectos em que a atividade inclui no seu planejamento como principal foco de mudança: boas condições de vida, melhoria da infraestrutura turística,

geração de emprego e renda e aumento da competitividade. As ações públicas nos referidos planos, apontam para essa comunicação entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, contudo, há uma desconexão tanto na análise dos indicadores de forma isolada, como, também, na execução das mesmas.

Beni (2006), pontua que o objetivo de uma intervenção pública é mudar as condições de vida de uma população, para melhor, em outras palavras, quando se identifica que há um problema, por meio do planejamento adequado será possível melhorar essa condição, pois este orienta, racionaliza e acelera esse processo de mudança social, contudo, é complexo, porque não basta elaborar ações voltadas para a solução do problema, mas sim, é preciso mudar estruturas e o seu modo de atuar.

Em outras palavras, Blatt (2014) corrobora que é importante que sejam elaboradas políticas públicas mais abertas e conscientes, que demonstrem atender melhor as prioridades da sociedade, pois, se a nível local existe uma falta de compreensão desse funcionamento do sistema nacional e, mais ainda, se as políticas estiverem desconectadas das realidades locais, é provável que permaneçam as lacunas entre os grandes centros e municípios menores. Para além disso, é importante que sejam consultados os representantes locais.

Não podemos desconsiderar a atuação dos agentes (seja público, privado, social entre outros), porque em certos casos, é a única saída que se tem para de fato articular uma ação. Por exemplo, existe uma escassez pública de recursos financeiros disponíveis, desse modo, certas vezes, a atuação dos agentes privados pode ser a única solução a médio e curto prazo para enfrentar algumas dificuldades que os lugares passam (Beni, 2006).

Todavia, o que se constata na Costa dos Coqueiros é uma reprodução destas, enraizada historicamente e geograficamente, baseada em interesses próprios, de quem detém o capital. De acordo com Dardot e Laval (2016), esse movimento, condicionado pelo neoliberalismo, tende a se estruturar não apenas nas ações dos governantes, como também no próprio posicionamento que os governados assumem. E esse posicionamento ocorre de forma invisibilizada e silenciada, pois, quando se pensa no Litoral Norte da Bahia, o primeiro pensamento que vem é pelos traços turísticos, de megaempreendimentos. A luta diária que a população vive, não vem à tona nos grandes noticiários.

Carlos e Cruz (2025) asseveram que o turismo, apoiado sobre ideologias neoliberais, tem sido veículo da privatização do território, por meio de sua terceirização produtiva. Isso ocorre por conta do desenvolvimento dos lugares conduzido por lógicas verticais, que são estranhas aos interesses de quem vive nesses territórios e que são mais duramente atingidos pelo turismo de massa.

Com isso, no que diz respeito à análise das políticas territoriais de turismo a partir das ações presentes no PDITS da Costa dos Coqueiros (2015) e do PPA-BA (2020-2023), elaboramos um quadro que faz um comparativo entre os dois planos. O Quadro 19, pretende investigar os aspectos/dimensões de cada plano para fins de comparação. Nele destacamos os referidos planos, com a apresentação da gestão, o ano de vigência dos documentos, o território de abrangência, as diferenças, semelhanças e particularidades.

As diferenças são consideradas a partir do ponto de vista (perfil), dos objetivos e das responsabilidades. Já as semelhanças condizem aos propósitos, metodologia de execução, do ponto de vista da infraestrutura e como é considerada a prospecção do investimento. O quadro possibilita compreender nuances sobre o modo como essas políticas territoriais de turismo foram conduzidas, a partir das diferentes abordagens, metodologias, fonte de financiamento, governança, monitoramento, impactos sociais e práticas espaciais, que refletem diretamente nos paradigmas das políticas públicas de turismo abordadas no capítulo anterior acerca do processo de estruturação destas.

Quadro 18. Identificação dos aspectos/dimensões de cada plano para fins de comparação

Plano	Diferenças	Semelhanças	
		Particularidades	
<p>Plano Plurianual da Bahia 2020 – 2023</p> <p>Gestão: Governo do Estado da Bahia – Rui Costa</p> <p>Enfoque Temporal: Médio Prazo (quadriênio do ciclo governamental)</p> <p>Território: Estado (Territórios de Identidade do estado da Bahia)</p>	<p>Metodologia: o PPA-BA implementa ações com base nas carências dos Territórios de Identidade por meio da Escuta Social, já o PDITS utiliza a análise SWOT, que indica os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, em base as necessidades dos municípios da Costa dos Coqueiros, analisados com com a participação de consultorias privadas e representantes dos municípios;</p> <p>Recursos Financeiros: o PPA-BA recebe transferência direta pelo setor público, enquanto que o PDITS busca organizar o setor para que consiga captar e atrair investidores, sendo os Bancos e do capital nacional e internacional de empresas privadas, sobretudo redes hoteleiras e construtoras imobiliárias;</p>	<p>Abordagem: Preza pela valorização das vocações territoriais e a diversificação econômica, com o turismo como um dos eixos de desenvolvimento. Foco em competitividade;</p> <p>Contexto Histórico e Geográfico: Alinhado à uma agenda de retomada econômica, pós crise. Menos sensível a demandas locais;</p> <p>Governança: Há participação direta da Secretaria de Turismo e de quem participou do processo de Escuta Social e os recursos foram disponibilizados pelo governo do estado da Bahia;</p> <p>Monitoramento e Avaliação: disponibilização de relatórios que indicam o que foi implementado e executado.</p>	<p>Objetivos e Justificativa: apresentam objetivos semelhantes que buscam melhorar a qualidade de vida da população, melhorar a infraestrutura turística (sinalização, acesso, ampliação de equipamentos turísticos, saneamento básico);</p> <p>Impacto Social: consideram investir na qualificação dos prestadores de serviço, de modo que seja possível competir com os pré-requisitos das vagas disponibilizadas, além de orientar e conscientizar a população local sobre a importância da atividade turística;</p>
<p>Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS Costa dos Coqueiros (2015-2020)</p> <p>Gestão: Governo do Estado da Bahia – Jaques Wagner</p> <p>Enfoque Temporal: (Longo prazo)</p> <p>Território: Regional (Municípios da Zona Turística Costa dos Coqueiros)</p>	<p>Monitoramento e Avaliação: há prestação de execução de contas somente no PPA-BA. Cada plano mede a conjuntura socioeconômica por meio de Indicadores. O PPA-BA dispõe de um relatório analítico para verificar o que foi executado. O PDITS não possui nenhum relatório. O PDITS tem indicadores quantitativos e qualitativos (que verifica a qualidade de vida), já o PPA tem indicadores quantitativos que inferem diretamente na receita turística;</p>	<p>Abordagem: preza pelo crescimento do setor em bases sustentáveis e de base comunitária. Possui critérios rígidos de proteção ambiental;</p> <p>Contexto Histórico e Geográfico: Surge a partir de uma demanda específica – descentralização da gestão e forte apelo às vocações regionais, foi um planejamento que se inicia na Bahia e se amplia para o Nordeste. Reflete pressões de movimentos ambientais e comunidades locais, surge em um momento de turismo sustentável;</p> <p>Governança: Há participação direta da Secretaria de Turismo e o plano foi elaborado com a participação de uma consultoria privada;</p> <p>Recursos Financeiros: captação com empresas privadas, o que pode apresentar um risco particular e exclusivo, pois,</p>	<p>Escuta Social: os planos consideram a participação e escuta dos agentes sociais. Realizam reuniões de modo que sejam entendidas as dores e carências dos municípios;</p> <p>Marketing Territorial Turístico: promoção do Destino Bahia, para captar investimentos do capital nacional e internacional e atrair turistas;</p>

	<p>Impacto Social e Sustentabilidade: o PPA-BA tem efeitos mais duradouros para a comunidade local, enquanto que o PDITS melhora as condições para captar cada vez mais investimento internacional, que pode gerar mais impactos negativos do ponto de vista ambiental. Reforço das zonas opacas e luminosas e gera seletividade espacial. Privatização das praias por parte dos ressortes e condomínios fechados.</p>	<p>depende de um parceiro privado pode ocasionar a falta de investimento e, conseqüentemente, a falta de arrecadação tributária. Um exemplo pode ser elaborado no período da Copa do Mundo, em que, por conta da crise, houve uma estagnação orçamentária no local. Fonte dos recursos proveniente dos fundos federais (MTur), BNDES, BID e empresas privadas;</p> <p>Monitoramento e Avaliação: Não há disponibilização de relatórios que indicam o que foi implementado e executado.</p>	<p>Reforço de práticas espaciais: seletividade espacial, fragmentação territorial, diferenciação socioespacial, alienação territorial.</p>
--	--	--	--

Fonte: Bahia (2015 e 2019).

Elaborado por Flaminia Mastrangeli (2025).

Nos dados apresentados, verificamos tensões recorrentes nas políticas: há convergências e divergências entre o Estado e o mercado, entre o planejamento dos lugares e a competitividade global, há inclusão social e produção dos espaços seletivos. Embora ambos os planos compartilhem objetivos em comum de melhoria das condições de vida, diversificação econômica e fortalecimento da infraestrutura turística, eles diferem do ponto de vista em suas metodologias, fonte de financiamentos, mecanismos de monitoramento e impactos socioespaciais.

A atuação do Estado, nos dois casos, indica tentativas de responder às dinâmicas globais, mas, por outro lado, apresenta estratégias que, muitas vezes, reforçam desigualdades territoriais sob a lógica da mercantilização do espaço turístico, destinando o tipo de uso do espaço para uma classe dominante. As ações que buscam essa melhoria, se revela em um tipo de abordagem que não rompe com a lógica hegemônica do mundo global.

O que a análise do Quadro 19 revela? Independente do período, do enfoque e da gestão, os planos apresentam, em sua maioria, características semelhantes que têm prioridades definidas: Há um interesse em reforçar um turismo que já está muito bem demarcado na Costa dos Coqueiros. Esse tipo de articulação concentra recursos em polos já consolidados, reforça a diferenciação dos territórios, concentra investimentos de infraestrutura turística, sobretudo os que estão localizados na faixa litorânea e negligencia os territórios menos visíveis, que são deixados de lado em prol dos resultados financeiros imediatos.

As ações dos planos podem ser analisadas sob a perspectiva apresentada dos paradigmas que influenciam na elaboração e estruturação das políticas territoriais de turismo, em que são percebidas de fato abordagens que passam da ideia de gestão Estado-Nação, como um agente que regula e almeja o crescimento econômico a todo custo, para uma gestão mais descentralizada, sob a ótica de enfoque territorial. Contudo, ao mesmo tempo que se reivindica esse turismo mais sustentável, com um olhar mais cuidadoso com as comunidades, há um aprofundamento de ideias neoliberais que fazem com que determinado território se torne mais atrativo perante o capital internacional. Isso é possível identificar no Quadro 19, nas particularidades, especificamente na abordagem e no contexto histórico, geográfico e ambiental.

O PPA-BA valoriza as vocações territoriais, com foco na competitividade dos destinos, apresentando sensibilidade às demandas locais, já o PDITS, busca o crescimento da atividade em base sustentável e de base comunitária, tendo critérios rígidos para as questões ambientais e foca em uma gestão descentralizada, vislumbrando as vocações territoriais. Esse movimento é muito comum de uma estruturação de políticas territoriais de turismo demarcadas pela

liberalização e desregulamentação. Há um discurso de sustentabilidade que não condiz com a realidade. O Estado organiza, mas organiza para quem? A figura do Estado que é parceiro da comunidade é um tanto quanto ilusória, pois essa atuação garante apenas o fortalecimento de estruturas dominantes.

Para apresentar essa dinâmica, refletida na paisagem, dois lugares na Costa dos Coqueiros foram visitados, sendo Guarajuba (localizado em Camaçari) e Mangue Seco (localizado em Jandaíra). Essas duas localidades foram escolhidas porque se tratam de um polo consolidado, com presença de condomínios fechados que tem domicílios de uso ocasional, destinado à prática das segundas residências, em que de um lado existe uma infraestrutura que a população não consegue ter acesso.

Já Mangue Seco, em Jandaíra, é um município que faz parte dos que vivem às margens de ações públicas turísticas, contudo, apresenta a mesma lógica dos demais, na faixa litorânea, existem construções destinadas a uma classe alta, enquanto que na vila, há até mesmo ausência de estradas. O objetivo destes registros é mostrar que, embora sejam municípios que tem uma participação na receita turística diferente, há uma prática de seletividade espacial presente. Os espaços opacos (lado oposto da faixa litorânea) e os espaços luminosos (faixa litorânea).

Vale ressaltar que, por falta de orçamento, não foi possível visitar outros lugares, contudo, como futuro projeto de pesquisa do doutorado, a pretensão é fazer uma pesquisa de campo, com registros fotográficos, mais detalhados para mostrar essa diferenciação.

As Figuras 27 e 28 demonstram esses efeitos dos espaços opacos e luminosos na paisagem. Na Figura 27 um croqui de imagens apresenta recortes da faixa litorânea com uma praça, a entrada de Guarajuba e a faixa de um empreendimento imobiliário (condomínio fechado). Não tratemos os nomes das ruas, essas fotos são utilizadas apenas para análise da paisagem.

Figura 27. Rua de Guarajuba (faixa litorânea)



Fotos tiradas por Flaminia Mastrangeli (2025).

As construções, as ruas, o asfalto, as cores das fotos, bem como a própria arquitetura, indicam para uma certa luminosidade do espaço. Já a Figura 28 apresenta um croqui de imagens referente ao lado oposto da faixa litorânea com uma quadra, uma rua com a concentração de moto taxistas e parte do comércio, por fim, a fachada de uma casa.

Figura 28. Rua de Monte Gordo (lado oposto da faixa litorânea)





Fonte: Flaminia Mastrangeli (2025).

Essa paisagem se refere ao lado opaco dos espaços. As cores, as construções, as ruas, áreas de lazer tem traços diferentes comparado à Figura 27. Por fim, as Figuras 29 e 30, apresentam o lado luminoso de Mangue Seco (Jandaíra), com a presença de casas luxuosas, na beira do rio que encontra a praia.

Figura 29. Orla e estruturas das casas na Vila de Mangue Seco (Jandaíra)





Fotos tiradas por Flaminia Mastrangeli (2024).

A Figura 30 apresenta uma paisagem com condições diferenciadas da Figura 29. No croqui de imagens há presença de uma escola municipal, uma pousada, um restaurante e uma loja de *souvenires*. Há ausência de asfalto, de boas condições de estrutura das casas e a Vila conta com apenas um posto de Saúde.

Figura 30. Rua principal da Vila de Mangue Seco em Jandaíra (lado oposto da orla)





Fotos tiradas por Flaminia Mastrangeli (2024).

Nessa perspectiva, conforme assevera Muniz Filho (2021), analisar o fenômeno urbano é uma tarefa que demanda uma abordagem interescalar. Para compreender o tema, é preciso levar em conta todos os esforços nas escalas intraurbana e interurbana, com suas diversas articulações e complementaridades de funções. Para o autor, isso ganha destaque no período técnico-científico-informacional, devido à multiplicidade de formas e processos que constituem o espaço urbano e revelam, por meio das temporalidades, novas espacialidades que recriam novas condições socioespaciais cada vez mais complexas, que ampliam e redefinem o papel dos lugares.

Para além disso, essa nova configuração é fruto dos vários processos que ocorreram ao longo da formação socioespacial, que são concatenados por objetos e ações que foram engendrados por agentes produtores do espaço, com isso, em determinados territórios, estas configurações se materializam em desigualdades e diferenciações socioespaciais urbanas (Muniz Filho, 2021).

No caso da Costa dos Coqueiros, por meio dos indicadores e das dinâmicas que ocorrem nessa zona turística, é possível verificar que a produção e consumo deste espaço ocorre de maneira desigual, com isso, concordando com Muniz (2021), são fatores de diferenciação socioespacial, uma vez que os usos e valores são desigualmente apropriados pelas classes sociais nas diversas escalas. Por exemplo, no lado da faixa litorânea há um espaço marcado um

sistema de objetos e ações destinado para uma classe alta, enquanto que no lado oposto, estes são destinados para a população mais pobre.

Estas desigualdades e a reprodução destas práticas são, portanto, essenciais para o capitalismo. O processo de modernização, para Carlos (2007a) com traços que demarcam um contexto histórico e geográfico do passado, mas que também incorpora o novo, apresenta, em certa medida, uma degradação de formas e relações sociais nas cidades, sendo um processo contraditório revelado em um movimento triádico, sendo a preservação, degradação e transformação.

A Costa dos Coqueiros é um espaço de troca, produzido enquanto mercadoria, atraindo capitais de outros setores da economia, de modo que seja possível viabilizar a reprodução associada à uma outra forma de dominação do espaço, sendo considerado um espaço produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível (Carlos, 2007a). Esses setores da economia podem ser visualizados no setor da indústria e do turismo.

No que diz respeito às políticas públicas de turismo, especificamente na Costa dos Coqueiros, concordamos com Carlos (2007a) quando pontua que, estas recriam constantemente os lugares, todavia, no planejamento dessas ações, que buscam há todo tempo uma melhoria na qualidade de vida, não são levadas em conta as verdadeiras carências dos lugares. O momento atual é repleto de contradições e, essas ações, não questionam a realidade, apenas focam em criar uma forma de intervenção pontual, a partir do quadro físico da cidade, por exemplo, em Praia do Forte, essas políticas que atuam diretamente com os empreendimentos imobiliários, precisam impor os seus condomínios e resorts em um local e expulsa os moradores daquele lugar.

Desse modo, concordamos que, as atuais políticas territoriais de turismo, presentes no PDITS da Costa dos Coqueiros (2015) e no PPA-BA (2020-2023), não corroboram para a difusão das desigualdades socioespaciais na Costa dos Coqueiros (BA), contudo, fazem uma manutenção e continuam alimentando essa lógica baseada em ideias neoliberais proveniente do capitalismo, que beneficia algumas cidades e impede o crescimento de outros, do ponto de vista econômico, social e espacial, refletindo diretamente nas condições de vida das comunidades e no direito à cidade.

Compreender as políticas públicas de turismo exige reconhecer não apenas seus avanços técnicos e metodológicos, mas também as contradições que permeiam a construção e apropriação dos espaços turísticos. Com isso, consideramos que essas políticas são produto/meio/condição do espaço, em que, concordando com Muniz (2021), citando Kelly Cristina Bessa, essa tríade é fruto dos múltiplos processos sociais e históricos, que resultam em

um espaço diferenciado e desigual, que, em si mesmo, realimenta os processos de diferenciação espacial. Estas políticas produzem e se valem da diferença no modo como a atividade turística é planejada, beneficiando um território e outros não, uma desigualdade mascarada por um forte marketing territorial turístico.

Por essa condição, são um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar uma sociedade, contudo, não abdica de objetivos próprios de dominação, conforme assevera Carlos (2007b). Com isso, há um caminho de direcionamento e regularização de fluxos que, centraliza lugares, valoriza uns, desvaloriza outros, por meio do ato de planejar, resultando em um espaço homogêneo, do ponto de vista da dominação, e hierarquizado, do ponto de vista da divisão espacial do trabalho.

O processo de globalização, por si só, impacta as relações hierárquicas entre as diferentes escalas geográficas e a fluidez das ações hegemônicas, cada vez mais, estão imersas nessas dinâmicas, impondo grandes desafios a todo e qualquer projeto de desenvolvimento local, associado ou não à atividade turística. Com isso, para superar as contradições provenientes da atividade turística, referente à produção do espaço e seus efeitos no social, o turismo de base comunitária se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento local (Cruz, 2009).

Reconhecemos e concordamos com Cruz (2009) sobre as dificuldades de alcançar um cenário favorável no desenvolvimento local dos municípios, mas, faz-se necessário reconhecer que o turismo de base comunitária pode ser uma forma de resistência ou, até mesmo, uma forma de se opor à lógica hegemônica do capital.

Coriolano (2009), destaca que os principais agentes sociais envolvidos nesse processo são os movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio, de economias solidárias, organizações ambientais e Organizações Não Governamentais – ONGs, empenhados na tarefa de encontrar outras dinâmicas que levem ao caminho do desenvolvimento desses lugares menos favorecidos. O turismo não somente mapeia territórios, mas cria novas territorialidades, pois tem a capacidade de definir destinos, propor roteiros, dando visibilidade a espaços, até então, invisíveis e, não necessariamente, os protagonistas devem ser, exclusivamente, os resorts, mas também, os moradores locais que possuem pousadas, pequenos hotéis e comércio dos pequenos negócios de suporte ao turista.

E o que é o turismo comunitário? Apoiamo-nos na teoria de Coriolano (2009), que é aquele em que as comunidades, em conjunto, organizam os seus arranjos produtivos locais, possuindo controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Dentro dessa experiência, o turista é levado a interagir com o lugar e as famílias

residentes, que possuem um comprometimento com a preservação das suas terras. Mais que um produto comercial, esse tipo de turismo é um ato político que tem como intuito reverter as estruturas de poder tradicionais, colocando as comunidades como as verdadeiras protagonistas de suas narrativas, do seu patrimônio cultural e ambiental. Essa prática envolve ética que respeita as particularidades, ao mesmo tempo que desafia as desigualdades estruturais impostas pelos modelos turísticos hegemônicos (Bispo; Cañada, 2025).

É importante ressaltar que, o turismo de base comunitária exige alguns princípios que partem das necessidades sentidas pela população, não apenas da consciência e orientação técnica, desse modo, requer participação da população, seguindo do princípio de cooperação, seja com o setor público, como o privado, levando à auto sustentação e ao princípio da universalidade, tendo como o esperado a população inserida na sua globalidade e não apenas como um subgrupo dominado pelos agentes que detém o poder (Coriolano, 2009).

Não nos cabe aqui trazer uma base teórica robusta sobre o turismo de base comunitária, mas, deixamos leituras² importantes para aprofundar o conhecimento e fazer uma análise, sobretudo no que diz respeito às ações previstas nas políticas territoriais de turismo abordadas nessa dissertação, em que há uma ausência do tema. A Costa dos Coqueiros é palco de dinâmicas complexas, de um lado, estão os municípios consolidados que fomentam esse sistema, de outro, os municípios de resistência, que vivem conflitos para se inserirem nessas realidades, lutando por um crescimento e possibilidade de melhorar suas condições de vida a partir do turismo, não desconhecendo da importância que as políticas territoriais de turismo têm, do ponto de vista de auxiliar nesse caminho de luta.

² BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009; BISPO, Aline; CAÑADA, Ernest. **Turismo Comunitário Urbano em Brasil: uma pedagogia de la resistência**. Barcelona: Alba Sud Editorial, colección informes em Contraste, n. 37, 2025. Disponível em: < <https://www.albasud.org/publ/docs/139.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2025.

6 CONCLUSÃO

O turismo, enquanto fenômeno social e agente produtor do espaço, fomenta a lógica do consumo no e do território no contexto da sociedade global contemporânea, contribuindo significativamente para as transformações socioespaciais. Ao realizar uma abordagem analítica das políticas territoriais de turismo, com foco na Costa dos Coqueiros (BA), é possível observar um padrão de desenvolvimento alinhado, sobretudo, às demandas do mercado internacional, condicionado pelas lógicas de produção do capital sob uma perspectiva neoliberal.

Desde os anos 2000, a Costa dos Coqueiros, que é objeto de análise de diversas pesquisas acadêmicas, tem vivenciado uma dinâmica contraditória no que concerne às ações estatais voltadas ao turismo. Por um lado, reconhece-se o discurso que associa essas políticas à promoção do crescimento endógeno e à democratização dos benefícios gerados pela atividade turística. Por outro, observa-se uma confluência entre ações públicas, interesses privados e o fortalecimento de estruturas sociais preexistentes, revelando, na prática, a subordinação das políticas territoriais à lógica da reprodução desigual do espaço.

Tendo em vista o referencial teórico-conceitual elaborado, que foi essencial para nos aproximar dos cenários, processos e dinâmicas que compõem a Costa dos Coqueiros, pudemos evidenciar que as políticas territoriais de turismo causam alterações no contexto social e espacial, aprofundando, sobretudo, disparidades. Essa análise permitiu entender o desdobramento proveniente do contexto histórico, geográfico e ambiental da zona turística, mas, sobretudo, da interação de lógicas globais, nacionais, estaduais e municipais que estão vinculadas à interesses externos, resultado da internacionalização do capital, sendo reconhecidas como as rupturas, tendo o turismo como um setor estratégico para crises provenientes do próprio sistema capitalista.

Este processo tem resultado em alterações na configuração territorial, manifestadas na artificialização e verticalização da paisagem natural, no acirramento da segregação socioespacial e na intensificação da concentração fundiária, com a atividade turística funcionando como vetor produtivo central. Enquanto determinados segmentos da população têm acesso à infraestrutura básica de qualidade, outros permanecem à margem, privados de condições adequadas de vida.

A compreensão dessas discontinuidades permitiu analisar de maneira crítica o teor e a direção dessas políticas públicas. Para além do avanço destas, levamos em consideração as mudanças na estrutura urbana que provocam alterações espaciais, em que se destacam dois momentos importantes, sendo a metropolização da RMS, a instalação do Polo Petroquímico de

Camaçari e, posteriormente, a inserção do Litoral Norte da Bahia como destino turístico internacional.

Esses três momentos apresentam práticas espaciais diferenciadas, alterando a vida da população que já vivia nos municípios do Litoral Norte da Bahia. A valorização fundiária, o tipo de uso e ocupação, a expansão da construção civil com o mercado imobiliário, o crescimento acelerado na cidade de Salvador, fomenta a ideia de construção de um modelo de vida (por meio dos condomínios fechados e mega-*resorts*) que visa atender a população de classe média e alta, provocando a prática das segundas residências, que anseia pela vida paradisíaca. O fator proximidade se destacou nesse momento, seja pelo acesso dessa população proveniente da capital soteropolitana.

Há todo tempo, os municípios da Costa dos Coqueiros e do Litoral Norte da Bahia, vivem nessa relação complexa que envolve o social e as modificações espaciais condicionadas ao interesse dos agentes privados e que, também, são facilitadas pelos agentes públicos. Esse processo, ancorado na lógica hegemônica, proveniente da expansão capitalista, promoveu uma reestruturação do espaço nos municípios que estão submetidos a esse processo, dando ênfase nas diferenciações e desigualdades socioespaciais, refletidas no uso e acesso à determinados lugares.

À exemplo disso, verificamos a existência dos espaços luminosos e opacos. O espaço luminoso se refere ao lado da faixa litorânea, onde há presença de infraestrutura e serviços que atendem a população moradora/visitante e turista, de classe média e alta, destacamos Guarajuba como exemplo principal. E o espaço opaco, do lado oposto da faixa litorânea, em que está localizada a população que de fato mora no Litoral Norte da Bahia, sendo carente de infraestrutura e boas condições de vida, citando Monte Gordo como exemplo. Com isso, a prática da fragmentação é desvelada na segregação socioespacial. Há diferenciação no tipo de uso e ocupação da terra, na renda e nos serviços disponibilizados para as comunidades.

No que se refere à inserção do Litoral Norte da Bahia como destino turístico internacional, constatamos que diversos fatores contribuíram para a sua consolidação, sendo a atratividade natural da paisagem, a proximidade com a capital baiana e com o Aeroporto Internacional de Salvador, a expansão da RMS e da indústria, bem como a ampliação da Rodovia BA-099, mas, destacamos sobretudo a elaboração do PRODETUR-BA 1991, que criou as sete zonas turísticas da Bahia.

Esse momento foi de extrema relevância para a organização da atividade, mas, apresentou alguns conflitos proveniente de relações complexas. Quando nos debruçamos sobre esse processo de formação das zonas turísticas, e analisamos a formação territorial da Costa dos

Coqueiros, percebemos que ocorre uma espécie de ‘dança das cadeiras’. Há municípios que entram e saem desse processo de zoneamento, à exemplo de Itanagra e Pojuca. Há municípios que, mesmo estando no centro, do ponto de vista espacial, nunca fizeram parte da zona turística da Costa dos Coqueiros (BA), destacando Cardeal da Silva.

No processo de investigação, verificamos que para fazer parte do zoneamento, o município deve dispor de uma série de requisitos, solicitados pelo próprio MTur, mas, o motivo não ocorre somente porque o município não dispõe dessas diretrizes solicitadas. Isso ocorre por conta da conflituosidade proveniente do processo de regionalização dos Territórios de Identidade, que, conseqüentemente influenciou no desenvolvimento do município de uma forma geral e, também, dos investimentos disponibilizados pelos agentes privados apenas em determinados lugares (destacando Camaçari e Mata de São João).

Desse modo, como um município, que já apresenta dificuldade em obter recursos e ações destinadas para a melhoria das condições de vida de forma geral, vai conseguir articular e planejar a atividade turística para ter destaque perante os polos e garantir o seu lugar competitivo na Costa dos Coqueiros? A partir disso, entendemos que não há como apontar essa inserção/exclusão de forma negativa somente do ponto de vista da falta de interesse da gestão do município.

Deve ser considerado que o processo de regionalização dos Territórios de Identidade e de zoneamento turístico é um processo indissociável, complexo e contraditório. Para além disso, entendemos que os municípios ainda perpassam por uma problemática estrutural, proveniente do processo de urbanização brasileira e que, os agentes privados e públicos concentram sua renda e investimentos em polos já consolidados, o que dificulta ainda mais a possibilidade desse município menos favorecido se destacar e ser competitivo no cenário atual.

Nessa perspectiva, destacando a participação dos agentes públicos e como esse contexto se encontra atualmente por meio das políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros, foi necessário primeiro pensar como ocorreu a estruturação dessas políticas públicas, tanto no Brasil como na Bahia, para depois analisar esse contexto na Costa dos Coqueiros entre 1990 e 2023. Com isso, após a coleta dos dados referente às categorias de análise e do processo de formação histórico e geográfico da zona turística, entendendo como a atividade turística se insere nesse discurso, recorreremos à análise da pesquisa documental institucional.

Para a formulação do capítulo da estruturação das políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros (BA), selecionamos políticas que apresentam em sua elaboração ações voltadas para o território e fizemos uma sistematização de dados que possibilitou-nos

compreender que esse processo também segue as lógicas hegemônicas nacionais, engendradas pelo próprio Estado e pelo mercado privado, que atendem às demandas do mundo global, em que se produz e se vale da diferença no modo como a atividade turística é planejada, proporcionando benefícios para um território e outros não.

O processo de articulação destas é influenciado pelo contexto histórico, econômico, social e político, sobretudo em nível federal. Durante essa análise, verificamos que alguns paradigmas se destacaram, o que norteou o modo como estas eram pensadas. Para além disso, entendemos a grande influência da criação do Ministério do Turismo, que foi fator importante para delimitar novos caminhos, sobretudo que dessem um poder de independência de gestão da atividade.

Vimos que as políticas passam de uma atuação mais central, para a gestão participativa. Se antes o Estado era regulador, depois vimos um Estado liberal, ainda que de forma ilusória. Inicialmente essas ações eram pensadas para um espaço que concentra palco de ações deliberadas, para um receptáculo de ações planejadas, tendo o espaço como objeto. Para além disso, as políticas tinham como objetivo gerar riqueza a qualquer custo, passando para ações articuladas em prol do desenvolvimento sustentável, vinculado às ações da iniciativa privada.

Quando destacamos em nível federal, significa dizer que o estadual, regional e municipal também acabam por seguir esse fluxo e foi assim que ocorreu o processo de estruturação de políticas públicas na Bahia e na Costa dos Coqueiros. Constatamos, então, que esse processo influenciou e continua influenciando, as complexidades, convergências e divergências entre a produção do espaço e a atividade turística. Inferimos que estas ações, que reproduzem as rupturas (proveniente de todos os contextos citados), são acompanhadas pela manutenção das rugosidades presentes no processo de urbanização da Costa dos Coqueiros.

A todo momento, uma estratégia utilizada no caminho metodológico foi associar os contextos em base às transformações do espaço e acontecimentos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos. Percorrer por esse caminho, ao mesmo tempo que proporcionou maior entendimento no modo que estas eram pensadas e articuladas, possibilitou compreender o que de fato aconteceu naquele espaço e, sobretudo, como modificou a vida da população local. Nesse sentido, a diferenciação e desigualdade socioespacial pode ser identificada pelas temporalidades e espacialidades, que se desvelam como meio para a reprodução do capital a partir de determinados interesses.

Para além disso, verificamos que, além das ações, existe o trabalho do marketing territorial, que, busca evidenciar o dinamismo econômico que apresenta um traço marcante do segmento do turismo de sol e praia, em conjunto com a teoria da supervalorização das cidades

costeiras, do paraíso natural, da ideia de Bahia. Esse marketing turístico atua de três modos: no auxílio da captação de investimentos dos agentes privados, sobretudo internacionais, na captação do turista que chega pelo Aeroporto Internacional de Salvador, fazendo com que tenha essa facilidade de se deslocar para esse litoral paradisíaco de forma rápida e confortável, com o fluxo de mini vans e translados destinados para atender à classe média alta, por último, à população proveniente da capital soteropolitana e cidades próximas, também de classe média e alta, que podem comprar a sua segunda residência, para aproveitar o verão da Bahia.

Por essas condições, entendemos que as políticas territoriais de turismo na Costa dos Coqueiros (BA), perpassam por relações de interesse. Estas são concatenadas por objetos e ações que reúnem a participação de diversos agentes, sendo endógenos e exógenos, mas, na prática, apesar do discurso de assegurar esse crescimento econômico e maior qualidade de vida, acabam sendo responsáveis por reproduzir práticas de diferenciações e desigualdades socioespaciais. Mas como identificamos isso nas políticas territoriais selecionadas, sendo o PDITS da Costa dos Coqueiros de 2015 e o PPA-BA 2020-2023?

Em nosso percurso metodológico, utilizamos os caminhos da categorização para avaliar o PDITS e o da triangulação para o PPA-BA. Essa articulação envolveu uma análise minuciosa de investigação de dados quantitativos e qualitativos. Os dois planos selecionados têm ligação direta com o objeto de pesquisa e cada etapa do processo de categorização e triangulação teve influência direta com o referencial teórico-conceitual, todavia, a análise dos indicadores foi essencial para traçarmos o panorama atual e identificar se estas corroboram para a difusão das desigualdades socioespaciais.

Essa análise revelou que as políticas territoriais de turismo da Costa dos Coqueiros (BA), especificamente do PDITS de 2015 e do PPA-BA 2020-2023, se configuram simultaneamente como meio, condição e produto das dinâmicas econômicas, sociais e políticas, reforçando uma organização espacial hierarquizada e verticalizada. Verificou-se, assim, a ausência de caminhos de equidade que acolhessem efetivamente as demandas oriundas das populações marginalizadas do processo de planejamento público. Nosso intuito foi jogar luz sobre essas práticas espaciais, analisando-as sob a ótica da geografia, de modo a abrir possibilidades para investigações futuras que contribuam para a proposição de alternativas perante à atual realidade.

E como os planos têm corroborado para essa manutenção das desigualdades socioespaciais? No PDITS 2015-2020, no caminho de comparação entre os dados quantitativos apresentados nas tabelas, entre o Censo de 2010 e 2022, verifica-se um aumento nos números que demonstra uma diminuição das desigualdades socioespaciais, contudo, de forma ilusória.

Novas dinâmicas incidem nos municípios, como o aumento no quantitativo populacional de Camaçari e Lauro de Freitas, com isso, os novos processos não comportam estes números. Não há como considerar aumento nos serviços de saneamento básico, que apresenta baixo índice de aumento no quantitativo, se a população cresce para além disso.

No PPA-BA 2019-2023, o turismo perde destaque nas ações do turismo e a execução orçamentária focou no setor de eventos, proporcionando capacitação profissional (para profissionais já inseridos no setor) e marketing turístico do destino Bahia, para atrair investidores internacionais. Esse marketing reforça a ideia do lugar paradisíaco, da alegria, das belezas naturais, da possibilidade de desfrutar do contato com a natureza, mas, em contrapartida, expulsando a verdadeira comunidade que mora e que sempre viveu nos lugares, dando como exemplo os pescadores, os tupinambás e os massarandupióis.

Para além disso impede o acesso à praia, por conta das construções dos mega-*resorts* que caminham, cada vez mais, para a privatização destas. O plano apresenta baixa execução das ações no que fiz respeito à infraestrutura turística, sinalização turística e na elaboração de instrumentos no planejamento turístico (podendo citar o PDITS como um instrumento).

Os planos reforçam a reprodução de desigualdades socioespaciais a partir da distribuição desigual dos serviços básicos e da oferta de empregos, da baixa remuneração para os prestadores de serviço, moradores dos lugares, vinculados à atividade turística, do acesso desigual à estes municípios, da concentração de investimentos de luxo na faixa litorânea, reforçando a teoria de espaços opacos e luminosos, da prática constante das segundas residências, as casas de veraneio, sobretudo em Camaçari e Mata de São João, que sufocam o pouco acesso que os moradores locais têm em relação aos serviços básicos.

Ao longo da pesquisa, alguns outros fatores se destacaram, sendo:

- i. Ausência de atualização do PDITS da Costa dos Coqueiros: Após a análise do documento vigente, constatou-se a ausência de atualizações subsequentes, revelando um vácuo de planejamento que não contempla as especificidades locais. A prioridade conferida a grandes empreendimentos vinculados ao capital internacional marginaliza as necessidades locais, refletindo também na complexidade do processo de regionalização do turismo. Municípios de baixa arrecadação, como Itanagra, enfrentam dificuldades para cumprir os critérios exigidos pelo MTur, inviabilizando o acesso à financiamentos e reforçando a concentração das atividades nos polos já consolidados. Os municípios começam a se articular de forma individual, dando como exemplo Camaçari,

- que possui o seu próprio PDITS (2019-2024). Isso exemplifica a competitividade territorial, abordada por Milton Santos (2006) ao discutir o tempo despótico, no qual o atraso é penalizado pela lógica da mais-valia global;
- ii. Perda de centralidade do turismo no PPA-BA (2020-2023): Comparativamente ao PPA-BA (2015-2019), o turismo perde status de programa estruturante, implicando em um esvaziamento das diretrizes e metas específicas para a atividade. Esse enfraquecimento dificulta a capacidade dos municípios de se organizarem para atender às exigências nacionais de estruturação do setor, comprometendo o fortalecimento do turismo como vetor de desenvolvimento regional. Como os municípios vão criar bases mais concretas para organizar internamente a atividade, diante do que o MTur cobra para isso? Dando exemplo criação de secretarias, conselhos entre outros. Municípios como Cardeal da Silva, com tantos outros problemas provenientes da urbanização brasileira, não conseguirá nunca fazer parte da zona turística?
 - iii. Crescimento populacional em municípios da Costa dos Coqueiros: A expansão demográfica em Lauro de Freitas e Camaçari, em decorrência da desconcentração populacional de Salvador, impõe novos desafios à gestão urbana e social desses territórios. Tal cenário aponta para a necessidade de políticas públicas que assegurem condições de vida dignas à população residente, especialmente nos períodos de alta estação, quando o aumento do fluxo turístico acentua a pressão sobre os serviços públicos e infraestrutura urbana;
 - iv. Processo de turistificação em Esplanada (Baixio): A atuação do Grupo Prima, na implantação de resorts de luxo e infraestrutura aeroportuária em Baixio, revela a reprodução de dinâmicas já observadas em Praia do Forte, evidenciando a privatização de espaços públicos e a exclusão das comunidades locais do entorno. Esse processo demanda atenção espacial no âmbito do planejamento territorial, a fim de mitigar os impactos sociais adversos e garantir a inclusão das populações tradicionais nos benefícios da atividade turística;
 - v. Precarização do mercado de trabalho no setor turístico: Apesar da geração de empregos, predomina oferta de postos de trabalho de baixa remuneração e baixa qualificação. Para reverter esse quadro, torna-se imprescindível fomentar parcerias com instituições de ensino superior, destacando o curso de Turismo

e Hotelaria do estado da Bahia, que está localizado em Salvador, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I, sendo o único curso de bacharelado na Bahia, visando a capacitação dos moradores locais e a sua inserção qualificada no mercado de trabalho;

- vi. Revisão do Modelo de Marketing Territorial Turístico: Repensar na propaganda elaborada do Litoral Norte da Bahia, especificamente da Costa dos Coqueiros, com a ideia de um local paradisíaco, com belas praias tranquilas, repleto de belezas naturais e possibilidade de usufruir dos resorts. Esse tipo de marketing, por si só é excludente, pois, nem todos podem ter acesso a esses elementos, e aqui mencionamos os próprios moradores, que, cada vez mais são impedidos de utilizar a praia da faixa costeira, porque está ocupada pelos *resorts* que caminham para a privatização destas.

Diante do exposto, fica evidente que as políticas territoriais de turismo recentes na Costa dos Coqueiros, não têm promovido a redução dessas desigualdades socioespaciais, todavia, quando fazemos a leitura das mesmas, em seus objetivos, verificamos um traço comum no que diz respeito a proporcionar melhor qualidade de vida. Mas como prometer melhor qualidade de vida, se não há justiça social? E no que diz respeito à atividade turística, como ocorre essa melhoria nas condições de vida, se o interesse principal é a captação de investimentos privados?

Sabemos que seria um tanto quanto ilusório pretender que o Estado e os agentes públicos proporcionem ações orçamentárias com suas devidas execuções dignas voltadas para as comunidades, sobretudo diante dos tempos atuais, em que em pleno ano de 2025, temos um Estado que trabalha em parceria direta com o setor privado e é mobilizado de acordo esses interesses, mas que, ao mesmo tempo, tem como premissa incentivar o discurso da liberdade para o cidadão, mas, liberdade para quem diante da precarização dos serviços básicos, do trabalho, da renda, das condições de moradia dignas entre tantos outros fatores que assombram a comunidade do Litoral Norte da Bahia?

Algumas lacunas ainda se fazem presentes nessa análise para melhor entendimento de como as políticas territoriais de turismo reproduzem as desigualdades socioespaciais na Costa dos Coqueiros (BA), sendo: identificar os principais agentes (hegemônicos e não) que participam do processo de elaboração das políticas territoriais de turismo, entendendo como no dia a dia atuam no território. Verificar se há perspectiva de atualização do PDITS da Costa dos Coqueiros, e acompanhar outros indicadores de análise que ainda não foram disponibilizados pelo Censo 2022 do IBGE, sobretudo no que diz respeito ao IDH, IVS, IDE e IDS.

Esses pontos, assim como outros que podem surgir, pode nos revelar alguns outros estudos, sendo o primeiro de uma atualização de dados mais consistentes com os futuros dados publicados no Censo de 2022, uma segunda pesquisa pode estar relacionada à tese de doutorado, identificando como são esses espaços opacos e luminosos nessas cidades que, majoritariamente, são pequenas. Por fim, trazer uma atualização de empreendimentos imobiliários privados previstos até 2035, correlacionando com os indicadores do Censo de 2022.

Reforçamos alguns pontos de dificuldade encontrados ao longo da pesquisa: Integração de Indicadores Qualitativos e Quantitativos. É preciso alimentar os sistemas de avaliação que disponibilizam os dados ligados diretamente à atividade turística, sobretudo, recentes. Com o Censo de 2022, têm essa necessidade de modo que possamos fazer pesquisas com dados quantitativos mais consistentes que embasem as futuras pesquisas.

Com essa pesquisa, espera-se que as questões discutidas sejam apropriadas pelo público interessado, seja do ponto de vista de planejamento público, seja do ponto de vista de pesquisadores das áreas da geografia, turismo e urbanismo. Vislumbramos um caminho de planejar a partir de ações focadas na comunidade, mais participativas e mais robustas, destacando a inserção dos agentes sociais, como participantes do dia a dia, da organização do seu espaço, trabalho, renda, acesso à terra que tenha os frutos dessa articulação. A prática do turismo de base comunitária pode ser considerada como uma estratégia de resistência das populações locais organizadas coletivamente.

REFERÊNCIAS

- A TARDE. **Jornal A Tarde**. MP denuncia condomínio no Litoral Norte por desmatamento ilegal. 26 mar. 2025. Disponível em: < <https://atarde.com.br/bahia/mp-denuncia-condominio-no-litoral-norte-por-desmatamento-ilegal-1312103>>. Acesso em 28 mar. 2025.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. **Plano de Desenvolvimento de Turismo Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e entorno**. Salvador: SCT, 2003.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. **Estratégia Turística da Bahia: o Terceiro Salto 2007-2016**. Publicado em 2011. Salvador: Setur, 2011.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável na Costa dos Coqueiros**. Salvador: SETUR, 2015.
- BAHIA. Lei nº 14.172, 6 de novembro de 2019. **Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023**. Governo do Estado da Bahia, Bahia, 6 nov. 2019.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento - Diretoria de Planejamento Territorial. **A POLÍTICA TERRITORIAL DO ESTADO DA BAHIA: Histórico e Estratégias de Implementação**. Salvador: Seplan, 2021.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. **Estratégia Turística da Bahia 4.0: salto para o futuro 2020-2030**. Salvador: Setur, 2022.
- BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas Territoriais de Turismo no Nordeste: O PRODETUR como estratégia socioeconômica. **Geosaberes**, v. 3, n. 3, p. 255-277, fev., 2016.
- BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- BENI, Mario Carlos. Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo. **Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, mai. 2006.
- BELÉM, Letícia. **Jornal A Tarde**. “Queremos lançar Camaçari como um destino internacional”. 28 nov. 2024. Disponível em: < <https://atarde.com.br/municipios/queremos-lancar-camacari-como-um-destino-internacional-1297322>>. Acesso em 30 mar. 2025.
- BISPO, Aline; CAÑADA, Ernest. **Turismo Comunitário Urbano em Brasil: uma pedagogia de la resistência**. Barcelona: Alba Sud Editorial, colección informes em Contraste, n. 37, 2025. Disponível em: < <https://www.albasud.org/publ/docs/139.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2025.
- BLATT, Nadir. **El Plan de Regionalización del Estado de Bahia (BRASIL): “los territorios de identidad” como marco de aplicación de políticas públicas de fomento del desarrollo regional y de lucha contra la desigualdade (2007-2012)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Espanha, 2014.

BRANDÃO, Carlos. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, abr/jun., p. 303-313, 2011.

BURNETT, Frederico Lago. As Cidades Brasileiras e a Desigualdade Socioespacial. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 6 n. 24, dez, 2009.

CALEJON, Cesar; RONCAGLIA, André. **Poder e Desigualdade: o retrato do Brasil no começo do século XXI**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CAMPOS, Marcos Pereira. **“Que Exista a Luz!” Espaços luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá – MS**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turismo y Desarrollo Local**. V. 8, n. 19, dez., p. 1-17, 2015.

CARLOMAGNO, Marcio Cunha; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Uma Geografia na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Annablume, 2025. Disponível em: <<https://annablume.com.br/assets/ebooks/uma-geografia-na-periferia-do-capitalismo.pdf>>. Acesso em 6 abr. 2025.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CORIOLOANO, Luzia Neide. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54(3), jul-set. p. 115-121, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 4 ed. 5 imp., 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, Ana Fani Alessandri et al. (Orgs.). **A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo. **Geografia em Questão**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, v. 5, n. 1, p. 147-162, 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**. Florianópolis, v. 20, n. 40, jul-dez, p. 27-43, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**, 1 ed. Buenos Aires: CLASCO, v. 1, p. 337-350, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Revista franco-brasileira de geografia: Confins**, n. 36, 2018.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Revista franco-brasileira de geografia: Confins**, 44, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed., São Paulo: Saraiva, 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os Lugares Turísticos: Territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro. Ano II, n 4, p. 121-133, 2000.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, nov., p. 87-96, 2014.

GONZÁLEZ, María Velasco. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 9-22, nov., 2014.

GOOGLE EARTH. Google. **Imagens Históricas de Praia do Forte, Bahia** [S.I]. 2005. Disponível em: <<https://earth.google.com/>>. Acesso em 14 mai. 2025.

GOOGLE EARTH. Google. **Imagens Históricas de Praia do Forte, Bahia** [S.I]. 2014. Disponível em: <<https://earth.google.com/>>. Acesso em 14 mai. 2025.

GOOGLE EARTH. Google. **Imagens Históricas de Praia do Forte, Bahia** [S.I]. 2024. Disponível em: <<https://earth.google.com/>>. Acesso em 14 mai. 2025.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB Resultados**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 3 mai. 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades (2022)**. 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 4 mar. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra. Censo Demográfico. 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios>>. Acesso em: 3 mai. 2025.

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de. **Políticas Territoriais no Litoral Norte da Bahia: Entre os meios geográficos e a avaliação ambiental estratégica**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2021.

LÉDA, Renato Leone Miranda. Políticas de territorialização do Turismo na Bahia. In: Por uma Geografia Latino-Americana, 2005. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, p. 7432-7455, 2005.

LEMOS, Clara C. Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. **Revista Adm. Pública**. Rio de Janeiro, 47 (6):1401-427, nov./dez., 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1ª reimpressão, 2002.

LIMONAD, Ester. O Fio da Meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros (Bahia). **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XI, n. 25 (40), 2007.

LIMONAD, Ester. Espaço-Tempo e Urbanização: Algumas considerações sobre a urbanização brasileira. **Cidades**, v. 5, n. 8, p. 243-261, 2008.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LRV. **Imóveis - Guarajuba Palm Beach**. 2025. Disponível em: <<https://lrvimoveis.com.br/guarajuba-palm-beach/>>. Acesso em 30 mar. 2025.

MAGALHÃES, Denise Silva. **Fragmentação e Segregação Sócio-Espacial no Processo de Urbanização do Litoral Nordeste da Bahia: os dois lados da rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MALTA, Guilherme Augusto Pereira. **O turismo como projeto político e sua capacidade de indução ao desenvolvimento econômico: Destinos indutores ou concentradores do**

desenvolvimento turístico regional em Minas Gerais? Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MARES, Rizia Mendes. **A produção do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA: lógicas e práticas espaciais do lazer.** Presidente Prudente, 2016, 170 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, 2016.

MARES, Rizia Mendes. **Fragmentação Socioespacial e Práticas Espaciais do Habitar: Experiências urbanas e representações em cidades médias da Bahia.** 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2022.

MARTINS, Rafael D’Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A Gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **RAP – Rio de Janeiro**, 44(3), mai./jun., p. 559-590, 2010.

MTUR. Ministério do Turismo. **Painel SISMAPA - Análise de Indicadores.** 2021a. Disponível em < <https://painéis.turismo.gov.br/sense/app/6114ffd5-73b7-4bd6-9361-f3c1e68ed6d2/sheet/45309610-8f0c-404d-8136-6c06324dfe34/state/analysis>>. Acesso em: 4 mar, 2025.

MTUR. Ministério do Turismo. Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021. Consolida e atualiza as principais normas sobre o Programa de Regionalização do turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos e os procedimentos para a composição deste. Instituído pela Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013. **Diário Oficial da União.** 24 nov. 2021b.

MTUR. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2023. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** 16 mai. 2013.

MUNIZ FILHO, Antonio. **Desigualdade e Diferenciação Socioespacial em Cidades Médias do Sertão do São Francisco: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - Formação Socioespacial e Meio Técnico-Científico-Informacional.** 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

MUNIZ FILHO, Antonio. Apontamentos acerca do desenvolvimento local. In: FRANCO, Gustavo Barreto; CASTRO, Janio Roque Barros de; MATOS, Mara Rojane Barros de. (Org.). **Abordagens territoriais: reflexões teóricas e estudos de casos.** Curitiba: Editora CRV, p. 183-199, 2022.

MUNIZ FILHO, Antonio. Produção Desigual de Espaços Turísticos: Um olhar sobre a orla de Maceió (AL). In: COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio; FRANCO, Gustavo Barreto (Orgs). **Território, Cidade e Meio Ambiente: Diálogos Contemporâneos.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, p. 142-161, 2024.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2024. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>>. Acesso em: 3 mai. 2025.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORTEGA, Antonio César; SILVA, Filipe Prado Macedo da. As ferramentas da pesquisa qualitativa aplicadas aos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César; Pires, Murilo José de Souza. (Orgs.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, p. 114-121, 2016.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana. In: GODOY, Paulo Roberto Teixeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 157-184, 2010.

PADILHA, Marcela do Nascimento. **Geografia do Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018.

PEREIRA, Claudio Smalley Soares. **A Nova Condição Urbana: Espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade - Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2018.

PEREIRA, Gilberto Corso; FERNANDES, Claudia Monteiro; MOSQUERA, Carlos Andres Diaz. Salvador em transformação: a dinâmica populacional recente da região metropolitana no Censo 2022. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 24 ago. 2023. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/colunista/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-nas-metropoles/2023/08/24/salvador-em-transformacao-a-dinamica-populacional-recente-da-regiao-metropolitana-no-censo-2022/>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

QUEIROZ, Renan Lopes de. **As implicações dos investimentos do PRODETUR no processo de produção do espaço em Imbassaí (Mata de São João – BA)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RODRIGUES, Adyr. Geografia e Turismo – Notas Introdutórias. **Revista Do Departamento De Geografia**, São Paulo, v.6, nov., p.71-82, 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021, 155f.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**. V. 3, n. 4, 2003.

SANTANA, Mariana de Oliveira; SILVA, Marina Pirajá; GUIDICE, Dante Severo. O papel do turismo nas transformações espaciais no litoral da região metropolitana de Salvador: O

caso de Mata de São João. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** – RBTUR, São Paulo, v. 14(03), p. 68-88, set-dez. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 5. Ed., 6. Reimp., 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Vanessa Costa dos; ALCANTARA, Fernanda Viana de. Análises e reflexões sobre a política de desenvolvimento territorial na Bahia/Brasil. In: A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, UFMA, São Luís/MA, 2016.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento. **Relatório Analítico por Programa de Governo**. PPA 2020-2023 – Ano IV. 2023a. Disponível em: < https://www.ba.gov.br/seplan/sites/site-seplan/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/01042024-Volume-II-Anexo-I-Relatorio-Analitico-por-Programa-de-Governo-V4.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2025.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento. **Execução das Metas e Ações Orçamentárias**. PPA 2020-2023 – Ano IV. 2023b. Disponível em: < https://www.ba.gov.br/seplan/sites/site-seplan/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/01042024-Volume-II-Anexo-III-Execucao-das-Metas-e-Acoes-Orcamentarias-V4.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2025.

SEPROMI. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Plataforma GESPIR – Políticas, Projetos e Ações**. 2025. Disponível em: <<https://www.forumgespir.sepromi.ba.gov.br/cardeal-da-silva/>>. Acesso em 22 mar. 2025.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; CARVALHO, Silvana Sá de. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2008, p. 81-107.

SOBRINHO, Lirandina Gomes. **Luzes e Sombas no Litoral Norte da Bahia: Os efeitos territoriais, socioambientais e econômicos da implantação das redes hoteleiras espanholas e portuguesas**. São Cristóvão, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SOUSA, Petrônio Maciel de. **Turismo, território e políticas públicas: Uma análise do destino João Pessoa/PB**. 2011. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

SOUZA, Éder Júnior Cruz de. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia**: Regionalização e planejamento. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. **Interesses na Produção do Espaço no Litoral Norte da Bahia**: Massarandupió e seu entorno. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. 6 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

SOUZA, Aline Coinceição; NOIA, Angye Cássia; PINHEIRO, Lessi Inês Farias. Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Estado da Bahia. In: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **Anais do Seminário da ANPTUR**, São Paulo/SP, p. 1-15, 2016.

SOUZA, Aline Coinceição; SERRA, Maurício Aguiar. O processo de configuração do território turístico baiano de 2004 a 2017. In: Políticas Públicas para o Desenvolvimento, 8, 2018, Bahia. **Anais da VIII Semana de Economia**, UESC, 2018. Disponível em: < https://www.uesc.br/eventos/viiiisemeconomia/anais/gt1/gt1_t4.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Diferenciação Territorial e Urbanodiversidade: Elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, v. 7, n. 12, p. 227-250 2010.

TRINDADE, Lais. Guarajuba é vetor de crescimento do setor no Litoral Norte baiano. **Jornal A Tarde**. 8 fev. 2025. Disponível em: < <https://atarde.com.br/a-tarde-bairros/guarajuba-e-o-vetor-de-crescimento-do-setor-no-litoral-norte-baiano-1306405>>. Acesso em: 30 mar. 2025a.

TRINDADE, Lais. Alameda Guarajuba: o coração do comércio. **Jornal A Tarde**. 8 fev. 2025. Disponível em: < <https://atarde.com.br/a-tarde-bairros/alameda-guarajuba-o-coracao-do-comercio-1306412>>. Acesso em: 30 mar. 2025b.

TRINDADE, Lais. Ações socioculturais e diálogo com associações de prestadores de serviços são estratégias de sucesso. **Jornal A Tarde**. 8 fev. 2025. Disponível em: < <https://atarde.com.br/a-tarde-bairros/acoes-socioculturais-e-dialogo-com-associacoes-de-prestadores-de-servicos-sao-estrategias-de-sucesso-1306428>>. Acesso em: 30 mar. 2025c

VILELA, Grazielle Júnia Pereira; COSTA, Helena Araújo. Políticas Públicas de Turismo: uma análise dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003-2022). **Revista Turismo em Análise – RTA**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 115-132, jan./abr., 2020.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização Urbana, Planejamento e Turismo**: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003a.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo: Global, 3 ed, 2003b.